

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM -
MESTRADO**

DANIEL FRANÇA DA ROCHA

**GOLPE VERSUS IMPEACHMENT: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS
CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS POLARIZADAS EM TORNO DA
DESTITUIÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

RECIFE 2019

**GOLPE VERSUS IMPEACHMENT: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS
CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS POLARIZADAS EM TORNO DA
DESTITUIÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Karl Heinz Efken

RECIFE 2019

DANIEL FRANÇA DA ROCHA

R672g Rocha, Daniel França da.

Golpe versus impeachment : uma análise crítica das construções discursivas polarizadas em torno da destituição da presidente Dilma Rousseff / Daniel França da Rocha, 2019.

198 f. : il.

Orientador: Karl Heinz Efken.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Mestrado em Ciências da Linguagem, 2019.

1. Análise crítica do discurso. 2. Impedimentos.
3. Golpes de Estado - Brasil. 4. Rousseff, Dilma, 1947-.
I. Título.

CDU 801

Pollyanna Alves CRB/4-1002

DANIEL FRANÇA DA ROCHA

**GOLPE VERSUS IMPEACHMENT: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS
CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS POLARIZADAS EM TORNO DA
DESTITUIÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Karl Heinz Efken

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Karl Heinz Efken
Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)
(Orientador)

Prof. Dr. Moab Duarte Acioli
Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)
(Examinador interno)

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos
Universidade Federal de Pernambuco
(Examinador externo)

A Severina Josefa de França, avó materna, minha fã e incentivadora incondicional desde os primórdios da minha existência neste plano e a quem tenho como uma das referências de perseverança, foco e fé.

“O Brasil não é um país sério”. Carlos
Alves de Souza, ex-embaixador do Brasil
na França.

AGRADECIMENTOS

Mais do que acreditar, sentir a presença e a ação de Deus em cada momento da vida é algo acalentador e é por isso que dirijo os primeiros agradecimentos a Ele.

As palavras não dão conta de significar o meu sentimento de gratidão a minha família.

A compreensão por minha ausência nesses longos dois anos foi de uma contribuição incrível para seguir em frente. Aos meus pais amorosos, Genildo e Maria do Carmo, aos meus sobrinhos amados, Guilherme e Rodrigo, que dividiram o início de suas infâncias com os meus primeiros passos na Academia.

Eles foram tão companheiros quanto a minha esposa Sabrina, a quem agradeço do fundo do meu coração todo o suporte afetivo, gestos de apoio, incentivo e altruísmo em compartilhar comigo seus conhecimentos da desafiadora ABNT.

Ao meu orientador pela paciência, profissionalismo, disponibilidade e confiança. Mais que um Doutor, um sábio de mente germânica e coração nordestino que coloca seu vasto conhecimento a serviço da transformação social.

E como orgulhoso colaborador, não poderia deixar de agradecer à Universidade Católica de Pernambuco que, há mais de 20 anos, transforma a minha vida por meio da Educação. Personifico o agradecimento institucional em Valdice Dantas a quem retribuo o tratamento legal e afetuoso para que eu realizasse o sonho do Mestrado.

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a uma investigação científica acerca das construções discursivas polarizadas em torno da destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República do Brasil, no ano de 2016, marcadas pelos termos Golpe e Impeachment. Utilizou-se como referencial teórico-metodológico a Análise Crítica do Discurso por meio do Modelo Tridimensional de Norman Fairclough. A partir do questionamento de como essas construções discursivas conflitantes interferiram no modus operandi da democracia brasileira, elaborou-se como objetivo analisar essas construções discursivas na e pela mídia, caracterizando-as enquanto práticas sociais e discursivas. Tal análise buscou identificar, por meio dos conceitos de Hegemonia e Ideologia, as intencionalidades dos atores sociais produtores desses discursos. O estudo também busca relacionar aspectos da destituição de Dilma com a crise institucional do Estado brasileiro. A pesquisa tem como corpus uma seleção qualitativa de 14 textos publicados por revistas, jornais, portais e blogs ao longo dos anos de 2015 e 2016, intervalo temporal no qual se deu a disputa discursiva em torno da significação do processo de destituição, aos quais foram aplicadas as categorias do referido Modelo Tridimensional. A conclusão aponta tal prática social-discursiva como uma manobra para restabelecer conhecidas relações de Poder efetivando grupos sociais dominantes como sendo também dirigentes.

Palavras-chave: Golpe, Impeachment, Dilma Rousseff, Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

This research proposes a scientific investigation about the polarized discursive constructions around the dismissal of Dilma Rousseff from the Presidency of the Republic of Brazil, in 2016, marked by the terms Coup and Impeachment. Critical Discourse Analysis through Norman Fairclough's Three-Dimensional Model was used as theoretical and methodological framework. From the question of how these conflicting discursive constructions interfered in the modus operandi of Brazilian democracy, the objective was to analyze these discursive constructions in and by the media, characterizing them as social and discursive practices. This analysis sought to identify, through the concepts of Hegemony and Ideology, the intentionalities of the social actors that produce these discourses. The study also seeks to relate aspects of Dilma's dismissal with the institutional crisis of the Brazilian state. The research has as corpus a qualitative sample of 14 texts published by magazines, newspapers, portals and blogs over the years 2015 and 2016, a time interval in which the discursive dispute over the meaning of the dismissal process took place. Categories of said Three-Dimensional Model are applied. The conclusion points to such a social-discursive practice as a maneuver to reestablish known power relations by making dominant social groups effective as leaders.

Key-words: Coup, Impeachment, Dilma Rousseff, Critical Discourse Analysis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modos de Operação da Ideologia de acordo com Thompson.....	35
Tabela 2 – Cronologia do Impeachment.....	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição da verba publicitária para veículos de comunicação da mídia tradicional na transição das gestões Dilma – Temer.....	75
Figura 2 – Distribuição da verba publicitária para veículos de comunicação da mídia alternativa na gestão Dilma.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ENQUANTO INSTRUMENTO DE PESQUISA SOCIAL	19
1.1 A tecnologização da vida social por meio do texto	23
1.2 Propondo a análise discursiva	25
1.3 O Modelo Tridimensional do Discurso	32
1.4 A Filosofia da Práxis despertando a consciência da mudança social	38
1.5 A Hegemonia materializada no discurso	41
1.6 A lógica de rede da Intertextualidade	44
1.7 Golpe versus Impeachment: nominalizações de um mesmo processo	48
1.8 A interdiscursividade do afastamento de Dilma com o Impeachment de Collor e o Golpe Militar de 1964	49
2. O PLANEJAMENTO E A PRODUÇÃO DO IMPEACHMENT	53
2.1 Jornadas de Junho de 2013	53
2.2 As Eleições de 2014	57
2.3 As manifestações de março de 2015	58
2.4 A troca de ministro da Economia	58
2.5 A Operação Lava Jato mirando Eduardo Cunha	59
2.6 A carta de Michel Temer	60
2.7 O QG do Impeachment	63
2.8 O áudio de Romero Jucá	64
2.9 O apoio da Fiesp	65
2.10 Alguns aspectos do contexto internacional	66
3. AS REVERBERAÇÕES DAS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS POLARIZADAS PARA ALÉM DO PROCESSO DE CASSAÇÃO	70
3.1 Os escândalos envolvendo Temer reativam os gritos do “Golpe de 2016”	70
3.2 Os cursos sobre o Golpe de 2016	71
3.3 A mídia e o presidencialismo de coalizão no Brasil	73
3.4 A concentração da mídia na contramão da democracia	77
4. MÉTODO	80
4.1 Gêneros jornalísticos	81
4.2 Procedimento de Análise	85
4.2.1 Texto 1 - Temer faz ação diplomática contra 'golpe' em processo de impeachment - 16/04/2016 - Poder - Folha de S.Paulo - Patrícia Campos Mello - De São Paulo	91

4.2.1.1 Análise Texto 1 - Temer faz ação diplomática contra 'golpe' em processo de impeachment - 16/04/2016 - Poder - Folha de S.Paulo - Patrícia Campos Mello - De São Paulo	92
4.2.2 Texto 2 – Dilma utilizaria avião para "fazer campanha denunciando o golpe", diz Temer Do UOL, em São Paulo 22/06/2016 01h49.....	98
4.2.2.1 Análise Texto 2 – Dilma utilizaria avião para "fazer campanha denunciando o golpe", diz Temer Do UOL, em São Paulo 22/06/2016 01h49	99
4.2.3 Texto 3 - Eleições acabaram com tese do golpe, diz Temer. Do UOL, em São Paulo – 06/10/2016 – 9h04.....	104
4.2.3.1 Análise Texto 3 Eleições acabaram com tese do golpe, diz Temer. Do UOL, em São Paulo 06/10/2016 09h04.....	105
4.2.4 Texto 4 "Golpe" é promovido por quem quer parar a Lava Jato, diz governador do MA Fernando Notari Do UOL, em São Paulo 06/04/2016 06h00	110
4.2.4.1 Análise texto 4 "Golpe" é promovido por quem quer parar a Lava Jato, diz governador do MA Fernando Notari Do UOL, em São Paulo 06/04/2016 06h00	114
4.2.5 Texto 5 Alvaro Vargas Llosa: Chamar impeachment de golpe é ofensa a 'vítimas reais' - Daniel Buarque 06/06/2016 18h19	119
4.2.5.1 Análise Texto 5 Alvaro Vargas Llosa: Chamar impeachment de golpe é ofensa a 'vítimas reais' - Daniel Buarque 06/06/2016 18h19.....	119
4.2.6 Texto 6 - Guia rápido para explicar a seus amigos/as por que o impeachment de Dilma seria um golpe – Revista Fórum – 28/03/2016 – por redação.....	124
4.2.6.1 Análise Texto 6 - Guia rápido para explicar a seus amigos/as por que o impeachment de Dilma seria um golpe – Revista Fórum – 28/03/2016 – por redação.....	126
4.2.7 Texto 7 O contra-ataque de Dilma pós-impeachment – DW Brasil - Por Malu Delgado - 17.03.2017.....	131
4.2.7.1 Análise Texto 7 O contra-ataque de Dilma pós-impeachment – DW Brasil - Por Malu Delgado -17.03.2017.....	132
4.2.8 Texto 8 O Brasil na imprensa alemã. DW Brasil 15/11/2017.....	138
4.2.8.1 Análise Texto 8 O Brasil na imprensa alemã. DW Brasil 15/11/2017.....	139
4.2.9 Texto 9 “Teve cara de golpe, cheiro de golpe e penteado de golpe”, diz L.F. Verissimo – Redação Pragmatismo 06/09/2016.....	143
4.2.9.1 Análise Texto 9 “Teve cara de golpe, cheiro de golpe e penteado de golpe”, diz L.F. Verissimo – Redação Pragmatismo 06/09/2016	144
4.2.10 Texto 10 Chomsky: EUA deram um "golpe suave" no Brasil -30/10/2017.....	150
4.2.10.1 Análise Texto 10 Chomsky: EUA deram um "golpe suave" no Brasil -30/10/2017... 150	
4.2.11 Texto 11 Temer revela meandros do golpe, mas Jornal Nacional só fala em Lula – The Intercept Brasil - João Filho 20 de Abril de 2017	154
4.2.11.1 Análise texto 11 - Temer revela meandros do golpe, mas Jornal Nacional só fala em Lula – The Intercept Brasil - João Filho 20 de Abril de 2017.....	156
4.2.12 Texto 12 - Impeachment de Dilma levou Brasil a Estado de exceção, dizem professores 6 de dezembro de 2017, 13h13 Por Sérgio Rodas.....	163

4.2.12.1 Análise do Texto 12 - Impeachment de Dilma levou Brasil a Estado de exceção, dizem professores 6 de dezembro de 2017, 13h13 Por Sérgio Rodas.....	164
4.2.13 Texto 13 - "O que mais custa aceitar é a participação do Judiciário no golpe". Por Miguel Martins - publicado 02/11/2016 00h02, última modificação 02/11/2016 11h54. Revista Carta Capital	170
4.2.13.1 Análise do Texto 13 - "O que mais custa aceitar é a participação do Judiciário no golpe". Por Miguel Martins - publicado 02/11/2016 00h02, última modificação 02/11/2016 11h54. Revista Carta Capital.....	176
4.2.14 Texto 14 - Numeriano anuncia curso sobre ‘O golpe de Estado parlamentar de 2016’ Publicado por Jamildo em Notícias às 13:22. Por Roberto Numeriano, em artigo enviado ao Blog de Jamildo.....	181
4.2.14.1 Análise do Texto 14 - Numeriano anuncia curso sobre ‘O golpe de Estado parlamentar de 2016’ Publicado por Jamildo em Notícias às 13:22. Por Roberto Numeriano, em artigo enviado ao Blog de Jamildo.	181
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189

INTRODUÇÃO

O processo que resultou na destituição da Presidenta Dilma Rousseff foi precedido por um longo e caloroso debate envolvendo diversos atores da sociedade brasileira. A polêmica da existência ou não de crime de responsabilidade por ocasião de decretos orçamentários assinados pela mandatária sem autorização legislativa, uma prática que, apesar de irregular, é considerada corriqueira no Brasil e que até então nunca havia resultado no afastamento do chefe do Poder Executivo no âmbito Federal.

Esse cenário embasou as construções discursivas daqueles atores sociais que alegavam que o processo de Impeachment significava um Golpe. Por outro lado, os defensores do afastamento argumentavam afirmando que o processo estava obedecendo aos trâmites estabelecidos pela Constituição Federal e que a Presidenta estava sendo julgada de acordo com os mandamentos da Carta Magna. O debate ultrapassou o campo jurídico-legalista e se enviesou para uma disputa ideológica na qual os campos opostos dessa batalha arquitetaram construções discursivas para fazer prevalecer, ou até mesmo impor, sua ideologia, favorecendo determinado projeto de Poder.

Em se tratando de democracia, o afastamento do principal mandatário da República se dá essencialmente através da construção de discursos com vistas a estabelecer uma nova ordem dominante, mudanças nas relações sociais e a conquistar Hegemonia. Essa disputa se dá por e pelo discurso que é constitutivo dessas práticas sociais. A Linguagem é articulada e usada de tais maneiras que funcione para a viabilidade de determinadas práticas sociais. Ao explicar o *funcionalismo* (grifo nosso) da Linguagem enquanto prática interconectada a várias outras da vida social, Iran Ferreira de Melo esclarece o campo de atuação da ACD, sobretudo no que se refere aos estudos das relações de dominação.

Os analistas críticos do discurso estão centrados na análise da reprodução do sexismo e do racismo, da legitimação do Poder, da manipulação do consentimento e do papel da política e da mídia na produção discursiva da relação de dominação entre grupos. Essas preocupações e um conjunto de outros objetivos explicitamente políticos servem para distinguir a ACD dos outros tipos de análise de discurso. (MELO, 2011, p. 1338).

Esta pesquisa se utiliza dos referenciais teóricos e metodológicos da Análise Crítica do Discurso (ACD) para contribuir na compreensão do processo que culminou na destituição da Presidenta Dilma Rousseff tendo como objeto de análise as construções discursivas polarizadas. Esta investigação aborda conceitos de relações de Poder, Ideologia e Hegemonia. O *corpus* da pesquisa reúne textos produzidos por jornais,

revistas e sites na Internet sobre o que os defensores da permanência de Dilma Rousseff nominavam como Golpe, enquanto seus opositores rebatiam com a argumentação da legalidade e rito constitucional que preconiza o instrumento do Impeachment.

No capítulo 1, a partir do campo da ACD, adotamos como referência o pensamento do linguista britânico Norman Fairclough ([2001], [1999]) e seu modelo tridimensional de análise crítica do discurso, ancorado no texto, prática discursiva e na prática social. Fairclough é considerado um dos fundadores dessa corrente teórica. As teses defendidas por ele relacionam como as mudanças econômicas e políticas forjadas pela globalização do capitalismo são moldadas pelo discurso. O texto é um elemento de mediação dessas mudanças e de organização das relações sociais. Como uma das propostas da ACD é ser transdisciplinar, os conceitos desenvolvem uma relação dialética com outros campos que possibilitem uma análise sociológica.

Suas teses têm como axioma científico os conceitos de Hegemonia de Antonio Gramsci e Ideologia de Karl Marx enquanto categorias que embasam a prática social. As teses sobre as Ordens do Discurso são tomadas emprestadas de Michel Foucault e utilizadas para explicar como as alterações dessas ordens podem ser decisivas na conquista da Hegemonia. Por se tratar de uma Análise de Discurso Textualmente Orientada, a Linguística desempenha um papel importante na teoria desenvolvida por Fairclough. Por isso, neste capítulo comentamos a Linguística Sistêmica Funcional de Michel Halliday.

Apontamos ainda que a ACD deriva da Teoria Social do Discurso de Michel Pêcheux, que por sua vez tem como axioma científico o marxismo de Louis Althusser. É a partir da tese dos aparelhos ideológicos de Estado que Fairclough apresenta sua visão distinta da de Pêcheux sobre a relação Sujeito e Ideologia. Ainda no que se refere à Ideologia, aprofundamos essa categoria com base nos conceitos de Modos de Operação da Ideologia de John. B. Thompson. De acordo com ele, a produção de sentidos está a serviço da Ideologia.

Também como parte da fundamentação teórica, abordamos o conceito de Hegemonia aplicado à Teoria Social do Discurso de Fairclough. É por meio dessa categoria que ele explica as relações de dominação entre os grupos sociais e tal explicação passa pela relação com as ordens do discurso. Como uma das propostas da ACD é lançar mão de mudanças ou transformações sociais, abordamos em uma das sessões algumas das características da Filosofia de Práxis, também desenvolvida por Gramsci.

O capítulo 1 destaca ainda a contribuição da tese da Intertextualidade na construção dos discursos e conseqüentemente nas suas análises. Trata-se de propriedades que interligam textos anteriores a posteriores e sua capacidade de provocar transformações ou reconfigurações. Fairclough adapta o termo para Interdiscursividade quando o foco da análise se dá no discurso. É a partir deste princípio e das categorias Golpe e Impeachment que apresentamos elementos interdiscursivos do Golpe Militar de 1964 e do Impeachment de Fernando Collor de Melo em 1992 com o processo de afastamento de Dilma Rousseff.

No segundo capítulo, elencamos episódios que contribuíram para o afastamento de Dilma por entender que o contexto é um importante elemento que ajuda a fazer uma análise de conjuntura e de que maneira esta conjuntura interferiu na produção de sentidos constitutivos dos discursos polarizados que marcaram a saída da ex-presidenta do cargo. As Jornadas de Junho de 2013, as Eleições 2014, as manifestações populares, crise na economia, Operação Lava Jato, o relacionamento com o Congresso Nacional e o apoio empresarial foram temas de sessões deste capítulo.

No terceiro capítulo também tratamos de aspectos exteriores aos textos utilizados no *corpus* com a diferença de que esses tópicos são um recorte de acontecimentos surgidos após a cassação de Dilma, ou seja, no mandato do então Presidente Michel Temer. São os ecos das construções discursivas que deram continuidade as práticas sociais do Golpe/Impeachment de 2016 reavivadas pelos escândalos de corrupção do sucessor de Dilma. Também neste capítulo, abordamos os cursos intitulados a partir das menções ao *Golpe de 2016* (itálico nosso) por parte de várias universidades brasileiras.

Em outro tópico, dedicamos uma atenção especial a um sujeito importante nesse fenômeno. Tratamos como a mídia comercial brasileira está estruturada e como isso se relacionou com a maneira de como os veículos de comunicação reportaram os fatos e se colocaram diante deles. Ao observar a estruturação da mídia, buscamos mostrar uma breve amostra da identidade da sociedade brasileira e como as relações de poder e luta de grupos sociais se desenrolam a partir de contribuição deste segmento empresarial.

No quarto e último capítulo estão o método e os procedimentos de análise adotados. No que se refere ao método, dedicamos uma seção aos gêneros do discurso midiático. As análises estão organizadas por meio de três subgêneros do discurso jornalístico: entrevista, reportagem e postagem. Explicamos como se dá a aplicação do Modelo Tridimensional de Fairclough nas análises no corpus. Cada uma das dimensões do Texto, Prática Discursiva e Prática Social foram levadas em consideração nas análises,

embora umas fossem utilizadas e outras não, de acordo com as propriedades inerentes aos textos selecionados. Para fins didáticos e como os textos do *corpus* são analisados por inteiro, decidimos reproduzi-los na íntegra antes dos blocos de análise.

Neste capítulo explicamos a razão pela qual o método foi construído a partir de uma mostra qualitativa tendo como pilares a descrição, interpretação e explanação para compor a análise. Tal escolha teve a intenção de verificar como esses processos de significação estariam subordinados aos efeitos ideológicos do texto. Na seção inicial, nós fundamentamos o método a partir do problema da pesquisa que reside em como a polarização discursiva Impeachment versus Golpe se relaciona com a qualidade da democracia no Brasil. A problemática gira em torno também do caráter conflitante e até certo ponto irreconciliável entre essas duas construções discursivas distintas em torno de um mesmo processo. Levanta-se como hipótese, o esgarçamento institucional do Estado decorrente dessa prática social que carece de clareza e ainda se apresenta com lacunas. Observa-se que tais construções discursivas não favorecem ao debate que estimule o progresso ou apontem para uma conciliação.

A problematização dessa pesquisa visa buscar respostas para a seguinte pergunta: *Em que medida a construção discursiva polarizada e conflitante em torno da destituição da Presidenta Dilma Rousseff interferiu no modus operandi da democracia no Brasil?* A busca por essas respostas faz parte dos objetivos desta pesquisa que tem como objetivo geral analisar como as construções discursivas polarizadas e conflitantes apresentadas na e pela mídia em torno do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República interferiram/interferem no *modus operandi* da democracia do Brasil.

Entre os objetivos específicos estão o de caracterizar as construções discursivas Golpe versus Impeachment enquanto prática discursiva e prática social e o de identificar, a partir de conceitos de Hegemonia, Ideologia e Relações de Poder as intencionalidades dos atores sociais que estabeleceram uma nova ordem dominante com a troca de Presidentes da República. Além de apresentar a materialização ideológica da/na Hegemonia em torno da destituição de Dilma Rousseff e relacionar aspectos da destituição de Dilma com a crise institucional do Estado brasileiro.

1. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ENQUANTO INSTRUMENTO DE PESQUISA SOCIAL

Nas últimas duas décadas, os estudos da Análise Crítica do Discurso (ACD) têm chamado bastante atenção não apenas de pesquisadores da Linguística e Linguagem, mas também de estudiosos de outras disciplinas das ciências sociais. Este campo tem sido um terreno fértil para o desenvolvimento de práticas discursivas que combatam o racismo e sexismo. Mas a ACD também tem dado uma significativa contribuição para os estudos de relações de Poder, estabelecendo uma relação dialética com outras áreas do conhecimento como, por exemplo, a sociologia, história e ciência política. As sociedades contemporâneas, cada vez mais interligadas pelos efeitos da Globalização e da Revolução Digital, têm percebido a Linguagem como elemento importante política e economicamente falando.

O uso da Linguagem para obter meios de dominação, seja pela lógica da comunicação de massa ou pela segmentação apresentadas pelos novos canais da Internet, tem sido levado em consideração na hora de planejar certas manobras sociais. É o que Fairclough e Chouliaraki (1999) chamam de tecnologização da Linguagem que pode maximizar os ganhos. A ACD enxerga o discurso como prática social que vem passando por mudanças a partir da Globalização. Tais transformações nas formas de produção e consumo a partir de uma maior flexibilização do discurso tem como intenção a consolidação do neoliberalismo ao redor do mundo. Vale salientar que essa teoria apresenta uma evolução ao estudo anterior de Fairclough (2001) por levar em consideração aspectos extra discursivos.

Uma importante característica dessas mudanças econômicas, sociais e culturais na modernidade tardia é que elas existem tanto no discurso quanto no processo e estão tomando lugar fora do discurso e aquele processo que está fora do discurso são substancialmente formadas a partir daqueles discursos (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999, p.4, tradução nossa).

Em outras palavras, podemos reforçar essa ideia afirmando que a Análise Crítica do Discurso observa que as mudanças econômicas têm sido moldadas pelo discurso e que vêm consolidando a Hegemonia desse discurso a partir da marginalização dos outros. A simplificação das coisas por meio de valores ligados ao individualismo como a meritocracia, a tentativa de construir uma sensação de justiça proporcionada pelo capitalismo e de que todos são livres e podem ter acesso ao Capital vêm acompanhadas da tentativa de silenciar diversidades ou mesmo de marginalizar os outros discursos.

Fairclough e Chouliaraki apontam essa flexibilidade nas novas formas de produção e consumo como sendo mais um dos discursos entre vários discursos da economia, sendo que ele é utilizado para consolidar e manter a Hegemonia capitalista.

Mas vale ressaltar também que o princípio da flexibilidade defendido por Fairclough e Chouliaraki coloca que a Linguagem não serve apenas para a construção discursiva da Hegemonia econômica, mas mudanças nas práticas sociais e as próprias práticas sociais são responsáveis pela construção de uma nova linguagem. É aí que entra a tese da flexibilidade. Podemos afirmar, com base nesse conceito, que as mudanças na modernidade tardia constituem a Linguagem. A partir de Habermas e Weber, Luvizotto (2010) explica a modernidade tardia como sendo o conjunto de valores racionais do capitalismo contemporâneo, da máquina do Estado, atual estágio das artes, da moral e das ciências em continuidade ao projeto da modernidade.

As mudanças nas relações de Poder provocadas pela Globalização por meio de forças internacionais são um desafio para as estruturas democráticas. Sobretudo em tempos de modernidade tardia, a democracia precisa desenvolver mecanismos de convivência e tolerância com a diversidade, além de promover o diálogo entre as diferenças. Fairclough e Chouliaraki afirmam que o diálogo não pressupõe consenso e sim um espaço no qual vozes diferentes possam conviver. Os desafios em se estabelecer diálogos em tempos de modernidade tardia surgem justamente a partir da não consideração de mudanças da vida social, típico do conservadorismo que ronda a também chamada pós-modernidade.

É preciso reconhecer a importância social do discurso sem redimensionar a vida social para o discurso - um reducionismo característico das visões pós-modernas do mundo social que é um risco constante e uma tentação para os analistas do discurso. A ACD estabeleceu uma visão dialética da relação entre o discurso e outras facetas extra discursivas do mundo social (op.cit. p.6, tradução nossa).

Essa relação entre discurso e facetas extra discursivas é apresentada por Fairclough e Chouliaraki ao citar Harvey (1996) onde ele defende uma visão dialética entre o discurso e as práticas sociais nos âmbitos do discurso/linguagem, Poder e relações sociais. A ACD é uma derivação da tradição da Linguística Crítica, mas o que a diferencia desta tradição é que a ACD busca construir uma teoria que promova um diálogo entre uma ciência social crítica e a Linguística, “especificamente a Linguística Funcional Sistêmica”. (Fairclough e Chouliaraki, 1999, p.7). O cerne da ACD é justamente essa diversidade e variedade de posicionamentos que levam em consideração outras teorias do discurso, além da de Foucault.

Outra tese que sustenta a teoria da ACD de Fairclough e Chouliaraki (1999) é a de que a vida (natural e a social) é um sistema aberto e que a Linguagem é uma intersecção entre esses dois âmbitos. Quando se fala de uma forma social da vida, faz-se referência a uma rede de práticas “adotadas pelas pessoas em determinados tempos e lugares. Elas aplicam recursos materiais ou simbólicos para agir juntas no mundo”. As práticas podem ser compreendidas como uma conexão entre as teorias abstratas e seus respectivos mecanismos e práticas concretas (op. cit. p.21).

A Análise Crítica do Discurso enquanto área de pesquisa social se ocupa de levar em consideração as conjunturas e as estruturas, que são caracterizadas por Fairclough e Chouliaraki a partir das formas de produção de vida social (produção econômica, política e domínio cultural); disposição em rede que se relaciona com outras práticas; e uma terceira característica marcada pela dimensão reflexiva da pessoa. Isso quer dizer que as práticas sempre ocasionam representações daquilo que elas fazem e das estruturas as quais elas pertencem ou integram. Aqui vale salientar a diferença entre estrutura e conjuntura. A estrutura tem caráter diacrônico, leva em conta aspectos antropológicos que contribuíram para a formação de uma determinada sociedade. Já a conjuntura está ligada às questões sincrônicas e inseridas numa diversidade momentânea. São elementos que, além de compor as conjunturas, também materializam de alguma forma as práticas sociais.

No entanto, as práticas não podem ser caracterizadas apenas por esses três aspectos porque variam substancialmente na natureza delas e em sua complexidade. As sociedades modernas têm desenvolvido práticas que são altamente complexas em suas formas e em suas relações sociais de produção, nas redes de práticas que elas entram, e com base em teorias especializadas (elas próprias o resultado de formas particulares de prática) em sua reflexividade. (FAIRCLOUGH E CHOULIARAKI, 1999, p.22, tradução nossa).

Essas redes de práticas estão situadas nas relações de Poder e de dominação. Elas são visíveis nas relações capitalistas, colonizadoras, racistas e sexistas. São vieses que permeiam o sujeito a ponto de que sua capacidade autônoma fique reduzida. É a prática particular moldada a partir do relacionamento com o outro. Fairclough e Chouliaraki concordam com a visão pós-estruturalista de que as práticas sociais estão embaladas nas redes de relações de Poder e são potencialmente subordinadas aos assuntos sociais em que estão engajadas. Eles também acreditam no conceito moderno de Poder, que é autorregulado e invisível: o chamado Bio-Poder de Foucault. Mas eles defendem que tal conceito requer complemento a partir da noção de Poder enquanto dominação. Mais

adiante veremos que essa dominação é explicada pela ACD a partir do conceito de Hegemonia.

A pesquisa crítica social implica em teoria dialética, por isso a ACD conversa com outros campos da investigação e análise social. Fairclough e Chouliaraki (1999) defendem a ideia de que o sucesso da ciência social crítica depende do foco nesta dialética e de como o discurso está previsto enquanto elemento de prática social. Em outras palavras, assim como a ACD pode recorrer a outros campos (como por exemplo, a sociologia, história e ciência política), essas áreas devem reconhecer a importância da contribuição da ACD para os seus objetos de estudo. Além de dialética, essa relação é defendida por Fairclough e Chouliaraki a partir de uma lógica de rede característica da pós-modernidade.

Isto é especialmente significativo no contexto moderno tardio de crescente fragmentação social e complexidade, traçando conexões estruturais e sistemáticas insuspeitas entre as práticas, que podem fornecer conceituações alternativas da vida social que podem se tornar a base para novas alianças políticas e formas de ações (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999, p.34, tradução nossa).

A qualidade dessa interação se percebe mais profundamente quando envolve as questões relativas ao discurso. As propriedades dos discursos e das interações são imbricadas, até porque o discurso é uma das materializações da interação, ou seja, do relacionamento interdiscursivo. Fairclough e Chouliaraki (1999) apontam também que a qualidade da interação vai além da interpretação, requer atenção aos conjuntos de ações concretizadas entre os coparticipantes do momento interacional. A reação ao que foi posto, seja por meio de concordância ou não, entendimento, desentendimento, ataques, defesas, argumentações são os elementos condutores da interação comunicacional.

O feedback é uma inerente parte da interação comunicativa que faz a contribuição de todos os participantes estar continuamente sujeita à avaliação de seus parceiros comunicativos e sociais. Este processo avaliativo é uma parte importante das relações sociais e comunicativas que dá uma substancial qualidade e constantemente sujeitando ações à medida do ‘senso comum’, e é crucial que os participantes tenham um sentimento de pertença e de identificação compartilhada. (op. cit.p.40, tradução nossa).

Essa interação comunicativa com vistas ao entendimento está presente na teoria de Habermas, mas esse entendimento passa também pelo alinhamento ideológico. Thompson (2011a) desenvolve vários conceitos de Ideologia que contribuem para a fundamentação teórica da ACD como a naturalização e legitimação. Trabalharemos esses conceitos mais adiante. Retomando a questão da qualidade da interação social, Fairclough e Chouliaraki defendem que a análise deve ter sempre em vista a estrutura e a ação

ocasionada dessa interação. Essa relação dialética estrutura-ação inclui conceitos de colonização e apropriação.

1.1 A tecnologização da vida social por meio do texto

As transformações ocasionadas pela Revolução Digital têm provocado mudanças não só no discurso e na prática social, mas também na relação entre eles. A popularização das redes sociais tem aumentado a quantidade e a velocidade com a qual textos têm circulado. Fairclough e Chouliaraki enxergam o texto como algo que media a vida social e eles defendem que essa mediação está cada vez mais tecnologizada. A teoria do discurso proposta por eles não tem como foco o estruturalismo nem o construtivismo. O discurso é visto como um momento da prática social e uma forma de produção social.

No final da seção anterior, nós mencionamos o aspecto da interação social que, além da ação comunicativa, tem seus conceitos norteados pelo dialogismo. O discurso sempre é elaborado a partir de outro e por sua vez vai provocar a elaboração de um subsequente. É o que Fairclough (2001) teoriza como Intertextualidade, que é um melhoramento do conceito de Polifonia proposto por Bakhtin. Em linhas gerais, a Intertextualidade é a combinação no meu discurso da minha voz e da voz do outro. Fairclough e Chouliaraki (1999) relacionam a teoria dialógica de Bakhtin no âmbito da intertextualidade e posteriormente abordam a Linguística Sistêmica Funcional por essa tradição linguística perceber a linguagem tanto quanto texto como sistema, bem como a relação dialética texto-sistema. Eles relacionam as funções da linguagem lançadas por Halliday ao processo semiótico da elaboração de um texto.

O conceito funcional da linguagem na LSF inclui afirmar três tipos de processos que estão sempre simultaneamente na linguagem da construção da realidade, a promulgação e negociação das identidades e relações sociais, e a construção do texto. Estas são, respectivamente, as funções ideacional, interpessoal e textual da linguagem. A afirmação é que você não pode, semioticamente, construir (representar) a realidade sem simultaneamente identificar você mesmo e relacionar a outra pessoa em uma forma particular e vice-versa, mas também que você não pode fazê-lo sem simultaneamente engajar na atividade semiótica de fazer o texto. Nós poderíamos dizer que o fazer-texto é uma faceta especialmente semiótica da produção da vida social na prática social, que as pessoas podem apenas engajar com a realidade e cada outro semioticamente através do fazer-texto. (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999, p.50).

Eles reconhecem que os textos atuam na organização das relações sociais abordando opinião pública e comunicação de massa. Esses processos marcados pela Interdiscursividade levam em conta a hibridade dos textos. Na verdade, entender e verificar a hibridização textual são a chave para o entendimento da prática social materializada no discurso. Isso está diretamente ligado à questão de gêneros e subgêneros textuais e suas respectivas caracterizações. Ainda de acordo com Fairclough e Chouliaraki, um gênero é um tipo de linguagem usada na performance de uma prática social particular.

A Teoria Social do Discurso revisada por eles aponta para a necessidade de uma análise sociológica para esboçar uma estrutura geral da sociedade, aplicar uma análise específica fazendo a conexão entre o geral e um campo específico. É aí que eles defendem a análise semiótica dentro do que eles chamam de Ordens do Discurso (um termo adaptado de Foucault). É o que se ‘pode e o que não se pode dizer’ (grifo nosso) e suas interconexões. É como se a Ordem do Discurso fosse um elemento constitutivo de um gênero.

Uma Ordem do Discurso está socialmente ordenada a partir de um gênero ou de um discurso associados com um campo social particular, caracterizado em termos de deslocamento de limites e fluxos entre eles [...] A rede de Ordens do Discurso não é mero dispositivo de posicionamento, mas uma ferramenta de interação que pode ser melhor aproveitada mais ou menos criativamente de forma que elas mesmas dependam do posicionamento dentro dessa rede. (op. cit. 58).

Eles destacam que a análise do discurso nas sociedades contemporâneas deve levar em consideração a Interdiscursividade no que tange a mistura de diferentes gêneros e tipos de discursos. No entanto, vale ressaltar que este aspecto se faz presente na esfera do discurso propriamente dito que pode ser considerado como a materialização de uma prática social. No que se refere ao campo sociológico, entre os obstáculos a serem analisados está o de análise da conjuntura, que é uma especificação na qual o discurso está focado. Fairclough e Chouliaraki chamam a atenção para a observação dos aspectos problemáticos do discurso no interior das práticas sociais.

Fairclough e Chouliaraki (1999) afirmam que a conjuntura representa um caminho particular através da rede de práticas sociais que constituem a estrutura social. Eles também levam em consideração as circunstâncias e processos de produção e de consumo que trazem questões de como os discursos são interpretados. Outro ponto importante é análise das práticas sociais ou de uma prática em particular e que pode trazer

uma relação dialética entre o discurso e outros momentos (op. cit. p. 61). Eles identificam quatro momentos dessa prática: atividade material; relações sociais e processos (Poder, instituições); fenômenos mentais (crenças, valores, desejos); e discurso. Ainda segundo Fairclough e Chouliaraki, a análise discursiva deve abordar dados etnográficos combinados com as práticas identificadas anteriormente.

Dependendo da forma e do método da pesquisa (anotações de campo, gravações de vídeo e áudio, entrevistas, documentos selecionados, pesquisas de arquivo etc.), a etnografia pode iluminar múltiplos aspectos da prática sincronicamente (no momento do trabalho de campo) e historicamente. Ela também fornece um inestimável valor para avaliar o processo articulatório da prática e a função específica do discurso na prática analisada. (Op. cit. p. 62, tradução nossa).

A etnografia fornece subsídios consideráveis a um dos pontos principais que caracterizam a Análise Crítica do Discurso que trata das questões ligadas às relações de Poder. O discurso introjeta essas relações quase sempre marcadas por disputas, batalhas e lutas. A tese de Fairclough e Chouliaraki afirma que o Poder não é apenas exercido por meio do discurso, mas ele também é disputado no e pelo discurso. Eles levantam a questão das vozes do indivíduo enquanto sujeito individual, mas que tem o discurso constituído a partir das instituições que representa. O discurso dele é moldado a partir das ordens do discurso da função e instituição da qual ele faz parte. É a aí que entra a dialética com o campo da esfera pública.

1.2 Propondo a análise discursiva

A Análise Crítica do Discurso tem em seu cerne a reflexão, o engajamento e posicionamento do pesquisador social. Esse campo da ciência social consiste ainda em jogar luz em aspectos do discurso que não são visíveis ou que estão orbitais às mensagens. Busca revelar intenções, objetivos de seus falantes. A análise propriamente dita proposta pela ACD não tem uma metodologia hermética, fechada em si, mas isso não quer dizer que o pesquisador não tenha que seguir um método. Apesar de gozar de certa liberdade, ele tem a incumbência de fundamentar metodologicamente o seu objeto de análise. A interpretação é crucial à análise. Fairclough e Chouliaraki fundamentam esse processo a partir de duas etapas: o entendimento e a explanação. Eles usam a expressão processo em camadas para explicar o procedimento. Portanto, a análise é composta pela linearidade do entendimento, descrição, interpretação e explanação.

A ACD parte do ponto de vista de que qualquer texto pode ser entendido de diferentes maneiras. Os textos não determinam um único significado, apesar de existir um limite de que um texto pode significar diferentes entendimentos e resultados de texto a partir de combinações de propriedade do texto e do intérprete (posição social, conhecimento e valores). Parte da Análise da ACD é análise de entendimento. Nós temos que localizar isso sobre a análise da conjuntura. Estamos cientes que muitas análises fora da ACD são carregadas de imparcialidade. (Fairclough e Chouliaraki, 1999, p.67).

A análise crítica vai além de simplesmente mostrar as perspectivas dos problemas sociais, mas se coloca à disposição das transformações e podemos afirmar que a ACD busca a mudança social. Diferentemente da Análise de Discurso de linha francesa, A ACD defende a noção de que o sujeito não é totalmente assujeitado, mas pode ser consciente e ativo perante suas práticas discursivas. Fairclough reconhece o alto nível da elaboração da teoria social desenvolvida por Michel Pêcheux, principalmente no reconhecimento dos avanços no campo da interpretação, mas o critica pelo que ele vê como um reducionismo semântico de sua análise linguística sem considerar o espaço de luta entre classes. De acordo com Fairclough, tanto Althusser quanto Pêcheux teriam percebido apenas a reprodução das relações de Poder não levando em conta as disputas entre grupos sociais.

Prestou-se pouca atenção à luta e à transformação nas relações de Poder e ao papel da linguagem aí. Conferiu-se ênfase semelhante à descrição dos textos como produtos acabados e deu-se pouca atenção aos processos de produção e interpretação textual, ou às tensões que caracterizam tais processos. (FAIRCLOUGH, 2001, p.20)

A partir do trabalho de Foucault e Althusser, Fairclough corrobora com a ideia de que o discurso é a materialização da Ideologia, no entanto, defende a tese da transformação social a partir do discurso e não da reprodução social. Discursos produzem mudanças históricas ou pelo menos dão uma significativa contribuição para tais transformações. Nesta seção, nós vamos discutir a aplicação da análise propriamente dita aos textos a partir do Modelo Tridimensional de Fairclough. Essa tese norteia a análise a partir da perspectiva de texto, prática discursiva e prática social. Veremos mais que não se trata de um modelo hierárquico, ou seja, essas dimensões não são maiores nem melhores que umas em relação às outras. Pelo contrário, elas estão imbricadas e são elementos inerentes ao discurso.

“Qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do ‘texto’ cuida

da análise linguística de textos. A dimensão da ‘prática discursiva’, como ‘interação’, na concepção ‘texto e interação’ de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – por exemplo, que tipos de discurso (incluindo ‘discursos’ no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de ‘prática social’ cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente”. (FAIRCLOUGH, 2001, p.22).

A proposta de Fairclough é oferecer, a partir da análise do discurso, uma investigação das mudanças sociais via discurso. Ele apresenta os métodos: multidimensional; multifuncional; análise histórica; e o método crítico. Nas palavras de Fairclough, “crítico implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem.” (op. cit. p.28). A análise da prática discursiva está ancorada no conceito de Intertextualidade. Já a prática social estabelece relações com os conceitos de Ideologia e Hegemonia.

Mas até chegar a este ponto, Fairclough constrói um caminho epistêmico que vai justificar suas teses. São várias abordagens da análise do discurso e, a partir delas, Fairclough tece suas considerações, aponta lacunas e propõe sua própria Teoria Social do Discurso. Uma delas é a troca interacional observada em sala de aula como laboratório por John McHardy Sinclair e Malcolm Coulthard. São meramente descritivos a partir de um encadeamento que segue das unidades consideradas menores (palavras) para as maiores (frases, orações e grupo). Na visão de Fairclough, são negligentes quanto à interpretação, focando apenas na descrição do texto. A descrição é importante para a análise, mas não suficiente para concluir o processo. Trata-se de uma etapa da análise.

Fairclough também menciona o trabalho do linguista William Labov e do psicólogo David Fanshel e reconhece a contribuição deles quanto à heterogeneidade do discurso, um princípio crucial na categoria Intertextualidade localizada na dimensão da prática discursiva. Ele considera a visão de heterogeneidade de Labov e Fanshel “estática”, como se os diferentes estilos apenas se encaixassem formando um conjunto estável de peças. No entanto, Fairclough sugere que tal encaixe se dê de forma mais complexa “em que os estilos são difíceis de separar”. Fairclough trabalha a heterogeneidade como elemento capaz de produzir “mudanças históricas nas

configurações de estilos”. A heterogeneidade tem a ver com as mudanças discursivas contidas dentro das mudanças sociais mais amplas.

Outro campo analisado por Fairclough na construção da sua teoria social do discurso é o da Psicologia Social. Aqui ele considera os estudos dos psicólogos Potter e Wetherell que trabalham o discurso sob a perspectiva de construções mentais pré-definidas e que podem sofrer mudanças, até inconscientes, ou mesmo contradições dependendo do contexto. Eles contrastam as prioridades de forma e conteúdo na chamada ‘teoria da acomodação da fala’ na psicologia social. Fairclough os critica porque eles não dão uma suficiente “orientação social para o discurso”, enfatizam o ‘eu’ construtivista.

Mas além da análise social e cognitiva, a análise linguística é crucial para as formulações teóricas sobre o discurso. Fairclough também se debruça sobre a Linguística Crítica, que é um amalgama epistêmico da linguística textual, da linguística sistêmica de Halliday e da linguística funcional aplicada à política e à ideologia.

[...] a linguística crítica afirma com Halliday que “a linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social” (Halliday, 1973:65) e argumenta que a linguagem à qual as pessoas têm acesso depende de sua posição no sistema social [...] a linguística crítica apoia a concepção de Halliday da gramática de uma língua como sistemas de ‘opções’, entre as quais os falantes fazem ‘seleções’ segundo as circunstâncias sociais, assumindo que opções formais têm significados contrastantes e que as escolhas de formas são sempre significativas (FAIRCLOUGH, 2001, p.47).

A Linguística Sistêmica de Halliday dá uma atenção especial à gramática, ao vocabulário. Explora ainda o significado ideacional e a transitividade dos textos. A seleção dos termos a partir de escolhas ideológicas e posicionamentos sociais, mas coloca em segundo plano a produção e a interpretação de textos. A Linguística Crítica observa, constata e realça que o discurso apenas reproduz uma organização social existente. Ela não mostra o discurso como lugar de luta e transformação social. Trata-se de um fluxo de cima para baixo nessa reprodução social. Algo parecido com a abordagem ‘althusseriana’ de Pêcheux. Fairclough chama a atenção para elementos que não aparecem no texto e que têm significância ideológica.

É importante salientar que Fairclough reconhece que a Análise do Discurso de Pêcheux apresenta, em dada medida, criticidade quando o francês busca combinar uma metodologia de análise textual com uma teoria social do discurso de influência marxista, mas a lacuna que Fairclough atribui a Pêcheux é justamente essa desconsideração de mudança social por meio do discurso. No entanto, Fairclough reconhece a importância

que Pêcheux dá ao uso ideológico da linguagem, sobretudo na chamada Época 1 de Pêcheux. Um ponto de concordância entre eles é o de que a Ideologia é materializada linguisticamente no discurso.

Que a Ideologia está presente no discurso parece ser um consenso entre a Análise de Discurso de linha francesa e a ACD. Mas outro ponto significativo de discordância entre essas duas correntes está na relação sujeito versus ideologia e como ela se manifesta discursivamente. Para a AD de Pêcheux, as chamadas Formações Discursivas são permeadas pelas construções ideológicas que interpelam o sujeito. Ou seja, eles não têm consciência, tendem a se ver “como a fonte de sentidos de uma FD, quando na verdade são seus efeitos” (op. cit. p.52). Esse conceito de Formação Discursiva vem de Michel Foucault e serve de axioma tanto para a AD quanto para a ACD. Fairclough concorda com Foucault que as Formações Discursivas estão inseridas nas Formações Ideológicas.

Ademais, os sujeitos sociais são constituídos em relação às FDs particulares e seus sentidos; essas FDs são, de acordo com Pêcheux, faces linguísticas de ‘domínios de pensamento’... sócio-historicamente constituídos na forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito e simultaneamente *junto com ele* o que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer e esperar” (Pêcheux, 1982: 112-113, itálico no original). (Apud Fairclough, 2001, p.53).

Segundo Fairclough, as FDs se relacionam com outras FDs e podem compor um tecido de FDs materializado na Interdiscursividade. Para Fairclough, a metodologia de Pêcheux centraliza a análise nas “orações e não nos textos completos”. Fairclough ressalta a seletividade de trechos como foco da análise e não o texto completo.

Os textos também são tratados como produtos, exatamente como na linguística crítica, e os processos discursivos de produção e interpretação textual recebem pouca atenção. São analisados em termos semânticos estreitos [...] com foco predeterminado em ‘palavras-chave’: são consideradas apenas as dimensões ideacionais do significado, enquanto deixam de ser contempladas as dimensões interpessoais que dizem respeito às relações sociais e às identidades sociais e são favorecidas as relações de significado mais abstratas em detrimento das propriedades do sentido dos enunciados do contexto (op. cit. p.55).

A análise proposta feita por Pêcheux consiste na identificação das FDs no corpus de textos. Ainda de acordo com Fairclough, a metodologia proposta por Pêcheux consiste também na análise isolada de orações, palavras, seus relacionamentos, efeitos de sentido. Um dos procedimentos seria a substituição de palavras (embora opostas, que produzam efeitos de sentidos distintos a partir das FD dos sujeitos e posição sujeito).

As considerações anteriores dizem respeito à primeira das três Épocas do desenvolvimento da Teoria Social do Discurso de Michel Pêcheux. A segunda geração passa a ver o discurso como heterogêneo e ambíguo. Em parte, pelas críticas recebidas, em outra pelas mudanças no contexto político francês. Aqui são levados em conta o dialogismo de Bakhtin e a intertextualidade. A disciplina ganhou ares interpretativos e não meramente descritivos. Na visão de Fairclough, a primeira geração pêcheuxtiana enxerga as FD como estáticas e opostas umas as outras. Para ele, tal configuração teórica estabelece uma homogeneidade discursiva imposta que não contempla a heterogeneidade dialógica. Ao considerar a ambivalência que constitui a heterogeneidade do discurso sua consequente natureza dialética, Pêcheux estabelece que a AD não é uma disciplina descritiva e sim interpretativa.

Vale reiterar que uma das principais propostas da ACD de Fairclough é desenvolver uma análise do discurso com vistas a visibilizar a luta de classe e buscar a transformação social por meio e no discurso. Ele enxerga no trabalho de Michel Foucault essa questão da relação entre discurso e Poder e o funcionamento do discurso nas transformações sociais. No entanto, Fairclough se diferencia de Foucault ao propor uma Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Um dos conceitos desenvolvidos por Foucault levados em consideração por Fairclough é o das Formações Discursivas. Elas são fundamentais no esteio teórico da análise do discurso.

A análise de discurso diz respeito não à especificação das frases que são possíveis ou gramaticais, mas à especificação socio-historicamente variável de formações discursivas (algumas vezes referidas como discursos), sistemas de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais. (FAIRCLOUGH, 2001, p.65).

De acordo com Foucault (1997, p.43), as Formações Discursivas podem ser identificadas quando é possível estabelecer certa regularidade entre enunciados, objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. Ele detalha como regularidade uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações que seguem as chamadas *regras de formação* (itálico do autor).

As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. (FOUCAULT, p.43-44, 1997).

Fairclough concorda com Foucault quando admite que o objeto do discurso é constitutivo do próprio discurso. A totalidade desse objeto é tudo aquilo que se diz a seu respeito. E ainda sobre as Formações Discursivas, é válido salientar que elas estão

dispostas em rede, ou seja, existe uma articulação entre elas, o que torna as relações interdiscursivas bastante relevantes no processo de análise discursiva. Foucault propõe que os conceitos são elementos constitutivos das FD's e que eles são mutáveis e estão em constante circulação. Ele coloca a formação de conceitos dentro de uma FD por meio da descrição de como está organizado o “campo dos enunciados” a ela associado, dentro do qual seus conceitos “surgiram” e “circularam”. Isso ajuda a explicar os mais diferentes tipos de relação entre textos e discursos. Segundo Foucault, essas relações podem ser percebidas nas descrições, deduções, definições “cujo encadeamento caracteriza a arquitetura de um texto”.

Foucault chama a atenção para a importância do contexto. Segundo ele, o contexto situacional é a circunstância social no qual ele acontece. Já o contexto verbal diz respeito à relação ao que foi enunciado antes e ao que foi enunciado depois. Ele tece considerações importantes que deixam a superfície da sociolinguística, ou seja, etnia, gênero, classe social. Foucault defende que é preciso levar em consideração as Formações Discursivas para analisar o que foi dito e como o que foi dito foi afetado a partir das FDs. Neste aspecto, mais um ponto de concordância entre Foucault e Fairclough já que eles entendem as FDs como aspectos anteriores ao contexto e ao mesmo tempo constitutivo dele.

Não se pode, portanto, simplesmente apelar ao contexto para explicar o que é dito ou escrito ou como é interpretado, como muitos linguistas fazem na sociolinguística e na pragmática: é preciso voltar atrás para a formação discursiva e para a articulação das formações discursivas nas ordens de discurso para explicar a relação contexto-texto-significado. (FAIRCLOUGH, 2001.p.73).

Fairclough considera que a visão foucaultiana envolvendo FD, posição do sujeito e enunciação está carregada de doses estruturalistas uma vez que esses conceitos seriam usados para explicar a reprodução do Poder. Fairclough se utiliza desse arcabouço teórico justamente para comprovar a sua tese que por meio desses conceitos se deve buscar as transformações e mudanças sociais. Isso passa necessariamente por uma análise das relações de Poder. Para Fairclough, o Poder permeia as práticas sociais rotineiras e ele só é tolerado, ou mesmo não-percebido, por sua capacidade de ocultar a si mesmo, “seu sucesso é proporcional à sua habilidade para esconder seus próprios mecanismos. O Poder não funciona negativamente pela dominação forçada dos que lhe são sujeitos; ele os incorpora e é produtivo no sentido de que os molda e reinstrumentaliza, para ajustá-lo a suas necessidades” (op. cit. p.75). Para ser bem sucedido, o Poder tem que ter capacidade

de seduzir os dominados sem que estes percebam que estão sendo seduzidos. Fairclough destaca o pensamento de Foucault sobre a natureza discursiva do Poder quando concorda que “as práticas e as técnicas do Bio-Poder moderno são em grau significativo discursivas” (op. cit. p.81).

Fairclough busca complementar o trabalho de Foucault no que se refere à análise de discurso encaixando-o na Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Segundo Fairclough, a análise de discurso foucaultiana carece de análise linguística e textual, não que essas dimensões sejam as únicas levadas em consideração por Fairclough, pelo contrário, elas são acrescentadas as variáveis já existentes do discurso.

Quando elas (as instâncias concretas do discurso) são incluídas na ADTO, elas seriam sujeitas não apenas às formas linguísticas de análise textual, mas à análise de três dimensões: análise de texto, análise dos processos discursivos de produção e interpretação textual (incluindo a questão de quais tipos e gêneros de discursos são tomados e como eles são articulados) e análise social do evento discursivo, em termos de suas condições e efeitos sociais em vários níveis (situacional, institucional, societário). (op. cit. p.82).

Uma das principais críticas de Fairclough ao trabalho de Foucault reside em este se a ter às estruturas e não levar em consideração as lutas de grupos sociais. Para o britânico, a mutação das práticas sociais é capaz de operar transformações sociais. Fairclough defende a ADTO como uma forma de crítica ideológica, indo ao caminho oposto de Foucault. Para Fairclough, a ADTO trabalha com textos reais, exemplos concretos das práticas discursivas.

1.3 O Modelo Tridimensional do Discurso

A Teoria Social do Discurso desenvolvida por Fairclough enxerga o discurso e a linguagem como algo que vai além de uma mera representação ou significação do mundo, são práticas sociais exercidas de forma coletiva em rede. O discurso é um modo de agir no mundo e influenciar pessoas. Para Fairclough, o discurso é efeito das estruturas sociais e, ao mesmo tempo, constitutivo delas. Como dissemos anteriormente, a Linguística Sistêmico Funcional (LSF) faz parte do axioma epistemológico de Fairclough. As funções da linguagem ocupam parte considerável de seus conceitos. A função identitária trata do estabelecimento das identidades sociais nos discursos. A Relacional observa como as relações sociais são negociadas e representadas. Já a função Ideacional aborda as maneiras como “os textos significam o mundo e seus processos” (Fairclough, 2001, p.92).

Vale salientar que a ACD aborda em sua análise as relações de Poder. Quando falamos em relações de Poder, estamos abordando a luta entre grupos sociais e relações de dominação. Esse aspecto estabelece uma relação dialética com as práticas políticas e ideológicas que, para Fairclough, estão imbricadas. Ele defende a ideia de que os significados construídos a partir de visões ideológicas são resultado do exercício do Poder e da luta pelo Poder. Daí a definição de que a prática política é superior a prática ideológica. Fairclough diz que as práticas discursivas são uma forma particular de práticas sociais. A verificação da prática discursiva se dá por meio da produção, distribuição e consumo textual.

Um traço marcante na teoria de Fairclough é categorização presente nas dimensões das práticas discursivas e do texto. Ele considera inerente à prática discursiva a força dos enunciados (atos de fala), coerência e intertextualidade. Já na análise textual, as categorias que devem compor o escopo da análise são o vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A prática discursiva serve tanto para representar a sociedade quanto para mudá-la. A prática discursiva é uma prática social? Sim, a prática discursiva media o texto e a prática social. A prática discursiva é uma prática particular da prática social. O Modelo Tridimensional proposto por Fairclough visa analisar elementos dessas três dimensões sem que haja valor hierárquico entre elas. As três dimensões são imbricadas.

É uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável na análise de discurso. Essas são a tradição de análise textual e linguística detalhada na Linguística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microssociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados. (FAIRCLOUGH, 2001, p.100).

Na dimensão da Prática Discursiva, Fairclough destaca aspectos sociocognitivos da produção e interpretação de textos: força e coerência. A primeira diz respeito à ação propriamente dita do texto, está ligada também aos atos de fala, que são as mensagens orbitais ao texto que nem sempre são visíveis, mas compõem a mensagem e podem ser decodificadas, interpretadas. Fairclough também destaca que a força depende do contexto. É o contexto o elemento que vai reduzir a ambivalência do texto.

Quanto à coerência, Fairclough inova quando a trata como elemento presente na interpretação e não no texto propriamente. Segundo ele, quem confere coerência ao texto é o leitor ao interpretá-lo e não algo que o texto traga consigo. A coerência também está

ligada às relações de sentido. Só há sentido em um texto quando o intérprete enxerga sentido nele.

Quanto à questão da produção, a historicidade é o elemento importante a ser considerado na Intertextualidade. Quanto à distribuição, a perspectiva intertextual traz uma dimensão interessante para se analisar as redes e como os textos mudam ao sair de uma rede para outra. Fairclough faz uma considerável diferenciação entre o que ele chama de Intertextualidade Manifesta e Interdiscursividade ou Intertextualidade Constitutiva. As duas últimas podem ser consideradas sinônimas.

A Intertextualidade Manifesta acontece quando fragmentos de textos anteriores aparecem no texto em análise, algo que faz parte do mosaico do texto jornalístico, por exemplo. Já a interdiscursividade se mostra por meio de outros elementos dos textos anteriores nominados por Fairclough como ‘tipos de convenção’ e as ordens do discurso. (op. cit.114).

Fairclough coloca ainda que a intertextualidade da prática discursiva apresenta dois vieses: um de microanálise e outro de macroanálise. A primeira se refere à análise da conversação, na qual os intérpretes determinam, com precisão, os elementos discursivos baseados no repertório dos participantes. A segunda diz respeito a aspectos da ordem do discurso, são eles que vão ajudar na interpretação da natureza desse repertório (op. cit.115). A microanálise vai fomentar a macroanálise. Elas estão imbricadas.

É devido a sua inter-relação que a dimensão da prática discursiva em minha teoria tridimensional pode mediar a relação entre as dimensões da prática social e do texto: é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto (FAIRCLOUGH, 2001, p.115).

Fairclough defende as categorias de Hegemonia e Ideologia como sendo práticas sociais, construindo seu pensamento a respeito de ideologia com base nas contribuições de Althusser e de Voloshinov. Ele defende a tese de que as instituições materializam sua ideologia por meio de suas práticas. No entanto, discorda da interpelação do sujeito pela ideologia e a coloca como elemento constitutivo do sujeito.

Fairclough vê no trabalho de Althusser uma contradição. À medida em que ele coloca os aparelhos ideológicos do estado como local de luta de classes, entende que a estrutura segue um curso unidirecional na qual o Poder dominante é estabelecido e reproduzido sistematicamente. A luta consiste justamente para se alcançar certo equilíbrio, mas a concepção de manutenção e reprodução do Poder dominante é o que

prevalece na teoria de Althusser. Fairclough faz um contraponto a esta teoria porque ele acredita na capacidade criativa do sujeito quanto a provocar mudanças nas estruturas, ocasionar eventos, agir ativamente, seja no coletivo ou individualmente, a partir de concepções críticas que buscam a transformação e não apenas a luta para manter o equilíbrio. Essa teoria leva em consideração condições sociais e o contexto das relações de dominação.

A Teoria Social do Discurso de Fairclough leva em consideração alguns conceitos de Ideologia elaborados por John B. Thompson. Os conceitos e teorias sobre Ideologia surgiram na França do século XVIII. Thompson afirma que o conceito passou por transformações ao longo do tempo sendo amplamente usado não só no campo das ciências sociais, mas utilizado também no campo prático da Política como instrumento visando objetivos. Ele repensa as teorias de ideologia ao relacioná-las com o papel dos meios de comunicação de massa e como o crescimento desses meios se relaciona com a ideologia. Mais do que um sistema de crenças e de conhecimento, Thompson defende uma concepção mais crítica em torno dos conceitos de Ideologia e isso encontra amparo no uso social desses sistemas de crença e formas simbólicas. A hermenêutica desse campo de pesquisa é descrita por Thompson (2011a) por três fases: a análise sócio-histórica a partir do contexto no qual os fenômenos são produzidos, recebidos e circulados; a análise formal ou discursiva, que estuda as formas como construções simbólicas, seus padrões e relações; e a interpretação ou reinterpretação das formas simbólicas.

A interpretação da ideologia se apoia nas fases da análise sócio-histórica e na análise formal ou discursiva, mas ela lhes dá uma ênfase crítica: usa-as com o objetivo de desmascarar o sentido que está serviço do Poder. A interpretação da ideologia é uma hermenêutica de profundidade com um objetivo crítico. O conflito potencial inerente ao processo de interpretação assume assim uma forma nova e distinta quando estamos interessados em interpretar o caráter ideológico das formas simbólicas (THOMPSON, 2011a, p.35).

Essas formas simbólicas encontram terreno fértil nos meios de comunicação e a interpretação das Ideologias a partir da análise deste campo proposta por Thompson está apoiada num tripé composto pela produção, transmissão e difusão das formas simbólicas; construção das mensagens comunicativas; e recepção e apropriação das mensagens de mídia. Ao conceituar Ideologia, Thompson faz uma reconstituição histórica do termo desde o seu surgimento na França, enquanto “Ciência das Ideias” passando por suas ressignificações impostas por Napoelão para delimitar o campo de seus opositores até a reinterpretação por parte da escola alemã, que ganhou notoriedade a partir dos estudos de

Karl Marx. Foi ele quem percebeu que a Ideologia pode funcionar como um instrumento de manutenção das relações de Poder e de dominação.

Ideologia é um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideais que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social. (MARX Apud THOMPSON, 2011a, p.58).

De acordo com Thompson, o trabalho de Marx não vê a Ideologia como algo positivo e sim como um artifício para a manutenção da dominação sem que haja uma perspectiva de transformação social. Ainda no âmbito da historicidade do debate em torno de Ideologia, Thompson menciona a tentativa de Karl Mannheim em abordar a ideologia de forma neutra a partir de uma análise mais sociológica. A maior ponderação de Thompson quanto a esta escola reside justamente na não consideração do “fenômeno da dominação”.

É justamente aí, nessa questão de transformação social, onde reside a criticidade do conceito de Thompson sobre Ideologia. Ele propõe um conceito de ideologia ligado às relações de Poder, formas simbólicas a serviço das classes dominantes a fim de manter seu *status quo* (itálico nosso) e sua dominação. Elas se utilizam da Ideologia para construir um sentido que possa reger essa estrutura de dominação. Thompson elenca maneiras de como o sentido pode estar a serviço da Ideologia e como isso se relaciona com a manutenção da dominação de classes. É o que ele chama de Modos de Operação da Ideologia. São eles:

Tabela 1 – Modos de Operação da Ideologia de acordo com Thompson

Modos Gerais	Algumas Estratégias típicas de construção simbólicas
Legitimação	Racionalização - Universalização - Narrativização
Dissimulação	Deslocamento - Eufemização - Tempo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandartização - Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação - Expurgo do Outro
Reificação	Naturalização - Eternização - Nominalização/passivização

(Adaptado de Thompson, 2011a, p. 81).

Como veremos mais adiante, o conceito de Ideologia será uma das categorias presentes no modelo tridimensional de Fairclough que irá nortear esta pesquisa. Por ora, vamos nos debruçar sobre alguns dos modos de operação de Ideologia lançados por Thompson que irão contribuir com essa análise a começar pela Legitimação. A partir de

Max Weber, Thompson menciona que esse modo de agir se constrói a partir de um efeito de sentido de justiça digna de apoio estruturada em três fundamentos: o racional de apelo legalista; o tradicional que sacraliza costumes e regras imemoriais; e o carismático, que pode conferir a uma pessoa ou grupo o caráter excepcional de autoridade (THOMPSON, 2011a, p. 82).

Já a Universalização consiste na habilidade de um grupo dominante socialmente falando em colocar seus interesses como sendo úteis e necessários para todos, ou pelo menos para a maioria da sociedade. Esse modo aliado ao que Thompson categoriza como Expurgo do Outro costuma ser implacável na consolidação de sentidos que tendem a atender aos interesses das classes dominantes. O Expurgo do Outro consiste na construção de um inimigo comum que pode ser externo ou interno. Esse ‘inimigo’ (grifo nosso) pode ser um conjunto de ideias, uma etnia, grupos religiosos, partidos políticos, políticos, minorias, segmentos sociais contrários ao sistema dominante a exemplo de sindicatos, militantes de esquerda nas democracias ocidentais entre outros. Essa estratégia retrata o inimigo “como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo” (op. cit. p.87). Podemos citar como exemplo prático o Partido dos Trabalhadores (PT) apontado desde 2014 como o único grande causador dos problemas econômicos, políticos e sociais enfrentados pelo Brasil.

Ainda de acordo com a tese de Thompson, a eufemização é uma estratégia de produção de sentido que compõe o modo de operação da Ideologia da dissimulação. Trata-se de uma maneira de suavizar e inferir valores positivos a determinados processos e práticas sociais. Uma tática quase sempre utilizada para impor relações de dominação de uma forma mais sedutora ou palatável. “A eufemização pode se dar através de uma mudança de sentido pequena ou mesmo imperceptível” (THOMPSON, 2011a, p.84). Mas as práticas sociais que formam parte da história do Brasil nem sempre se travestem de tanta sutileza. A começar pelo início dela. O descobrimento do Brasil é uma eufemização para falar da invasão portuguesa do território que passou a ser chamado de Brasil; A Abolição da Escravatura, quando na realidade os negros deixaram de ter donos, mas continuaram tendo direitos sociais negados; A dita Proclamação da República de 1889 para suavizar um golpe militar que destituiu a família real do Poder; A quem chame do Golpe Militar de 1964 de *Revolução de 64* ou *Movimento de 64* (itálico nossos); O conhecido processo de Redemocratização de 1985, mas que iniciou sem eleições diretas para Presidente da República. Esses são alguns dos exemplos de eufemização que ajudam a explicar parte da estrutura da sociedade brasileira.

Como já mencionado nesta seção, Thompson defende o conceito crítico de Ideologia voltado para as transformações sociais. É este o mote adotado por Fairclough ao orientar sua teoria para a transformação e mudança social tendo a Ideologia como mola propulsora dessa luta por mudanças nas relações de Poder. Fairclough não vê apenas propriedades estáticas na Ideologia, mas algo que inspire e motive grupos sociais a participarem do embate.

As Ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* (itálico do autor) de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das Ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as Ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica (FAIRCLOUGH, 2001, p.117).

Fairclough deixa muito claro que vê a Ideologia como propriedade das estruturas e dos eventos, mas o que ele coloca como problema é identificar justamente essa dialética entre eventos e estruturas já que, apesar de se materializar por meio do discurso, a Ideologia não pode ser lida nos textos. Ela é percebida por meio da ‘produção de sentidos’ a partir da interpretação. Esse é o ponto da Ideologia enquanto evento. Fairclough acredita que a Ideologia está presente nas ordens do discurso (estrutura), nos eventos passados e atuais.

1.4 A Filosofia da Práxis despertando a consciência da mudança social

Como dissemos anteriormente, uma das peculiaridades da Análise Crítica do Discurso é a de propor uma busca por mudanças e transformações sociais. Proposta amparada em conceitos elaborados por Gramsci como Hegemonia e outros pré-existentes trabalhados por ele a exemplo da teoria marxista de Filosofia da Práxis. Essa corrente filosófica lida justamente com essa questão da luta entre grupos sociais. Surgiu na primeira metade do século XIX a partir das observações de Gramsci da filosofia alemã, da economia inglesa e política e literatura francesas (EFEKEN, 1993, p. 76). O contexto social político e econômico dos movimentos europeus supracitados nos remetem às transformações das relações entre dominantes e dominados proporcionadas pelo capitalismo da Revolução Industrial. A relação senhor-feudal/servo passa a ser a de patrão-empregado. O trabalho proletariado ocupa posição com um Poder de barganha

maior. As reivindicações por direitos trabalhistas e melhores condições laborais passam a ser um dos campos de observação deste novo viés da filosofia proposto por Marx.

Ainda de acordo com Efken (1993), a Filosofia da Práxis proposta por Gramsci se trata de uma reforma dos paradigmas anteriores do pensar filosófico antes centrado no indivíduo consciente de si e agora um pensar levando em consideração uma “concepção histórico-social como produto da atividade humana coletiva” (op. cit. p.77). Não só o pensar, mas o agir está no cerne da Filosofia de Práxis. A ação de desenvolver uma determinada teoria para pô-la em prática pressupõe, segundo o pensamento gramsciano, uma análise aprofundada (e crítica) da relação entre teoria e prática.

Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: de construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência; ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional. (GRAMSCI, 1991, p.51-52).

Este ato crítico é um dos elementos constituintes da transformação social. O novo sistema filosófico lançado por Gramsci não apenas reconhece, mas incentiva e provoca o homem enquanto sujeito social a intervir em dado momento da realidade. O “cálculo” (grifo nosso) de dosar teoria e prática racionais a serviço de certa mudança social pressupõe que o sujeito tenha consciência dessa possibilidade. São aspectos que constituem e desembocam no conceito de Hegemonia enquanto sistema de conquistas para o estabelecimento de novas maneiras de dominar.

A classe dominante se “apropria” da “concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas” à medida que a conquista, reformula, redefine e difunde, até que toda estrutura ideológica e todo o material ideológico sejam a expressão do interesse particular daquela classe, da sua vontade particular elevada à universalidade, transformando valores e costumes morais, ditando comportamentos e atividades, invadindo pensamentos e corações. (EFKEN, 1993, p.88)

Segundo a teoria de Fairclough, essas mudanças começam a partir da reconfiguração das Ordens do Discurso. Ela aponta três tendências que caracterizam essas mudanças: democratização, comodificação e tecnologização do discurso. Na democratização, os operadores hegemônicos aparecem de maneira mais sutil. Os marcadores discursivos de Poder tendem a aparecer de forma mais amena ou simplesmente são mascaradas, encobertas para usar o termo do próprio Fairclough. Um

dos instrumentos dessa democratização é justamente a informalidade ou o acesso de minorias ao discurso, isto é, certa e delimitada tolerância aos dialetos e sotaques das minorias. A informalidade cerne do discurso falado tem sido um dos principais elementos dessa democratização discursiva. O ex-presidente Luis Inácio Lula de Silva e o presidente Jair Bolsonaro compartilham dessa propriedade em comum eficaz em chamar a atenção do ouvinte.

A comodificação - vem do termo inglês *commodity* - e pode ser definida como o uso da lógica de mercado na prática discursiva de instituições que, necessariamente, não produzem mercadorias vendáveis. Fairclough cita como exemplo os setores da cultura e educação. Ocorre quando as instituições se organizam e se definem de maneira a produzir, distribuir e consumir mercadorias. As faculdades particulares, cujo o modelo de negócio depende de alunos pagantes de mensalidades, são exemplo de discurso comodificado. A difusão dessa ordem do discurso se propaga por meio da publicidade, que por sua vez tem como ordem discursiva a persuasão combinada com informação. A distinção entre informação e persuasão está cada vez mais tênue.

A categoria persuasão constitutiva dessa dimensão da comodificação pode ser percebida no discurso jornalístico. Não sob o viés de vender uma mercadoria, como nos sugere a publicidade, mas no intuito de fazer o intérprete a se convencer da ideia contida nos textos. A persuasão nesse caso se daria pela repetição do tema, pelo agendamento do tema. No caso das práticas analisadas nesta pesquisa, persuadindo o consumidor a pensar sobre o tema Impeachment e em seguida, o convencimento de que tal medida poderia representar uma alternativa para a crise econômica e ética as quais os país estava se submetendo.

Sobre a tecnologização, Fairclough considera que o discurso pode ser moldado sob medida para determinadas ferramentas visando o domínio de dada ordem do discurso. Podemos ilustrar como exemplo da tecnologização do discurso das redes sociais, usadas majoritariamente para difundir os modelos ideológicos já existentes, execrando, silenciado os oponentes ou até mesmo plantando *fake news* (que pode ser ela mesma uma tecnologização do discurso).

Ao denominá-las tecnologias do discurso, quero sugerir que na sociedade moderna elas têm assumido e estão assumindo o caráter de técnicas transcontextuais que são consideradas como recursos ou conjunto de instrumentos que podem ser usados para perseguir uma variedade ampla de estratégias em muitos e diversos contextos. As tecnologias discursivas são cada vez mais adotadas em locais institucionais específicos por

agentes sociais designados. Elas têm seus próprios tecnólogos especialistas que trabalham em seu aperfeiçoamento à luz da pesquisa e da mudança nas exigências institucionais e treinadores que transmitem as técnicas. (FAIRCLOUGH, 2001, p.264)

No caso do processo de destituição de Dilma Rousseff, um episódio que marcou o contexto do afastamento foi o áudio¹ supostamente vazado na rede social Whatsapp no qual o então vice-presidente Michel Temer teria ensaiado um pronunciamento à nação “caso viesse chegar ao Poder” (grifo nosso). Sabemos que há tecnólogos especializados não só nas estratégias digitais, como também nas ferramentas e que esta artimanha pode ter isso uma estratégia de persuasão e até mesmo de preparação para a nova ordem de Poder que estaria por vir. Podemos considerar que tal estratégia pode ter sido uma sondagem para saber como setores do mercado e sociedade reagiriam em caso de Michel Temer assumir a Presidência da República.

Vale ressaltar que a análise discursiva proposta neste trabalho vai focar no modelo hegemônico de prática discursiva proposto por Fairclough, não por descartar o modelo de código predominante puro e simplesmente, mas por entender que o modelo hegemônico fornece mais elementos que possam comprovar as mudanças na ordem do discurso que provocou a mudança social ou mudanças sociais com a troca de governo/deposição da presidente.

1.5 A Hegemonia materializada no discurso

Com relação ao conceito de Hegemonia, Fairclough busca em Gramsci elementos para explicar as relações de dominação materializadas nas práticas sociais e concretizadas por meio do discurso. Ele vê as ordens do discurso como peças que garantem o equilíbrio (embora marcado por contradições) e manutenção desse fluxo de Poder. A Hegemonia, segundo Fairclough, é exercida também por meio da produção, distribuição e consumo de textos, ou seja, a prática discursiva serve de ferramenta para nortear a luta hegemônica. A Hegemonia tem a ver também com as formas como as quais a realidade é construída discursivamente. Essa construção passa pelas maneiras de como o homem trabalha, é interpelado ou age sobre esta realidade. A ação visando à transformação social é onde reside a criticidade da concepção gramsciana.

¹ Disponível em <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/e-preciso-um-governo-de-salvacao-nacional-afirma-vice-michel-temer.html>. Acessado em 21fev 2019.

Gramsci inova a compreensão materialista da sociedade, na medida em que destaca a importância das superestruturas e encontra nelas a força motriz do desenvolvimento histórico. É a relação dialética entre os seus elementos que constitui a dinâmica da vida social. Sociedade civil e sociedade política articulam-se e definem-se a partir do princípio teórico-prático da Hegemonia, isto é, grupos sociais lutam pela conquista dos aparelhos ideológicos de Hegemonia, a fim de dirigir a sociedade segundo os seus interesses, interesses ancorados na posição que cada grupo ocupa na esfera econômica (EFKEN, 1993, p. 09).

Partindo do princípio gramsciano de que as classes dominantes tendem a reger a sociedade a partir do que melhor convém aos seus interesses, é possível relacionar essa lógica aos meios de comunicação de massa e como eles atendem aos interesses das classes dominantes. Levando em consideração que a mídia exerce um crucial papel na construção discursiva da realidade e que o sistema de mídia brasileiro é predominantemente empresarial, podemos afirmar que as narrativas apresentadas por ele são arquitetadas de maneira que haja uma concordância com as leis político-mercado-lógicas.

Efken (1993) coloca a Hegemonia como um dos momentos articulatórios da sociedade civil. É possível perceber essa articulação cada vez mais intensa e materializada no e pelo discurso. A construção de novas Hegemonias, a busca por ela em sociedades mediatizadas, ganha novos fluxos e formas a partir de sistemas cada vez mais complexos, interacionais e capilarizados nos quais circulam os textos, a exemplo das redes sociais. Gruppi (1980, p.3) explica o conceito gramsciano de Hegemonia “como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer”.

Antes de se concretizar por e no discurso, a Hegemonia se materializa também por meio de táticas bem sucedidas de construção de alianças, do estabelecimento de direções a serem seguidas pela sociedade. Veremos adiante na análise discursiva proposta que o processo de destituição de Dilma Rousseff restaurou uma antiga Hegemonia do espectro político da direita conservadora elaborada a partir de alianças, quase sempre tácitas, entre importantes atores da sociedade civil a exemplo da mídia dominante, sistema judiciário e partidos políticos, com o adorno de outros representantes da sociedade ilustrado por multidões. A velha ordem dominante voltou a ser também dirigente. O estabelecimento de uma ordem hegemônica representa necessariamente a queda de outras forças antecessoras que ocupavam as esferas do Poder.

Uma classe, por conseguinte, é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando, assim, uma crise na

Ideologia dominante, que leve à recusa de tal Ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no Poder. (EFKEN, 1993, p.49-50).

É importante observar mais afundo as diferenciações entre classe dominante e classe dirigente. As duas condições podem ocorrer concomitantemente ou estarem presentes em grupos sociais distintos. Isto é, em dadas situações hipotéticas é possível que a classe dominante, dadas determinadas circunstâncias, faça uma concessão a um grupo social distinto para que o mesmo exerça a direção da sociedade, desde que não haja maiores contrariedades aos seus interesses. Esta suposta concessão não significa dizer, portanto, que a classe dirigente passa a ser a dominante. Tal situação se configura como exceções tendo em vista que a tendência, sobretudo nas sociedades capitalistas ocidentais, é de que a classe dominante seja a dirigente.

De acordo com Efken (1993), Gramsci considera que é na sociedade política ou Estado e no ‘governo jurídico’ onde a classe dominante manifesta sua Hegemonia e domínio direto sobre toda a sociedade. Essa premissa pode ser ainda mais claramente constatada quando se observam fatores de politização do Poder Judiciário ou em certas características do presidencialismo de coalizão.

A Hegemonia de uma classe ou grupo social sobre o outro passa pelo papel do Estado. Como dissemos anteriormente, a Hegemonia se expressa por meio do Estado. Gramsci coloca duas vias nas quais o Estado pode ser usado para fazer valer determinada Ideologia: a educativa positiva exercida pelas escolas; e a educativa negativa exercida pelos tribunais (EFKEN, 1993). Acordos, alianças, táticas de convencimento vistas como a única maneira de consolidar determinada Hegemonia, embora possível, está longe de ser o único caminho. Quando não há o mínimo de alinhamento estratégico entre os grupos sociais dominantes e subalternos, as medidas visando um novo estabelecimento hegemônico podem ser construídas de tal maneira que se possam ser executadas por meio coercitivo: processos jurídicos, leis e julgamentos legalistas. No entanto, vale ressaltar que não há Hegemonia que se sustente por muito tempo apenas por um dos caminhos: consenso ou coerção. O equilíbrio necessário para dar sustentabilidade às forças hegemônicas está justamente na articulação entre esses dois caminhos.

Portanto, se é utópico pensar no Estado só alicerçado no consenso (consenso como base exclusiva da Hegemonia), é igualmente impossível um Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação. Esta só pode ser provisória e será acionada nos momentos em que vem a faltar o consenso (crise do bloco histórico) ou quando os grupos subalternos acirram a sua luta contra a classe dominante (EFKEN, 1993, p.55).

É importante ressaltar aqui algumas observações do que se entende por consenso quando se trata de Hegemonia. Ele não pode ser interpretado como uma concordância generalizada de todos os atores do tecido social, até porque tal condição seria utópica, mas a concordância de uma parcela significativa das classes sociais que produza a percepção pública consensual. Por exemplo, o respeito a um resultado acirrado de uma eleição pode ser considerado uma maneira de se estabelecer um consenso, mesmo que nem todos concordem com o resultado final. A governabilidade é um elemento materializador da Hegemonia. Trata-se da habilidade do Poder Executivo em articular as necessidades do povo com os interesses das forças elitistas por meio da arte de bem se relacionar com o Congresso Nacional e de obter respaldo político do Poder Judiciário, sem que tal equação prejudique a aprovação popular.

1.6 A lógica de rede da Intertextualidade

O conceito de Intertextualidade tem como preceito a teoria dialógica de Bakhtin. Esse termo foi usado por Julia Kristeva para apresentar às academias ocidentais o que o linguista russo chamava de translinguística. De acordo com Fairclough, o conceito de intertextualidade está ligado à produtividade de textos com capacidade para provocar mudanças em textos anteriores e “reestruturar convenções” e assim gerar novos textos. Mas essa capacidade não é ilimitada e totalmente livre. É por isso que a ligação entre os conceitos de intertextualidade e Hegemonia ocupa um espaço importante na análise crítica do discurso. As relações de Poder são intertextuais

[...] essa produtividade na prática não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para a inovação textual e para os jogos verbais: ela é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de Poder. A teoria da intertextualidade não pode ela própria explicar essas limitações sociais, assim ela precisa ser combinada com uma teoria de relações de Poder e de como elas moldam (e são moldadas por) estruturas e práticas sociais [...] Não só se pode mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de Hegemonias particulares e estados de luta hegemônica, mas também conceituar processos intertextuais e processos de constatação e reestruturação de ordens de discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo (FAIRCLOUGH, 2001, p.135).

A historicidade é uma das propriedades da intertextualidade. Fairclough aborda a visão de Julia Kristeva da intertextualidade vertical e horizontal, esta última uma visão

dialógica dos textos que antecederam e dos textos que surgem posteriormente. Já a visão vertical diz respeito às ligações a partir de contextos e outros aspectos temporais. A intertextualidade é constitutiva das estruturas das Ordens do Discurso. Portanto, a intertextualidade se trata de um encadeamento que não é linear (de cima para baixo ou de um lado para outro) e sim que opera a partir de uma lógica de rede que forma o tecido textual ou discursivo.

Fairclough coloca em campos distintos as categorias de intertextualidade. Ele prefere usar o termo intertextualidade quando não se pretende explorar a distinção entre elas e o foco estiver no texto. No entanto, se o foco for a intertextualidade constitutiva, aquela em que se leva em consideração as Ordens do Discurso como prioridade, ele usa o termo 'interdiscursividade'. Para deixar claro, a intertextualidade constitutiva é a interdiscursividade de Fairclough quando ele quer expressar o foco no discurso e não no texto.

Ele categoriza os diversos modos de intertextualidades. A sequencial é aquela que alterna diferentes textos ou tipos de discurso em um texto. Já a encaixada é a que um texto ou tipo de discurso está claramente contido na matriz de outro. A intertextualidade mista é aquela na qual os textos e diferentes tipos de discurso estão fundidos maneira mais complexa e mais difícil de identificar. Ainda segundo, Fairclough há outras manifestações interdiscursivas quando o produtor busca representar outros discursos visando determinada funcionalidade e certos objetivos. É o caso da pressuposição.

Deve ser observado que as pressuposições, quer sejam baseadas em textos anteriores do (a) produtor (a) do texto, quer em textos de outros, podem ser manipulativas assim como sinceras. Isto é, o (a) produtor (a) do texto pode apresentar uma proposição como dada por outro ou estabelecida por ele mesmo desonestamente, insinceramente e com intenção manipulativa. As pressuposições são formas efetivas de manipular as pessoas, porque são frequentemente difíceis de desafiar [...] As pressuposições manipulativas também requerem sujeitos interpretantes com experiências e suposições particulares em textos anteriores e, assim fazendo, elas contribuem para a constituição ideológica dos sujeitos (op. cit. p.156).

Ainda nas categorias de representação de discurso, Fairclough elenca a negação. As frases de teor negativo podem negar algo que nem aparecem claramente no próprio texto, mas têm a capacidade de conversar com outro texto que tenha feito dada afirmação ou acusação. Talvez a categoria de metadiscurso seja a que mais contenha o conceito de produção discursiva sob medida, com determinado fim. O produtor busca balancear e até

mesmo alternar o seu próprio texto com o texto representado. O produtor, em alguns momentos do texto, concretiza isso se distanciando do texto de origem. Fairclough exemplifica isso a partir de expressões “tipo de”, “espécie de”. Tal distanciamento pode ser percebido também por meio dos verbos *dicendi* (itálico nosso) como por exemplo, “dizer”, “afirmar”, “contar” e “explicar”. Quando se adota estes verbos, extremamente comuns nos textos jornalísticos, o produtor marca seu lugar de representador fiel e na íntegra do texto representado, um distanciamento com efeito de sentido de imparcialidade, mas que em sua ambivalência pode ganhar outros efeitos de sentido tais como ironia, negação, descredenciamento, dúvida ou até mesmo arrogância, empáfia. Tal prática discursiva é um artifício que estabelece uma percepção ilusória de delimitação entre o sujeito e discurso, embora este último seja constitutivo do primeiro.

O metadiscurso implica que o (a) falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e esteja em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo. Isso tem implicações interessantes para a relação entre discurso e identidade (subjetividade): parece ir contra a visão de que a identidade social de uma pessoa é uma questão de como ela está posicionada em tipos particulares de discurso. Há dois lados nessa questão. Por um lado, a possibilidade de uma distância metadiscursiva de seu próprio discurso pode dar a ilusão de que a pessoa está sempre plenamente no controle dele, de que o discurso é um efeito da subjetividade mais do que vice-versa. (op. cit. p.158).

A Interdiscursividade é permeada pelas ordens do discurso que, para Fairclough, são elementos dos limites das práticas discursivas e estas são contornadas por convenções. Essas convenções, por sua vez, tocam em questões ligadas à coerência. Neste quesito, Fairclough concorda com Maingueneau no que “a coerência não é uma propriedade do texto, mas uma propriedade que os intérpretes impõem aos textos e diferentes intérpretes possivelmente geram diferentes leituras coerentes do mesmo texto” (op. cit. p.172). A figura do intérprete aqui é sujeito social com repertório variado, experiência e acúmulos de bagagem social que vão orientar essa interpretação. Esse espectro revela uma criticidade em maior ou menor intensidade que não é homogênea nem igualitária. Fairclough busca identificar, por meio da análise textual, as relações sociais.

Para embasar ainda mais a análise textual, as categorias de controle interacional e a modalidade podem ser dimensões úteis à análise textual do corpus da dissertação, além do *Ethos* (itálico nosso) que ajuda a compor a identidade social. Aliás, Fairclough afirma que o *Ethos* tem propriedade intertextual e é constituído a partir de outros gêneros e tipos

de discursos imbricados à subjetividade do sujeito. “O Ethos é, então, manifestado pelo corpo inteiro, não só pela voz” (op. cit. p.208). Isto é, o comportamento implicado ao discurso, ou constitutivo dele, dão uma dimensão desta categoria.

Além do aspecto da identidade social, a análise textual proposta por Fairclough trabalha com a construção da realidade social. A investigação de Fairclough se concentra no limiar entre processos e participantes desta dada realidade e como isso se dá linguisticamente. A significação desses processos é o que compõe o objeto de análise. No entanto, eles podem ser considerados separadamente e como se relacionam nos âmbitos sociais e da linguagem. Essa multiplicidade de formas de como esses processos e participantes são significados é o que conceitua a chamada transitividade do tema. De acordo com Fairclough, essa transitividade deve levar em conta como fatores sociais, ideológicos, políticos e culturais contribuem no processo de significação de determinados processos e como eles estão representados nos discursos ou nos textos.

Ele chama a atenção para uma das características principais da transitividade do tema que é a ação dirigida. Tal ação se materializa nas escolhas de orações ativas e passivas, combinação com metáforas, isto é, os propósitos no momento de formular ou se adotar determinadas orações a partir dos elementos sociais, culturais, ideológicos e políticos para construir uma significação. Essa cadência planejada na formulação de um texto se utiliza de verbos que marcam a relação entre os participantes. Outro recurso é o uso da voz passiva quando se quer reduzir o protagonismo do agente. O fato é que a transitividade do tema está ligada a uma escolha de como esse processo será significado, tal escolha está cercada de motivações ou intencionalidades sejam elas políticas, ideológicas, econômicas ou sociais. Isso coloca o real acima do linguístico.

[...] um processo real pode ser significado linguisticamente numa variedade de formas, de acordo com a perspectiva em que ele é interpretado. Uma língua diferencia um pequeno número de tipos de processo e tipos de participantes associados, e a significação de um processo real é uma questão de assimilá-lo em um desses tipos. Uma motivação social para analisar a transitividade é tentar formular que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos determinam como um processo é significado num tipo particular de discurso (e em diferentes discursos), ou num texto particular (FAIRCLOUGH, 2001, p.223).

Aplicando esse conceito ao caso da ex-presidenta Dilma Rousseff o que se tem de real é a cassação do mandato, mas o processo foi significado de várias maneiras. Quem nominou pura e simplesmente de Impeachment interpretava como uma ação legalista, uma alternativa para superar a crise política e econômica e ainda combater a corrupção, o desemprego. Ou simplesmente tinha motivações ideológicas alinhadas à direita. Já

quem chamava de Golpe, descredenciava o embasamento legalista, considerando apenas as intencionalidades políticas, acusava os oponentes de desprezo ao resultado das urnas e quase sempre estava alinhado ideologicamente à esquerda. Vamos tratar de outros aspectos da nominalização na seção a seguir.

1.7 Golpe versus Impeachment: nominalizações de um mesmo processo

Durante a significação do processo de afastamento da Presidente Dilma Rousseff, dois termos protagonizaram as narrativas opostas em torno do processo: Golpe versus Impeachment. Fairclough chama este fenômeno de nominalização que tem a capacidade de transformar “processos e atividades em estados e objetos, e ações concretas em abstratas [...] A criação de novas entidades é uma característica da nominalização que tem considerável importância cultural e ideológica” (FAIRCLOUGH, 2001, p.227). O fenômeno da nominalização pode ser visto como um atalho para os intérpretes acessarem a realidade ou pelo menos identificarem qual fragmento desta dada realidade está sendo abordado. A nominalização por si só não significa o todo, mas dá uma relevante contribuição para o processo de significação que é composto por outros elementos. Fairclough chama a atenção, por exemplo, para o uso da metáfora nessa tentativa de explicar e traduzir a realidade. Ele afirma que esses fenômenos de “tradução e explicação” (grifo nosso), estão ligados à maneira de como pensamos, agimos. Com base nisso podemos defender a ideia de que a metáfora constitui nosso sistema de crenças e de conhecimento. A metáfora é uma prática discursiva bastante utilizada pela mídia para construir a realidade, mas feita de tal maneira de que passe a sensação aos consumidores/intérpretes do texto de que ela, a realidade, está apenas sendo reproduzida.

A mídia, pela maneira como seleciona, ordena e representa as informações, reduz a complexidade e a confusão de uma campanha a uma discussão ou a um combate com partes fixas, ataque seguido por contra-ataque. Isso é então retratado como uma realidade que a mídia simplesmente reflete, disfarçando assim os efeitos construtivos que a mídia, ela própria, exerce sobre a realidade. Uma outra consequência prática é que a cobertura da mídia em si mesma passa a ser moldada pela metáfora: nós podemos, por exemplo, encontrar um padrão de alternância, dia a dia, entre os ‘ataques’ de um partido e os ‘contra-ataques’ de outro. E os partidos políticos adaptam suas campanhas para adequá-las à ‘realidade’ de sua retratação da mídia. Se a oposição é retratada como tendo realizado uma grande ‘ofensiva’ num dia, um partido precisa produzir fatos nas entrevistas coletivas e nos discursos que seus assessores de mídia considerem que possam ser prontamente

convertidos em um ‘contra-ataque’. Em suma, a metáfora tem efeitos sobre a cobertura da campanha e sobre a campanha em si (op. cit. p.243).

Esse jogo de ataque e contra-ataque descrito por Fairclough ao se referir à mídia pode ser constatado no nosso objeto de análise quando a mídia tenta ‘retratar’ as narrativas dos que eram contra e a favor da destituição da Presidenta. O termo Golpe pode ser visto como uma metáfora, um recurso usado por aqueles que enxergaram no processo o caráter conspiratório, usurpador e características de manobras escusas para tomar o Poder. O tom metafórico pode ser visto com mais nitidez quando se observam expressões derivadas a exemplo de *Golpe Parlamentar*, *Golpe Suave* ou *Golpe Branco* (itálicos nosso).

1.8 A interdiscursividade do afastamento de Dilma com o Impeachment de Collor e o Golpe Militar de 1964

Em certa medida, parte das construções discursivas polarizadas em torno da destituição de Dilma Rousseff apresenta um nível de Interdiscursividade com dois episódios históricos: O Golpe Militar de 1964 e o Impeachment de Fernando Collor de Mello. Apesar de práticas sociais situadas em contextos temporais completamente diferentes entre os três fenômenos (a destituição de Dilma, o Golpe e o Impeachment de Collor), os dois fatos passados embasaram parte das argumentações sobre o afastamento de Rousseff.

Por um lado, os apoiadores do Impeachment alegavam não haver golpe como o de 64 porque o exército não tomou o Poder com uso da força física. A destituição seguiu rito legalista com apoio popular, tal como foi o processo de Collor. O argumento era de que Impeachment norteado pela Constituição não era golpe. De outro lado, os apoiadores de Dilma alegavam ser golpe, mesmo não havendo conflito armado ou Exército nas ruas porque as pedaladas fiscais não teriam ocorrido e conseqüentemente não havia crime de responsabilidade que ferisse a legalidade. Para os partidários de Dilma, estava em curso a tomada de Poder (tal como ocorreu em 1964), a usurpação do cargo por parte do vice Michel Temer, daí atribuir ao processo o nome de golpe.

As relações descritas acima podem ser observadas como sendo uma ocorrência de Intertextualidade. Mas como a observação se passa a partir do discurso e não na superfície do texto, Fairclough (2001) chama esse fenômeno de Interdiscursividade, “que é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens do discurso” (p.152). Em ambas as construções discursivas em torno

da destituição de Dilma, recorreu-se, em algum momento, a esses dois episódios (64 e Collor) para argumentar e estabelecer determinada prática social/discursiva como sendo absoluta uma sobre a outra.

Em certa medida, o efeito de sentido de golpe reside na interrupção de um governo constitucional e democraticamente estabelecido via eleições diretas, embora a substituição tenha sido igualmente constitucional e democrática, já que Temer compunha a chapa vencedora das eleições. A prática social da destituição de Dilma talvez venha a ser estudada pela história a partir da legalidade autoritária. O componente de autoritarismo (ainda que legal) na cassação de Dilma tem interdiscursividade com 1964. O termo golpe é alvo de debate até mesmo em se tratando do episódio de 1964. Toledo (2004) contesta a tese de que esse momento histórico tenha sido uma revolução, como preferem chamar as forças vencedoras de então, a partir das palavras do ex-presidente, o General Emílio Garrastazu Médici, de que o que houve em 64 não foi uma revolução porque ela não se propunha a construir uma alternativa ao país e sim se mostrou um movimento contra aquilo que as classes dominantes e as Forças Armadas viam como subversão, ameaça comunista e corrupção.

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (do campo e das cidades); um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país. (TOLEDO, 2004, p. 68).

O que se pretende nessa seção não é tecer uma análise crítica do discurso focada no Golpe de 1964 (também chamada de Movimento, Revolução), mas estabelecer alguns elementos de interdiscursividade com a prática social que culminou com o afastamento de Dilma. Em 1964, os inimigos eram o comunismo, a União Soviética, a corrupção e a percepção pública de balbúrdia. Em 2016, os algozes eram os petistas, o ex-presidente Lula, o espectro político da esquerda como um todo, e o famigerado comunismo. Cuba e Venezuela foram as referências internacionais a serem combatidas. Em ambos os episódios, a defesa da família, dos valores tradicionais, o combate à corrupção e a criminalização da esquerda permeavam o senso comum. O apelo a temas morais e ideológicos, quase sempre de cunho emocional, foram os elementos usados para o convencimento da necessidade da troca de comando de poder.

Como já mencionado, a prática social do afastamento de Dilma Rousseff tem interdiscursividade com o Impeachment de Fernando Collor de Mello. Mas por que o afastamento de Collor não foi chamado de golpe? No campo da prática discursiva, talvez

a maior diferença tenha sido a percepção pública de consenso. Se no de Dilma havia uma polarização, no de Collor havia uma aparência de unanimidade. O movimento liderado pela União dos Estudantes (UNE) chamado de Caras Pintadas correspondia ao arabesco do povo homogêneo (diferentemente do conceito de multidão, quem tem a ver com pluralidade). Havia percepção pública de unanimidade em torno da queda de Collor.

No que se refere aos crimes de responsabilidade que embasaram os processos e as sentenças de ambos, há diferenças quanto à personificação. As chamadas Pedaladas Fiscais foram atribuídas ao governo petista e não à Dilma Rousseff propriamente. Já os crimes atribuídos a Fernando Collor, tiveram origem numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada após revelação do irmão do ex-presidente, Pedro Collor, de que o tesoureiro da campanha Paulo César Farias coordenava um esquema que beneficiava Fernando Collor pessoalmente com dinheiro. O Impeachment então era a punição para crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Outro fator que alimenta a percepção de unanimidade reside no ímpeto emocional de a sociedade manusear, pela primeira vez após a redemocratização, as ferramentas de eleição e destituição de um presidente. Ainda permeada pelos ecos da redemocratização recente, das primeiras eleições diretas, a sociedade foi estimulada a usar os mecanismos colocados a sua disposição pela democracia. Havia um sentimento de que todos os dispositivos democráticos deveriam ser testados para saber se a mesma força democrática do povo unido seria capaz de eleger e cassar presidentes a qualquer momento.

A interdiscursividade Collor versus Dilma se ocorre também por meio do viés legalista, no apoio da mídia empresarial, mercado financeiro e “neutralidade” (grifo nosso) do Poder Judiciário, crise econômica, insatisfação popular e perda de apoio parlamentar no Congresso Nacional. Mas no caso de Dilma, a polarização desta prática discursiva resultou numa ruptura com parte significativa do tecido social. A aparência democrática, com a mídia vocalizando a insatisfação de atores da sociedade e o sistema político e jurídico tentando dar respostas a tais anseios resultou num ambiente legítimo construído artificialmente.

Porque democracia não é apenas funcionamento de instituições políticas formais, não é apenas um sistema político regido formalmente por regras democráticas. Democracia é uma forma de vida que penetra fundo no cotidiano, que se cristaliza em uma cultura política pluralista. (NOBRE, 2013, p.35).

Quando o resultado de uma eleição não é totalmente digerido a ponto de se elaborar condições para inviabilizá-la, há um sinal de que não está nas entranhas do cotidiano de uma sociedade, que certamente não tem essa cultura política pluralista necessária à

democracia. O esgarçamento institucional resultante da destituição de Dilma a ruptura com o resultado das eleições e, conseqüentemente, com os valores democráticos.

2. O PLANEJAMENTO E A PRODUÇÃO DO IMPEACHMENT

Este capítulo vai abordar elementos exteriores aos textos analisados no *corpus* na tentativa de esboçar o contexto no qual a destituição da presidenta Dilma Rousseff estava inserida. A troca de governo numa República, seja por meio de uma eleição ou afastamento do titular, sempre é precedida de movimentação política e social que pode ser mais ou menos intensa. Trata-se de um fenômeno que mantém uma relação dialética com a estrutura e a conjuntura de uma sociedade. Tais aspectos são levados em consideração por Norman Fairclough em sua teoria do discurso, no embasamento de seu Modelo Tridimensional de Análise Crítica do Discurso e que comentaremos posteriormente.

Retomando ao processo de destituição de Dilma Rousseff, a contextualização se dará por meio da descrição de eventos que antecederam o afastamento e até mesmo aqueles que compuseram a prática social do Impeachment de Dilma Rousseff. Neste capítulo vamos lembrar alguns episódios da história nacional que, em certa medida, se conectam ou influenciaram a prática social do Impeachment. Portanto, elencamos:

- As Jornadas de Junho de 2013
- As Eleições 2014
- As primeiras manifestações contra o governo reeleito em março de 2015
- A troca de ministros da Economia na gestão Dilma
- A Operação Lava Jato mirando Eduardo Cunha
- Carta de Michel Temer
- Um QG do Impeachment
- O áudio de Romero Jucá
- O apoio da Fiesp ao Impeachment

A pretensão aqui não é analisá-los ou aprofundar os estudos em relação a tais momentos, mas utilizá-los como um recorte auxiliar que permita, assim como as análises discursivas, compreender melhor o processo de afastamento de Dilma Rousseff.

2.1 Jornadas de Junho de 2013

Os sintomas iniciais de desestabilização se deram a partir do movimento conhecido como As Jornadas de Junho de 2013. As primeiras manifestações aconteceram nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Natal e foram contidas com forte repressão policial. Protestos contra o aumento de passagens do transporte público em

capitais como o Rio de Janeiro e São Paulo logo agregaram outras pautas que expressavam a indignação popular.

Corporações e entidades passaram a expor seus particulares descontentamentos e o fenômeno se generalizou como uma grande insatisfação social que explodiu nos maiores centros urbanos do Brasil. O combate à corrupção passou a ser uma das bandeiras do levante que teve entre suas frases de ordem “Não é só pelos vinte centavos” (grifo nosso). Os gastos públicos com a realização da Copa das Confederações naquele ano e a Copa do Mundo de 2014 permearam os questionamentos dos grupos sociais que estavam nas ruas. Os manifestantes vociferavam por escolas e hospitais no “padrão Fifa” (grifo nosso), numa manifestação que desembocou num protesto amplo e complexo contra todos os símbolos e atores que representavam o *establishment*, a começar pelos movimentos sociais formalizados e partidos políticos. Teixeira (2018) ressalta que os acontecimentos de Junho de 2013 foram ecos dos movimentos *Occupy (Wall Street)* e da Primavera Árabe, que agitaram Estados Unidos e Oriente Médio ao protestar contra os respectivos sistemas políticos e econômicos.

Naquele ano aprendemos um repertório de ações e de organizações políticas para além dos movimentos sociais constituídos e dos partidos, ambos afetados pelo grito de “**Não Me Representa**” (grifo do autor), que aparecia nos gritos e cartazes das ocupações. A recusa dos partidos e dos movimentos com lideranças centralizadas, a crítica à **democracia representativa** (grifo do autor) e ao desenvolvimentismo, a politização do espaço público, a auto representação como única democracia possível, são elementos que estiveram presentes em 2011, e que foram retomados em 2013, em proporções muito maiores. (TEIXEIRA, 2018).

Observando as proporções alcançadas pelas Jornadas de Junho de 2013, vale destacar que o engajamento nas ruas foi fruto de uma então nova estratégia de convocação popular através das redes sociais. A mobilização digital aparentemente silenciosa e invisível aos ouvidos e olhos da chamada mídia tradicional surpreendeu a classe política nesta ocasião e posteriormente se tornou mais frequente em outras manifestações. A instrumentalização das redes sociais foi bastante utilizada nos protestos contra e a favor do Impeachment de Dilma.

Ao analisar o fenômeno, Medeiros (2014) destaca que os protestos apresentam a insatisfação do novo arcabouço social surgido durante o Governo Lula: os novos integrantes da classe média e da nova classe trabalhadora. Dados apresentados por Medeiros (2014) do Programa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que um contingente de 40 milhões de pessoas ascenderam socialmente entre 2003 e 2010.

[...] metade dessa população rompeu a barreira da miséria absoluta e grande parte adentrou no mercado de trabalho formal e no mundo do consumo pela primeira vez na vida. A renda dos 10% mais ricos aumentou 16% e a dos 10% mais pobres quase dobrou (91%). Em 2011, o país atingiu o menor nível de desigualdade desde os primeiros registros dos anos 1960. Trata-se de um feito, embora o nível de desigualdade permaneça altíssimo. (MEDEIROS, 2014, p. 102).

No entanto, a mesma economia que resultou na inclusão social por meio do consumo nos anos anteriores apresentou efeitos colaterais por meio da alta na inflação, gerada em parte pela subida nos preços das passagens e alimentos, entre outros. No intuito de controlar a escalada inflacionária, o governo Dilma reduziu as taxas de juros de bancos públicos em 2012 na tentativa de forçar os bancos privados a fazerem o mesmo. A turbulência na macroeconomia deu início às primeiras insatisfações com a mandatária que seria reeleita em 2014 e deposta em 2016.

Apesar de representar um agito e insatisfação sociais significativos, os protestos de Junho de 2013 são vistos por Singer (2013) como atos que não configuraram uma insurreição capaz de mudar ou até mesmo questionar a ordem e as relações de propriedade e de produção. Ao se debruçar nos acontecimentos daquele mês e sem a intenção de lançar mãos de desdobramentos naquela ocasião, ele classifica o episódio histórico em três fases: a primeira contra o aumento das passagens em São Paulo (liderada e organizada pelo Movimento Passe Livre - MPL); a segunda fase se dá em resposta aos excessos policiais quando outros segmentos sociais aderem ao movimento gerando um crescimento exponencial no número de participantes, mas com demandas e reivindicações difusas contra o sistema político em geral. O início da Copa das Confederações impulsiona a nacionalização do movimento registrando conflitos nas cidades-sedes do torneio de futebol. É o ápice das manifestações com governos estaduais revogando o aumento dos 20 centavos nas passagens de ônibus e Dilma Rousseff apresentando projeto de Constituinte para a reforma política; a terceira fase, já nos últimos dias de junho, com protestos difusos nas cidades, foi marcada pelo arrefecimento das manifestações.

Ainda de acordo com Singer (2013) a composição social dos protestos (ele refuta o termo Jornada por não vê um caráter de revolução) é da tradicional classe média “inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional” (SINGER, 2013, p. 27) e da nova classe trabalhadora que adentrou no mercado, mas que enfrentava a alta rotatividade, baixos salários e condições precárias devido ao baixo nível de qualificação.

Do ponto de vista político, também havia uma heterogeneidade com a presença de vários pontos do espectro presentes no desenrolar das manifestações: desde as extremas esquerda e direita, passando pelo centro até a esquerda e direita moderada. No entanto, Singer aponta que os posicionamentos mais radicais foram os que mais apareceram. Vale salientar que na época das chamadas Jornadas de Junho, Dilma Rousseff estava há dois anos e meio no seu primeiro mandato presidencial e já ali havia sinais de descontentamento da classe média com o seu governo.

Pesquisa realizada pelo Datafolha quando começavam os protestos (6 e 7 de junho) já detectara que entre os eleitores com renda mais alta a avaliação positiva do governo Dilma Rousseff caíra de maneira acentuada, indo de 67% em março para 43% três meses depois. Aparentemente, o chamado do MPL, que se dirigia, sobretudo, aos jovens proletários, caiu nos ouvidos irritados da classe média. Mas irritados por quê? O instituto Vox Populi, que encerraria outra pesquisa quatro dias depois do Datafolha, indicava que metade da amostra se dizia muito preocupada com a inflação. Embora diverjam em quase tudo, economistas de diversas tendências estavam de acordo em que tinha havido um fenômeno, talvez tópico, mas de alguma relevância, no campo do aumento de preços nos meses anteriores (SINGER, 2013, p.34).

Singer (2013) acrescenta que os economistas de lados opostos do campo político pareciam convergir para a percepção de que o custo de vida teria subido tanto para a nova classe média quanto a classe média alta. Porém, o surto inflacionário não teria força, sozinho, de impulsionar as manifestações de Junho, mas teria contribuído para lotar as ruas na metade final dos protestos. O custo de vida das classes médias e as difíceis condições de segurança e mobilidade nos centros urbanos foram alguns dos motivos dos incômodos desta parcela da sociedade.

Como já mencionado, as Jornadas de Junho de 2013 se desenrolaram com pautas difusas e plurais. Os protestos contra o *establishment* se materializaram e ações de oposição contra quem estava no poder nos principais estados da federação. A multidão na rua logo passou a ser percebida por determinados atores políticos como oportunidade para colocar em praça pública suas reivindicações.

A direita buscou tingir as manifestações de um sentimento anticorrupção. Convém lembrar que, no Brasil, essa é sempre a arma favorita da oposição, e o objetivo quase único da direita, nesta quadra, e opor-se ao governo federal, tirando o PT do poder e, se puder, impedindo-o para sempre de voltar. Como a corrupção é um fluxo de transações indevidas entre os bens públicos e os interesses privados, os governos, enquanto gestores da riqueza coletiva estão constantemente no centro das denúncias. Acrescente-se que o chamado mensalão, cujo julgamento, amplamente televisionado, ocorrera seis meses antes da explosão, pode ter tido efeito sobre os acontecimentos de junho, mobilizando uma fração que viu no chamado do MPL para ir às ruas a oportunidade de colocar

em pauta um assunto profundamente entalado na garganta. (SINGER, 2013, p.35).

O assunto entalado na garganta logo se transformou num coral gigantesco de gritos “Fora Dilma, Fora Lula, Fora PT” (grifos nosso) quase dois anos depois, como provam as primeiras manifestações pelo Impeachment registrados no começo de 2015, e que abordaremos mais adiante. O tom aparentemente plural e democrático participativo das Jornadas foi o gatilho para uma guinada ideológica no processo de construção da Hegemonia que viria a se consolidar com a destituição de Dilma Rousseff.

2.2 As Eleições de 2014

O pleito que reelegeu Dilma Rousseff Presidente da República, em outubro de 2014, foi um dos mais movimentados desde a redemocratização. A queda do avião que resultou na morte do então candidato pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Eduardo Campos, no 1º turno, gerou uma grande comoção nacional. O PSB disputou a primeira votação com Marina Silva, que obteve 22.176.619 de votos, o que equivale a 21,32% da preferência do eleitorado. O pleito foi vencido por Dilma Rousseff, do Partidos dos Trabalhadores (PT), com 43.267,668 de votos, ou seja, 41,59% dos votos. A segunda colocação foi de Aécio Neves, do Partido da Social Democracia (PSDB): 34.897,211 votos, o equivalente a 33,55%. Os dados são do Tribunal Superior Eleitoral.

Assim como vinha acontecendo desde as eleições presidenciais de 1994, PT e PSDB polarizaram o 2º turno. Os números finais das eleições presidenciais de 2014 materializaram o acirramento da disputa. A imprevisibilidade do resultado marcou boa parte da apuração. Dilma foi reeleita com 54.501,118 votos (51,64%) contra 51.041.155 votos de Aécio (48,36%). A diferença foi de 3.459.963 votos, irrisória levando-se com consideração o total de votos válidos: 105.542.273.

A disputa acirrada não terminou com as eleições. Aécio Neves retomou seu mandato de senador oposicionista. O resultado parecia ter fragilizado a Hegemonia construída pelo PT. Menos de seis meses depois das eleições, começaram as primeiras manifestações pedindo a renúncia e o Impeachment de Dilma Rousseff.

2.3 As manifestações de março de 2015

A Operação Lava Jato iniciava o segundo ano de trabalho. Em 6 de março, 50 pessoas, entre elas 34 parlamentares, foram alvo de investigação criminal autorizada pelo Supremo Tribunal Federal. O pronunciamento de Dilma em rede nacional, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, pedindo paciência e defendendo o ajuste fiscal provocou os primeiros panelaços. Movimentos sociais, estudantis e centrais sindicais promovem atos em 23 estados contra o ajuste fiscal, em defesa da Petrobras e contra o Impeachment de Dilma em 13 de março. A resposta veio em dois dias depois (15 de março) quando as manifestações pedindo renúncia e o Impeachment levaram as ruas dois milhões de pessoas em cidades de todas as regiões do País nos maiores atos desde a campanha pelas “Diretas Já”.

Neste mesmo mês, a Operação Lava Jato passou a investigar contratos de publicidade da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Saúde, mais três ex-deputados são presos. Em 18 de março, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto promove atos em sete estados, sendo a cidade de São Paulo o cenário do maior protesto realizado pelo MTST. Além de se posicionar contra o ajuste fiscal, o Movimento chamou os atos do dia 15 de “golpista”. A partir de abril, os atos a favor e contra o impeachment foram se revezando à medida que a avançava a Operação Lava Jato e os fatos políticos acirravam a disputa discursiva. Agosto e dezembro daquele ano registraram manifestações menores que os atos do começo do ano, ainda assim polarizados graças ao andamento dos pedidos de Impeachment da oposição.

2.4 A troca de ministro da Economia

Além do cenário político, com dificuldades em construir uma base de sustentação no Congresso Nacional, o governo Dilma Rousseff viu seu apoio popular derreter em função da crise econômica que atingia o Brasil. O ano de 2015 também foi quando o Brasil entrou tecnicamente em recessão motivada, em grande parte, pelo rombo nas contas públicas. Em dezembro de 2015, o ministro da Economia, Joaquim Levy, deixou o comando da pasta sem conseguir fazer o chamado ajuste fiscal, ou seja, a política de austeridade que previa o corte de despesas públicas e o aumento de impostos.

O ministro passou a ser alvo de críticas vindas do próprio governo e a intenção de recriar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) gerou reclamações de parte do empresariado insatisfeita com o agravamento do quadro

recessivo. A encruzilhada gerou divergências com a então Presidente Dilma, que flexibilizou as metas fiscais antes estabelecidas². Levy, que havia assumido o cargo no segundo mandato de Dilma, deixou o cargo em 18 de dezembro de 2015 sendo substituído por Nelson Barbosa, vindo da pasta de Planejamento.

2.5 A Operação Lava Jato mirando Eduardo Cunha

Não há como abordar as profundas mudanças políticas pelas quais o Brasil está passando sem mencionar a Operação Lava Jato. De acordo com o Ministério Público Federal, a investigação criminal descobriu o maior esquema de corrupção e desvio de dinheiro público do País. Uma prática que perdurava há pelo menos dez anos antes de a Operação ser deflagrada pelo MPF³ e Procuradoria Geral da República (PGR). O esquema envolvia empreiteiras, agentes públicos e operadores financeiros que superfaturavam contratos bilionários com a Petrobras com regras fraudulentas organizadas. O resultado da propina, estimada em média entre 1% e 5% do montante, era distribuído organicamente entre os participantes.

Com o avanço das investigações, outras estatais passaram a ser alvo da apuração e consequentemente o leque de políticos envolvidos nos crimes de corrupção foi aumentando. Em março de 2015, a PGR encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de autorização para abrir inquéritos criminais contra 55 pessoas, sendo 49 com foro privilegiado. Gente que fazia parte ou se relacionava com partidos políticos que indicava os diretores da estatal do petróleo. Em 15 de abril de 2015, o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, foi preso acusado de arrecadar propina fruto de desvio da Petrobras para o partido. Pouco mais de dois meses depois, foi a vez dos presidentes das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez (Marcelo Odebrecht e Otávio Azevedo) serem presos. José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil no governo Lula, foi preso sob a

² A saída acontece após Dilma decidir reduzir a meta de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida) de 2016 para 0,5% do PIB, contrariando diretamente Levy, que vinha insistindo na necessidade de manter a meta de 0,7% do PIB como uma espécie de último estandarte para garantir a retomada da confiança no Brasil e a estabilidade necessária para uma retomada do crescimento econômico. Fonte: Portal de notícias G1. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/levy-deixa-fazenda-apos-11-meses-no-cargo-e-sucessivas-derrotas.html>. Acesso em 08 de jun. de 2019.

³ No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras. Fonte: portal do MPF. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em 08 de jun. de 2019.

acusação de sua consultoria ter recebido dinheiro desviado da Petrobras. Dirceu foi processado por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

A essa altura, em julho de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) já havia sido citado pela Operação Lava Jato e por isso rompeu com o governo Dilma. O que foi citação em julho se transformou em denúncia formal em agosto quando o então Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, acusou Eduardo Cunha formalmente de se beneficiar dos esquemas da Petrobras. Paralelamente a estes fatos, os pedidos de Impeachment foram tramitando e avançando na Câmara dos Deputados. Em abril de 2015, o Tribunal de Contas da União declarou crime de responsabilidade o truque contábil usado pelo governo para maquiagem das contas públicas. Em outubro, o TCU rejeitou as contas de 2014 do governo Dilma apontando irregularidades que ferem a Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em setembro de 2015, Cunha recebe dos advogados Hélio Bicudo e Janaína Paschoal o pedido de Impeachment de Dilma. A oposição protocolou outro pedido de Impeachment contra Dilma em outubro de 2015 acusando-a de pedaladas fiscais. Enquanto isso, o presidente da Câmara se via pressionado em votação do Conselho de Ética que poderia resultar em sua cassação. O PT acerta votar contra Eduardo Cunha em 2 de dezembro de 2015. Horas depois, ele abriu o processo de Impeachment contra Dilma Rousseff.

2.6 A carta de Michel Temer

O Vice-presidente Michel Temer até então vinha tendo uma postura aparentemente discreta neste cenário conturbado. Mas ele despontou como um dos protagonistas a partir do momento da divulgação de uma carta⁴ aberta à nação na qual se queixava da relação com a Presidente Dilma. O documento foi publicado em 7 de dezembro de 2015, ou seja, cinco dias após a abertura do processo de Impeachment. O episódio agravou a crise política e posicionou claramente Temer e Dilma em lados opostos. Os aliados políticos que formaram a chapa presidencial vencedora de duas eleições seguidas (2010 e 2014) se tornaram antagonistas.

Na carta, Temer alega que Dilma o tratou como vice “decorativo” (grifo do autor) e que, segundo ele, agiu para manter a unidade de seu partido (PMDB) em apoio ao

⁴ A íntegra da carta está disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>. Acesso em 8 de jun. de 2019.

governo. Ele ainda elenca onze itens que retratam episódios de atritos entre os dois. Temer chama a própria carta de “desabafo que deveria ter feito há muito tempo”. Em três itens, Temer se mostra contrariado com decisões de Dilma e relata a difícil relação entre PT e PMDB na gestão do Poder Executivo Federal. O conflito envolveu o Ministério da Aviação Civil como reproduzimos a seguir:

3. A senhora, no segundo mandato, à última hora, não renovou o Ministério da Aviação Civil onde o Moreira Franco fez belíssimo trabalho elogiado durante a Copa do Mundo. Sabia que ele era uma indicação minha. Quis, portanto, desvalorizar-me. Cheguei a registrar este fato no dia seguinte, ao telefone.

4. No episódio Eliseu Padilha, mais recente, ele deixou o Ministério em razão de muitas "desfeitas", culminando com o que o governo fez a ele, Ministro, retirando sem nenhum aviso prévio, nome com perfil técnico que ele, Ministro da área, indicara para a ANAC. Alardeou-se a) que fora retaliação a mim; b) que ele saiu porque faz parte de uma suposta "conspiração" (grifo do autor). (SADI, 2015).

Temer alega ainda que o governo não teria honrado compromissos assumidos com parlamentares após a aprovação do ajuste fiscal no Congresso, o que segundo ele teria desgastado sua credibilidade junto a Câmara dos Deputados. Em outro trecho da carta, Michel Temer volta a se queixar da postura da presidente Dilma diante do PMDB, partido do qual era presidente. Temer se sentiu preterido, conforme indica trecho abaixo:

6. De qualquer forma, sou Presidente do PMDB e a senhora resolveu ignorar-me chamando o líder Picciani e seu pai para fazer um acordo sem nenhuma comunicação ao seu Vice e Presidente do Partido. Os dois ministros, sabe a senhora, foram nomeados por ele. E a senhora não teve a menor preocupação em eliminar do governo o Deputado Edinho Araújo, deputado de São Paulo e a mim ligado. (SADI, 2015).

Em se tratando de política e levando em consideração o momento pelo qual passava o governo, a exposição pública do conflito entre Michel Temer e Dilma Rousseff pode ser visto como um gesto calculado, medido para ser executado naquele instante de risco real da cassação de Dilma Rousseff. O episódio selou o desembarque do Vice-presidente e aliados do governo. Avançava o isolamento político da gestão petista. Depois desse fato, os episódios seguintes marcaram o ano de 2016 com as etapas processuais e rituais do Impeachment de Dilma Rousseff, que foi consumado em 31 de agosto de 2016. Confira na tabela abaixo, a cronologia organizada pela DW Brasil.

Tabela 2 – Cronologia do Impeachment

Datas	Passo
Dezembro de 2015	Eduardo Cunha autoriza abertura do Impeachment. Uma comissão formada por oposicionistas analisa a viabilidade de instauração do processo.
Março de 2016	Depois do recesso parlamentar, o STF confirma o rito processual a ser seguido. Instaurada a comissão que vai analisar o pedido de Impeachment.
Abril de 2016	A comissão instaura o processo e ele segue para o plenário. Os parlamentares decidiram pela continuidade do processo de impeachment, com 367 votos a favor e 137 contra (eram necessários 342 votos favoráveis para a aprovação). A questão seguiu para o Senado.
Maio de 2016	A comissão especial do Senado aprova a continuidade do processo. Dos 21 senadores, 15 votaram pela aprovação, e apenas cinco votaram contra. Em 12 de maio, após uma sessão de mais de 20 horas, o Senado aprovou a continuidade do processo. Foram 55 votos a favor do impedimento e 22 contrários. Dilma é afastada e Temer assume interinamente.
Agosto de 2016	Em seu relatório final sobre o processo de impeachment, o relator e senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu que Dilma vá a julgamento final pelo crime de responsabilidade fiscal. Anastasia argumentou que a presidente afastada abriu créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional e praticou as chamadas pedaladas fiscais. A comissão aprova o relatório e o julgamento vai ao plenário do Senado. Os senadores decidiram, por 59 votos contra 21, levar Dilma a julgamento. Depois de várias audiências, Dilma discursa em sua defesa. O processo vai à votação final e Dilma é cassada por 61 a votos contra e 20 a favor dela. Em segunda votação, os senadores mantiveram os direitos políticos dela.

Adaptado do DW Brasil, 2019.

A cassação de Dilma Rousseff aconteceu não sem antes ser testemunhada por várias manifestações contra e a favor se espalhando pelo país. A guerra discursiva se dava nas ruas, nas redes sociais, no noticiário e também nos bastidores. O processo demandou uma árdua e refinada articulação política nacional.

2.7 O QG do Impeachment

É natural que tanto governo quanto oposição se articulem em torno de objetivos. Faz parte do jogo e é inerente à disputa de Poder. A mídia apresenta vários recortes em torno dessas articulações, sobretudo nas reportagens explorando os bastidores da política. No caso específico do Impeachment, um grupo chamou a atenção para a organização e construção da campanha pela destituição de Dilma Rousseff.

Reportagem de O Estado de São Paulo publicou que o então deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) foi o anfitrião de um desses grupos, promovendo reuniões e jantares ao longo de um ano, entre os meses de abril de 2015 e abril de 2016. Os encontros contaram com presenças de personalidades do mundo jurídico, econômico e político como o ex-presidente do STF, Nelson Jobim; o senador José Serra (que viria a se tornar Ministro das Relações Exteriores no governo Temer); e o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga na gestão de Fernando Henrique Cardoso. A reportagem explica como Heráclito Fortes começou a aglutinar os atores políticos. O “gatilho” (grifo nosso) teria sido, de acordo com a reportagem, o fato de Heráclito não ter sido reconhecido pelo então ministro da Articulação Política, deputado petista Pepe Vargas, em um dos cafés da Câmara dos Deputados, ainda no início da legislatura de 2015.

Não viu muita gente de confiança para jogar conversa fora, como nos velhos tempos. Angustiado com isso, fez um primeiro ‘jantar-laboratório’ na casa do Lago Sul. Era 15 de abril do ano passado. De lá para cá, convidou, quase quinzenalmente, opositoristas que sabem mamar em onça, como ele próprio, ou que ainda estão aprendendo, mas já dão aula, entre eles Benito Gama (PTB-BA), José Carlos Aleluia (DEM-BA), Raul Jungmann (PPS-PE), Rodrigo Maia (DEM-RJ), senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Pauderney Avelino (DEM-AM), Mendonça Filho (DEM-PE), Júlio Lopes (PP-RJ), Danilo Forte (PSB-CE), Carlos Marun (PMDB-MS), Fernando Bezerra Coelho Filho (PSB-PE), Tadeu Alencar (PSB-PE). Na estimativa de Heráclito, 80 parlamentares participaram desses encontros. (CARVALHO, 2016)

A reportagem menciona ainda que deputados petistas como Arlindo Chinaglia, Henrique Fontana e Alexandre Molon (que mudou para o partido Rede) foram convidados para participar dos encontros. Talvez uma tentativa de manter uma interlocução do com o governo. Em outro trecho, depoimentos de integrantes do G8⁵ destacam uma espécie de consultoria jurídica informal dada pelo ex-presidente do STF e ministro da Defesa, Nelson Jobim. Na sequência reproduzida abaixo, as falas dos então deputados Júlio Lopes

⁵ A reportagem explica que o nome foi uma escolha do próprio grupo. A letra G significaria geriátrico em homenagem aos integrantes na casa dos 70 anos.

(PP-RJ) e Danilo Forte (PSB-CE). O intertítulo em negrito foi uma escolha editorial do Estado de S. Paulo adotada para conectar o relato dos entrevistados.

Oráculo. Lopes também ficou bem impressionado com as contribuições de Nelson Jobim: “Suas exposições nos permitiram ver com clareza como os fatos se dariam, sob suas diferentes perspectivas”. Danilo Forte, do PSB do Ceará – que chama o núcleo de “ágora”, a praça grega das assembleias populares – troca em miúdos a contribuição do ex-ministro Nelson Jobim: “Ele nos deu conforto nos momentos em que decisões do Supremo nos desanimaram. Disse que era necessário criar um ambiente político dentro do Congresso, para poder viabilizar uma votação do impeachment, e que também era necessário apresentar um projeto de alternância de poder”. (CARVALHO, 2016)

A alternativa de poder foi oferecida pelo grupo a Michel Temer, que teria participado de duas reuniões e demonstrado contentamento pela proposta recebida, revela o jornal. Tão discretos quanto essenciais, demonstram o refinamento da articulação que só veio à tona após o processo ser autorizado pela Câmara e o ambiente político ser favorável à destituição.

2.8 O áudio de Romero Jucá

O ano de 2015 foi dedicado à articulação do processo que culminou na cassação de Dilma Rousseff. Conversas entre o senador Romero Jucá, que viria a se tornar ministro do Planejamento de Michel Temer, e o ex-presidente da Transpetro (subsidiária da área de transporte e logística da Petrobras), Sérgio Machado, foram publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo. Os diálogos aconteceram em março de 2015, mas só vieram à tona em maio de 2016, já no governo interino de Temer. Ambos investigados pela Operação Lava Jato, os dois são flagrados arquitetando manobras contra a investigação. O plano seria livrar o ex-dirigente da estatal das delações premiadas e evitar que o caso fosse julgado pelo então juiz federal Sérgio Moro. Foi nesse episódio que frases célebres ajudaram na construção discursiva de que chama a destituição de Dilma de golpe:

Machado – Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel.

[...]

Machado - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

Jucá – com o Supremo, com tudo.

Machado – Com tudo, aí parava tudo.

Jucá – É. Delimitava onde está, pronto. (VALENTE, 2016)

Os trechos reproduzidos acima corroboraram com a tese de que o impeachment de Dilma Rousseff seria fruto de um acordo envolvendo a classe política e o Poder Judiciário. Houve quem acreditasse que o episódio poderia reverter a cassação, já que isso veio a público quando a presidente estava afastada interinamente. Mas a história

registrou que os rumos não foram alterados. O Impeachment foi consumado. Romero Jucá saiu do governo. Michel Temer concluiu o mandato. Em 2018, o senador Romero Jucá não foi reeleito.

2.9 O apoio da Fiesp

Se nas coxias da Câmara, a articulação se dava de maneira discreta, nas ruas, entidades patrocinavam campanhas contra e a favor do Impeachment. Aqui se percebe uma materialização de luta de classes. Enquanto centrais sindicais e movimentos sociais defendiam o mandato de Dilma, entidades patronais foram às ruas pedir mudanças no comando do país. Foi o caso de uma das maiores instituições empresárias do Brasil: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A Fiesp desenvolveu uma campanha publicitária para mobilizar a população em favor da destituição da presidenta Dilma Rousseff. De acordo com o site institucional, o anúncio foi veiculado nos principais jornais brasileiros: Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Correio Braziliense. As peças seguiram um padrão maior que o usual e ocuparam 14 páginas das versões impressas. Também houve versões digitais para páginas na internet e aplicativos para celulares dos veículos que receberam pela publicidade. O site institucional da Fiesp veicula reportagem com o texto da campanha. Eis um trecho:

“Somos milhões de empregos e bilhões de reais em impostos”, explica o título. “Representamos famílias, homens, mulheres e jovens. Vemos que o país está à deriva. A hora de mudança é agora. Dizer SIM ao impeachment, dentro dos parâmetros constitucionais, é dizer NÃO ao descontrole econômico, ao descaso com as empresas, com o emprego e, principalmente com você. Chega de pagar o pato. O Brasil tem jeito.” (FIESP,2016)

A campanha também ganhou as ruas durante as manifestações. Um boneco inflável de um pato amarelo de mais de dez metros de altura foi colocado na frente do prédio da Fiesp, na Avenida Paulista. O mesmo ocorreu na Esplanada dos Ministérios em Brasília. Na capital federal, o adereço ganhou o reforço de centenas de miniaturas do pato. Embora financiada, em parte, com recursos públicos, a Fiesp recebeu no ano anterior ao Impeachment, de acordo com o Ministério do Trabalho, o equivalente a R\$ 15,6 milhões de Contribuição Sindical Patronal. No entanto, o valor da campanha publicitária não foi divulgado pela Federação. Mas, ao observar o tamanho das peças, a quantidade de páginas e o número de jornais que veicularam a campanha, seria plausível considerar que o investimento foi milionário.

2.10 Alguns aspectos do contexto internacional

Em um mundo globalizado e interdependente, não há como negar a influência do ambiente geopolítico internacional nos arranjos nacionais. Neste tópico, não se pretende validar quaisquer aspectos da hipótese levantada, nem tão pouco taxar acontecimentos internacionais como causas ou provas cabais de que estes tenham provocado a destituição de Dilma Rousseff.

O que se busca aqui é lançar mão de alguns acontecimentos internacionais ligados ao Brasil que ocorreram durante da formação do cenário favorável ao afastamento da mandatária. Vale salientar que o ambiente internacional não é o cerne desta pesquisa, mas ao mesmo tempo não se pode ignorá-lo. Pelo contrário, a compreensão da prática social (ou das práticas sociais) que resultaram na queda de Dilma Rousseff passa pelo âmbito internacional.

É notória que a atuação brasileira no cenário internacional ganhou um tom diferenciado ainda nas gestões do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), período no qual o Brasil pagou a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e fundou o Brics: mecanismo de cooperação entre países de economia emergente que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Não é preciso se aprofundar para tomar conhecimento do antagonismo entre Moscou, Pequim e Washington e que a América Latina, historicamente, está na zona de interesse do colosso norte-americano.

O interesse em comum entre todas essas nações passa por um *commodity* importantíssimo para as maiores economias do mundo: o petróleo. Em 2007, foi anunciada a descoberta de reservas gigantescas de petróleo e gás na camada pré-sal, num trecho que vai do litoral do estado do Espírito Santo ao de Santa Catarina. A relevância da descoberta tinha um potencial estratégico de transformar o Brasil de dependente em exportador desse óleo e seus derivados.

Os bilhões de barris disponíveis para a exploração abriram o horizonte de que o atendimento das necessidades nacionais estava garantido e o Brasil finalmente direcionava-se no rumo do desenvolvimento econômico tal qual os principais países industrializados. O Pré-sal trouxe uma reviravolta em planejamento e nas estruturas nacionais. As ações do Governo Federal foram direcionadas para garantir a infraestrutura necessária e a captação dos lucros destes campos petrolíferos. (MARTINEZ e COLACIOS, 2016, p. 147)

Como se pode perceber, a descoberta do pré-sal chamou a atenção do mundo. Ainda que em menor escala, o Brasil figurava como promessa de se tornar um dos maiores produtores de petróleo do planeta. Algo suficiente para tornar o Brasil ainda mais

estratégico nas relações internacionais. Além da questão econômica-energética, a influência política na América Latina é alvo de reafirmação dos EUA e de importância estratégica, sobretudo para Rússia e China, visto que Pequim é o segundo maior parceiro comercial do Brasil e a Venezuela tem acordos militares com Moscou. Aqui vale destacar que a Venezuela figura entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo.

Mas a busca pela manutenção da hegemonia norte-americana e conseqüente alvo de disputa por parte de outros players globais passa por toda a região. Essa disputa, em certa medida, tem ocasionado tensões nacionais. Nos últimos anos, além do Brasil, Honduras e Paraguai atravessaram períodos de instabilidade política e institucional. No início do século XXI, a América Latina foi na contramão do que acontecia no mundo, com a expansão do neoliberalismo, e elegeu mandatários oriundos de movimentos e partidos de esquerda, como explicam Araújo e Pereira (2018).

A eleição de partidos, movimentos e lideranças de esquerda, para cargos majoritários na maioria dos seus países, em um contexto de crise global das ideias de esquerda, com o fim do *socialismo real*, hegemonia do neoliberalismo, sobretudo nos países capitalistas centrais, e sensação de *fim da história*. Era o *giro à esquerda* (itálicos dos autores) latino-americano. (ARAÚJO e PEREIRA, 2018)

Os autores fazem uma análise do período das ditaduras militares impostas graças a acordos com as elites oligárquicas da região, com apoio dos EUA, entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, e o posterior período de redemocratização. Ainda de acordo com Araújo e Pereira (2018), a qualidade das democracias latino-americanas foi duramente afetada em processos que eles classificam de Neogolpismo. A imposição da vontade política das elites, encabeçadas por civis, no exercício autoritário das suas estratégias de dominação, ainda que com aparente normalidade institucional legalista e sem uso da força, mas que “violou o instrumento basilar do regime democrático: a soberania popular por meio do voto. Em 2012, isso repete-se no Paraguai e, em 2016, no Brasil” (Op. Cit. 2018).

Em se tratando da hegemonia político-econômica dos EUA no subcontinente latino-americano, vale fazer um breve relato das relações bilaterais entre eles e o Brasil durante a gestão Dilma Rousseff. Pecequillo (2014) analisa a evolução desse relacionamento como sendo de diversificação e acomodação, entre 2011 e 2012; e de distanciamento, repensamento e estagnação, entre 2013 e 2014. A autora leva em conta que, num primeiro momento, a eleição de Rousseff, em 2010, representou em certa

medida a continuidade do governo Lula, marcado pelo multilateralismo e foco na relação Sul-Sul.

Avaliando a política externa no que se refere ao pensamento estratégico e as relações bilaterais, observa-se uma continuidade moderada, que traz o risco da estagnação e do baixo perfil. Embora não exista uma ruptura de paradigma, mantendo o foco nas relações Sul-Sul e no multilateralismo, os anos 2011/2012 apresentam alterações: primeiro, uma variação de estilo entre os dois governos, com a Presidente Dilma, exercendo a Diplomacia Presidencial de maneira menos intensa e, segundo, uma tentativa de reformatar o intercâmbio com os norte-americanos. A reformatação detém caráter ambíguo: minimizar críticas internas à política externa, sem reenquadrar o país à órbita dos Estados Unidos. (PECEQUILO, 2014, p.12).

No período categorizado pela autora como de Diálogo Estratégico, o relacionamento construído pelos presidentes Lula (2003-2010) e George W. Bush (2001-2008) fez com que os americanos passassem a considerar o Brasil como sendo uma potência global e “que o Brasil encontrava-se em uma nova posição no equilíbrio de poder mundial” (op. cit. 2014, p.12). Eis o que vai nortear o chamado diálogo estratégico, que não desconsidera conflito de interesses, mas que busca um intercâmbio entre os países.

Em 2013, um episódio diplomático fez essa relação ser rondada pela desconfiança. O jornalista Glenn Greenwald publicou denúncias do ex-agente americano Edward Snowden de que a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA, na sigla em inglês) espionava sistematicamente nações aliadas e amigas sob o pretexto de se evitar ações terroristas, incluindo Dilma e a Chanceler alemã Angela Merkel (Pecequilo, 2014, p. 25). O escândalo fez Dilma cancelar uma visita aos EUA na qual seria recebida como Chefe de Estado, o que na diplomacia foi visto como um gesto de conflito. A autora resume assim, a relação Brasil – Estados Unidos entre 2011 e 2014:

As relações bilaterais de 2011 a 2014 expressam as contradições tradicionais desta interação e de seu peso na política nacional, como as da potência hegemônica estadunidense na busca pela preservação de seu poder regional e global. O fortalecimento do Brasil acentuou a autonomia do país, o que levou a uma nova percepção estadunidense sobre as possibilidades de cooperação ou ameaças derivadas deste crescimento. Isso aumentou os contatos, o que elevou os conflitos. (PECEQUILO, 2014, p.30)

Note-se que este período abrange justamente o primeiro mandato de Dilma Rousseff, levando em consideração que as práticas sociais do Impeachment se intensificaram a partir de janeiro de 2015 e em 2016 ela foi destituída. Como já mencionado, o recorte da análise discursiva desta pesquisa não abarca os fatores

internacionais que podem ter contribuído para a queda de Dilma, o que não quer dizer que eles sejam ignorados e sim devam ser objetos de estudos mais aprofundados.

3. AS REVERBERAÇÕES DAS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS POLARIZADAS PARA ALÉM DO PROCESSO DE CASSAÇÃO

Neste capítulo vamos abordar também aspectos exteriores aos textos utilizados no corpus. A diferença em relação ao capítulo anterior é porque esses tópicos são o recorte de acontecimentos surgidos após a consumação do Impeachment, em plena gestão do Presidente Michel Temer. São ecos das construções discursivas do Golpe para além do processo de 2016. A cassação de Dilma Rousseff não pôs fim a polarização ideológica que permeia as práticas sociais e discursivas no cenário político. De certa forma, elas foram reavivadas durante os escândalos de corrupção noticiados na gestão do sucessor e também encontraram respaldo nas universidades, quando diversas instituições de ensino superior, maioria pública, anunciaram a criação de cursos cujos títulos faziam menção ao “Golpe de 2016” (grifo nosso).

Em outro tópico, vamos esboçar como a mídia comercial brasileira está estruturada e como isso se relaciona com a maneira como os veículos de comunicação reportam os fatos e se posicionam diante deles. Ao observar a estruturação da mídia, é possível ter uma pequena amostra da identidade da sociedade brasileira e como as relações de poder são mantidas e as lutas de classe são administradas a partir de contribuição desse segmento empresarial formador de opinião.

3.1 Os escândalos envolvendo Temer reativam os gritos do “Golpe de 2016”

O ex-Presidente Michel Temer entrou para a história como sendo o primeiro Presidente da República a ser denunciado pela Procuradoria Geral da República por crime comum (corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa) em pleno exercício do mandato. Esse dado biográfico se materializou quando o dono da empresa JBS⁶, Joesley Batista, gravou uma conversa com Temer sobre pagamento de propina ao ex-aliado e ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, preso no âmbito da Operação Lava Jato. O escândalo provocou reações na sociedade com gritos de ‘Fora Temer’. A expressão não ganhou voz na mídia empresarial, mas a opinião de alguns veículos de comunicação expressava o mesmo sentimento. O Grupo Globo, em editorial de seu jornal

⁶ A JBS é uma das maiores empresas de alimento do mundo, presente em 16 países com 230 mil colaboradores. Em 2016, a companhia registrou receita líquida de R\$ 170,3 bilhões. Fonte: site institucional. Disponível em <https://jbs.com.br/sobre/>. Acesso em 14 de jun. 2019.

impresso e replicado na Internet, chegou a pedir a renúncia de Temer após o vazamento da conversa com o megaempresário. Reproduzimos abaixo alguns trechos:

Este jornal apoiou desde o primeiro instante o projeto reformista do presidente Michel Temer [...] Nenhum cidadão, cômico das obrigações da cidadania, pode deixar de reconhecer que o presidente perdeu as condições morais, éticas, políticas e administrativas para continuar governando o Brasil. [...] A renúncia é uma decisão unilateral do presidente. Se desejar, não o que é melhor para si, mas para o país, esta acabará sendo a decisão que Michel Temer tomará. É o que os cidadãos de bem esperam dele. (O GLOBO, 2017).

A denúncia foi barrada na Câmara dos Deputados, fruto de intensa negociação com parlamentares. Mas os escândalos da gestão não cessaram do noticiário. Como não é o objetivo central dessa pesquisa, vamos mencionar alguns como suporte para o recorte. Entre eles estão as prisões de Rocha Loures⁷ e Geddel Vieira Lima⁸. Já no fim do mandato do então Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, Temer foi alvo de outra denúncia⁹.

Os episódios da gestão Temer, em certa medida, enfraqueceram os argumentos de combate a corrupção bradados para interromper o governo do PT. Por outro lado, reforçava a prática discursiva de atores alinhados ideologicamente à esquerda do espectro político de que a destituição de Dilma Rousseff havia sido um golpe. Tal prática social ganhou força no ambiente acadêmico.

3.2 Os cursos sobre o Golpe de 2016

A construção discursiva em torno do Golpe ganhou fôlego novo pouco mais de um ano depois da destituição de Dilma Rousseff. Em fevereiro de 2018, a Universidade

⁷ O ex-assessor do presidente foi preso após ser flagrado pela PF recebendo mala com R\$ 500 mil de propina da JBS. O dinheiro seria a primeira parcela de propina de R\$ 480 milhões a ser paga em 20 anos. Para o procurador-geral, Loures era o "longa manus", um faz-tudo, do presidente. Fonte: O Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/escandalos-do-governo-temer-21464283>. Acessado em 14 de jun. de 2019.

⁸ A Polícia Federal encontrou R\$ 51 milhões em um apartamento em Salvador, ligado ao ex-ministro Geddel Vieira Lima. Agentes da PF levaram cerca de 14 horas para realizar a contagem das notas, e contaram com o auxílio de sete máquinas. Três dias após a apreensão, Geddel foi preso. O ex-ministro da Secretaria de Governo havia deixado a gestão meses antes, quando o colega, o ministro da Cultura, Marcelo Calero, o acusou de tê-lo pressionado para que ele liberasse obras de um prédio em área tombada pelo Iphan na capital baiana. Fonte: O Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/escandalos-do-governo-temer-21464283>. Acessado em 14 de jun. de 2019.

⁹ No fim do mandato como procurador-geral da República, Janot denunciou Temer pelos crimes de organização criminosa e obstrução de Justiça. Temer é acusado de ser líder de organização criminosa. Entre os envolvidos no chamado "quadrilhão" do PMDB, estão os ministros Moreira Franco e Eliseu Padilha. O grupo é acusado de ter desviado R\$ 587 milhões. Fonte: O Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/escandalos-do-governo-temer-21464283>. Acessado em 14 de jun. de 2019.

de Brasília anunciou que ofereceria a disciplina optativa intitulada *O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia* (itálico nosso) como parte da grade curricular do curso de Ciência Política. O anúncio provocou reação do Ministério da Educação. O então titular da pasta, Mendonça Filho, chegou a afirmar, na época, que o MEC entraria com uma representação contra a UnB por improbidade administrativa. Abaixo reprodução de trecho de nota oficial emitida pelo MEC na época.

O MEC irá encaminhar solicitação para a Advocacia-Geral da União (AGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Ministério Público Federal (MPF) para a apuração de improbidade administrativa por parte dos responsáveis pela criação da disciplina na Universidade de Brasília (UnB) por fazer proselitismo político e ideológico de uma corrente política usando uma instituição pública de ensino (GÓIS, 2018).

As construções discursivas polarizadas em torno da destituição de Dilma voltaram a travar novo duelo. A disputa para significar o acontecimento histórico no e pelo discurso ganhou novos episódios. O criador da disciplina, o professor Luiz Felipe Miguel, reagiu à atitude anunciada pelo MEC por meio de nota publicada por ele nas redes sociais e que circulou nos demais veículos de comunicação na Internet. Abaixo um trecho.

Trata-se de uma disciplina corriqueira, de interpelação da realidade à luz do conhecimento produzido nas ciências sociais, que não merece o estardalhaço artificialmente criado sobre ela. A única coisa que não é corriqueira é a situação atual do Brasil, sobre a qual a disciplina se debruçará. De resto, na academia é como no jornalismo: o discurso da "imparcialidade" é muitas vezes brandido para inibir qualquer interpelação crítica do mundo e para transmitir uma aceitação conservadora da realidade existente. A disciplina que estou oferecendo se alinha com valores claros, em favor da liberdade, da democracia e da justiça social, sem por isso abrir mão do rigor científico ou aderir a qualquer tipo de dogmatismo (GÓIS, 2018).

O pesquisador recebeu apoio de outras instituições. A Academia Brasileira de Ciência Política (ABCP) também divulgou nota¹⁰ destacando a autonomia pedagógica das universidades; a liberdade de cátedra dos docentes prevista no artigo 206 da Constituição Federal de 1988; a não obrigatoriedade de matrícula por parte dos alunos da UnB na referida disciplina; e ainda classificou a atitude do MEC como sendo um gesto de censura.

Em contrapartida, diversas instituições públicas de ensino superior anunciaram cursos semelhantes. Alegavam o princípio legal da autonomia universitária e liberdade de cátedra para instituir os cursos. Pelo menos treze universidades públicas, entre

¹⁰ A íntegra das três notas está disponível no <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/ministerio-da-educacao-prepara-acao-para-barrar-curso-sobre-golpe-de-2016-anunciado-pela-unb/>. Acesso em 15 de junho de 2019.

estaduais e federais por meio de seus institutos, anunciaram a criação de disciplinas na graduação ou cursos livres. Entre elas¹¹: Universidade de Brasília (UnB); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Em Pernambuco, houve anúncios semelhantes na UFPE e UPE. Esta última como curso de extensão no campus de Nazaré da Mata, na Zona da Mata Norte do Estado, intitulado *Golpe político midiático e reflexos para a segurança do desenvolvimento social no Brasil* (itálico nosso). A ementa publicada no site do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) propôs discussões sobre as consequências do Impeachment na Saúde e Educação do Brasil.

3.3 A mídia e o presidencialismo de coalizão no Brasil

A crise econômica em paralelo à política descambou para uma crise ainda mais complexa e séria: a institucional materializada pelos desentendimentos entre os poderes da República. Uma turbulência institucional recortada, filtrada e traduzida pela mídia. Neste tópico vamos fazer um breve esboço do comportamento de alguns veículos de comunicação no período que marcou a transição entre o fim do governo Dilma Rousseff (PT) e o início da gestão Michel Temer (PMDB).

Thompson (2011b) observa a comunicação como uma ação que vai além de descrever ou simplesmente relatar o estado das coisas ou dos fatos. O pensamento dele supõe que “os fenômenos sociais podem ser vistos como ações intencionais levadas a cabo em contextos sociais estruturados. A vida social é feita por indivíduos que perseguem fins e objetivos os mais variados” (THOMPSON, 2011b, p.37). Ele classifica o Poder enquanto ação social em quatro modalidades: econômico, político, coercitivo e

¹¹ O levantamento feito pelo site de notícias Último Segundo foi publicado em 2 de março de 2018.

Fonte: [Último Segundo - iG](https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2018-03-02/13-universidades-golpe-2016.html) Disponível em:

<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2018-03-02/13-universidades-golpe-2016.html>. Acesso em 15 de jun. de 2019.

simbólico ou cultural. Todos eles de alguma forma se inter-relacionam, mas a nuance dessas classificações tende a prevalecer durante a ação social, aqui esboçada no âmbito da comunicação.

Ainda de acordo com Thompson (2011b), se o Poder Econômico está ligado aos meios de subsistência e troca, o Político está relacionado ao conjunto de regras e interação entre os indivíduos. O Coercitivo está para o uso da força pelo Estado através de leis para fazer valer as regras estabelecidas em sociedade; O Poder Simbólico é que mais abrange a identidade e a essência dos efeitos ocasionados pela mídia na sociedade, dado a notória influência que ela exerce sobre a coletividade de indivíduos chamada de *massa* (itálico nosso) pelos pesquisadores sociais e da comunicação, não por se tratar de quantidade em si, mas pela “pluralidade de destinatários”.

Vistos alguns dos instrumentos utilizados pela mídia na cobertura dos acontecimentos políticos, vamos abordá-la agora enquanto ator social no contexto do presidencialismo de coalizão brasileiro. É sabido que a comunicação no Brasil é exercida majoritariamente pela iniciativa privada. No caso de Rádios e TVs, os grupos empresariais, grande parte deles donos de várias emissoras, exploram as concessões públicas autorizadas e renovadas pelo Congresso Nacional.

Muitos desses grupos empresariais midiáticos têm composição societária direta ou indireta com parlamentares. Podemos citar como exemplo as Organizações Arnon de Mello, presidida pelo ex-senador e ex-Presidente da República Fernando Collor de Mello, detentora da TV Gazeta, afiliada da Rede Globo em Alagoas. Outro exemplo, o Sistema Mirante de Comunicação, no Maranhão, que tem entre seus sócios-fundadores Fernando Sarney e Rosena Sarney, filhos do senador e ex-presidente da República José Sarney.

É notório que a propriedade de meios de comunicação apresenta interesses políticos-empresariais. Uma parte considerável do faturamento dessas empresas vem de recursos públicos através de anúncios de instituições governamentais e estatais. Em meio à revolução digital proporcionada pela Internet, os recursos dos anunciantes (o Estado aí incluído) estão cada vez mais pulverizados. Os meios digitais ampliaram a concorrência e o instinto de sobrevivência desse modelo de negócio da chamada “mídia tradicional” (grifo nosso) está cada vez mais voraz. O alinhamento com os grupos viáveis aos seus interesses no poder é cada vez mais claro. Dados do portal Meio e Mensagem, um dos mais importantes nos estudos de mídia no Brasil, revelam que entre os anos de 2014 e 2015 (ou seja, o primeiro ano da segunda gestão Dilma Rousseff), o governo federal reduziu em 24% a verba com mídia.

Trata-se da maior queda de um ano para outro desde o ano 2000, quando as verbas de veiculação em mídia do governo federal começaram a ser monitoradas com a metodologia atual, que se baseia em dados fornecidos pelo IAP – Instituto para Acompanhamento da Publicidade e divulgados pela Secom. O valor destinado à compra de espaços na mídia caiu de R\$ 2,450 bilhões em 2014 para R\$ 1, 860 bilhão em 2015. (LEMOS, 2016).

Ainda segundo Meio e Mensagem, a maior queda se deu na mídia impressa. Em 2015, os jornais tiveram 42% a menos em verba publicitária governamental. Para as revistas, a queda foi de 44%. No entanto, a Internet foi a única plataforma que registrou um incremento de anúncios federais: 12%. A televisão (aberta e fechada) continuou com a maior parte do bolo, recebendo 66% do valor das verbas federais.

É preciso aprofundar as pesquisas, coletar mais dados para estruturar a hipótese de que a linha editorial dos principais veículos de comunicação do Brasil não tenha sofrido influência do relacionamento comercial com o governo federal. No entanto, a mesma não pode ser descartada, principalmente quando se observa uma mudança de postura com a mídia quando Michel Temer se efetivou no poder. Essa mudança no relacionamento pode ser comprovada em números. Em apenas seis meses de gestão Temer, as cifras de dinheiro público nos veículos da chamada mídia tradicional atingiram outro patamar. Curiosamente, os mesmos veículos de linha editorial favorável ao Impeachment.

Dados do portal O Cafezinho reproduzidos pelo portal da Revista Fórum baseados em informações da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) revelam que o governo federal aumentou sensivelmente o repasse de dinheiro público para as organizações de mídia. Repasses federais à Folha de S. Paulo cresceram 78% em comparação com mesmo período de 2015. Dados de pagamentos realizados, divulgados pela Secom, mostram ainda crescimento de repasse de 1.129% para a Band e 624% para a Editora Abril. Veja na figura na página seguinte:

Figura 1 – Distribuição da verba publicitária para veículos de comunicação da mídia tradicional na transição das gestões Dilma - Temer

SECOM: Execução Contratual de Publicidade, de maio a agosto em 2015 e 2016

Em R\$. Valores brutos

Veículo	Mai/Ago 2016	%	Mai/Ago 2015	%	Var.%
1 Globo	15.818.177,94	25%	12.718.509,82	31%	24,4%
2 SBT	3.667.546,88	6%	2.952.248,72	7%	24,2%
3 Facebook	3.061.695,38	5%	1.589.712,68	4%	92,6%
4 Band	2.496.434,78	4%	203.068,32	0%	1129,4%
5 Folha/UOL	1.118.448,92	2%	628.039,56	2%	78,1%
6 Abril	380.771,73	1%	52.571,11	0%	624,3%
7 Estadão	377.220,64	1%	-	0%	
Subtotal	26.920.296,27	43%	18.144.150,21	44%	48,4%
Outros	35.246.139,14	57%	23.410.783,33	56%	50,6%
Total	62.166.435,41	100%	41.554.933,54	100%	49,6%

* os números não contemplam as estatais.

Fonte: SECOM / Elaboração Cafezinho.

Reprodução site Revista Fórum, Moreira 2016

Outra nuance torna mais contrastante as distintas políticas de relacionamento com a mídia nas gestões Temer e Dilma. Entre 2013 e 2014, o governo petista aumentou em 33,2% os gastos com publicidade na chamada “mídia alternativa” (grifo nosso), que são blogs e sites especializados em cobertura política e de audiência segmentada. Os dados foram reproduzidos do blog Fernando Rodrigues no Portal Imprensa.

Figura 2 – Distribuição da verba publicitária para veículos de comunicação da mídia alternativa na gestão Dilma

O custo da propaganda digital em veículos alternativos				
Site e/ou jornalista	Visitantes únicos em dez/2014	Valor de publicidade estatal federal em 2014		custo por visitante único (em R\$) *
		total em 2014	média mensal em 2014	
Brasil 247	815.000	1.474.438	122.869,86	0,15
Brasil de Fato	50.000	335.933	27.994,39	0,56
Brasil Econômico	82.000	3.561.543	296.795,25	3,62
Luís Nassif	499.000	1.004.397	83.699,78	0,17
Diário do Centro do Mundo	701.000	209.629	17.469,10	0,02
Carta Maior	160.000	484.977	40.414,77	0,25
Paulo Henrique Amorim	217.000	702.132	58.511,00	0,27
Opera Mundi	264.000	684.150	57.012,48	0,22
Fórum	657.000	99.761	8.313,39	0,01
Kennedy Alencar	145.000	194.773	16.231,09	0,11

Fonte: Portal Imprensa, 2015

Como já demonstrado anteriormente, o presidencialismo de coalizão tem como característica de seu funcionamento, a distribuição de cargos entre os aliados de parlamentares ou até entre os próprios legisladores que se licenciam de seus mandatos para ocuparem cargos e assim estarem mais próximos do controle dos orçamentos do Executivo. Traçando um paralelo com a política partidária, essa “coalizão” também dá sinais de que pode ser construída com alguns setores da sociedade estando as grandes corporações de mídia entre eles.

Como exemplo prático dessa cordialidade, o governo Michel Temer emitiu um decreto presidencial que autoriza a transferência das ações das emissoras próprias da TV Globo (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Minas Gerais e Recife) dos filhos do fundador Roberto Marinho (1904-2003) para os netos. Na condição de herdeiros, eles receberiam as ações naturalmente, mas a manobra se trata de uma questão de sucessão empresarial que, de acordo com especulações do mercado, poderia facilitar uma possível venda ou associação da TV Globo a um grupo estrangeiro.

Ainda que não haja a formalização dessa aliança, até porque isso traria sérias consequências e poderia até inviabilizar os acordos derivados da própria aliança, o relacionamento político-institucional entre os Poderes Executivo e Legislativo Federais com os conglomerados de mídia são estratégicos. Não há como desprezar uma possível interferência na linha editorial dos veículos cujos seus conglomerados empresariais sejam de alguma forma beneficiados por ações ou gestos do governo federal.

3.4 A concentração da mídia na contramão da democracia

Essa simbiose entre meios de comunicação e política apresenta peculiaridades históricas no Brasil. A concentração pode ser uma das mais nocivas ao aprimoramento do processo democrático. A falta de uma mídia plural tende a homogeneizar linhas editoriais que discursam em prol do interesse provado em detrimento ao público. É um exemplo de capitalismo à brasileira, no qual o empresariado manipula o Estado. A exploração, o loteamento restrito das concessões públicas de radiodifusão são mais um indicador disso.

Um levantamento feito pelo Media Ownership Members (MOM) no país traça uma radiografia de como a mídia comercial se desenvolveu, a quem ela está ligada, como

ela opera e com quais interesses. A metodologia do estudo¹² internacional realizado em 2017 foi aplicada pelo coletivo Intervezes e pela entidade Repórteres sem Fronteira. Eles analisaram os maiores 50 veículos de comunicação em audiência.

Segundo o estudo, a TV aberta é a plataforma que mais apresenta concentração de audiência, com 70% do público atingido por quatro dos principais grupos de comunicação. Levando-se em conta a propriedade cruzada de outras plataformas (rádio, jornal impresso e portais na Internet) verifica-se certa unidade na linha editorial. A lógica de rede, com produção centralizada no Sudeste e distribuída para as demais regiões, se faz presente no meio rádio. O MOM aponta também que os 50 veículos de comunicação operados pelos 26 grupos ou empresas tem maioria instalada em São Paulo. Dezenove deles, ou seja, 73% estão na região metropolitana da capital paulista. No entanto, o maior conglomerado de mídia do Brasil (e um dos maiores do mundo – Grupo Globo) está no Rio de Janeiro. A capital do país sedia outros três grupos.

Outro dado relevante do MOM: Metade desses 50 veículos analisados pertencem ou são controlados pelos grupos: Globo, Bandeirantes, Record, Folha e o grupo de escala regional RBS. A concentração não é só de audiência, mas de propriedade. Para sintetizar ainda mais: a maior parte da audiência de um país continental como o Brasil é controlada por uma minoria empresarial. O estudo revela ainda que, dos 26 grupos que são donos da amostra de veículos pesquisada, 21 deles tem algum envolvimento com outras atividades econômicas em setores como educação, finanças, imobiliário, agronegócio, transportes, infraestrutura e saúde.

Vale destacar os grupos de comunicação nacionais estão, em grande parte, associados a outros grupos regionais e estes são ligados a poderosos grupos econômicos. A rede de afiliadas retransmite a linha editorial dos conglomerados com um toque de interesses locais. Essa lógica de propriedades entrecruzada de vários setores econômicos com o de comunicação ocorre também em escala regional. Em Pernambuco, tem-se como exemplo o Grupo João Carlos Paes Mendonça (JCPM). A *holding* (itálico nosso) detém o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (rede de rádios, duas afiliadas ao SBT, o jornal homônimo e o Portal NE10), shoppings centers no Recife, Salvador e Fortaleza.

¹² Os dados do MOM embasaram diversos artigos publicados no Le Monde Diplomatique Brasil. Os números deram origem ao site www.quemcontrolaamidia.org.br

A relação dos empresários de mídia com o poder político é histórica. As concessões de TV de três dos principais conglomerados de mídia do país atuantes no momento (Globo, SBT e Bandeirantes) surgiram no período da ditadura militar, entre os anos 1960 e 1980. A TV Globo foi inaugurada em 1965, um ano após o Golpe Militar que teve apoio da rádio e jornal homônimos¹³. A concessão da Band foi na mesma época quando João Jorge Saad já tinha outras duas concessões de TV, na Bahia e em Minas Gerais, e conseguiu a da TV Guanabara, no Rio de Janeiro. O Grupo Bandeirantes começou com rádio, em 1948, quando Saad recebeu do sogro, o ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros, a concessão da Rádio Bandeirantes. Já o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), do Grupo Silvio Santos, foi instalado no final do Regime Militar, em 1983.

A relação com o poder político é bem acentuada também no Grupo Record, que articula os interesses da sua Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) no Partido Republicano Brasileiro (PRB). O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (sobrinho do presidente do Grupo, Edir Macedo), foi senador duas vezes. O bispo licenciado da Iurd foi ministro da Pesca e Agricultura no governo Dilma. Outro bispo licenciado da Iurd que ocupou lugar na Esplanada dos Ministérios é Marcos Pereira. Ele foi ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços no governo Temer. Pereira foi ainda vice-presidente da TV Record. Edir Macedo teve ainda dois irmãos deputados estadual e federal pelo Rio de Janeiro e São Paulo.

O levantamento do MOM revelou ainda uma tendência de que os próprios parlamentares eleitos são donos de veículos de comunicação. A pesquisa descobriu que na legislatura passada (finda em 2018) no Congresso Nacional, 32 deputados federais e oito senadores conciliavam o mandato eletivo e as atividades como empresários de mídia.

¹³ Em editorial publicado em todos os veículos do Grupo Globo em 2013, logo após as Jornadas de Junho, o conglomerado não só reconheceu que apoiou o Golpe Militar de 1964, mas também classificou decisão como erro. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em 16 de jun. de 2019.

4. MÉTODO

Os textos midiáticos dão uma importante contribuição ao debate público e, em nível discursivo, são um dos âmbitos onde se trava a luta por Poder. A partir do paradigma interpretativo crítico como perspectiva da ACD, esta pesquisa está estruturada por meio de metodologia voltada para a coleta documental de textos jornalísticos que expressam a polarização das construções discursivas em torno da destituição de Dilma Rousseff e como parte da mídia relatou esse embate de discursos.

A infinidade de textos que explorou esse embate discursivo nos mais diversos veículos de comunicação atuantes no Brasil inviabiliza uma análise quantitativa e, portanto, optou-se por uma seleção de textos que abordam esta prática social. Além da descrição, da interpretação e da explanação, essa análise teve também como componente a observação de como os participantes lidavam com as construções discursivas antagônicas em torno do processo de cassação de Dilma Rousseff. “A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa do mundo, o que significa que os pesquisadores abordam os problemas em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. (MARTINEZ, 2012, p.140). Portanto, a escolha por um método de pesquisa qualitativa se deu para alcançar o objetivo de contribuir para uma compreensão aprofundada do momento histórico que foi a destituição de Dilma Rousseff.

Essa decisão se deu também com a intenção de verificar como esses processos de significação estão subordinados aos efeitos ideológicos do texto e, admitindo a relação dialética linguagem-sociedade (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 75), como esses textos produzem tais efeitos ideológicos ou contribuem para manutenção ou transformação de tais efeitos.

Levando em consideração também o a pergunta-problema desse estudo, *Em qual medida as construções discursivas polarizadas em torno da destituição de Dilma Rousseff interferiram no modus operandi da democracia brasileira?* Iniciou-se a coleta de dados formais a partir de textos jornalísticos veiculados na Internet sendo alguns retirados dos sites dos próprios veículos de comunicação e outros compartilhados em redes sociais. Vale ressaltar, como já sugerido na pergunta, que o problema da investigação é de ordem social e não linguística, conforme os parâmetros metodológicos da ACD. Por meio da Análise do Discurso Textualmente Orientada, buscamos compreender melhor esse processo de destituição. “A linguística nos serve de ferramenta fundamental para a investigação de problemas sociais, o que só é possível graças à

centralidade do discurso no funcionamento da sociedade” (RESENDE e RÉGIS, 2017, p. 46).

A investigação de problemas sociais por meio de unidades linguísticas visando à emancipação de segmentos da sociedade menos favorecidos ou até mesmo vítimas de abusos de Poder; a ênfase em aspectos orbitais às mensagens que produzem e corroboram com relações de dominação; e uma postura crítica diante desses acontecimentos com a proposta de transformação social são fatores que alimentam a proposta interdisciplinar da ACD. É justamente essa interdisciplinaridade que permite a ACD dialogar não somente com outras ciências sociais, mas também com outros campos da própria análise do discurso, a exemplo da AD de linha francesa. Veremos no tópico seguinte que pesquisadores desta corrente teórica vão nos ajudar a compreender determinados tópicos do nosso corpus.

4.1 Gêneros jornalísticos

Levando em consideração que esta pesquisa analisa as práticas sociais e discursivas da mídia através do texto, é importante ressaltar que o meio pelo qual essas práticas se materializam apresentam determinadas características. Avalia-se pertinente notabilizar as diferenças e peculiaridades dessas estruturas languageiras que conceituam o gênero. Os dados geraram a necessidade de uma abordagem em torno do conceito de gênero. De acordo com Charaudeau (2015, p.204) “um gênero é construído pelo conjunto das características de um objeto”. Por sua vez, este objeto não apenas constitui uma classe, mas também pertence a esta classe. São elementos carregados de traços que diferenciam um gênero do outro ou um gênero e um subgênero. Entendemos como classe em questão o gênero discursivo jornalístico e seus subgêneros. Na amostra que norteia esta análise, verifica-se que o corpus apresenta a ocorrência de três subgêneros jornalísticos: o da *entrevista*, o da *reportagem* e o da *postagem* (itálicos nosso). Antes de descrever cada um deles, vamos nos debruçar na discussão conceitual de gênero.

Fairclough (2001, p.160) admite gênero como sendo um “conjunto de convenções relativamente estável” associado a uma atividade aprovada socialmente aprovada. Já Bezerra (2017) situa gênero como uma categoria que media texto e discurso. Promove um debate em torno das terminologias *gênero textual* ou *gênero discursivo* (itálico do autor) a partir dos trabalhos de R. Rojo e A. L. Marcuschi que defendem que essa questão vai além da discussão terminológica e sim conceitual. Embora seja pertinente aprofundar esse debate, o mesmo não é oportuno no recorte desta pesquisa e vamos nos ater a

trabalhar as definições de gênero em si, concordando com Bezerra (2017, p. 32) que “a compreensão holística dos gêneros inclui a compreensão dessas duas dimensões que lhes são constitutivas”, isto é, texto e discurso.

Mainueneau (2005, p.59) parte do princípio de que “todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um *gênero de discurso* (itálico do autor)”. Segundo ele, essa categorização está relacionada às funções sociais e às funções da linguagem das atividades humanas. A ideia de gênero tem a ver também com a ocorrência de determinadas condições sócio-históricas necessárias à produção discursiva. No caso do jornalístico, por exemplo, essas condições estão subordinadas ao acontecimento. Ele posiciona gênero como algo constitutivo do tipo de discurso. No âmbito desta pesquisa, é como se a reportagem, a entrevista e a postagem fossem gêneros dentro de um tipo de discurso, no caso em questão o jornalístico.

Charaudeau (op. cit.) tece considerações a partir do que ele chama de “produto acabado”. São materializações (via texto) de intencionalidades, encenação com vistas a produzir determinados efeitos de sentido visados pelo agente midiático. Isso tem relação com os procedimentos de organização e elaboração textual. Em se tratando da mídia, tem a ver com o tratamento dado ao acontecimento, como ele é interpretado, relatado e comentado. Além da relação com o acontecimento, a constituição de um gênero, ainda segundo Charaudeau, leva em conta o engajamento do sujeito que informa e as características do dispositivo (o veículo de comunicação propriamente).

Como dito anteriormente e levando em consideração os aspectos que contribuem na conceituação de gênero, observou-se no *corpus* a ocorrência de três tipos de subgêneros jornalísticos os quais vamos descrever e analisar nos próximos tópicos.

A) **Entrevista** – Tem alto teor dialógico podendo reunir dois ou mais interlocutores numa conferência. No caso das entrevistas jornalísticas, são espaços maiores quando se quer aprofundar determinados temas e destacar a figura do entrevistado. A escolha do entrevistado também dá indicativos do nível de engajamento do jornalista e do veículo de comunicação em relação a este determinado tema. Charaudeau (2015) aponta problemas de credibilidade porque este gênero sugere certo jogo de cartas marcadas devido à sua dinâmica de perguntas e respostas modalizadas a partir de pressuposições do que o entrevistado e o entrevistador querem transmitir.

O gênero esbarra também numa contradição que tem a ver com o valor simbólico que se atribui à fala numa dada comunidade cultural. Quanto mais complexo o

fenômeno a explicar, tanto mais o pensamento é profundo e necessita de um tempo de fala mais longo. O que é profundo e complexo não pode ser expresso brevemente. O saber precisa de tempo e de silêncio. Mas, por outro lado, quanto mais longo é o tempo de fala, tanto mais a atenção e mesmo o interesse decrescem, ainda mais porque, na informação midiática, supõe-se que o público-alvo deva ser *captado* (itálico do autor) o tempo todo. (CHARAUDEAU, 2015, p. 217-218)

As considerações de Charaudeau se aplicam não só ao dispositivo radiofônico, mas também ao meio televisivo e ao textual (impresso ou online). Em se tratando do audiovisual, o tempo de duração e, nos casos das entrevistas veiculadas por meio de textos, o tamanho é levado em consideração justamente para cumprir esse contrato de prender a atenção do público. Seja qual for o meio, o engajamento do entrevistador e do entrevistado se materializam na modalização do que é dito e como é dito. Uma cadência jogada com estratégia de ambas as partes até porque elas consideram o destinatário, embora ausente do diálogo, como elemento integrante do jogo.

A reprodução do discurso direto tem prevalência na entrevista. Prevalência porque não corresponde a íntegra do discurso. Diante da necessidade de cumprir o contrato com o público-alvo, o processo de edição seleciona trechos que o jornalista julga serem mais atrativos para a audiência e/ou interessantes para o veículo de comunicação. Isso tem a ver com possíveis “cortes” (grifo nosso) nas respostas, perguntas ou até mesmo em ajustes de algumas perguntas. Embora constitutivas da prática discursiva, não há como mensurar essas mensagens orbitais ou analisá-las a menos que se tenha acesso ao material integral da entrevista. O processo de edição fala muito sobre o engajamento do jornalista e do dispositivo/veículo de comunicação no qual a entrevista está hospedada.

B) Reportagem – Lexicalmente falando, trata-se de uma flexão do verbo reportar e significa relatar, explicar determinados acontecimentos das mais variadas ordens. É um dos principais gêneros jornalísticos e consiste em “ouvir” (grifo nosso) o maior número possível de vozes que ajudem a traduzir os fenômenos sociais, econômicos, culturais, políticos e científicos. O encadeamento dessas vozes e o rejunte delas sugerem, em tese, o distanciamento da voz do relator, ou seja, o princípio da imparcialidade, ou pelo menos, a tentativa de se buscar por ele. Charaudeau (2015, p.222) chama a atenção para o que ele considera impossível quando se trata de imparcialidade porque “toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular”. A precisão, fidelidade ao que foi dito, clareza, didatismo e objetividade textuais são alguns dos aspectos norteadores da reportagem.

C) **Postagem** – O termo derivado do inglês *post* e seu verbo em português no infinitivo *postar* significa colocar, endereçar. Com a popularização da Internet, o termo passou a ser associado também às redes sociais e aos blogs e também tem o efeito de sentido de compartilhar. Em se tratando dos blogs, o caráter autoral do dispositivo representa um alto engajamento de seus produtores. Ousamos em categorizar nessa relação de subgêneros por se tratar de um formato textual bastante peculiar justamente por sua ampla diversidade de estilos, formas e características, além de sua relação com outros gêneros, sobretudo com o artigo, crônica, editorial e até mesmo as supracitadas entrevista e reportagem. A identidade híbrida permite a reprodução parcial ou integral de outros textos que vão compor a cadeia textual da postagem. Outra característica que demonstra sua hibridez está na necessidade de ter um título atraente à audiência e, em alguns casos, um texto introdutório destacando determinados temas a serem tratados assemelhando-se à reportagem. Esse texto introdutório também pode conter semelhanças com outros gêneros jornalísticos já mencionados.

Retomando Maingueneau (2005, p.65), a concepção de um gênero é uma atividade social que requer alguns “critérios de êxito”. Um desses critérios é o da *finalidade reconhecida* (itálico do autor). Ou seja, o gênero do discurso tem certos objetivos. No caso do jornalístico, informar, formar opinião, analisar acontecimentos. Em se tratando de postagem, influenciar opiniões e reafirmar posições de natureza ideológica podem ser algumas dessas finalidades reconhecidas. Outro critério de êxito é o *estatuto de parceiros legítimos* (itálico do autor).

Que papel devem assumir o enunciador e o co-enunciador? Nos diferentes tipos gêneros do discurso, já se determina de quem parte e a quem se dirige a fala. Um curso universitário deve ser ministrado por um professor, que se supõe deter um saber e ser devidamente autorizado para exercer o ensino superior; deve ser dirigido a um público de estudantes quem supostamente, não detêm esse saber. (MAINGUENEAU, 2005, p.66).

No gênero postagem, esse critério de enunciação se aplica quando o autor do post modula a postagem tendo em vista sua audiência construída a partir de aspectos em comuns, entre os quais afinidades ideológicas, políticas ou partidárias. Daí o fenômeno chamado de “bolhas das redes sociais” onde o algoritmo exhibe somente aquilo que determinados grupos querem ver ou compartilhar. No caso dos blogs, esse critério de êxito se aplica à fidelização de audiência e replicação da postagem nas redes sociais.

As condições de êxito de um gênero de discurso passam, ainda segundo Maingueneau (2005), pelas noções de tempo e espaço que ele chama de “o lugar e o

momento legítimos”. São elementos constitutivos do gênero do discurso. Por exemplo, um telejornal ser apresentado em seu horário habitual de um estúdio ou em ambiente ao ar livre que configure um tema; ou uma postagem enunciada a partir das plataformas digitais seriam lugares e momentos legítimos. Quanto à temporalidade, as condições de êxito apontadas por Maingueneau são a periodicidade, encadeamento, continuidade e uma “validade presumida”. No caso da postagem este último critério é difícil mensurar porque o que vai definir a validade de uma postagem é justamente o contexto no qual ela foi distribuída. Ele aponta a ainda o suporte material como elemento de êxito de um gênero. Um texto de uma postagem fora de uma tela digital e escrita no quadro de uma sala de aula, por exemplo, deixaria de ser postagem e passaria a ter como gênero anotação ou apontamento. O que faz a postagem ser notada como subgênero é justamente este suporte (a tela reproduzindo a postagem). Ainda de acordo com Maingueneau, outro critério de êxito para ocorrência de gênero de discurso diz respeito à organização textual. No caso do corpus desta pesquisa, por se tratar de postagem de blogs, os títulos, subtítulos, as *hashtatgs*¹⁴, fotos e demais imagens seguem determinados padrões (semióticos inclusive) estabelecidos por aquela plataforma. Isso vale também para as maneiras particulares de encadeamento do texto.

4.2 Procedimento de Análise

Em se tratando de análise do discurso, o sujeito tem um papel significativo no procedimento. Apesar de os valores notícia que pautam a imprensa serem marcados pelo interesse público, novidade, checagem de fatos e informações e imparcialidade, percebe-se que a neutralidade é algo difícil de reproduzir e, em certos casos, até se faz questão de não fazê-la presente. Até porque, levando em conta os conceitos de Formação Discursiva e Formação Ideológica nas Ordens do Discurso, verifica-se que a prática social e prática discursiva desses atores vêm permeadas por algum nível de carga ideológica.

Os veículos de comunicação privados fazem parte de um segmento empresarial e como qualquer ator dessa esfera tem seus interesses. A seleção buscou textos observando o equilíbrio no espectro político: direita, esquerda e dita neutra. Inicialmente foram coletados 107 textos jornalísticos veiculados entre abril de 2016 a dezembro de 2017, ou

¹⁴ As hashtags são utilizadas para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais, ou seja, cria uma interação dinâmica do conteúdo com os outros integrantes da rede social, que estão ou são interessados no respectivo assunto publicado. Disponível em <https://www.significados.com.br/hashtag/>. Acessado em 15 jan. 2019.

seja, antes, durante e depois da consumação do Impeachment. As construções discursivas em torno da destituição de Dilma Rousseff reverberaram em diversos outros episódios da política nacional (enquanto práticas sociais) e suas respectivas práticas discursivas a exemplo da pretensa candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2018 e nas denúncias de corrupção do então presidente Michel Temer em maio de 2017. Tendo em vista que tais construções discursivas produziram e ainda vão produzir uma cadeia quase infinita de textos e para também efeitos metodológicos, adotou-se como procedimento primeiro a observação textual com orientação semântica para os termos Golpe e Impeachment. Outro parâmetro utilizado na composição desta seleção se deu em concentrar os textos a partir das práticas discursivas de Dilma Rousseff e Michel Temer relatadas por meio dos textos jornalísticos. Também se adotou como critério na seleção, a análise de políticos e acadêmicos e o posicionamento de órgãos de mídia em torno da significação do processo. Portanto, a delimitação do *corpus* levou em consideração as práticas sociais e discursivas dos protagonistas do episódio, seus analistas e como parte da mídia relatou este embate.

A seleção é composta por 14 textos jornalísticos de 10 veículos de comunicação, sendo sete de marcas nacionais, dois de marcas internacionais com subsidiárias no Brasil e um estadual. São eles: Portal UOL, Folha de São Paulo, Carta Capital, Revista Fórum, site Consultor Jurídico, blog Conversa Afiada, site Pragmatismo Político, Intercept Brasil, Deutsche Welle Brasil, Blog de Jamildo. Vale salientar que abrangência não se mensura por aspectos geográficos, uma vez que todos os textos foram veiculados na Internet, tendo, portanto, alcance imensurável. A abrangência e nem índices de audiência foram levados em consideração. Antes de detalhar os procedimentos metodológicos, considera-se como etapa importante da metodologia a descrição dos veículos de comunicação que fazem parte deste recorte.

O portal UOL¹⁵ (Universo Online) é a maior empresa brasileira de serviços, conteúdos e produtos da Internet. De acordo com dados de audiência da própria empresa, “sete em cada dez internautas acessam o UOL todos os meses, sua homepage recebe mais de 90 milhões de visitantes únicos por mês”. O primeiro portal de conteúdo do Brasil foi fundado em 1996. Em 2010, produziu e transmitiu o primeiro debate presidencial pela Internet. Além da produção de conteúdo, o portal tem entre suas subsidiárias empresas de pagamento de e-commerce, assistência técnica de Internet, inclusão digital de empresas,

¹⁵ Fonte: <https://sobreuol.noticias.uol.com.br/historia/>. Acessado em 6 jan de 2019.

inovação e tecnologia da informação e educação online. Entre seus patrocinadores estão uma montadora norte-americana de veículos, multinacionais de Tecnologia da Informação e uma fábrica de refrigerante. Entre seus apoiadores estão a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que é ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

O jornal Folha de São Paulo¹⁶ faz parte do Grupo Folha (mesmo do UOL), um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil. A Folha de S. Paulo foi fundada em 1960 a partir da fusão de outros jornais do grupo que datam de 1921 e 1949 e atualmente é o maior jornal em circulação no Brasil. O Grupo Folha reúne ainda um instituto de pesquisa, editora de livros, livraria virtual, agência de notícias, parque gráfico e uma empresa de logística.

A revista Carta Capital¹⁷ foi fundada em 1994 pelo jornalista ítalo-brasileiro Mino Carta, que é o atual diretor de redação. Fundador de publicações que fazem parte da história do jornalismo brasileiro como *Veja*, *Quatro Rodas*, *Jornal da Tarde* e *Isto É*, ele demonstrou publicamente ser contrário ao Impeachment da Presidente Dilma Rousseff em vários textos veiculados na própria revista. A publicação é editada em São Paulo pela Editora Confiança e surgiu para contrapor as líderes do mercado: as revistas *Veja* e *Isto É*. Em manifesto publicado em seu site, a Carta Capital afirma praticar um jornalismo “crítico e transparente”. Os críticos veem o posicionamento da Carta Capital como uma linha editorial assumidamente alinhada à esquerda do espectro político. Seu site não informa as fontes de financiamento. Ainda de acordo com a apresentação do veículo, o modelo de negócio, em parte, se viabiliza a partir de assinaturas dos meios digital e impresso.

A revista Fórum¹⁸ surgiu em 2001, inspirada no Fórum Social Mundial (FSM), que teve sua primeira edição realizada em Porto Alegre – RS. A publicação chegou a tiragem de 25 mil exemplares impressos em dezembro de 2013, mas no ano seguinte passou a ser exclusivamente digital. “Não é a publicação oficial do FSM, mas a revista traz no seu DNA a força dos movimentos e a certeza de que é na multiplicidade de vozes que se faz um mundo melhor. A Fórum traz, diariamente, matérias, reportagens e entrevistas que buscam uma visão de mundo diferente dos grandes meios de comunicação tradicionais”, diz trechos de seu texto de apresentação. Em sua apresentação, informa ter 715 mil seguidores na página do Facebook, 126 mil seguidores no twitter, 60 mil

¹⁶ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acessado em 6 jan de 2019.

¹⁷ Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital/>. Acessado em 6 jan de 2019.

¹⁸ Fonte: <https://www.revistaforum.com.br/sobre-a-revista/> Acessado em 7 jan de 2019.

seguidores no Instagram, oito mil inscritos no canal do Youtube e 10 milhões de *page views* (visualização de site) por mês. Entre os apoiadores estão sindicatos de professores do estado de São Paulo, região do ABC Paulista, Caxias do Sul (RS) e Minas Gerais, além de associação de bancários da ativa e aposentados dos grupos financeiros que operam em São Paulo.

A revista eletrônica Consultor Jurídico¹⁹ se mostra como uma publicação independente que trata de temas ligados à justiça e ao direito. A publicação visa ser fonte para pesquisadores e profissionais do meio jurídico e da comunicação disponibilizando arquivos e dados que são acessados por “mais de um milhão de leitores”, segundo seu texto de apresentação. A produção é editada por jornalistas que contam com a colaboração de profissionais do meio jurídico. O site afirma que sua linha editorial é pautada por um valor notícia caro ao jornalismo, que é a imparcialidade. “A ConJur é editada por jornalistas com larga experiência nas mais conceituadas publicações brasileiras, que zelam pela fidelidade das informações veiculadas”. Ainda de acordo com a apresentação da publicação, sua audiência é formada por advogados, juízes, estudantes, jornalistas, professores, integrantes do Ministério Público, empresários e público em geral. Seu banco de dados conta com mais de 100.000 arquivos. Entre as fontes de financiamento que constam no site são uma livraria virtual que comercializa títulos do campo jurídico, venda de cursos online de empresa especializada em concursos públicos e *Branded Content* (conteúdo patrocinado) produzido em parceria com escritórios de advocacia.

O blog Conversa Afiada (CAf)²⁰ é assinado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim. Ele trabalhou em vários veículos de comunicação brasileiros entre eles a revista Veja e a TV Globo, onde atuou como correspondente internacional. Atualmente apresenta o programa Domingo Espetacular, da Record TV. O jornalista tem diversos prêmios. Na seção de apresentação do blog, que produz conteúdo para redes sociais e demais plataformas da Internet, não há um claro posicionamento editorial, mas o jornalista se coloca como independente. Em várias de suas publicações, expressou ser contra o Impeachment de Dilma Rousseff chamando os responsáveis pelo processo de “golpistas”. O termo também é bastante usado por ele para criticar a imprensa, a quem chama de Partido da Imprensa Golpista (PIG). O blog tem um departamento de mídia para anunciantes (embora estes não sejam tão visíveis no site), uma loja virtual com os livros

¹⁹ Fonte: https://www.conjur.com.br/a/quem_somos. Acessado em 7 jan. de 2019.

²⁰ Fonte: <https://www.conversaafiada.com.br/abc-do-caf>. Acessado em 7 de jan. de 2019.

de autoria do jornalista e um canal de agenciamento de palestras de Paulo Henrique Amorim.

O Pragmatismo Político²¹ se apresenta como um site de notícias e opinião tendo a independência editorial como uma de suas ditas características. “O espaço se destaca por disseminar informações de qualidade e fomentar debates e reflexões que estimulam o senso crítico — tudo com responsabilidade jornalística”, afirma um dos trechos do texto de apresentação. Entre os assuntos que o texto de apresentação informa abordar estão Cultura, Educação, Comunicação, Saúde, História, Políticas Públicas, Direitos Humanos, Economia, Filosofia, Fotografia/Arte, Geopolítica e Política Partidária. Ao menos no site oficial, não há informações sobre financiadores ou apoiadores. A seção “Quem somos” informa a equipe de repórteres, editores, colaboradores, colunistas e corpo administrativo. O site foi fundado em setembro de 2009 por Luis Soares, que assina como editor-chefe.

O site The Intercept Brasil²² é uma subsidiária do coletivo jornalístico norte-americano de mesmo nome. A organização foi lançada em 2014 por Glenn Greenwald, Laura Poitras e Jeremy Scahill. Em sua apresentação, o site afirma que tem o objetivo de fazer jornalismo “destemido e combativo”. Glenn Greenwald é um dos seus mais notórios líderes. O jornalista nova-iorquino é advogado constitucionalista. Ele se notabilizou ainda mais ao publicar documentos vazados por Edward Snowden, que revelou esquema de espionagem do governo dos Estados Unidos e que se tornou conhecido como Wikileaks. Antes de fundar The Intercept, ele trabalhou no jornal britânico The Guardian. The Intercept é uma publicação da First Look Media, empresa multimídia lançada em 2013 pelo filantropo e fundador do eBay²³, Pierre Omidar. O site de apresentação informa que a First Look Media se dedica a apoiar “vozes independentes em jornalismo investigativo, cinema, arte, cultura, mídia e entretenimento”.

A Deutsche Welle Brasil (DW Brasil)²⁴ é a subsidiária da empresa alemã de comunicação internacional. Produz conteúdo em mais de 30 idiomas. De acordo com o texto de apresentação da empresa, mais de três mil jornalistas de 60 países fazem parte da equipe. Sua linha editorial se coloca como cobertura jornalística analítica. “A DW

²¹ Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/01/quem-somos.html>. Acessado em 7 de jan de 2019.

²² Fonte: <https://theintercept.com/brasil/staff/>. Acessado em 7 de jan de 2019.

²³ Ebay é uma empresa de comércio eletrônico fundada na Califórnia, Estados Unidos, em 1995. A plataforma reúne compradores e vendedores de vários países. Fonte: <https://www.ebayinc.com/our-company/>. Acessado em 12 de jan de 2019.

²⁴ Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/about-dw/reda%C3%A7%C3%A3o-dw-brasil/s-32444>. Acessado em 7 de jan de 2019.

representa a Alemanha como um Estado de Direito, liberal e democrático, inserido no contexto cultural europeu”, diz o documento de apresentação. Entre seus patrocinadores estão uma empresa de logística e de entregas expressas norte-americana, montadora alemã de automóveis, um escritório de fomento ao turismo na região da República da Geórgia, um fundo internacional para o desenvolvimento agrícola, uma companhia aérea turca e governo da Indonésia.

O Blog de Jamildo²⁵ está hospedado no portal NE10, do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC), o maior conglomerado de mídia de Pernambuco composto por uma rede de seis emissoras de rádio, duas emissoras de TV afiliadas ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e um jornal impresso, além do referido portal na Internet. O blog é assinado pelo jornalista Jamildo Melo. No texto de apresentação, o blog se coloca como uma coluna eletrônica que aborda os bastidores da política e economia. A seção “perfil” informa que o jornalista não se envolve com a publicidade do blog, que é de responsabilidade do SJCC.

As análises foram elaboradas a partir do Modelo Tridimensional de Norman Fairclough já descrito no capítulo anterior. O procedimento de análise foi organizado por dimensão a dimensão e suas categorias correspondentes. De acordo com Ramalho e Resende (2011, p. 113), a aplicabilidade de dadas categorias em detrimento a outras “é sempre uma consequência do próprio texto e das questões/preocupações de pesquisa”. Os textos estão reproduzidos integralmente antes das análises e depois nos anexos.

²⁵ Fonte: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/perfil/>. Acessado em 7 de jan de 2019.

4.2.1 Texto 1 - Temer faz ação diplomática contra 'golpe' em processo de impeachment - 16/04/2016 - Poder - Folha de S.Paulo - Patrícia Campos Mello - De São Paulo

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) viaja a Washington nesta semana para fazer uma contraofensiva de relações públicas com a finalidade de dizer a legisladores e autoridades dos EUA que o impeachment da presidente Dilma Rousseff "não é golpe".

Na quinta-feira (14), o vice-presidente Michel Temer ligou para Aloysio, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, e manifestou indignação com as recentes declarações de Luis Almagro, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), e Ernesto Samper, Secretário Geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Os dois criticaram o processo de impeachment contra a presidente Dilma.

Nesta sexta (15), após se encontrar com Dilma em Brasília, Almagro divulgou nota dizendo que a OEA chegou à conclusão que o impeachment, se levado a cabo, "constitui um ato de flagrante ilegalidade".

Segundo a nota da OEA, não existe uma acusação penal contra a presidente, apenas de má gestão de contas públicas e que esta é "uma acusação de caráter político, que não justifica um processo de destituição".

Na conversa com Aloysio, Temer disse que está em curso uma campanha que visa desmoralizar as instituições brasileiras e pediu uma "contraofensiva" de relações públicas no exterior.

Em Washington, o senador tucano vai se encontrar com Thomas Shannon, subsecretário de Assuntos Políticos do Departamento de Estado e ex-embaixador em Brasília; com o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA, Bob Corker, e com empresários americanos em almoço organizado pelo Albright Stonebridge Group, da ex-secretária de Estado Madeleine Albright, muito próxima da presidenciável Hillary Clinton. A viagem havia sido planejada anteriormente, diz Aloysio.

"Vamos explicar que o Brasil não é uma república de bananas, as instituições funcionam e os direitos são respeitados, ao contrário do que petistas vêm dizendo", disse.

Segundo a Folha apurou, Temer e o grupo de pessoas próximas ao vice também estão muito preocupados com os e-mails que foram disparados por alguns diplomatas para embaixadas estrangeiras, afirmando que a oposição estaria tentando dar um golpe de Estado no Brasil. "Isso contamina a imagem do Brasil no exterior", diz um interlocutor do vice. Aloysio tinha uma reunião com Almagro em Washington, mas cancelou o encontro depois de declarações do uruguaio. Ao jornal "El País", Almagro declarou que Dilma não responde por nenhum ato ilegal que justifique o impeachment. "[Dilma Rousseff] não é acusada de nada, não responde por nenhum ato ilegal. É algo que verdadeiramente nos preocupa, sobretudo porque vemos que entre os que podem acionar o processo de impeachment existem congressistas acusados e culpados." Aloysio enviou uma carta ao secretário-geral da OEA dizendo que o uruguaio tem completo "desconhecimento sobre a situação política brasileira" e sua vinda às vésperas da votação do impeachment da presidente é um "gesto oportunista".

4.2.1.1 Análise Texto 1 - Temer faz ação diplomática contra 'golpe' em processo de impeachment - 16/04/2016 - Poder - Folha de S.Paulo - Patrícia Campos Mello - De São Paulo

Texto

A transitividade do texto se revela no embate entre atores que se colocam contra e a favor da destituição de Dilma Rousseff. O processo é nominado de ‘golpe’ por quem não concorda com ele e chamado de Impeachment por quem se mostra favorável à saída da presidente Dilma do cargo. Segundo Fairclough (2001), a nominalização é uma das características da transitividade. “A nominalização é a conversão de processos em nomes, que tem o efeito de pôr o processo em si em segundo plano” (FAIRLOUGH, 2001, p.223). A materialidade do crime que deu origem ao processo só é questionada pelos representantes da OEA e Unasul que, vale destacar, não se utilizam do termo ‘golpe’. O contra-argumento usado pelos defensores do Impeachment se baseia no que eles chamam de campanha contra as instituições do Brasil. Em nenhum momento, aspectos legalistas ou detalhes do crime que baseia o processo são colocados. A negativa de existência de um golpe se dá por meio de estratégia retórica.

O texto contido na reportagem apresenta uma categoria bastante recorrente quando se deseja exprimir determinados efeitos de sentido por meio de vocábulos que possuem outros efeitos de sentido: a metáfora. O próprio termo ‘golpe’ utilizado pelo eixo discursivo contrário ao Impeachment já apresenta uma carga metafórica. Lexicalmente, trata-se de choque entre corpos resultando em batida; manobra de luta física; agressão. Esses e outros efeitos de sentido são utilizados no texto em análise para significar a ofensiva de uma corrente política diante da outra com vistas a ocupar o Poder. O termo “golpe” aparece no título da reportagem. Essa ação é reforçada na abertura da reportagem quando informa que o senador Aloysio Nunes vai dizer a autoridades e parlamentares dos Estados Unidos que o Impeachment não é “golpe”. O termo é novamente metaforizado na expressão “Golpe de Estado”. Tal expressão teria sido utilizada por diplomatas brasileiros para denunciar a manobra da oposição para chegar ao Poder.

O recurso da metáfora é novamente utilizado pelo eixo pró-Impeachment quando nega que o Brasil é uma “república de bananas”. A expressão com efeito de sentido pejorativo é bastante utilizada por países desenvolvidos ao se referirem aos valores e desorganização institucional de países latino-americanos, sobretudo os localizados na América Central e em ilhas próximas a esta região. Segundo Fairclough (2001, p.242), a metáfora apresenta bastante eficácia “na estruturação da realidade de uma forma

particular”. Fairclough chama atenção para outro ponto metafórico do texto quando ele traz um discurso militarizado, belicista. O termo “contraofensiva” ilustra isso. Produz efeito de sentido de contra-ataque, de resposta a determinada ação.

A metaforização se dá também por meio de associação com estruturas de um ou mais gêneros de discurso. No caso da oração “Isso contamina a imagem do Brasil no exterior”, percebemos a metáfora com o discurso médico e até mesmo semiótico. O léxico do verbo contaminar produz efeito de sentido de que micro-organismos nocivos ou substâncias químicas estão provocando doenças ou desequilíbrio ecológico.

O termo imagem em seu léxico significa representação, retrato. Na oração em observação, produz efeito de sentido de perda de credibilidade do Brasil perante a comunidade internacional provocada por aqueles que estão propagando a tese de um Golpe de Estado.

Prática discursiva

A identificação do subgênero do discurso reportagem constitutivo do gênero de discurso jornalístico é o ponto de partida para a análise textual a partir da dimensão da prática discursiva. Como mencionado anteriormente, este subgênero tem fortes elementos marcadores da Intertextualidade Manifesta. O próprio título da reportagem já propõe uma delimitação entre as construções discursivas antagônicas ao processo de destituição de Dilma. O termo ‘golpe’ aparece entre aspas situando o discurso do Jornal Folha de S. Paulo, o discurso dos contrários ao Impeachment e dos favoráveis. Produz efeito de sentido de que o Jornal, a partir do pressuposto da imparcialidade, não adere à tese do golpe. Mas por que a palavra Impeachment não ganha aspas? O viés legalista e ritualístico do processo produz efeito de sentido de procedimento oficial, isto é, o termo na ótica da reportagem é o que estaria *correto* (itálico nosso) para significar o afastamento de Dilma. Tal linha prossegue em todo o restante do texto e da discursividade.

Já no primeiro parágrafo, ou seja, no *lead* da reportagem (local do texto que reúne as principais informações da notícia) a expressão ‘não é golpe’ também aparece entre aspas, mesmo a frase não sendo atribuída a nenhum entrevistado. Novamente, o Jornal delimita a sua construção discursiva das contrárias ao Impeachment, o que produz um efeito de sentido de que enxerga como mais plausível a tese de um Impeachment legal. Uma das interpretações possíveis, dadas às propriedades de ambivalência do texto, é de que o discurso da Folha de São Paulo estaria alinhado ao eixo pró-Impeachment, caracterizando um elemento de Interdiscursividade.

Outras ocorrências de Intertextualidade e Interdiscursividade são notadas ao longo da representação discursiva ora direta, ora indireta. A reportagem relata que as críticas de representantes da OEA e da Unasul ao Impeachment provocaram reações no novo grupo político que estava prestes a chegar ao Poder. O termo utilizado é “indignação”. As reações foram motivadas após a divulgação de uma nota por parte dos representantes dos organismos internacionais. Percebe-se aí a relação das cadeias intertextuais. Elementos do gênero nota oficial selecionados e recortados para compor trecho da reportagem. As cadeias intertextuais também ocorrem quando trechos de entrevistas coletadas pelo repórter, quase sempre modalizadas por meio de conversação, integram parte da reportagem. Ou seja, o texto reportagem tem textos de conversação, declarações, entrevistas e, ressaltando esta amostra, nota oficial. A cadeia textual da reportagem é toda permeada por uma alternância de relato discursivo direto e indireto.

O principal argumento dos diplomatas da OEA e da Unasul contra o Impeachment gira em torno da materialidade do processo quando a nota diz que se o Impeachment for concretizado “constitui um ato de flagrante ilegalidade”. Os argumentos são detalhados no parágrafo seguinte em mais uma alternância entre o relato de discurso direto e indireto. “Segundo a nota da OEA, não existe uma acusação penal contra a presidente, apenas de má gestão de contas públicas e que esta é ‘uma acusação de caráter político, que não justifica um processo de destituição’”. Percebe-se que o trecho da nota em que a OEA afirma não haver acusação penal, ou seja, a argumentação em torno da falta de legalidade do processo está no discurso indireto relatado pela Folha de São Paulo e o efeito de sentido opinativo do entrevistado vem por meio do relato do discurso direto: “uma acusação de caráter político, que não justifica um processo de destituição”. À priori, esse recorte, produz efeito de sentido de síntese em torno da argumentação da OEA e Unasul. Boa parte do restante do texto é destinada à contra argumentar este posicionamento. Somente no 7º parágrafo, as informações sobre a “contraofensiva” são detalhadas e em discurso indireto. O parágrafo subsequente traz um fragmento de discurso direto do senador Aloysio Nunes reafirmando a legalidade do processo de Impeachment, apesar de a declaração não conter nenhum argumento sobre a materialidade e sim em torno do funcionamento institucional do Brasil e do respeito aos direitos. Neste mesmo parágrafo, mais um elemento de embate discursivo entre grupos políticos distintos quando o senador afirma que este posicionamento é antagônico aos “petistas”. Este termo em particular dialoga com uma das categorias presentes na prática discursiva: a força. Nesta dimensão da Prática Discursiva, Fairclough (2001) destaca aspectos sociocognitivos da produção e

interpretação de textos: força e coerência. A primeira diz respeito à ação propriamente dita do texto, está ligada também aos atos de fala, que são as mensagens orbitais ao texto que nem sempre são visíveis, mas compõem a mensagem e podem ser decodificadas, interpretadas. Fairclough também destaca que a força depende do contexto. É o contexto o elemento que vai reduzir a ambivalência do texto.

Retomando ao excerto, a palavra “petista” ganha forte carga ideológica, quase com efeito de sentido de adjetivo pejorativo. Essa mensagem orbital pode ser decodificada, segundo Fairclough, devido ao contexto. A reportagem foi publicada um dia antes da sessão na câmara dos deputados que autorizou a abertura do processo de Impeachment. A repercussão junto à comunidade internacional do processo também foi abordada pela reportagem a partir do ponto de vista do eixo pró-Impeachment. “‘Isso contamina a imagem do Brasil no exterior’, diz um interlocutor do vice”. Essas duas orações carregam a Intertextualidade Manifesta, no relato do discurso direto na frase entre aspas e na representação do discurso indireto ao atribuí-la a um interlocutor - não identificado - do vice. Esta última frase apresenta Interdiscursividade. Apesar do anonimato da fonte, a construção discursiva do vice-presidente se faz presente. Na organização e seleção textual da reportagem, tal declaração atendeu os valores notícia estabelecidos pela repórter e editor da matéria e certamente está de acordo com a linha editorial do jornal.

Os dois últimos parágrafos da reportagem apresentam alternância entre os polos discursivos pró e contra o impeachment. Novamente tem-se um fragmento de Intertextualidade Manifesta quando se reproduz declaração dada a outro jornal, quando o representante da OEA volta a duvidar da materialidade legal do Impeachment até que o desfecho da reportagem se dá pelo relato de mais um fragmento discursivo do eixo pró-Impeachment.

A partir da categoria Coerência, verifica-se que o efeito de sentido que prevalece no texto é o de normalidade legalista e que todas as etapas do processo estavam sendo cumpridas de acordo com a Constituição, apesar de um desfecho previsível pela destituição. O texto contou com onze parágrafos, sendo sete relatando o eixo pró-Impeachment. A análise a partir deste placar soa um tanto pueril para fins de ACD, mas se levar em conta o tempo de leitura, há sim a prevalência de um eixo sobre o outro, neste caso o favorável ao Impeachment. Mas em se tratando de análise de discurso, o efeito de sentido é o parâmetro principal a ser levado em conta. Na ordem linear do texto, o polo pró-Impeachment apareceu no 1º, 2º, 6º, 7º, 8º e 10º parágrafos. Ou seja, o encadeamento

do início, passando por mais da metade e o desfecho privilegiou o eixo pró-Impeachment, enquanto a construção discursiva em torno do “golpe” apareceu em apenas dois trechos na primeira metade e no penúltimo parágrafo. Vale destacar o efeito de sentido do final do texto. O arremate, por meio da intercalação da representação direta e indireta do discurso do senador Aloysio Nunes desqualifica (“desconhecimento sobre a situação política do Brasil”) o posicionamento do representante da OEA e o ataca ao classificar a visita dele a presidente Dilma como um “gesto oportunista”. Posicionar essa informação no final da reportagem nos faz perceber a Interdiscursividade entre o discurso do senador e o discurso do Jornal Folha de São Paulo sendo constituída pela força do enunciado e um ato de fala caracterizado pela concordância de posicionamentos.

Prática Social

Ainda de acordo modelo tridimensional de Fairclough, o texto tem a capacidade de materializar efeitos ideológicos e políticos do discurso que, por sua vez, estão ligados à dimensão da Prática Social. A reportagem foi publicada às vésperas da sessão na Câmara dos Deputados que autorizou a posterior abertura do processo de Impeachment no Senado. Neste contexto, o processo da destituição já colocava em lados opostos a composição da chapa reeleita em outubro de 2014 formada por Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB). Nesta ocasião, ambos os lados tentavam chamar a atenção da comunidade internacional com vistas a ganhar algum apoio que resultasse em mais força no embate político. Depois do encontro com Dilma, os representantes da Unasul e OEA criticaram o Impeachment. No entanto, segundo a reportagem, houve divulgação de uma nota oficial apenas por parte da OEA. Tal posicionamento foi exposto sem que houvesse um encontro com o Michel Temer, o que provocou uma reação por parte do bloco político do até então vice-presidente.

Tal reação se deu por meio de articulação com o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, senador Aloysio Nunes que fazia parte do Partido da Social Democracia Brasileira, partido de oposição ao PT, para que o mesmo aproveitasse uma viagem previamente marcada aos Estados Unidos para reforçar que o Impeachment estava transcorrendo dentro da legalidade. A Ação também era uma resposta aos supostos e-mails enviados por diplomatas brasileiros ao Exterior acusando que a manobra se tratava de um Golpe de Estado. As reações de Nunes e Temer produzem efeito de sentido de que os dois já compartilhavam do mesmo posicionamento político. Tal alinhamento

também produz efeito de sentido de que o então vice-presidente almejava assumir a Presidência da República.

Fairclough (2001, p.123-124) coloca que as articulações e rearticulações das ordens do discurso são facetas da luta hegemônica e que tende a dominá-la aquele que se mostra capaz de operar essas ordens do discurso a seu favor, seja transformando-as ou mantendo-as. Ele defende que a Ideologia está presente nas ordens do discurso, daí a relevância em se analisar o discurso ideologicamente.

A reportagem da Folha de S. Paulo materializa uma disputa por Hegemonia com prevalência do eixo favorável ao Impeachment ao produzir o efeito de sentido de que a chegada do grupo político oposicionista ao Poder não se dera por meio de um golpe. Para termos de efeitos políticos, o discurso de pleno funcionamento institucional está ligado à normatização da ordem do discurso.

Isso nos faz refletir sobre a prática social do então vice-presidente Michel Temer. Em pouco mais de um ano após ser reeleito na chapa com o PT, o pemedebista rearticulou suas ordens do discurso de forma que se colocou como antagônico ao governo. Uma prática social com efeito de sentido de aparente guinada ideológica, mas que pode ser interpretada também como uma revelação do seu pertencimento à determinada formação ideológica.

Em se tratando dos modos de operação da Ideologia elencados por Thompson (2011), percebe-se que a construção discursiva em torno da legalidade do Impeachment tem a legitimação como operação que é executada por meio da racionalização. A Ideologia presente neste eixo discursivo pró-Impeachment também operou por meio da reificação que tem na legalidade, na obediência aos ritos processuais os elementos da naturalização do processo.

4.2.2 Texto 2 – Dilma utilizaria avião para "fazer campanha denunciando o golpe", diz Temer Do UOL, em São Paulo 22/06/2016 01h49

Uma série de postagens na conta oficial do presidente interino, Michel Temer (PMDB), no Twitter tem causado polêmica na rede.

Isso porque o peemedebista, quando se refere ao uso de avião pela presidente afastada, Dilma Rousseff (PT), e a sua limitação, sugere que a petista utilizaria a aeronave para "fazer campanha denunciando o golpe".

A tese de que o processo de impeachment foi um golpe é a principal linha de defesa de Dilma.

"E ademais disso, pelo que sei, a senhora presidente utiliza o avião, ou utilizaria, para fazer campanha denunciando o golpe." — Michel Temer (@MichelTemer) 22 de junho de 2016

A postagem no perfil de Temer foi feita por sua assessoria de imprensa, que divulgava trechos da entrevista dada pelo presidente interino ao jornalista Roberto D'Ávila, da GloboNews. A entrevista foi transmitida na noite desta terça-feira (21).

D'Ávila questionou Temer se ele não teria sido "mesquinho" ao restringir o uso de avião oficial por Dilma. O novo governo interino limitou o transporte aéreo de entre o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul, onde a presidente afastada tem residência.

Nessa hora, Temer disse que Dilma "utiliza o avião, ou utilizaria, para ir fazer campanha denunciando o golpe", que ele classificou de "uma situação um pouco esdrúxula".

"[Ela] não está no exercício da Presidência, portanto não tem atividades de natureza governamental", explicou Temer, sugerindo que Dilma não precisa desses serviços.

O presidente interino voltou a negar, mais uma vez, que o afastamento de Dilma configure um golpe de Estado. "Muitas vezes dizem que houve golpe. E golpe é ruptura em relação à Constituição. E aquilo que está havendo é obediência estrita ao texto constitucional. Eu não traí a ninguém. Na verdade, o que houve foi um processo de impedimento. Eu não fiz nenhum movimento em relação a isso. E o impedimento se deu, convenhamos, até por uma maioria muito significativa."

Segundo reportagem recente do jornal "Folha de S.Paulo", Temer, inclusive, já prometeu a líderes de sua base aliada na Câmara dos Deputados que vai adotar discursos mais contundentes contra a tese petista de que o impeachment representa um golpe.

Na entrevista, Temer afirmou ainda, entre outras coisas, que quer promover as reformas política e da Previdência a partir do momento em que for efetivado na Presidência da República. E que, caso seja realmente efetivado, não será candidato à reeleição em 2018.

Temer também negou que vá processar Sérgio Machado, delator da Lava Jato que o acusou de ter pedido recursos de propina para o então candidato do PMDB à Prefeitura de São Paulo, Gabriel Chalita, em 2012.

"Não vou processá-lo porque o que ele mais deseja é isso. Quando verifiquei a delação completa, ele não falou apenas de mim, falou dos partidos mais variados. Ele só respondeu ao meu pronunciamento. Ele quer polarizar com o presidente da República, não vou dar esse valor a ele, não falo para baixo."

"Você acha que eu ia me servir dele, tendo, com toda modéstia, o prestígio que tenho, no cenário nacional, para falar com empresário? Os

empresários falavam e falam comigo permanentemente. Jamais pedi a ele", disse Temer.

4.2.2.1 Análise Texto 2 – Dilma utilizaria avião para "fazer campanha denunciando o golpe", diz Temer Do UOL, em São Paulo 22/06/2016 01h49

Texto

A começar pelo título, a frase atribuída ao presidente interino produz o efeito de sentido de que ele teria admitido (por lapso ou inconscientemente) que o processo de impedimento representa um golpe de Estado. Um dos aspectos cruciais da edição de uma reportagem escrita é a escolha/elaboração do título. Neste caso, os critérios adotados pelo editor não deixam claro que o presidente Temer discorda dessa construção discursiva de quem defendia a permanência de Dilma.

A partir da categoria coesão, nota-se o encadeamento do texto estruturado pela redução do uso do avião presidencial por parte da presidenta afastada; a defesa da não-ocorrência de golpe; reformas políticas e da previdência; e o posicionamento de Michel Temer diante de acusações de ter recebido suborno feitas em delações premiadas da operação Lava Jato. Esses dois últimos tópicos sem relação direta com o processo de destituição de Dilma e sim abordados como consequências e desdobramentos do novo governo.

Na categoria vocabulário, a adoção da palavra “interino” merece ser observada. O termo aparece em quatro ocasiões. Do ponto de vista lexical, o adjetivo significa ocupação temporária de cargo público devido à impossibilidade ou ausência do titular em exercê-lo. Ou seja, trata-se de uma condição provisória. No entanto, elementos do texto sugerem que o então presidente interino seguiria a frente do governo, mesmo antes do de o Senado Federal oficializar o veredicto do afastamento de Dilma, o que ocorreria meses depois. A efetivação na Presidência já era dada como certa, como sugere este trecho do texto.

Na entrevista, Temer afirmou ainda, entre outras coisas, que quer promover as reformas política e da Previdência a partir do momento em que for efetivado na Presidência da República.

Percebe-se que a oração tem efeito de sentido de tempo. É uma questão de ‘quando’ e não de ‘se’ (grifos nossos) Temer for efetivado. A oração subordinada temporal traz planos e projetos a serem executados, em tese, num prazo maior que a interinidade. A efetivação na presidência só é tratada de maneira condicional na oração seguinte: “E que, caso seja realmente efetivado, não será candidato à reeleição em 2018”.

A ambivalência desse trecho proporciona interpretação de que a consumação na Presidência estaria vinculada a uma não candidatura em 2018.

Ainda na categoria vocabulário, a palavra tese é utilizada para situar a construção discursiva do golpe. O termo aparece na voz do jornal em duas ocasiões. Em ambas em relato indireto de discurso. Na primeira atribui-se à defesa da ex-presidenta e na segunda a expressão vem acompanhada do adjetivo “petista”, sugerindo que o somente os partidários ou simpáticos ao Partido dos Trabalhadores adotassem tal tese. O recorte sectário em torno dessa parcela da sociedade embute uma desqualificação de quem se utiliza de tal argumento.

A segunda metade do texto sugere as categorias de controle de tópicos e controle interacional por se tratar de uma conversa entre entrevistador (o jornalista da GloboNews Roberto D’ávila e entrevistado Michel Temer), mas o recorte sob análise é um texto produzido a partir desta entrevista. Ou seja, a cadeia textual originária não está representada na íntegra e sim uma amostra dela que se apresenta a partir do subgênero reportagem. Como representação dessa interação, a reportagem relata outros assuntos mencionados por Michel Temer durante a entrevista ao canal de TV como reforma da previdência; não intenção de disputar a reeleição em 2018; e a possibilidade de processar um delator da operação Lava Jato que o acusou de corrupção.

Prática discursiva

Por se tratar de uma reportagem, a carga de intertextualidade aparece fortemente marcada no texto. A começar pelo título: o verbo ‘utilizar’ aparece flexionado na terceira pessoa do singular do futuro do pretérito do modo indicativo sem marcador de aspas. A ausência desse marcador discursivo coloca na voz do relator, no caso o portal UOL, a informação de que a presidente afastada interinamente poderia ter a intenção de usar o meio de transporte oficial da Presidência da República para defender a manutenção de seu mandato. Esta penúltima informação (a defesa do mandato) já aparece marcada por aspas (“fazer campanha denunciando o golpe”). No entanto, o impacto que justifica o posicionamento desta informação na manchete é o fato de ela ser colocada pelo Presidente (até então) interino Michel Temer, um dos atores que rechaçava a ideia de golpe. Essa última informação está contida na oração subordinada “diz Temer”. O valor notícia seria o fato de Temer incorporar (ainda que por lapso ou inconsciente) tal construção discursiva do golpe, fornecendo margem interpretativa de admissão que o processo de Impeachment seria realmente um golpe.

O *lead* (grifo nosso) detalha de onde veio essa informação e até repete a frase da manchete (linha 5) com marcadores do discurso direto: as aspas. Além da alternância entre discurso direto e indireto, que caracteriza a Intertextualidade, há outros elementos que corroboram com tal categoria da dimensão prática discursiva. Um deles se faz presente quando a reportagem menciona que a frase foi postada numa rede social. Outro elemento vem na informação de que a frase foi dita durante uma entrevista a um canal de TV. Quando se observa a prática discursiva, percebe-se que a mídia opera em rede, num processo de retroalimentação. A reportagem do portal UOL se utiliza de material da rede social que seria veiculado numa emissora de televisão.

A sequência do texto detalha aspectos da produção e distribuição do texto. Partiu da própria assessoria de imprensa de Michel Temer e foi postada no perfil do Twitter do então presidente interino, o que reforça o caráter oficial e pessoal da declaração. Logo depois (linha 13), percebe-se mais uma ocorrência de Intertextualidade manifesta com representação de discurso.

D'Ávila questionou Temer se ele não teria sido “mesquinho” ao restringir o uso de avião oficial por Dilma. O novo governo interino limitou o transporte aéreo de Dilma entre o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul, onde a presidente afastada tem residência. (l. 13-16).

Nota-se na introdução do parágrafo a representação do discurso do jornalista entrevistador a partir do verbo “questionou” e ainda na mesma oração subordinada condicional, além da locução verbal composta pela terceira pessoa do singular do futuro do pretérito do indicativo acompanhada do adjetivo “mesquinho” entre aspas. O termo vem marcado de forma isolada na tentativa de demonstrar que a expressão foi usada pelo entrevistador e não utilizada como elemento de tradução na reportagem. Fairclough nos traz uma explicação para o uso deste recurso.

As expressões entre aspas simples são simultaneamente usadas e referidas: as aspas simples as estabelecem como pertencendo a uma voz externa. Além disso, elas podem ter várias funções específicas, como distanciar a si próprio da voz externa, usar sua autoridade para sustentar a própria posição, mostrar um uso para inovar, ou introduzir uma palavra nova. De forma semelhante, pode se usar o discurso direto para construir ou mostrar o discurso representado. (FAIRCLOUGH, 2001, p.154)

Somente na linha 14, a frase que foi selecionada como notícia e manchete da reportagem foi detalhada. Novamente, a alternância entre discurso direto e indireto compôs o relato. Os verbos ‘dizer’ e ‘classificar’ atuam como marcadores discursivos deste distanciamento da voz de quem está relatando.

Nessa hora, Temer disse que Dilma “utiliza o avião, ou utilizaria, para fazer campanha denunciando o golpe”, que ele classificou de “uma situação um pouco esdrúxula”.

A construção discursiva de negar o golpe se utiliza do argumento de obediência à Constituição, incluindo a tipificação da materialização de crime de responsabilidade e do rito processual. Além da obediência à Constituição, Temer reforça sua argumentação alegando que não interferiu no processo constitucional. (l – 19 a 23). As orações “Eu não traí ninguém” (l 21) e “Eu não fiz nenhum movimento em relação a isso” foram estrategicamente colocadas para produzir o efeito de sentido de que ele apenas acompanhou o processo de Impeachment.

Na sequência do texto, outro parágrafo (linha 26) dedicado a relatar o empenho do então presidente interino Michel Temer em combater a construção discursiva do golpe por meio da construção discursiva do Impeachment com base constitucional. O relato vem caracterizado com outro elemento de Intertextualidade quando credita esta informação a outra reportagem do jornal Folha de São Paulo. Apesar de haver um hiperlink para a reportagem do jornal, o texto do UOL não reproduz trechos do veículo impresso. Vale destacar que esta citação traz o que Fairclough (2001, p.136-137) categoriza de Interdiscursividade, já que o jornal pertence ao mesmo grupo empresarial de mídia do Portal UOL. Isso nos remete a observar as convenções discursivas do grupo midiático em dois de seus veículos de comunicação distintos, a de enfatizar o combate à construção discursiva do golpe por parte de Michel Temer.

Somente depois dessa sequência, a reportagem apresenta a construção discursiva de Temer na qual ele nega a existência de um golpe de Estado, o que ocorre quase depois da metade do texto. A introdução dessa disputa discursiva está caracterizada por uma redundância, não por erro gramatical, mas por uma questão estilística de enfatizar a negativa do golpe por parte de Michel Temer.

Prática Social

A escolha pela qual o portal UOL adotou ao construir a reportagem indica que a intenção foi apresentar um recorte do embate discursivo entre Golpe x Impeachment. Isso pode ser demonstrado a partir da edição. Tendo em vista o modelo de pirâmide invertida, no qual as informações consideradas mais importantes devem vir no começo do texto, nota-se que a prioridade foi a de recortar a disputa discursiva. O espaço dado à argumentação em torno da desconstrução da ideia de Golpe ocupa mais da metade do

texto. O contraponto é resumido em única frase. “A tese de que o processo de impeachment foi um golpe é a principal linha de defesa de Dilma”. O restante da reportagem é destinado a relatar as argumentações do então presidente interino Michel Temer, seus futuros planos de governo e seu posicionamento diante de delator da Operação Lava Jato.

O embate materializado nos dois eixos discursivos (golpe x impeachment) também se dá em outras práticas sociais como a citada na reportagem: a disputa pelo uso do avião presidencial e a função desse uso. As frases atribuídas a Temer e que foram recortadas pela reportagem fazem o texto produzir outros efeitos políticos, como que o governo interino já se enxergasse como definitivo, mesmo a sentença do Senado a respeito do Impeachment ainda não sendo oficializada. O 9º parágrafo é o que apresenta maior representação direta do discurso de Temer. É onde ele apresenta a argumentação legalista de que o processo de destituição foi absolutamente natural e obediente à Carta Magna. A subjetividade aparece em três orações: “Eu não traí ninguém”; “Eu não fiz nenhum movimento em relação a isso” (o impedimento); e “E o impedimento se deu, convenhamos, até por uma maioria significativa”.

Percebe-se que Temer nega o “golpe”, mas ele não se posiciona sobre o processo. A ambivalência dessa neutralidade dá margem à interpretação de que Michel Temer concordava com o afastamento definitivo de Dilma Rousseff. Levando em consideração o ambiente político de aceite em assumir a presidência, é presumível que esse compasso possa ser lido como um movimento ativo que tenha contribuído politicamente para a destituição de Dilma Rousseff.

4.2.3 Texto 3 - Eleições acabaram com tese do golpe, diz Temer. Do UOL, em São Paulo – 06/10/2016 – 9h04

O presidente Michel Temer (PMDB) avaliou que os resultados do primeiro turno das eleições municipais mostraram uma vitória dos partidos da base aliada do governo. "[Eles] tiveram sucesso extraordinário. A revelar, portanto, que não houve acolhimento a certas teses que se deram no passado", disse Temer em entrevista ao "Jornal da Noite", da TV Bandeirantes, exibida na madrugada desta quinta-feira (6).

Referindo-se à tese de golpe no processo de impeachment, sustentada por apoiadores de sua antecessora, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), Temer apontou que o argumento foi rejeitado pelos brasileiros. "Se aquilo [tese do golpe] fosse verdadeiro, o eleitorado ia lá e prestigiaria quem pregou a ideia do golpe, que, evidentemente, jamais existiu".

A apuração de domingo mostrou que o PMDB de Temer foi o partido que mais conquistou prefeituras no país: 1.028 no total. Na sequência, aparecem PSDB (793), PSD (539), PP (493) e PSB (414), todos da base do atual presidente.

Já o PT foi o grande derrotado nos pleitos municipais. De 630 prefeituras em 2012, caiu para 256 neste ano.

A partir dos resultados das eleições, Temer disse que não vê necessidade de fazer uma reforma ministerial para atender os partidos que mostraram força nas urnas. "Até porque os partidos estão representados no governo", disse o presidente.

Temer, contudo, não descartou mudanças no futuro. "Se você me perguntar 'daqui a seis meses, sete meses, oito meses', vai depender das circunstâncias do futuro. Hoje, não há nenhuma perspectiva de reforma ministerial".

Não levo pesquisa em conta, diz Temer

Mais tarde, em entrevista à rádio Jovem Pan, Temer minimizou o resultado da pesquisa Ibope divulgado na terça-feira (4) que apontou que 39% dos brasileiros reprovam sua gestão.

"Respeito a pesquisa, mas não levo em conta. Se tiver 5% de avaliação positiva e 12 milhões de desempregados empregados, me dou por satisfeito", declarou. "Não estamos em período eleitoral nem estou preocupado com eleições", disse.

O presidente também negou pensar em reeleição em 2018. "Governar o Brasil é algo extremamente honroso. Tendo chegado à Presidência, não vejo razão para pensar em reeleição."

"Prioridade do governo é gerar empregos"

Na entrevista à Band, Temer também reafirmou que seu governo tem como prioridade a retomada do mercado de trabalho. "Tudo o que fazemos é com vistas a recuperar o emprego no país."

Como forma de contribuir para a retomada do emprego, Temer disse que vai ordenar a retomada de 1.219 pequenas obras paradas no país, além de grandes projetos como a transposição do Rio São Francisco e intervenções "de grande porte" no Rio Guaíba, em Porto Alegre.

"Estamos dimensionando essas obras. Quando o poder público leva obras adiante, cria empregos", disse o presidente.

Sobre a transposição do São Francisco, Temer afirmou que o repasse de R\$ 10 milhões por mês para as obras foi aumentado para R\$ 30 milhões. Além disso, o governo federal agora busca revitalizar o Rio, segundo o presidente.

A retomada do programa habitacional Minha Casa Minha Vida e a ampliação dos limites de empréstimo para a aquisição de imóveis também foram citados como exemplos de investimentos para a retomada do emprego no país. (Com Estadão Conteúdo).

4.2.3.1 Análise Texto 3 Eleições acabaram com tese do golpe, diz Temer. Do UOL, em São Paulo 06/10/2016 09h04

Texto

A reportagem está estruturada em três tópicos, sendo o primeiro tratando da argumentação em torno da não-existência de Golpe e de uma possível reforma ministerial, o segundo sobre pesquisa de popularidade do governo Michel Temer e o terceiro sobre a geração de empregos. Apesar de a reportagem abordar três eixos temáticos, o escolhido para iniciar o texto aborda a construção discursiva do Golpe, a começar pelo título. Uma oração categórica - “Eleições acabaram com tese do golpe” - complementada pela oração “diz Temer”. O verbo dizer funciona como marcador distanciador com efeito de sentido delimitador entre a prática discursiva do Uol e de Temer.

Nas declarações atribuídas a Temer, o verbo acabar não aparece e sim um conjunto de outras orações rebuscadas. Portanto, pode-se pressupor que efeito de sentido categórico do título foi um instrumento tradutor, simplificador utilizado para informar aos intérpretes/consumidores do texto, o tema da reportagem. “O tema é o ponto de partida do(a) produtor(a) do texto numa oração e geralmente corresponde ao que pode ser considerado (o que não significa que realmente seja) ‘informação dada’, isto é, informação já conhecida ou estabelecida para os produtores e intérpretes do texto”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 227).

Fairclough acrescenta ainda que a marcação do tema pode lançar pressupostos de senso comum vigente na (no caso em questão, da nova) ordem social. Há uma tentativa de estabelecer o senso de que a destituição de Dilma não se tratou de um golpe. Há um jogo retórico, por parte do então presidente, de marcar enfaticamente essa posição. “Se aquilo [tese do golpe] fosse verdadeiro, o eleitorado ia lá e prestigiaria quem pregou a ideia do golpe, que, evidentemente, jamais existiu”.

O uso do pronome demonstrativo ‘aquilo’ produz efeito de sentido de que a construção discursiva do golpe seria algo desprezível. Já a utilização dos advérbios

‘evidentemente’ e ‘jamais’ (de modo e de negação, respectivamente) são recursos estilísticos e retóricos para enfatizar tal posicionamento.

A categoria coesão fornece elementos importantes na análise discursiva dessa reportagem. Fairclough (op. cit. p. 217) afirma que essa propriedade “focaliza as relações funcionais entre as orações” e favorece uma investigação no aspecto retórico. Pois bem, vamos nos debruçar no encadeamento por tópicos e depois a relação entre esses tópicos.

No primeiro, há o encadeamento a partir da utilização da vitória eleitoral da base aliada do governo como argumentação na negação do ‘golpe’ (grifo nosso). Na sequência, os números fornecidos de prefeituras conquistadas por cada um dos partidos seguidos do desempenho contrastante do Partido dos Trabalhadores (PT).

Já o PT foi o grande derrotado nos pleitos municipais. De 630 prefeituras em 2012, caiu para 256 neste ano.

A conjunção adversativa ‘já’ funciona como um conectivo de contraste entre vencedores e perdedor, o que é enfatizado a partir do adjetivo (grande) seguido de substantivo (derrotado). Os números fornecidos logo em seguida reforçam ainda mais a argumentação retórica, gerando efeito de sentido de ‘verdade absoluta’ e ‘irrefutável’ (grifos nosso).

A oração “a partir dos resultados das eleições” funciona como um conectivo que insere no mesmo campo de efeito de sentido a vitória da base de Temer e a possibilidade de uma reforma ministerial.

No sexto e último parágrafos, a conjunção adversativa ‘contudo’ conecta a parte anterior do texto com a reforma ministerial no futuro, sem que esta alteração no primeiro escalão esteja ligada aos resultados das eleições e sim a novos contextos. Cabe a interpretação de que tal declaração pode ter o efeito de sentido de aceno a aliados possivelmente insatisfeitos com distribuição de ministérios e de que a reforma ministerial seria algo ‘em aberto’ (grifo nosso).

Segundo tópico – O bloco de texto subsequente é introduzido por meio de uma frase com verbo na primeira pessoa do presente do indicativo (Não levo pesquisa em conta, diz Temer). São apresentados números da taxa de rejeição (39%) e depois o presidente a comenta.

Respeito a pesquisa, mas não levo em conta. Se tiver 5% de avaliação positiva e 1,2 milhões de desempregados, me dou por satisfeito”, declarou. “Não estamos em período eleitoral nem estou preocupado com eleições”, disse.

O presidente também negou pensar em reeleição em 2018. “Governar o Brasil é algo extremamente honroso. Tendo chegado à Presidência, não vejo razão para pensar em reeleição.

A ambivalência do segundo tópico reside no que a vitória da base aliada ao presidente não está associada a sua aprovação, tanto que o texto relaciona o índice de rejeição a uma possibilidade de reeleição (descartada pelo então presidente). As três últimas orações mostram um jogo retórico novamente com o uso de advérbio de modo (extremamente) acompanhado de adjetivo (honroso), mas com efeito de sentido de que a chegada à presidência uma vez é suficiente.

O terceiro tópico foi organizado de tal forma a retomar a agenda positiva, colocando a geração de emprego como prioridade a partir de recortes de declarações do presidente. O início ainda resguarda certa conexão com os assuntos abordados anteriormente. A oração “Tudo o que fazemos é com vistas a recuperar o emprego no país” funciona como conectivo com os demais temas tratados. Na sequência, o arremate do bloco apresenta números de obras paradas e promessas de retomá-las.

Prática discursiva

Por ser um texto do subgênero reportagem, a categoria intertextualidade se mostra muito presente. O caráter de operação de rede da mídia aparece com clareza porque a reportagem foi elaborada a partir de duas entrevistas distintas concedidas pelo Presidente Michel Temer a uma emissora de TV (Bandeirantes) e outra de Rádio (Jovem Pan). O relato direto e indireto se intercala em cada um dos 14 parágrafos do texto. Em nove parágrafos, há orações enunciadoras seguidas de outras orações entre aspas, com efeito de sentido comprobatório à anterior.

Ainda na categoria intertextualidade, observa-se que a reportagem foi construída a partir de outras cadeias textuais (as entrevistas), que por sua vez já transformaram cadeias intertextuais anteriores. Por outro lado, a reportagem em análise já produz novos textos e assim por diante. Segundo Fairclough, essas cadeias intertextuais são complexas e suas atuações na transformação dos textos têm a ver com redes de distribuição e meios de consumo desses textos, bem como na forma como os produtores vão elaborá-los:

[...] eles provavelmente tentarão elaborá-lo de um modo que antecipe as respostas dos tipos principais de audiência. Tal antecipação complexa é [...] uma fonte de heterogeneidade e ambivalência, e pode bem ser que os textos com cadeias intertextuais complexas sejam mais propensos a essas propriedades do que outros (FAIRCLOUGH, 2001, p.167).

A seleção dos tópicos, as frases que compuseram a reportagem revelam uma carga de intencionalidade do produtor do texto, algo que ambivalência pode apontar para uma

série de outras interpretações. A ordem como os tópicos foram apresentados pode ser apontado como resultado de uma transformação de cadeias intertextuais. Vale salientar também que a estrutura organizada por tópicos se relaciona com as características de controle interacional observadas por Fairclough. No caso em questão, a interação se dá de forma limitada entre os itens selecionados pela reportagem a partir das duas entrevistas. A organização por tópicos e a ordem escolhida (a vitória eleitoral e a alegada não-existência de golpe; a minimização de pesquisa de popularidade; e a geração de empregos) revela alinhamento entre as práticas discursivas do Portal UOL e do então Presidente Michel Temer.

Prática social

Os dois primeiros parágrafos deixam clara a luta por Hegemonia, ao vincular a vitória da base aliada nas eleições municipais à consolidação da nova força política que substituiu o bloco de Dilma Rousseff e o PT na Presidência da República, o presidente Michel Temer e o PMDB proclamam vitória, consolidando assim a força do novo grupo político. Embora a construção discursiva do Golpe não seja relatada, o primeiro tópico do texto traz o embate com a construção discursiva do Impeachment por meio do relato direto da prática discursiva do então Presidente Michel Temer.

[Eles] tiveram sucesso extraordinário. A revelar, portanto, que não houve acolhimento a certas teses que se deram no passado [...] Se aquilo [tese de golpe] fosse verdadeiro, o eleitorado ia lá e prestigiaria quem pregou a ideia do golpe, que, evidentemente, jamais existiu.

Embora o Impeachment já estivesse concluído há dois meses antes do pleito municipal com a efetivação de Michel Temer na Presidência, nota-se uma atenção em procurar consolidar o processo federal como algo natural, é como se a verbalização funcionasse como um autoconvencimento de que não houve golpe. Por outro lado, os números de prefeituras conquistadas pelos partidos aliados a Michel Temer sugerem a consolidação da nova liderança hegemônica no país. Isso pode ser corroborado no quinto parágrafo quando o presidente relaciona o desempenho dos partidos aliados na urna e sua respectiva representação na Esplanada dos Ministérios.

Fairclough (2001, p.122) entende Hegemonia enquanto liderança, construção de alianças, dominação nos âmbitos social, econômico, cultural e político. A reportagem sob análise dá uma mostra do poder hegemônico conquistado pelo grupo de Michel Temer ao substituir o grupo de Dilma Rousseff quando finaliza o texto com o tópico geração de

emprego por meio da retomada de obras públicas até então projetadas pelas gestões petistas a exemplo da transposição do Rio São Francisco e o Minha Casa Minha Vida.

4.2.4 Texto 4 "Golpe" é promovido por quem quer parar a Lava Jato, diz governador do MA Fernando Notari Do UOL, em São Paulo 06/04/2016 06h00

Primeiro governador eleito pelo PCdoB nos 92 anos do partido, Flávio Dino, que comanda o Maranhão desde 2014, depois de interromper Hegemonia de meio século da família Sarney no Estado, coloca-se agora na linha de frente da defesa do mandato da presidente Dilma Rousseff. Em entrevista ao UOL, o comunista tornou a falar em "golpe" e acrescentou: quem o promove são "oportunistas" que querem "parar a Lava Jato".

Há de outro lado interesses de oportunistas que imaginam que derrubar a presidente seja caminho para parar a Lava Jato. Visam se proteger exatamente atacando a presidente, sobre a qual não pesa qualquer acusação.

O governador, que prevê "o caos" a partir de um impedimento de Dilma, acusou ainda o vice-presidente Michel Temer de ser um dos "comandantes do golpe" e lembrou que, caso o peemedebista assuma após interrupção do mandato da petista, ele também terá de sofrer processo semelhante: "o próprio teria contra si a mesma acusação de ter assinado decretos de crédito sem autorização legal".

Na entrevista, Flávio Dino faz defesa resignada à política de alianças entre partidos políticos como "necessidade histórica" do Brasil e, seguindo a linha de pensamento, propõe que só haverá saída estável com abertura de diálogo (ou governo de coalização) que una PT e PSDB. No entanto, a escalada oposicionista contra Dilma Rousseff desde a reeleição, lamenta o maranhense, impossibilita que tal projeto seja posto em prática atualmente.

UOL - Como o senhor viu o desembarque do governo do PMDB, partido que abriga seus maiores rivais políticos no Maranhão, em plano federal?

Flávio Dino - Não está muito claro esse desembarque, está meio parecido com a Batalha de Itararé, aquela que não houve. Foi noticiado, mas ainda não se consumou e não se sabe o que acontecerá. Parece-me importante que haja uma parte do PMDB que se mantenha próxima ao governo. É uma tendência, ajuda em momento de crise. Evidentemente, a consequência que se verifica é que uma parte do PMDB que consumou o desembarque permite que haja ampliação da base parlamentar do governo -- o que eu acho bom. O PMDB está como sempre esteve: dividido sobre os principais temas do país.

O senhor acredita que coalizões como esta entre PT e PMDB esvaziam ou atravancam os próprios projetos políticos?

É difícil discutir isso abstratamente, como uma tese genérica, porque cada país tem uma história, uma formação. Se você olhar a Alemanha, verá uma coligação que a governa há mais de uma década. Na experiência chilena, tem a Concertación Chilena. No Uruguai, a Frente Ampla, que governa há muito tempo e é uma aliança de vários partidos. Já o sistema norte-americano é diverso, por uma série de razões.

No caso brasileiro, considerando nossa extensão territorial, imensa desigualdade regional e social, a complexidade cultural que o país tem e o fato de nós não termos um sistema de partidos sólido, secular, como de outros países, é inevitável que tenhamos por um lado uma democracia pluripartidária, com muitas expressões institucionais, e tem sido assim desde a redemocratização, e decorrente deste fato a automática necessidade de pactos entre vários partidos. Tem sido assim

desde os anos 1980 e continuará a ser por bastante tempo. Isso decorre de uma necessidade sociológica e histórica do país.

As primeiras notícias após o desembarque dão conta de que poderia haver uma distribuição dos maiores cargos para PP e PR. Esta saída é válida para barrar o impeachment ou isso pode derreter ainda mais o apoio popular do PT?

Creio que está claro hoje para a esquerda política brasileira que é preciso fazer um duplo movimento que se complementa. Ou seja: de um lado você tem de acelerar um projeto de mudanças sociais, de programas sociais, como a recente inauguração da fase três do Minha Casa, Minha Vida, que sinaliza para a continuidade de um programa de distribuição de renda. De outro lado, um segundo movimento, que complementa este, é buscar segurança institucional que tenha programa com essas características.

Neste sentido, não vejo incomodo na esquerda política de um modo geral em relação à política de alianças que confira estabilidade ao governo da presidente Dilma. Acho uma medida acertada neste momento, sobretudo considerando a gravidade da crise econômica e também o peso dos ataques feitos ao governo, que exigem naturalmente que ele esteja resguardado. Quanto mais aliados se somarem a essa tese, acho positivo.

Mas estamos falando do PP, um dos partidos que tem mais nomes envolvidos na Lava Jato. Dar mais protagonismo ao PP no governo não pode incomodar a base social do PT, justamente no sentido de inviabilizar uma reeleição em 2018?

Na verdade, não é possível colocar a participação na Lava Jato como critério para nada, porque infelizmente você tem denúncias, acusações contra políticos de todos os partidos, inclusive os da oposição. Não é um referencial válido. A separação do joio do trigo é necessária, mas não tendo em conta o critério de ter pessoas deste ou daquele partido envolvidas. A questão central é seguir apoiando as investigações, apoiar o trabalho, desde que constitucional e legal, que seja feito pelo Ministério Público, pela polícia e pela Justiça. E que quem cometeu erros e crimes que os paguem.

Miguel Reale Jr., um dos autores do pedido de impeachment, classificou as pedaladas como "crime grave" porque, segundo ele, "levaram a União a contrair operações de crédito com entidades financeiras das quais ela é a controladora", o que é vetado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Operação de crédito é um conceito legal específico. Não houve operação de crédito, mas sim operações de compensação entre a União e os bancos. Às vezes essa compensação resulta em ônus à União e, às vezes, em ônus aos bancos. No mais das vezes, os bancos ficam devedores em relação à União, não o contrário. Isso é uma tentativa de distorcer atos normais, que são feitos há muitos anos, e transformá-los em uma infração à LRF.

Janaína Paschoal, que também participou do texto que baseia a análise da comissão do impeachment, afirmou que a presidente Dilma Rousseff cometeu crime no momento da "abertura do crédito suplementar sem prévia autorização legislativa", quando publicou os seis decretos questionados pela acusação.

Esses decretos equivalem a menos de 0,1% da execução orçamentária da União. Se olharmos por este ponto de vista, o impacto sobre a sanidade da execução orçamentária é ínfimo. E o próprio Congresso Nacional votou o PLN 5/2015, que chancelou todos esses créditos. Ao

votar o PLN 5/2015 acontece o que se chama no direito penal de *abolitio criminis*. Mesmo que tivesse havido crime, o que não houve, no momento em que o PLN 5/2015 foi aprovado, teria deixado de existir. Não há enquadramento de crime de responsabilidade por isso.

Também de Janáína Paschoal: "o comportamento omissivo doloso no episódio do 'petrolão'", como foi apelidado o escândalo de corrupção na Petrobras, é ponto a ser levado em consideração.

Tem de se observar que isso não é nem sequer debatido no processo de impeachment, porque, quando houve apresentação da denúncia, essa parte foi rejeitada pelo presidente da Câmara. O processo de impeachment que concretamente se discute na Comissão refere-se exclusivamente ao que é chamado de “pedaladas fiscais”. A esfera de debate disso, que pode ser feito, é em outro local que não nessa Comissão.

Portanto o senhor sustenta que há golpe em curso no Brasil?

Seguramente. Há tentativa de impeachment sem causa constitucional legítima. Tem sido dito que impeachment é constitucional porque está na Constituição. Imaginemos o seguinte: a Constituição trata de pena de morte em caso de crimes de guerra. Se alguém fosse vítima de pena de morte, diriam que isso é constitucional porque está na Constituição? Não, a Constituição diz que só pode haver pena de morte em caso de crime de guerra. Não basta estar na Constituição para que haja aplicação constitucional. Afere-se a constitucionalidade em relação da norma a um determinado fato.

Na medida em que a norma abstrata que trata de impeachment não tem aplicabilidade neste caso, porque não há crime de responsabilidade, há tentativa de deposição de um governo eleito legitimamente pelo voto popular. Evidentemente, é golpe.

Mas quem são os agentes desse golpe, a quem ele interessa?

Há vários interessados, mas vejo duas situações fundamentais. Uma dos insatisfeitos com o resultado eleitoral de 2014. E não me refiro apenas aos políticos, mas também a uma parcela da sociedade que não concordou com resultado. Não concordar com ele é legítimo. Já a aferição sobre se a decisão popular de 2014 foi certa ou errada só poderá ocorrer em 2018. A Constituição prevê eleições diretas, secretas e periódicas. Não é porque a pessoa não concorda que pode haver um novo julgamento a qualquer hora.

Há de outro lado interesses de oportunistas que imaginam que derrubar a presidente seja caminho para parar a Lava Jato. Visam se proteger exatamente atacando a presidente, sobre a qual não pesa qualquer acusação. Não há conta na Suíça, não há envolvimento com propina. É como se fosse uma cortina de fumaça. O segundo seguimento é dos que têm medo da Lava Jato.

O senhor falou em duas situações e não citou em nenhum momento interesses econômicos por trás do impeachment. Eles não existem?

Acho que há certa visão de parcela do empresariado brasileiro de que esse seria um caminho para ter um governo mais favorável a determinadas visões, determinadas políticas. Mas me parece que não é esse o principal. Particularmente, não consigo identificar quais interesses são esses. Há um protagonismo da Fiesp, mas com qual objetivo? Não sei. Especula-se que haja interesse de grupos que querem revisão das regras do pré-sal. Mas realmente creio ser cedo para afirmar concretamente que estariam mobilizando isso.

E, se confirmado o impeachment, agora em um exercício de projeção, o que o senhor prevê para o futuro do cenário político do país?

Um desastre. Primeiro porque haveria precedente grave para o futuro, abriria espaço para múltiplas tentativas de vingança e sabotagem no futuro. De outro lado, teríamos um governo muito frágil, sem sustentação social, sem apoio popular em um quadro complexo por causa da crise econômica. Um governo que dificilmente se sustentaria. O impeachment seria a antessala do caos. Um governo fraco, questionado, sem legitimidade. Movimentos sociais mobilizados fortemente nas ruas, reivindicações que este hipotético governo teria dificuldades de atender, um governo que teria dificuldade de ter sustentação parlamentar. Seria desastroso ao país. Ainda mais porque seria um governo que por sua vez também enfrentaria processo de impeachment. Michel Temer teria sobre si a mesma acusação de ter assinado decretos de crédito sem autorização legal. Parece-me que teríamos situação muito pior do que a que temos hoje. Quando os agentes econômicos notarem isso, passarão a atuar pela estabilidade política.

Como comunista, o senhor decerto conhece o conceito de Marx que diz que a história acontece antes como tragédia e depois se repete como farsa. A "tragédia" de 1964 pode ser repetida como farsa no momento atual?

Acho que a tendência mais forte hoje é não se repetir de forma alguma [risos]. Há hoje um prognóstico favorável.

Mas há alguma relação do momento que vivemos com outros períodos da vida política brasileira?

Há similitudes no sentido de haver radicalização de posições, de sectarização e tentativa de subversão do jogo democrático, de rasgar a Constituição. Assim como no período entre 1961-64, mas também em outros, aqueles que não conseguiram nas urnas fazer valer sua posição estão tentando por atalho desrespeitar regras estabelecidas para tentar chegar ao poder. Então há similitude, mas também há diferença: o próprio ambiente internacional, e também o nacional, é menos receptivo a esse tipo de estratégia, de rasgar as regras do jogo. No momento em que se caracteriza que há algo incompatível com a Constituição, Dilma se fortalece.

Há quem fale na possibilidade da ascensão de uma figura "fascistoide" para 2018. O senhor acredita nesta possibilidade?

Eu estava falando de 2016 [risos]. Em 2018, há quem especule que haveria espaço para um Berlusconi brasileiro. Eu penso que não. Nas últimas semanas, mostrou-se que há uma consciência democrática média que nos protege disso. É evidente que essas posições de ultradireita, fascistas, preconceituosas e violentas cresceram muito de 2013 para cá, manifestando-se nas ruas e nas redes sociais de modo assustador. Mas acho que está muito, mas muito longe de um sentimento que se torne majoritário.

O senhor já disse em entrevista que um governo de coalização entre PT e PSDB pode ser a saída mais viável para o Brasil. Com a escalada da direita sobre Dilma, ainda cabe este pensamento?

No momento atual, claro que não. Eu venho sustentando esta tese há mais de um ano, a partir de dois fatores. Primeiro, o reconhecimento de que essa aliança foi decisiva em muitos momentos do país. Antes era a costela do PMDB que veio dar no PSDB, liderada por Mário Covas, Franco Montoro e o próprio Fernando Henrique Cardoso, que foi

decisiva na campanha das Diretas Já e na feição democrática e social da Constituição de 1988. Grandes conquistas derivaram dessa atuação conjunta da esquerda com setores mais de centro, da chamada social-democracia. E segundo, por causa da nossa própria experiência aqui no Maranhão. Governamos muito bem com PT e PSDB. Em algum momento, é imprescindível que haja retomada de diálogo dos dois principais partidos do país, que protagonizaram todas as eleições presidenciais desde a redemocratização.

Sem isso não há saída estável?

Sem isso não há saída estável. Não há dúvida, porque são forças políticas que, nas condições normais de temperatura e pressão, têm mais pontos em comum do que divergências.

4.2.4.1 Análise texto 4 "Golpe" é promovido por quem quer parar a Lava Jato, diz governador do MA Fernando Notari Do UOL, em São Paulo 06/04/2016 06h00

Texto

O texto que compõe a entrevista está estruturado em dois blocos. No primeiro, apresenta características de uma reportagem, com frases selecionadas e recortadas a partir das repostas. Do ponto de vista da edição, a escolha é feita com a intencionalidade de despertar e prender a atenção do consumidor do texto. A apresentação do perfil do entrevistado, com algumas informações de sua trajetória na magistratura e na política estabelecem uma ligação com a categoria Ethos porque nos permite esboçar a subjetividade do entrevistado e a relação social do seu 'Eu'. Tal identidade social é constitutiva da prática discursiva materializada no texto. A pertença ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a "quebra" (grifo nosso) na Hegemonia oligárquica e secular na política de um dos estados mais pobres do Brasil, ajudam a compor tal Ethos. A abordagem de Fairclough em torno do Ethos lança mão de aspectos comportamentais e não-verbais, o que não se aplica na entrevista sob análise. O aspecto do Ethos neste caso se mostra mais relevante na questão da identidade social. Como já mencionado, o entrevistado tem uma trajetória profissional como juiz de direito²⁶, o que confere ao seu discurso um marcador de credibilidade de ordem técnica-científica. No entanto, a entrevista explorou a forma sujeito do entrevistado como ator política da esquerda e comunista.

Na categoria vocabulário, o termo Golpe se sobrepõe na argumentação de Flávio Dino. Além de se situar neste eixo discursivo antagônico ao do Impeachment, as

²⁶ Flávio Dino de Castro e Costa foi secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). Fonte: Página oficial no Facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/flaviodino/>. Acesso em 04 dez 2018.

colocações de Flávio Dino apontam para um cenário de piora na vida política do país. Ao mesmo tempo em que ele se utiliza de palavras como “caos” e “oportunistas” para apontar efeitos e agentes ativos no processo de destituição o que, em dado momento, poderia dar margens à interpretação de radicalismo, o entrevistado defende uma conciliação entre os partidos historicamente opostos (PT e PSDB) como alternativa para evitar uma força autoritária dominante no cenário político.

Ainda em torno do termo Golpe, vale destacar o posicionamento do Portal diante de tal construção discursiva. No texto de abertura a oração [...] *o comunista tornou a falar em “golpe”* [...], o verbo produz efeito de sentido de repetição e em sendo repetição soa como dificuldade em quem se situa neste eixo discursivo em oferecer um repertório mais amplo de argumentos, o que em certa medida é quase um ato de fala do UOL em descredibilizar a construção discursiva do golpe. Na dimensão prática discursiva, voltaremos a abordar.

De acordo com Fairclough (2001, p.241) a categoria metáfora estrutura nossa forma de pensar e de agir. A esse conceito é possível acrescentar a ideia de ludicidade, um recurso didático capaz de traduzir ou expressar como organizamos o pensamento diante dos acontecimentos. Em uma das respostas, o entrevistado usa esse recurso na oração “É como se fosse uma cortina de fumaça”. A expressão significa um artifício para desviar o foco ou a atenção do que realmente importa. Neste caso, a metáfora aqui é, de acordo com o entrevistado, um drible discursivo daqueles atores que usaram a destituição para escapar de possíveis investigações.

Prática Discursiva

A intertextualidade manifesta permeia toda a extensão da entrevista, a começar pelo bloco que forma o *abre* (itálico nosso) do texto. Inicialmente na manchete, o termo Golpe aparece com marcadores discursivos a partir de aspas. O recurso é primordial no discurso jornalístico para reproduzir literalmente o que foi dito pelo entrevistado e assim produzir o efeito de sentido de imparcialidade. Outro marcador textual que tenta delimitar o que é discurso do entrevistado e o que é o discurso do veículo de comunicação é o verbo dizer. É como se o veículo de comunicação apenas retransmitisse o que o interlocutor está afirmando sem emitir juízo de valor ou opinião. Na ambivalência inerente aos discursos, essa imparcialidade jornalística, pode ser percebida também como uma resistência ao ponto de vista do entrevistado que deixou claro seu antagonismo ao então vice-presidente

Michel Temer ao acusá-lo de ser um dos líderes do processo de destituição de Dilma Rousseff.

A quinta intervenção do entrevistador não veio em forma de pergunta, mas de uma colocação. Nesta, observamos a materialidade do conceito de Interdiscursividade desenvolvido por Fairclough. Apesar de a pergunta apresentar intertextualidade manifesta, quando fragmentos de outros textos são reproduzidos no novo texto, nota-se aqui mais que uma mera reprodução textual, mas a adoção de uma construção discursiva que norteou a legalidade do Impeachment, os crimes de responsabilidade fiscal atribuídos à gestão de Dilma Rousseff. Essa construção discursiva embasou a afirmação do entrevistador que serviu para estimular o diálogo com o entrevistado. Chama a atenção para a Interdiscursividade que a colocação não veio em forma de pergunta produzindo o efeito de sentido de que o entrevistador concorda com a tese da existência de crime de responsabilidade. Isso se repete na sequência, em que outro autor do pedido de Impeachment, a advogada Janaína Pascoal, também é mencionada em outra colocação que, novamente, não vem em forma de pergunta. O entrevistado se utiliza de argumentos jurídicos para desconstruir a tese de existência de crime.

Numa outra intervenção, também em forma afirmativa, o entrevistador confronta o entrevistado mencionando novamente Janaína Pascoal, mas lançando mão de um outro argumento utilizado por ela no pedido de Impeachment, o chamado ‘Petrolão’, esquema de corrupção e desvio de dinheiro público investigado na estatal de petróleo Petrobras. Mais uma vez, o governador se utiliza de argumentos jurídicos para desconstruir a tese de crime que justifique o Impeachment. Ele alega que este suposto desvio de dinheiro não faz parte das peças analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ou seja, não faz parte da materialidade do processo do Impeachment.

O processo de impeachment que concretamente se discute na Comissão refere-se exclusivamente ao que é chamado de "pedaladas fiscais". A esfera de debate disso, que pode ser feito, é em outro local que não nessa Comissão. (l. 106-109).

Somente na oitava intervenção do entrevistador, esta já voltando a ser feita sob a forma de pergunta, é que a construção discursiva em torno do Golpe parece ser absorvida pelo entrevistador. (l. 110-122).

De acordo com Fairclough, um dos elementos da categoria Interdiscursividade é a historicidade, a conexão com discursos anteriores que de alguma forma estrutura os discursos contemporâneos e assim sucessivamente. A 12ª pergunta tem

interdiscursividade com os preceitos de Karl Marx (“[...] a história acontece antes como tragédia e depois se repete como farsa”) e com a ditadura militar brasileira iniciada em 1964. A 13ª pergunta questiona se o entrevistado enxerga no então momento pré-destituição algo parecido com outros episódios da política do País no que ele estabelece algumas ligações com comportamentos sociais anteriores.

Há similitudes no sentido de haver radicalização de posições, de sectarização e tentativa de subversão do jogo democrático, de rasgar a Constituição. Assim como no período de 1961-1964, mas também em outros, aqueles que não conseguiram nas urnas fazer valer sua posição estão tentando por atalho desrespeitar regras estabelecidas para tentar chegar ao poder [...]

As três últimas perguntas tratam das eleições de 2018 e de uma possível aliança entre PT e PSDB visando à estabilidade democrática no Brasil. Das 16 perguntas que entraram na edição da entrevista, duas abordaram diretamente a construção discursiva em torno do Golpe. As demais, além de tratar de desdobramentos políticos, foram situadas a partir da legalidade e constitucionalidade do Impeachment por meio da Interdiscursividade dos autores da peça jurídica (Miguel Reali Jr. e Janaína Pascoal) que deu origem ao processo no Congresso Nacional. Outro marcador de Interdiscursividade se faz presente na 14ª pergunta. O termo “facistóide” faz alusão ao movimento totalitário italiano das décadas de 1920, 1930 e início da de 1940. Aqui uma rápida volta à dimensão texto na categoria vocabulário. O sufixo ‘óide’ empregado ao termo sugere um significado pejorativo. Retornando à dimensão prática discursiva e ao marcador de Interdiscursividade, há tal categoria na resposta a esta pergunta quando o governador Flávio Dino lança mão da expressão “Berlusconi brasileiro” em alusão ao também ex-primeiro-ministro italiano que chegou ao poder depois da operação Mãos Limpas de combate à corrupção no início da década de 1990. Há ainda, na resposta a 15ª pergunta uma conexão interdiscursiva com as origens do PT e PSDB, partidos que protagonizam a polarização política desde a redemocratização, e uma defesa de aliança entre eles semelhante a que ocorreu em torno da campanha *Diretas Já* (itálico nosso). Percebe-se que a historicidade da Interdiscursividade não é linear, constitui-se em rede onde várias pontas se interligam compondo um infinito tecido discursivo.

Prática Social

A partir da observação dos efeitos ideológicos do texto, as duas primeiras perguntas e suas conseqüentes respostas tratam das coalizões partidárias no plano federal e comparações com outros países. Somente a partir da terceira pergunta, o processo de

Impeachment começa a ser debatido com mais clareza. Nesta terceira resposta, é possível identificar um nítido marcador ideológico quando o entrevistado situa o governo e seus aliados no campo da esquerda e defende uma manobra pragmática de alinhamento a outras legendas do centro e da social-democracia como forma de buscar sustentação ao governo Dilma. Há ainda marcadores de embate hegemônico a partir da menção ao crescimento da oposição ao governo petista.

No entanto, a escalada oposicionista contra Dilma Rousseff desde a reeleição, lamenta o maranhense, impossibilita que tal projeto seja posto em prática atualmente.

A construção discursiva de Golpe baseia a 8ª pergunta quando o entrevistador questiona a existência de um Golpe e na pergunta seguinte busca saber do entrevistado quais os “interessados” (sujeitos ou classes sociais) que se beneficiariam da prática social do Impeachment. Flávio Dino aponta a parcela da sociedade insatisfeita com o resultado das eleições de 2014 que reelegera Dilma Rousseff e os políticos que acreditavam que a troca de governo pudesse barrar a Lava Jato e assim se proteger de possíveis punições. Ambos os fatores orbitais à destituição que não eram constitutivos dos argumentos legalistas em torno do Impeachment. Quando se observa a parcela da sociedade que não concordou com o resultado das eleições, é possível perceber questões ligadas à luta de classes, sobretudo disputa ideológica entre esquerda x direita.

Na 10ª pergunta, o questionamento se dá em torno dos interesses econômicos por trás do Impeachment. No entanto, o entrevistado opta por afirmar não saber nem precisar quais os atores econômicos estariam interessados na troca de governo. Talvez uma estratégia política de evitar confrontos com os detentores do grande Capital. Aqui vale ressaltar o contexto da ação do Impeachment que ainda estava sob análise da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ou seja, em sua fase gestacional, uma vez que só depois do parecer da CCJ, o plenário poderia autorizar ou não a abertura do processo no Congresso Nacional.

As respostas dadas nas perguntas 11ª e 12ª sugerem certo otimismo do governador Flávio Dino na não consolidação do Impeachment. A destituição concretizada sob as circunstâncias enxergadas por ele poderia provocar um esgarçamento institucional generalizado e duradouro, fragilizando assim futuros possíveis governos e, conseqüentemente, desestabilizando o Estado brasileiro. Outro efeito ideológico do texto se dá quando o caminho apontado pelo entrevistado para por fim a polarização é o do diálogo com vistas a uma repactuação.

4.2.5 Texto 5 Alvaro Vargas Llosa: Chamar impeachment de golpe é ofensa a 'vítimas reais' - Daniel Buarque 06/06/2016 18h19

Tratar o afastamento da presidente Dilma Rousseff durante o processo de impeachment como um golpe de Estado é uma ofensa às incontáveis vítimas de golpes de verdade na história das repúblicas da América Latina, defendeu o historiador e analista político peruano Alvaro Vargas Llosa, em artigo publicado na revista norte-americana "The National Interest".

"Nenhuma lei foi violada, nenhum princípio constitucional foi quebrado e não houve uso da força em seu afastamento", justifica Llosa. Segundo ele, por mais que o governo de Dilma tenha arruinado a economia, sobretaxado empresas e perdido controle da inflação, não havia um motivo real para justificar um golpe, pois "são pecados típicos do populismo latino-americano", diz.

A crítica ao discurso de que o impeachment é um golpe não é surpresa vinda do analista que assina o texto. Llosa é um comentarista tradicionalmente associado ao pensamento neoliberal, e forte crítico à esquerda latino-americana, especialmente a ligada ao regime cubano. Ele é autor de um livro que traça o perfil do "perfeito idiota latino-americano", um personagem caricato que simbolizaria esses movimentos de esquerda da região.

A avaliação de Llosa surpreende, no entanto, ao indicar que apesar de não ter havido golpe, houve uma "traição" à presidente afastada.

"Seu vice-presidente, Michel Temer, que assumiu o governo dentro da lei, a traiu, assim como muitas organizações. E seim, houve um elemento de vingança política no ar quando muitos políticos de oposição, que estão eles mesmos sob investigação, ajudaram a tirá-la do poder com discursos vazios", diz.

A esperança, segundo Llosa, é de que Temer assuma um papel parecido com o do ex-presidente Itamar Franco, que assumiu após o impeachment de Collor e aceitou ser presidente por pouco tempo.

4.2.5.1 Análise Texto 5 Alvaro Vargas Llosa: Chamar impeachment de golpe é ofensa a 'vítimas reais' - Daniel Buarque 06/06/2016 18h19

Texto

Vamos iniciar a análise a partir da categoria vocabulário. Algumas palavras são latentes ao situar os produtores do texto (Llosa e o Portal UOL) no eixo discursivo do Impeachment. A começar pelo título. O termo 'vítimas reais' é usado para designar aqueles submetidos ao que realmente o comentarista político peruano classifica como sendo golpe. Segundo o comentarista, só é configurado golpe quando a troca de comando do poder é feita mediante "uso da força", seja por militares ou guerrilheiros.

Vale salientar o termo que surge como ponderação feita por Llosa e ressaltada pelo portal UOL com relação à mácula do processo de destituição de Dilma: "traição". Ele usa essa palavra para classificar o comportamento de Michel Temer diante do Impeachment. A palavra "vingança" é atribuída aos políticos que, segundo a prática

discursiva constante no texto, reagiram ao modo como Dilma agiu diante da operação Lava Jato. Ainda se referindo a este mesmo grupo, Llosa recorre à expressão “discurso vazio” para nominar qualidade de argumentação deles.

Embora a constitucionalidade do processo seja encampada por Llosa e reproduzida nesta amostra discursiva do Portal UOL, o que desconstrói a prática discursiva do golpe, os vocábulos e expressão “traição”, “vingança” e “discurso vazio” apontam, em certa medida, máculas do processo do ponto de vista moral e ético. O reconhecimento de tais lacunas, mesmo por quem percebe um Impeachment legalista, conduz a reflexão se o afastamento tal como foi produzido foi realmente benéfico para o País.

A Coesão também pode corroborar com este rumo descrito acima. Esta categoria trata dos elementos retóricos do texto, seu encadeamento oracional na elaboração dos argumentos e da construção discursiva. Vejamos o fragmento a seguir:

A avaliação de Llosa surpreende, no entanto, ao indicar que apesar de não ter havido golpe, houve uma "traição" à presidente afastada. (l. 18-19).

Tal contraponto é materializado por meio de uma oração coordenada adversativa seguida de outra subordinada adverbial concessiva. A primeira tem como marcador a conjunção “no entanto”, enquanto que a segunda tem como marcador a locução adverbial “apesar de”. O texto afirma que ele considera que houve traição. Aliás, o termo vem marcado por aspas, um elemento de intertextualidade manifesta que destaca que a palavra foi usada pelo historiador e reproduzida pela reportagem. O mapeamento da Coesão indica que o texto foi estruturado da seguinte maneira: rechaça ao golpe a partir de comparação com as ditaduras latinoamericanas; justificativa a partir de sua Formação Ideológica; ponderação ao processo de Dilma pelo comportamento de Temer e dos políticos adversários; e perspectiva de curto tempo de duração da presidência de Michel Temer como elemento de normatização do processo.

Prática Discursiva

Por se tratar de uma reportagem, a categoria Intertextualidade ocorre de forma Manifesta e Constitutiva de maneira alternada ao longo do texto. Já no *lead* é possível identificar elementos da Interdiscursividade quando a reportagem traz à tona uma comparação com os Golpes Militares ocorridos na América Latina. A Interdiscursividade se faz latente quando o texto situa Llosa no campo Neoliberal e o classifica como “forte

crítico à esquerda latino-americana”. Há ainda Interdiscursividade com outro Impeachment brasileiro, quando o texto estabelece uma conexão entre Temer e Itamar Franco. Episódios e formações ideológicas permeados por forte teor de historicidade

Retomando a Intertextualidade Manifesta, nota-se a partir do título da reportagem um recorte de uma frase dita pelo entrevistado. Como afirmamos anteriormente, a escolha do título de uma reportagem leva em consideração vários aspectos dos chamados valores-notícia. A relevância do tema, de quem fala sobre esse tema e como isso poderá ser decodificado pelos leitores. Fairclough (2001, p.284) classifica a intertextualidade manifesta de “zona cinzenta entre a prática discursiva e o texto: levanta questões sobre produção de um texto, mas também diz respeito às características que estão manifestas na superfície do texto”. Tanto o título quanto o parágrafo de abertura apresentam elementos dessa Intertextualidade Manifesta.

Na visão de Llosa relatada pela reportagem do Portal UOL, o viés legalista, constitucional e “sem uso da força” é o principal argumento em torno da legitimidade do Impeachment de Dilma. No entanto, a reportagem não deixa claro se o historiador entra no mérito da existência de crime de responsabilidade fiscal em seu artigo. O efeito de sentido de inexistência de Golpe aparece num elemento externo à reportagem, mas que compõe o texto como um todo. O *hyperlink* intitulado “Leia também: Impeachment não vai ser incluído em banco de dados sobre golpes no mundo” corrobora com a construção discursiva de que a destituição de Dilma não foi Golpe de Estado.

A questão do *hyperlink* trata-se de um aspecto interessante no que se refere ao consumo de texto, algo ligado à dimensão prática discursiva. O consumo de textos na Internet tem características próprias. A digitalização possibilitou a produção de conteúdo sob demanda. Os algoritmos produzem o que comumente tem se chamado de bolhas, ou seja, imagens, textos, fotos, áudios e vídeos são agrupados seguindo hábitos de consumo entregando aquilo que o consumidor quer ver/ouvir/ler. Tal prática discursiva de agrupar conteúdo em torno de uma mesma ideia ou de assunto correlatos faz parte de uma estratégia para garantir audiência e engajamento do leitor, restringindo o espaço para o contraditório. Não é possível mensurar se a inserção deste *hyperlink* no meio do texto fez parte do processo de edição do post ou se se trata de um processo automatizado. Independentemente das duas hipóteses, o efeito de sentido da não existência de golpe ganha um reforço com esta chamada para outra reportagem.

Como já mencionado, a principal argumentação em torno da legitimidade do processo de Dilma reside na legalidade. Esse viés é ressaltado por meio da

Intertextualidade Manifesta, pois foi expresso a partir de uma frase com marcadores discursivos das aspas, delimitando assim a voz do pensador peruano da voz da reportagem.

"Nenhuma lei foi violada, nenhum princípio constitucional foi quebrado e não houve uso da força em seu afastamento", justifica Llosa. (1.6-7).

A prática discursiva da reportagem e a prática discursiva de Llosa se imbricam em vários momentos do texto. O discurso classifica como ofensores aqueles que se utilizam da prática discursiva de que o afastamento de Dilma foi um Golpe quando acusa esses sujeitos de ofender as vítimas de “golpes de verdade na história das repúblicas da América Latina”. Mas o que seriam “golpes de verdade”? Os aspectos de coerência do texto levam o leitor a só considerar verdadeiros Golpes de Estado aqueles protagonizados por militares ou guerrilheiros por meio da força física.

No trecho final do texto, percebe-se outra ocorrência de Intertextualidade Constitutiva quando as orações e frase não aparecem delimitadas por aspas. A oração Subordinada Adverbial Conformativa tem como marcador textual a conjunção ‘segundo’ e atribui a Llosa a evidência de torcida para que haja continuidade de uma normalidade legalista por parte do presidente Michel Temer em concordar ser presidente por pouco tempo.

Prática Social

Há ainda outro componente Interdiscursivo pertinente em ser ressaltado e que se conecta com a categoria Ideologia situada na Prática Social. O texto da reportagem do UOL foi produzido a partir da publicação de um artigo de Alvaro Llosa na revista americana *The National Interest*²⁷. No texto de apresentação, o periódico norte-americano se coloca como um fomentador do debate da política estrangeira a partir de artigos produzidos por militares, acadêmicos e jornalistas. O periódico se apresenta também como um defensor dos interesses da América. Deduz-se que os artigos selecionados para posterior publicação tenha algum tipo de alinhamento ideológico com essas diretrizes.

Alvaro Vargas Llosa é um historiador, jornalista e analista político hispânico-peruano. A própria reportagem o classifica como um “comentarista associado ao pensamento neoliberal”. Llosa tem formação pela *London School of Economics*. Atuou

²⁷ A íntegra do artigo está disponível no link <https://nationalinterest.org/feature/was-really-coup-brazil-16443>

como colaborador dos jornais *Wall Street Journal*, *New York Times*, *Los Angeles Times*, *El País*, *International Herald Tribune*, do *BBC World Service*, revistas *Time* e *Granta*. Além disso, Vargas Llosa foi comentarista da *Univision TV*, diretor de notícias da rádio RCN, correspondente em Londres do jornal espanhol ABC, comentarista da *Radio Nacional de España* em Madri, apresentador do programa semanal de TV *Planeta 3*, que foi ao ar em doze países latino-americanos durante cinco anos e colunista no *La Nación* (Argentina), *El Nacional* (Venezuela), *Reforma* (México), *El Tiempo* (Colômbia), *El País* (Uruguai), *El Listín Diario* (República Dominicana)²⁸. Retornado ao texto da reportagem, o encadeamento traz elementos da ordem do discurso imbricados à ideologia situada no espectro à direita e o quanto isto constitui a identidade social do sujeito da fonte da reportagem.

A crítica ao discurso de que o impeachment é um golpe não é surpresa vinda do analista que assina o texto. Llosa é um comentarista tradicionalmente associado ao pensamento neoliberal, e forte crítico à esquerda latino-americana, especialmente a ligada ao regime cubano. Ele é autor de um livro que traça o perfil do "perfeito idiota latino-americano", um personagem caricato que simbolizaria esses movimentos de esquerda da região (l.12-17).

Os marcadores ideológicos evidenciam que quem está afirmando a inexistência do Golpe é um sujeito cuja Formação Ideológica e conseqüentemente a Formação Discursiva estão situados à direita no espectro político. O tal posicionamento torna previsível a adoção ou o exercício de determinada prática discursiva e social, mas os contrapontos e ponderações em torno do processo a partir do que o analista percebeu como algo fruto de vingança e traição tornam esta percepção mais relevante. São elementos políticos do texto que conferem valores de coerência no que podem apontar para a destituição de Dilma Rousseff como sendo um golpe na moral, na ética e nos valores republicanos.

²⁸ Fonte: Independent Institute. Alvaro Vargas Llosa é membro sênior do Centro de Prosperidade Global do Independent Institute. Site: http://www.independent.org/aboutus/person_detail.asp?id=494. Acessado em 09 dez 2018.

4.2.6 Texto 6 - Guia rápido para explicar a seus amigos/as por que o impeachment de Dilma seria um golpe – Revista Fórum – 28/03/2016 – por redação

De fato, impeachment não é, necessariamente, golpe. Mas, o fato do estatuto do Impeachment ser previsto pela Constituição Federal não quer dizer que ele possa ser aplicado de qualquer jeito. O Impeachment de Dilma, tal como está sendo encaminhado, seria golpe por uma série de motivos. Confira um passo a passo didático de quais são eles - Por Vinicius Wu

O debate está posto. Os esforços de alguns dos maiores apoiadores do impeachment e de setores da grande mídia para sustentar que o impeachment é um dispositivo constitucional legítimo e não fere a legalidade democrática não deixam dúvidas: a narrativa a respeito do impeachment está em disputa. Ninguém discute com fantasmas. A pecha de golpista incomoda e a questão está colocada. Foi golpe ou não? Eis o debate que vai organizar a disputa política no país após um eventual impedimento da Presidente Dilma. De fato, impeachment não é, necessariamente, golpe. Mas, o fato do estatuto do Impeachment ser previsto pela Constituição Federal não quer dizer que ele possa ser aplicado de qualquer jeito. O Impeachment de Dilma, tal como está sendo encaminhado, seria golpe pelos seguintes motivos:

1. **POR QUE o Brasil não possui um sistema parlamentarista:** não vivemos numa república parlamentarista, na qual o Congresso Poderia votar uma moção de desconfiança e levar o chefe de governo a convocar novas eleições. Num sistema presidencialista, para haver impeachment é preciso a existência de um fato determinado, ou seja, que o Presidente esteja diretamente envolvido em ato ilícito, o que não é o caso de Dilma. Impopularidade, crise econômica, discordância com o estilo de governar não são suficientes para afastar um Presidente eleito democraticamente pela maioria da população. Se a simples existência de uma crise política ou econômica bastassem para afastar um Presidente, então, nenhum dos últimos Presidentes brasileiros teria completado seus mandatos. Todos enfrentaram crises econômicas ou políticas ao longo de seus governos;

2. **POR QUE pedaladas fiscais não são suficientes para fundamentar o pedido de Impeachment:** o pedido de afastamento da Presidente Dilma, que será votado nas próximas semanas pela Câmara dos Deputados, apresenta como motivação de um eventual crime de responsabilidade da Presidente a aplicação das chamadas pedaladas fiscais. Esse nada mais é do que um expediente contábil que, inclusive, vem sendo utilizado por vários governadores. Todos eles deveriam, então, ser impedidos caso a Câmara aprove o Impeachment de Dilma o que, obviamente, não ocorrerá. Portanto, o processo que Dilma enfrenta no Congresso não está acusando a Presidente de nenhum esquema de corrupção e nada tem a ver com a operação Lava Jato. Um artifício foi utilizado para a abertura do processo na Câmara e, caso seja aprovado o Impeachment, ele não terá nenhuma relação com os casos de corrupção na Petrobrás.

3. **POR QUE a oposição jamais aceitou o resultado das urnas e sabota o país desde 2014:** a oposição passou, desde o dia posterior à vitória de Dilma, a construir um ambiente de crise permanente e em momento algum aceitou o resultado das urnas. Adotou uma postura claramente golpista ao questionar, de todas as formas, a vitória da presidente eleita. Chegaram até mesmo à ridícula situação de questionar a lisura das urnas eletrônicas – as mesmas que são usadas para eleger

governadores tucanos há vinte anos em São Paulo e que já estavam presentes nas eleições de FHC à presidência da República. Nenhum país democrático sério pode conviver com esse tipo de postura de uma oposição obcecada por retomar o Poder a todo custo, prejudicando o funcionamento das instituições e trabalhando, incansavelmente, para paralisar o governo e o país;

4. POR QUE o atual processo de impeachment começou como um ato de retaliação do Presidente da Câmara: ou seja, um parlamentar investigado e denunciado por corrupção, utilizando-se do terceiro posto mais importante da República, abre um processo de impeachment, logo após o partido do governo votar a favor de investigações a respeito de suas atividades ilícitas. O fato do Presidente da Câmara possuir a prerrogativa de aceitar o pedido de Impeachment não anula o fato de que todo o processo passou a ter sua legitimidade abalada por esse episódio. Para se livrar de uma eventual cassação, o Presidente da Câmara resolveu “jogar no ventilador”, para sair do foco das investigações e da cobertura da grande mídia. E conseguiu.

5. POR QUE estamos diante um evidente aparelhamento de algumas instâncias do Ministério Público e do Judiciário – com apoio da grande mídia – comprometendo a isenção da justiça: em articulação com a grande mídia, agentes públicos – que deviam ter uma postura de neutralidade e isenção – tem demonstrado clara predileção por evidenciar apenas denúncias que envolvem o PT e apoiadores do governo. Sempre que as denúncias atingem setores da oposição são arrefecidas, relativizadas ou, simplesmente, omitidas. Isso fere preceitos constitucionais básicos, ilude a população e fere, profundamente, a legitimidade da própria operação Lava Jato.

Por esses e outros motivos que um número cada vez maior de juristas, intelectuais, artistas e representantes da sociedade civil estão denunciando a falta de legitimidade e a ilegalidade do processo de Impeachment contra a presidente Dilma. Da forma como está colocado, o Impeachment é, sim, um golpe contra a democracia. As denúncias de corrupção devem ser apuradas, independente da filiação partidária dos envolvidos e os responsáveis punidos. A lei deve valer para todos sem distinção. Operações policiais devem ter isenção e respeitar a Constituição Federal.

O Brasil precisa rever, por inteiro, seu sistema político, que favorece a corrupção ao permitir o financiamento de campanhas eleitorais por empresas. E, acima de tudo, independente do juízo que façamos do atual governo, precisamos defender a democracia, conquistada com o sacrifício de milhares de brasileiros e brasileiras nas últimas décadas. Golpes não constroem sociedades melhores, não resolvem os problemas enfrentados por um país e o que é pior: podem gerar uma situação de descontrole, aumento do conflito social e desrespeito sistemático às regras do jogo democrático. A democracia brasileira é um patrimônio do povo brasileiro e é hora de defendê-la para além de diferenças conjunturais.

4.2.6.1 Análise Texto 6 - Guia rápido para explicar a seus amigos/as por que o impeachment de Dilma seria um golpe – Revista Fórum – 28/03/2016 – por redação

Texto

O texto está organizado com título, subtítulo, uma abertura (ao estilo *lead* jornalístico) seguido de tópicos e seus respectivos detalhamentos, e apresenta mais quatro parágrafos em sua conclusão. O texto se apresenta com a finalidade de funcionar como uma espécie de manual de argumentação para comprovar a ocorrência de um golpe no processo de destituição de Dilma Rousseff. O título traz a expressão “guia rápido” que produz efeito de sentido de que tal finalidade pode ser cumprida de uma maneira simples e fácil. O mesmo efeito de sentido é produzido pela expressão “passo a passo didático”.

O verbo *ser* conjugado na terceira pessoa do futuro do pretérito do modo indicativo precedendo o termo *golpe* (a expressão ocorre três vezes: uma no título, uma no subtítulo e outra no trecho final da abertura do texto) é um aspecto da modalidade que revela afinidade entre o texto e o seu produtor. “Uma medida da sua importância social é a extensão com que a modalidade das proposições é contestada e aberta à luta e à transformação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 201). Ao se colocar como um “guia rápido para explicar a seus amigos/as”, a postagem se propõe a ser um instrumento usado nesta luta contra o processo de destituição, uma munição argumentativa disposta a “municiar” (grifo nosso) aqueles que se colocam contrários ao Impeachment.

O subtítulo desassocia os efeitos de sentido das palavras *Golpe* e *Impeachment*. A ocorrência de um deles não está necessariamente ligada ao outro. Mas, de acordo com o relato da postagem, em se tratando do processo de destituição de Dilma na forma e no contexto no qual ele estava sendo aplicado, o Impeachment não teria legitimidade, nem legalidade o que corroboraria com uma manobra política escusa nominada de golpe.

A estrutura textual em análise apresenta uma perspectiva dialógica peculiar quando o produtor lança mão de tópicos que são afirmações, mas sua ambivalência o faz produzir efeito de sentido de que seriam quase perguntas. Os tópicos são escalonados e formulados de maneira que funcionem como argumentos contrários à construção discursiva favorável ao Impeachment, quando esta rechaça o efeito de sentido de golpe. Apesar de a superfície textual contar com um participante (o produtor, embora o intérprete/consumidor também seja um participante), a cadência entre os tópicos, suas explicações e o lançamento de novos tópicos subsequentes nos remetem a observar a instância do controle interacional. De acordo com Fairclough (2001, p. 192), o controle interacional conta com a colaboração dos participantes, o que pode acontecer de maneira

“assimétrica”. No texto em análise, essa assimetria se volta quase que totalmente para o produtor do texto, portanto não ocorre a estrutura de trocas do tipo “pergunta-reposta; cumprimento-cumprimento; reclamação-pedido de desculpa, convite aceitação; convite-recusa” (op. cit. p.194). O que ocorre é o controle de tópicos a partir da proposição do produtor do texto.

Os tópicos são apresentados como “motivos” (grifo nosso) e estão elencados na seguinte ordem: sistema de governo; falta de materialidade legal; resultado das eleições em 2014; disputa entre o governo petista e o então presidente da Câmara dos Deputados; aparelhamento institucional com apoio da mídia. Fairclough (2001, p.196) coloca que “os tópicos podem ser introduzidos e mudados pelo participante dominante, frequentemente de acordo com uma agenda ou rotina preestabelecida, que pode ou não ser explícita no discurso”. Neste caso, o participante dominante é o produtor do texto e a agenda está preestabelecida.

Ainda na dimensão texto, a categoria vocabulário contribui para produzir determinados efeitos ideológicos que reforçam a localização da postagem no eixo discursivo que defende a tese de ocorrência de um golpe. No segundo tópico, o processo das pedaladas fiscais é nominado como “expediente contábil”, o que produz efeito de sentido de normalização da prática e que sendo considerado crime deveria acarretar na destituição de governadores.

No terceiro tópico, o uso de adjetivos (sinalizados em itálico por nós) delimita a polarização discursiva (e ideológica) quando (des) qualifica a oposição.

Adotou uma postura *claramente golpista* ao questionar, de todas as formas, a vitória da presidente *eleita*. Chegaram até mesmo à *ridícula* situação de questionar a lisura das urnas eletrônicas - as mesmas que são usadas para eleger governadores *tucanos* há vinte anos em São Paulo [...]

Percebe-se um advérbio de modo precedendo a tipificação ‘golpista’, seguida do termo ‘ridícula’ para classificar a articulação oposicionista e situar a oposição no campo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) quando se escolhe o termo ‘tucano’. Note-se que o adjetivo adotado para qualificar o outro ator envolvido no processo (Dilma) é o termo “eleita”, que produz efeito de sentido de legalidade, de escolha democrática por meio do voto popular.

Ainda dimensão texto, a categoria coesão atua de forma sobressalente na produção de sentido desta postagem. O viés legalista passa por tentativa de desconstrução entre os tópicos I e II quando se diz que Dilma não tem envolvimento em “ato ilícito” e que “o processo que Dilma enfrenta no Congresso não está acusando a Presidente de nenhum

esquema de corrupção e nada tem a ver com a operação Lava Jato”. Já as questões políticas estão relatadas nos tópicos III, IV e V quando se aborda o comportamento da oposição após as eleições de 2014; as relações com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha; e o tratamento dado pela Justiça e Ministério Público aos casos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT).

Prática Discursiva

O subgênero postagem permite um jogo estilístico semelhante ao artigo, quando o produtor imprime um teor autoral subjetivo mais evidente. Por não se tratar de entrevista ou reportagem, vamos optar em aplicar a categoria interdiscursividade, já que nesta dimensão a postagem em análise requer foco no discurso e não na intertextualidade manifesta.

Segundo Fairclough, a dimensão prática discursiva serve tanto para representar quanto para mudar a sociedade. Na postagem em análise, a finalidade de ser utilizada na construção da argumentação em defesa do que o produtor chama de normalidade democrática e não do governo em si.

E, acima de tudo, independente do juízo que façamos do atual governo, precisamos defender a democracia, conquistada com o sacrifício de brasileiros e brasileiras nas últimas décadas.

Golpes não constroem sociedades melhores, não resolvem os problemas enfrentados por um país e o que é pior: podem gerar uma situação de descontrole, aumento de conflito social e desrespeito sistemático às regras do jogo democrático. A democracia brasileira é um patrimônio do povo brasileiro e é hora de defendê-la para além de diferenças conjunturais.

Pode-se afirmar que a dita defesa da democracia é a materialização da Interdiscursividade. A “defesa da democracia” foi instrumento utilizado em outros momentos da política brasileira, a exemplo da resistência à ditadura militar de 1964 e das manifestações pelas Diretas Já em 1985. Uma das possíveis interpretações da oração “conquistada com o sacrifício de brasileiros e brasileiras” é um exemplo que pode ser interpretado como sendo uma conexão com esses momentos. Não há menção direta a esses dois episódios, mas uma mensagem orbital que nos permite imprimir esse significado. O conceito de interdiscursividade está carregado de historicidade. Textos são originários de outros textos e que geram outros textos (Fairclough, 2001), bem como os discursos. Esses elos que formam esta rede podem ser representados pelas cadeias textuais. Certamente outras cadeias textuais que compõem o repertório do produtor deram

origem às cadeias textuais presentes na postagem. Certamente, para produzir esse texto, o produtor pesquisou, se informou por meio de outros textos contendo essas cadeias textuais. É possível, por exemplo, que reportagens tenham alimentado o repertório de informações do produtor.

Ainda na dimensão da prática discursiva, convém abordar a categoria coerência. Fairclough vê este conceito como sendo uma propriedade não dos textos e sim de seus intérpretes (op. cit. 2001, p.171). Está ligado às questões ideológicas. No caso da postagem em análise, há uma tentativa de produtor de estabelecer um “acordo” (grifo nosso) com os intérpretes presumivelmente e minimamente alinhados ideologicamente entre si. Na visão da postagem, a falta de legalidade, o contexto eleitoral e político e o tratamento dado pela Justiça ao processo são argumentos que devem ser replicados, já que se trata de “um guia rápido para explicar a seus amigos/as”.

Prática Social

A postagem em análise apresenta marcadores ideológicos evidentes. A tentativa de “provar” um golpe caso o Impeachment se desse pelo crime de responsabilidade das “pedaladas fiscais”, revela um lado desse embate discursivo. De acordo com Fairclough, a disputa pela Hegemonia se dá no e pelo discurso. As orações “Foi golpe ou não? Eis o debate que vai organizar a disputa política no país após um eventual impedimento da Presidenta Dilma”, evidenciam a polarização das construções discursivas em torno da destituição da ex-presidente. Essa polarização situa petistas e tucanos em campos opostos. A disputa pelo Poder transcendeu o resultado das eleições de 2014 e desembocou no processo de afastamento de Dilma. O tópico III tem marcadores ideológicos presentes nos adjetivos usados para qualificar a oposição, conforme já explicado na dimensão texto. Essa disputa pela Hegemonia se mostra em outro campo de batalha no embate entre o governo do PT e o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha. A postagem relata ainda o que acredita ser outra frente de batalha.

Em articulação com a grande mídia, agentes públicos – que deviam ter uma postura de neutralidade e isenção – tem demonstrado clara predileção por evidenciar apenas denúncias que envolvem o PT e apoiadores do governo. Sempre que as denúncias atingem setores da oposição são arrefecidas, relativizadas ou, simplesmente, omitidas. Isso fere preceitos constitucionais básicos, ilude a população e fere, profundamente, a legitimidade da própria operação Lava Jato.

O produtor recorre a um jogo retórico opinativo na argumentação de seu sistema de crenças e visão do acontecimento, mas não apresenta dados ou comprovações legalistas capazes de reduzir a ambivalência desse trecho do texto. Ao final da postagem,

há a produção de efeito de sentido de certa neutralidade ao afirmar que o que está em jogo não é o governo petista e sim a democracia. Fairclough nos diz que as ordens do discurso estão relacionadas com a disputa por Hegemonia.

Pode-se considerar uma ordem de discurso como faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma Hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso é, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente [...], mas também das relações sociais e assimétricas existentes. (FAIRCLOUGH, 2001, p.123-124).

A defesa de que o Impeachment representa um esgarçamento institucional pode ser enxergada como uma tentativa de lançar uma ordem do discurso capaz de contribuir para estancar o processo de destituição. Conclui-se que a construção discursiva que é capaz de direcionar as ordens do discurso a seu favor tende a ter o controle hegemônico, o que não foi o caso do eixo discursivo que defende a ocorrência de golpe.

4.2.7 Texto 7 O contra-ataque de Dilma pós-impeachment – DW Brasil - Por Malu Delgado -17.03.2017

Ex-presidente acusa Temer e seus aliados mais próximos de "assaltarem o país". Desde novembro, ela tem dado entrevistas seletivas, e tom das críticas ao atual governo sobe gradualmente.

Seis meses depois de ter sido afastada do cargo por impeachment, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) segue reiterando que foi vítima de um golpe parlamentar e está cada vez mais direta em seus ataques e críticas ao então vice e agora presidente, Michel Temer (PMDB).

Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, publicada nesta sexta-feira (17/03), Dilma acusa Temer e seus aliados diretos, do PMDB, de corrupção. O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB) é definido por ela como "um gângster inteligente", com o qual Temer tem forte cumplicidade. O presidente da República é, segundo a visão da petista, um homem "extremamente frágil, fraco e completamente medroso".

"Eduardo Cunha e eles assaltam o país. Assaltam. Do verbo assaltar. Além de outras coisas, né? Ele (Temer) tem uma postura, em relação a direitos, coletivos e individuais, extremamente sectária." Na entrevista ao jornal, a presidente ainda afirma categoricamente que Moreira Franco, atual ministro da Secretaria-Geral da Presidência e que, na gestão da petista, coordenava a Secretaria de Aviação Civil, foi afastado do cargo a pedido dela para evitar desvio de recursos.

"O gato angorá [Moreira Franco] tem uma bronca danada de mim porque eu não o deixei roubar na Secretaria de Aviação Civil. Chamei o Temer e disse: 'Ele não fica. Não fica!'" Gato angorá é o codinome de Moreira Franco dado por ex-executivos da Odebrecht nas delações premiadas da Operação Lava Jato, em referência a seus cabelos grisalhos.

Cumplicidade com Cunha

A petista alega que nem ela, nem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e nem o PT sabiam que "o nível de cumplicidade" de Temer com Cunha "era tão grande". Dilma não cita diretamente a Operação Lava Jato, mas assegura que as investigações têm deixado mais transparentes as relações entre Cunha e Temer. Menciona como prova disso as 19 perguntas que Cunha destinou a Temer em inquérito sobre desvios na Caixa Econômica Federal que tramita na Justiça Federal de Brasília.

O ex-deputado arrolou Temer como testemunha. "Lá está Eduardo Cunha dizendo que quem roubava na Caixa Econômica Federal, no FGTS, é o Temer. Leia, minha filha. Não tenho acesso às delações, mas sei o que é um roteiro. E lá está explícito o roteiro da delação de Eduardo Cunha. Explícito. Alguém não sabe que o Cunha está dizendo que não foi o Yunes, mas o Temer?", disse Dilma ao *Valor*.

Após desqualificar Temer e o séquito de peemedebistas que hoje controlam o governo, Dilma tentou explicar a aliança do PT com figuras que ela hoje desqualifica. "Saber quem eles são, nós sabemos. Não tenho a menor dúvida de quem é Padilha e Geddel [Vieira Lima, ex-ministro da Secretaria de Governo]. Convivi sabendo quem eram. Sabia direitinho. Inclusive uma parte do que sou e da minha intolerância é porque eu sabia demais quem eles eram." Porém, como justificativa, a ex-presidente disse que "saber demais não significa que você é capaz de impedir algumas coisas".

Cruzada internacional

No final do ano passado, Dilma começou a conceder entrevistas a veículos de comunicação, seletivamente. Costuma dar preferência à mídia internacional. Na primeira vez que falou após o impeachment, em novembro do ano passado, evitou tecer comentários sobre Temer e Cunha, numa conversa publicada na *Folha de S.Paulo*.

No mês seguinte, em entrevista à emissora Al Jazeera, do Catar, verbalizou que foi tirada do poder por um "golpe parlamentar institucional" que tinha dois objetivos: "Impedir que as investigações sobre corrupção chegassem até esses que hoje ocupam o poder e implantar no Brasil o resto de liberalização econômica, privatização e flexibilização do mercado de trabalho. E retirar completamente os pobres do orçamento".

Sempre que questionada sobre delitos de corrupção em seu governo e sob o comando de figuras do PT, a ex-presidente enfatiza que não foi afastada por ilícitos e que não foi conivente com desvios. À Al Jazeera disse que não anteciparia julgamentos dos colegas petistas presos na Lava Jato.

A ex-presidente passou, então, a participar de encontros internacionais em que reitera a afirmação de ter sido retirada do poder por golpe orquestrado por parlamentares, aliados com segmentos do Judiciário.

No final de janeiro, na Espanha, quando foi convidada a participar de um seminário internacional, voltou a bradar que o governo Temer é ilegítimo e defendeu que o PT passasse por uma autocrítica. "Os partidos não podem acabar quando se detecta que uma ou outra pessoa se envolveu com corrupção", declarou numa entrevista coletiva.

Foi em fevereiro, em entrevista à Agência France-Presse (AFP), em Brasília, que Dilma admitiu pela primeira vez que pode disputar uma vaga ao Senado ou até mesmo na Câmara em 2018. Agora, ao *Valor*, admitiu que não se trata de um plano já traçado e tampouco de uma prioridade. "Falei aquilo para depois, se mudar de ideia, não ser cobrada."

No início de março, na Suíça, onde participou de eventos internacionais, a ex-presidente admitiu que errou, mas na seara econômica. "Cometi, sim, um erro. Fiz uma grande desoneração tributária, reduzi brutalmente impostos. Acreditei, de certa forma, numa avaliação de que os empresários investiriam mais." A tese foi reiterada na entrevista ao *Valor*.

Dilma viajará para os Estados Unidos no mês que vem. Foi convidada para palestras nas universidades de Harvard, Columbia, Princeton e Brown.

4.2.7.1 Análise Texto 7 O contra-ataque de Dilma pós-impeachment – DW Brasil - Por Malu Delgado -17.03.2017

Texto

A reportagem relata o discurso da ex-presidenta Dilma Rousseff por meio de um compilado de declarações dadas em entrevistas a outros veículos de comunicação. Está organizado em três tópicos principais que são detalhados após dois intertítulos. O título lança mão de uma síntese dessas entrevistas revelando o embate entre as construções discursivas Golpe x Impeachment na significação do processo. A reportagem se utilizou

de metáfora de guerra para iniciar o texto. Começando pelo título a partir da expressão ‘contra-ataque’, voltando a usar termo semelhante no lead.

[...] está cada vez mais direta em seus ataques e críticas ao então vice e agora presidente, Michel Temer (PMDB).

Nota-se que tanto no título, quanto na introdução da reportagem não há relato direto de discurso da ex-presidenta e sim o fornecimento básico de informações do que está por vir na sequência. O caráter tradutório (por meio da metáfora de guerra), resumidor e de chamada da reportagem mostra como o texto da DW percebeu e selecionou as declarações de Dilma. Ainda no lead, outra metáfora indicada pela palavra ‘vítima’ (escolhida pela reportagem para sintetizar o que Dilma teria dito) possibilita a interpretação de que o processo de destituição teria sido injusto.

Nas partes em que o eixo discursivo do Golpe se mostra mais claro, a categoria vocabulário nos indica expressões derivadas, a exemplo de “golpe parlamentar” e “golpe parlamentar institucional”. De acordo com Fairclough, “a criação de novas entidades é uma característica da nominalização que tem considerável importância cultural e ideológica” (2001, p.227). No caso da destituição de Dilma, os contrários ao seu afastamento, não reconhecendo a materialidade do crime de responsabilidade fiscal atribuído a ela, continuam a nominar o processo de golpe com algumas variações. Uma prática discursiva adotada pela própria ex-presidente.

Ainda de acordo com Fairclough (2001), essa nominalização tem a ver com as escolhas e decisões em torno de determinadas palavras em detrimento de outras. E como os intérpretes vão aceitar e significar o resultado dessas opções a partir de motivações sociais e ideológicas. A instabilidade do significado pode ser percebida durante fenômenos de mudanças sociais e suas contestações.

Nesses casos, a relação palavra-significado pode mudar rapidamente, e assim muitos significados potenciais são instáveis, e isso pode envolver disputa entre atribuições conflitantes de significados e significados potenciais das palavras (FAIRCLOUGH, 2001, p. 231).

Certamente, as expressões “golpe parlamentar institucional” ou “golpe parlamentar” podem soar ilógicos para aqueles ideologicamente e politicamente motivados a favor do afastamento. Como um golpe pode ser institucional? O termo institucional nos sugere efeito de sentido de normalidade funcional, sendo assim estabelece uma dicotomia com o termo golpe. No entanto, para aqueles que estiveram orientados política e ideologicamente a favor da permanência da ex-presidente no cargo, tais expressões atendem as exigências da significação em torno de um processo

arquitetado, fabricado artificialmente pelo parlamento a partir de articulações com outros atores.

Prática Discursiva

Por se tratar de uma reportagem, a categoria intertextualidade permeia o texto do seu início ao final. O texto produzido pelo Deutsche Welle é um amálgama de outros textos de dois jornais brasileiros (Valor Econômico e Folha de São Paulo), uma emissora de TV árabe (Al Jazeera) e uma agência de notícia europeia (France Press). Percebe-se que a prática discursiva da ex-presidente permanece inalterada mesmo após a consumação do processo de destituição.

Seis meses depois de ter sido afastada do cargo por impeachment, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) segue reiterando que foi vítima de um golpe parlamentar e está cada vez mais direta em seus ataques e críticas ao então vice e agora presidente, Michel Temer (PMDB).

O caráter resumidor e chamativo do lead expõe a interdiscursividade entre a prática discursiva de Dilma e da DW. Interdiscursividade porque não reproduz diretamente o discurso de Dilma e sim o relata. Ao fazer esse relato, nota-se uma gradiente difusa entre uma prática e outra. Observa-se que a primeira oração traz elemento temporal, a locução adverbial “seis meses depois”. O mesmo parágrafo enfatiza que o afastamento do cargo se deu por impeachment, ou seja, a DW, mesmo relatando o eixo discursivo pró-golpe de Dilma, não se apropria dessa construção discursiva. A expressão “por impeachment” poderia facilmente ser suprimida do texto sem que apresentasse prejuízo para a sua compreensão, mas a escolha por usar a expressão demonstra que a prática discursiva de DW se distancia da de Dilma.

A intertextualidade se faz presente ao longo dos demais parágrafos numa intercalação entre relato direto e indireto do discurso de Dilma. Os substantivos e adjetivos usados por Dilma para (des) qualificar seus então adversários Eduardo Cunha e Michel Temer são sempre representado por aspas, a exemplo dos termos “gângster inteligente”, “extremamente frágil”, “fraco e completamente medroso”.

O terceiro parágrafo apresenta as categorias da intertextualidade que são a ironia e a metáfora. A oração “Eduardo Cunha e eles assaltam o país. Assaltam. Do verbo assaltar. Além de outras coisas, né?” Note-se que o léxico do termo assalto significa a tomada de algo mediante o emprego de arma. Não é o caso da prática dos adversários de Dilma, a suspeita de desvio de recursos público se apresenta de outras maneiras, daí o enquadramento na categoria metáfora, embora o significado seja ressaltado na oração “do

verbo assaltar”. A frase seguinte (“além de outras coisas, né?”) também está carregada de ironia. É possível interpretar vários atos de fala neste relato direto.

A ironia volta a ocorrer trecho de intertextualidade manifesta, quando o discurso de Dilma é relatado de forma direta no que ela fala sobre o seu então ministro da Secretaria de Aviação Civil.

O gato angorá [Moreira Franco] tem uma bronca danada de mim porque eu não deixei roubar na Secretaria de Aviação Civil.

A reportagem explica o apelido do ministro dizendo que ele era chamado assim pelos delatores (ex-executivos da Odebrecht) da Operação Lava Jato. Aí tem se a interdiscursividade, já que não se trata de um relato direto nem indireto de Dilma, mas um fragmento de cadeia textual conectada a outras investigações criminais. A interdiscursividade com a Operação Lava Jato se mostra também no quinto parágrafo quando relata que os petistas afirmam não saber das ligações entre Michel Temer e Eduardo Cunha.

Dilma não cita diretamente a Operação Lava Jato, mas assegura que as investigações têm deixado mais transparente s as relações entre Cunha e Temer.

A interdiscursividade por meio da intertextualidade manifesta se dá com outro inquérito que investiga desvios de recursos públicos da Caixa Econômica Federal. O relato direto no sexto parágrafo é recortado de declaração dada ao jornal Valor Econômico em que Dilma atribui a Temer os desvios da Caixa. No sétimo parágrafo, é possível perceber uma clara fronteira entre a prática discursiva de Dilma e da DW.

Após desqualificar Temer e o séquito de peemedebistas que hoje controlam o governo, Dilma tentou explicar a aliança do PT com figuras que ela hoje desqualifica.

Há um efeito de sentido de briga de sócios que no passado antes do Impeachment estavam reunidos em prol de um acordo político e que agora, pós-impeachment e uma vez a sociedade desfeita, revelam-se os supostos desvios de caráter do grupo político que está no poder. Note-se a oração “tentou explicar a aliança” sucedida pelo relato direto entre aspas do discurso de Dilma. É possível interpretar o verbo ‘tentar’ como elemento de uma argumentação não convincente. É como se na entrelinha, o texto afirmasse que ‘tentou, mas não conseguiu’ (grifo nosso).

Porém, como justificativa, a ex-presidente disse que “saber demais não significa que você é capaz de impedir algumas coisas”.

Se a ex-presidenta conhecia o perfil ético dos então aliados e agora adversários políticos há um efeito de sentido de cumplicidade e se não impediu manobras escusas

com dinheiro público, há um efeito de sentido de incompetência. Tal ambivalência no texto produz caminhos interpretativos que enfraquecem a construção discursiva em torno do golpe.

O último tópico também está marcado pela interdiscursividade. Faz uma análise comparativa das declarações de Dilma na mídia brasileira e internacional nos meses que sucederam o Impeachment, o que fornece característica para observarmos a prática discursiva da ex-presidente e como ela foi relatada na reportagem.

O relato indireto é de que Dilma não falou sobre seus adversários, mas a reportagem não apresenta outros temas tratados pela ex-presidente. Somente no relato da primeira entrevista concedida a um veículo de comunicação, é que aparece a construção discursiva em torno do golpe. A expressão “golpe parlamentar institucional” aparece entre aspas, num indicativo de intertextualidade manifesta, bem como o que Dilma aponta como objetivos da manobra. As respostas de Dilma aos questionamentos de corrupção praticada por correligionários do PT são relatados por meio de discurso indireto. Os relatos de discurso direto só voltam a ocorrer quando ela defendeu que o PT passasse por uma autocrítica, possibilidades de uma candidatura ao senado e reconhecimento de erro na condução econômica quando ainda estava na presidência.

Prática Social

De acordo com Fairclough (2001) os discursos materializam a luta ideológica e a disputa por Hegemonia. O discurso de Dilma relatado pela reportagem revela os tensionamentos, os embates e as dificuldades de relacionamento que marcaram o controle pelo poder nas entranhas do então governo petista. O terceiro parágrafo trata da relação de desconfiança entre Dilma e Moreira Franco, este por sua vez, veio a se tornar ministro na gestão Temer, o que pode permitir a interpretação de caráter conspiratório, de vingança, já que ele foi afastado do cargo de coordenador da Secretaria de Aviação para, segundo o relato de Dilma, evitar manobras escusas com os recursos públicos.

O caráter conspiratório pode ser observado em todo o segundo tópico da reportagem que tem como intertítulo “Cumplicidade com Cunha”. O texto relata as acusações de Dilma sobre Temer de desvio de dinheiro público da Caixa Econômica Federal, a ligação política com Eduardo Cunha e o conhecimento em torno da idoneidade de Eliseu Padilha e Geddel Vieira Lima, que passaram de integrantes da aliança PMDB-PT para a condição de adversários. Há uma evidência de disputa política que ocasionou tal virada hegemônica.

[...] saber demais não significa que você é capaz de impedir algumas coisas.

Tal trecho do discurso direto de Dilma relatado na reportagem evidencia a presença de forças distintas e, a partir de certo momento, antagônicas e irreconciliáveis dentro do governo petista. A consolidação do Impeachment revela quais forças foram mais eficientes em mudar as ordens do discurso e tomar o controle do poder.

Uma vez destituída da presidência, a continuada construção discursiva em torno do golpe encampada por Dilma tenta impor uma marca de resistência e contestação à nova ordem hegemônica vigente. Tal contestação à Hegemonia está imbricada a um questionamento ideológico quando a ex-presidente atribui a sua destituição ao que ela considera os objetivos da manobra.

Impedir que as investigações sobre corrupção chegassem até esses que hoje ocupam o poder e implantar no Brasil o resto de liberalização econômica, privatização e flexibilização do mercado de trabalho. E retirar completamente os pobres do orçamento.

Os aspectos mencionados pela ex-presidente corroboram não apenas com o evento da destituição em si, mas se correlaciona com questões estruturais. Isso corrobora a tese defendida por Fairclough de que “as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121). No caso do episódio do afastamento de Dilma, tem a ver com uma reconfiguração das relações de poder no Brasil.

Vale destacar ainda que o texto da reportagem produz efeitos políticos e ideológicos quando a prática discursiva encampada por Dilma atribui ao Impeachment evidência de conspiração. Outro efeito político se dá sobre questionamentos a Dilma de corrupção de correligionários quando se relata que ela “não se anteciparia a julgamento dos colegas petistas presos na Lava Jato”. Um tratamento cauteloso bem diferente do dispensado aos agora adversários. Outros efeitos políticos da prática discursiva de Dilma ocorrem quando ela personifica a corrupção, dissociando a prática escusa do partido; considera se candidatar a um cargo eletivo nas eleições de 2018; e reconhece erros na política econômica quando era presidente.

4.2.8 Texto 8 O Brasil na imprensa alemã. DW Brasil 15/11/2017

Jornais alemães dão destaque a Dilma Rousseff e à sua tese de que o Brasil vive um golpe de Estado. Após se recolher na sequência do impeachment, ex-presidente diz que vai continuar fazendo política pelo resto da vida.

***Die Zeit* – O golpe de Estado ainda não terminou, 15/11/2017**

Todos no Brasil reconhecem esta voz imediatamente: o tom de comando profundo e poderoso, com o qual Dilma Rousseff sempre conseguiu audiência – mas poucos amigos políticos. [...]

Dilma acredita que a democracia brasileira esteja vivendo um golpe pela segunda vez em sua jovem história – e que a sua deposição foisimplesmente o tiro inicial. Já durante o processo de impeachment, ela protestou com palavras incomuns, afirmando que se tratava de um complô, uma farsa, até mesmo um "golpe de Estado". Até hoje o país está profundamente dividido nesse assunto. [...]

Rousseff não parece amarga quando fala da situação do Brasil, mas seu discurso ficou ainda mais radical do que antes, no Palácio do Planalto, onde ela precisava falar de maneira mais diplomática. Quando Michel Temer, seu sucessor, vira tema da conversa, ela o xinga de "usurpador". E ela diz que ele conduz algo ainda pior que os generais de outrora, com seu firme programa neoliberal de austeridade e de reforma.

"A ditadura militar brasileira não acabou com direitos trabalhistas, com exceção de pequenas reformas", condena Rousseff. "Ela também não vendeu patrimônio nacional no exterior [ela se refere a reservas de petróleo estatais]. E eu lhe digo uma coisa: este golpe de Estado ainda não terminou."

"Entre todos os nossos problemas, a questão democrática é hoje a mais urgente", diz Rousseff. "Para que haja legitimidade novamente." Novas eleições deveriam ser convocadas o mais rápido possível [...] Sem novas eleições, diz ela, as pessoas confiariam cada vez menos na democracia e em suas instituições. Então, surgiriam desejos ainda maiores de uma mão pesada à la Bolsonaro, e a extrema direita ganharia, diz.

***Frankfurter Allgemeine Zeitung* – Passado ou presente?, 15/11/2017**

Após sua remoção do Palácio do Planalto, em Brasília, Rousseff se recolheu por um período. Agora ela viaja novamente pelo Brasil, ao lado de seu antecessor Lula da Silva, que quer se candidatar na eleição presidencial do ano que vem. [...]

Rousseff suprime o fato de que Lula e ela mesma, independentemente de acusações concretas, poderiam ter uma responsabilidade moral pelo fato de, durante os anos de suas presidências, um sistema absurdo ter se consolidado e se expandido, no qual, como disse uma testemunha, a corrupção era a "regra do jogo".

Quando questionada se seu Partido dos Trabalhadores não precisa urgentemente de uma renovação para recuperar a credibilidade, ela responde apenas: "Um líder popular, que consegue falar com o povo dessa maneira, não se tira do nada." De fato, Lula aparece bem na frente em todas as pesquisas. (Seguido de Jair Bolsonaro, um populista de direita homofóbico e admirador da ditadura).

E sobre o próprio futuro, ela diz: "Se vou me candidatar para um cargo novamente, isso vai depender das condições específicas. Mas vou fazer política pelo resto da vida." LPF/ots

4.2.8.1 Análise Texto 8 O Brasil na imprensa alemã. DW Brasil 15/11/2017

Texto

A reportagem da DW faz um compilado de declarações da ex-presidenta Dilma Rousseff a outros dois jornais alemães a partir do que considera mais relevante sobre o Brasil na imprensa alemã. No subtítulo, a construção discursiva em torno do golpe aparece como tema. Sobre o que Fairclough (2001, p.227) diz a respeito essa categoria, o tema pode ser considerado um primeiro acordo entre produtores e consumidores em torno de “informação já conhecida ou estabelecida”. O bloco de texto está organizado em dois tópicos. O primeiro traz fragmento de texto do jornal *Die Zeit* e o segundo do *Frankfurter Allgemeine Zeitung*. O primeiro tópico apresenta no título a construção discursiva do golpe na voz da ex-presidenta Dilma Rousseff um ano e três meses depois do Impeachment.

A categoria *Ethos*, que segundo Fairclough constitui a identidade social do sujeito a partir de elementos do discurso e comportamento, se mostra latente logo no primeiro parágrafo da reportagem de DW. A reportagem descreve a personalidade de Dilma Rousseff a partir dos adjetivos qualificantes de sua voz e como tal característica se relacionava com o meio político.

Todos no Brasil reconhecem esta voz imediatamente: o tom de comando profundo e poderoso, com o qual Dilma Rousseff sempre conseguiu audiência – mas poucos amigos políticos.

A reportagem traz outros elementos que podemos categorizar no *Ethos* de Dilma quando relata que ela não parece “amarga” quando se refere à situação do Brasil. O texto ainda observa as diferentes modulações discursivas de Dilma quando ela estava no Poder e no momento da entrevista, pouco mais de um ano deposta da Presidência. A reportagem se utiliza do adjetivo “radical” para nominar a então fase discursiva de Dilma. O termo foi usado para explicar a mudança de tom das críticas feitas por Rousseff ao seu sucessor Michel Temer.

Durante as campanhas eleitorais que elegeram Dilma, a candidata foi apresentada ao público como “gerentona” (grifo nosso), gestora firme e ativa que não demonstrava emoções, apesar de conviver com traumas de quem foi torturada pela ditadura militar entre os anos de 1960 e 1970. Vale salientar também que o texto se concentra nas impressões de momento ao analisar as falas de Dilma. Retomando Fairclough (2001, p.209), as características comportamentais e do discurso constroem o que ele chama de “versão particular do eu”.

O segundo parágrafo traz uma marca de embate discursivo com o lado favorável ao Impeachment quando Dilma recorre a uma metáfora belicista ao classificar a manobra de “ tiro inicial”. O efeito de sentido beligerante por meio de metáfora volta a ocorrer quando Dilma emprega a expressão “mão pesada à La Bolsonaro” ao se referir ao candidato que personificaria a extrema direita como consequência da fase que enxerga ser de fragilidade democrática.

A reportagem relata ainda a prática discursiva da ex-presidente destacando o vocabulário usado por Dilma para nominar o processo de Impeachment: complô, farsa e golpe de Estado. Note-se que somente esta última expressão aparece entre aspas, por meio de relato direto de discurso, produzindo evidência delimitadora entre a prática discursiva do jornal e, conseqüentemente, da DW.

No último parágrafo, a categoria vocabulário revela essas diferenças entre os dois veículos de comunicação. No bloco de *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, percebe-se o advérbio de modo “urgentemente” quando o texto da reportagem se coloca mais crítico quanto a uma “renovação” do Partido dos Trabalhadores para “recuperar a credibilidade”. Logo depois, o tom crítico volta a se evidenciar na sequência de adjetivos utilizados para qualificar o possível adversário dos petistas nas eleições de 2018.

[...] Seguido de Jair Bolsonaro, um populista de direita homofóbico e admirador da ditadura.

Por se tratar de um texto que compila fragmentos de dois outros textos de jornais diferentes, é possível perceber características distintas das respectivas práticas discursivas o que, na tradução para o discurso jornalístico, poderia delimitar duas linhas editoriais diferentes, como veremos a seguir.

Prática Discursiva

O texto como um todo já pode ser considerado como um elemento intertextual por se tratar de uma reportagem sobre reportagens. Os fragmentos das reportagens e por sua vez os fragmentos das falas de Dilma Rousseff podem ser enxergados como Intertextualidade Manifesta. Já a seleção e a ordenação desses fragmentos no texto de DW revelam elementos de Intertextualidade Constitutiva ou, nos termos de Fairclough, Interdiscursividade. O título principal (O Brasil na imprensa alemã) por si só já apresenta interdiscursividade por fazer um recorte da prática discursiva da mídia germânica.

O título referente ao tópico do jornal *Die Zeit* (O golpe de Estado ainda não terminou) se apropria da construção discursiva do Golpe ao não colocar entre aspas ou

atribuir a frase à interlocutora, apesar de estar subentendido que faz parte de uma argumentação usada por Dilma e seus apoiadores. A ambivalência do subtítulo também corrobora com a tese da Interdiscursividade porque possibilita a interpretação de que a construção discursiva do golpe ecoa para além do encerramento do processo.

Há uma clara diferença de linha editorial entre o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* e do *Die Zeit*. A prática discursiva do primeiro vai de encontro a uma linha editorial mais crítica e incisiva em torno do grupo político representado por Dilma. A construção discursiva pró-golpe não aparece, mas os questionamentos relatados na reportagem vão justamente ao caminho de sua desconstrução como demonstra o segundo parágrafo do tópico reproduzido abaixo.

Rousseff suprime o fato de que Lula e ela mesma, independentemente de acusações concretas, poderiam ter uma responsabilidade moral pelo fato de, durante os anos de suas presidências, um sistema absurdo ter se consolidado e se expandido, no qual, como disse uma testemunha, a corrupção era a "regra do jogo".

A voz do *Frankfurter* aparece de forma muito clara em distanciar-se da construção discursiva de Dilma, mas sem necessariamente aderir ao outro lado. Isso fica evidente pela forma como o jornal categoriza o então pretense candidato Jair Bolsonaro, conforme já demonstrado no tópico anterior. No entanto, o *Die Zeit* demonstra estar mais alinhado à construção discursiva do Golpe ao relatar diretamente e indiretamente as frases de Dilma Rousseff. Os verbos adotados no relato de *Die Zeit* trazem carga da subjetividade da ex-presidenta sempre conjugados na terceira pessoa do singular: acredita, protestou, xinga, diz, condena. Já os verbos escolhidos por *Frankfurter* em sua Intertextualidade Constitutiva ao relatar as declarações de Dilma demonstram menos investimento subjetivo, sendo alguns verbos intransitivos: se recolheu, viaja. Os verbos transitivos ou locuções verbais selecionadas por *Frankfurter* situam-se numa zona de criticidade e, aplicando-se alguns elementos de coerência, até mesmo antagônicos a Dilma: suprime (com evidência de esconder), poderiam ter responsabilidade.

Como conclusão, podemos apontar, a partir dos princípios interpretativos da categoria Coerência, duas práticas discursivas diferentes que resulta numa terceira também distinta concretizada por DW. Sendo uma mais alinhada à construção discursiva de Dilma, a outra mais cética e a terceira com evidência de neutralidade. Neutralidade essa que pode ser desconstruída quando analisamos o bloco textual de DW a partir dos valores/notícia, tendo em vista que, no discurso jornalístico, as informações consideradas mais importantes aparecem no começo do texto. Ao selecionar *Die Zeit* para iniciar a

reportagem DW, ainda que sutilmente, fornece indícios de estar alinhada a um desses eixos discursivos.

Prática Social

A partir das categorias Ideologia e Hegemonia situadas na dimensão Prática Social do modelo tridimensional de Fairclough, podemos identificar determinados elementos de efeitos políticos e ideológicos no texto. Apesar de o processo já ter sido sentenciado há mais de um ano, ocasião das entrevistas, nota-se ainda um embate entre grupos políticos relatado por meio das acusações de Rousseff à falta de idoneidade do Impeachment. A ex-presidenta avalia que foi deposta para que fosse viabilizado um projeto capitalista neoliberal, o que se pode atribuir como efeito ideológicos do texto.

No que tange aos efeitos políticos, a qualidade e a intensidade da democracia brasileira são colocadas à prova por Rousseff quando ela trata das perspectivas eleitorais e do nível de confiança da sociedade em suas instituições representativas. O embate com grupos políticos adversários pode ser percebido nas articulações para as então próximas eleições presidenciais de 2018, quando o texto relata o planejamento de Rousseff e seu aliado Luis Inácio Lula da Silva em viajar pelo país e quando a mesma avalia uma possível candidatura e afirma que “pretende fazer política para o resto da vida”. Rousseff se coloca então como ator disposto a permanecer usando a construção discursiva do Golpe a serviço de seus projetos políticos.

4.2.9 Texto 9 “Teve cara de golpe, cheiro de golpe e penteado de golpe”, diz L.F. Verissimo – Redação Pragmatismo 06/09/2016

"Foi golpe ou não foi golpe? Uma questão semântica. Teve cara de golpe, cheiro de golpe, penteado de golpe, mas há controvérsias". Leia a íntegra do texto de Luis Fernando Verissimo sobre a cassação de Dilma pelo Senado Federal.

Em artigo publicado neste domingo, o escritor Luis Fernando Verissimo ironizou quem protesta contra o uso da palavra golpe para definir o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

“Teve cara de golpe, cheiro de golpe, penteado de golpe, mas há controvérsias”, escreveu.

Verissimo também levantou questões importantes. “Por que o Tribunal de Contas da União acordou do seu sono profundo para examinar as contas de Dilma, depois de ignorar as contas de todos os presidentes do Brasil desde o Getúlio Vargas?”, questionou.

Leia a íntegra abaixo.

Luis Fernando Verissimo

Acabou não sendo nem uma questão política nem uma questão jurídica, mas uma questão semântica.

Afinal, o que o governo Dilma fez foi crime ou não foi crime? Na interpretação da acusação, foi crime imputável (horrível palavra) evidente.

Para a defesa, não foi.

Os argumentos dos dois lados eram incisivos e coerentes. No fim, a escolha foi entre dois tipos de histrionismos, já que era tudo teatro mesmo — e, no fim, não fez a menor diferença, pois os 61 senadores que imputaram (desculpe) a Dilma e os poucos que estavam a seu favor já tinham a cabeça feita.

Foi golpe ou não foi golpe? Outra questão semântica. Teve cara de golpe, cheiro de golpe, penteado de golpe — mas há controvérsias. Me preocupo muito com o Leigo, essa simpática figura de retórica que nunca sabe nada de nada.

O Leigo deve estar se perguntando como é que advogados e economistas que se criaram no mesmo lugar, foram amamentados da mesma maneira e estudaram nas mesmas escolas (fora alguns que passaram por Harvard) chegam a conclusões tão diferentes, todas baseadas nos mesmos números, nos mesmos fatos e na mesma Constituição.

Como é — deve estar pensando o Leigo — que a Dilma é imputada por práticas não ortodoxas e proibidas, mas que não impediram outros presidentes de praticá-las no passado, impunemente?

Por que o Tribunal de Contas da União acordou do seu sono profundo para examinar as contas da Dilma, depois de ignorar as contas de todos os governos do Brasil desde as do Getúlio Vargas?

Inclusive as do Juscelino, pai do reinado das empreiteiras? O pobre do Leigo cada vez entende menos. E está aí o Temer. Jamais, em toda a história do país, se viu uma carreira política tão fulminante.

Tudo começou com a sua carta a Dilma queixando-se de ser uma figura decorativa no governo, de não ser convidado para nada e, quando era convidado, ter que entrar pela porta de serviço.

Todos nós que escrevíamos cartas para o Papai Noel sabíamos, no fundo, que ele não nos traria a bicicleta ou o Forte Apache pedidos. O Temer deve ter tido a mesma sensação de estar pedindo o impossível,

um pouco de importância e de atenção. Nunca poderia imaginar que ganharia de presente, um país inteiro.

4.2.9.1 Análise Texto 9 “Teve cara de golpe, cheiro de golpe e penteado de golpe”, diz L.F. Verissimo – Redação Pragmatismo 06/09/2016

Texto

Por uma questão didática, partiremos da ideia de que a cadeia textual que compõe a postagem está organizada em duas partes. A primeira corresponde ao texto que antecede a reprodução do artigo do escritor, que vamos chamar de texto1. A segunda se trata da reprodução propriamente dita, que chamaremos de texto2. Tal organização da cadeia textual dá mostras das características do hibridismo do subgênero postagem. Uma parte da prática discursiva de Luis Fernando Veríssimo está contida neste recorte da prática discursiva de Pragmatismo Político, como detalharemos a seguir. Como sugere Fairclough em seu modelo tridimensional, nem sempre é possível delimitar texto, prática discursiva e prática social no discurso porque essas dimensões formam uma espécie de amálgama. As características de uma podem se expressar nas outras. Daí mencionarmos determinadas categorias ligadas a certa dimensão, mas presente em outra.

Iniciaremos a análise a partir da sequência cronológica da cadeia textual. O termo Golpe domina a construção discursiva da postagem, a começar pelo título. Percebemos a categoria de Intertextualidade Manifesta. A maior parte da manchete vem entre aspas e outro marcador textual a partir do verbo dizer visa delimitar a prática discursiva do personagem do post da prática discursiva do site. Essa prática ganha mais um marcador discursivo a partir de outro trecho do texto. O subtítulo da manchete jornalística é conhecido por ‘sutiã’ e é caracterizado por detalhar informações do título da manchete.

"Foi golpe ou não foi golpe? Uma questão semântica. Teve cara de golpe, cheiro de golpe, penteado de golpe, mas há controvérsias". Leia a íntegra do texto de Luis Fernando Verissimo sobre a cassação de Dilma pelo Senado Federal.

No texto em questão, percebe-se que há efeito de sentido de aprofundamento da construção discursiva. A palavra Golpe vem associada a outros termos numa sucessão de metáforas. De acordo com Fairclough, a metáfora vai muito além de um mero recurso estilístico. “As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental” (Fairclough, 2011, p.241). Vale ressaltar que a sequência metafórica se repete três vezes na postagem até o texto original do escritor ser reproduzido na íntegra: no título, no subtítulo e na sequência do *lead* (1-4).

No quarto parágrafo do texto², a sequência de expressões metafóricas enfatizadas no texto introdutório de Pragmatismo Político volta a aparecer. A sequência começa com a indagação de ocorrência ou não de Golpe. O questionamento começa a ser respondido novamente como sendo de natureza semântica, ou seja, questão de interpretação e de atribuição de sentido. Ao associar ao termo Golpe às palavras ‘cara’, ‘cheiro’ e ‘penteado’, Veríssimo sentencia sua visão a respeito do Impeachment. O encadeamento das expressões produz evidências de que o processo, na visão do escritor, reuniu várias características de um golpe. Uma vez essa significação sendo admitida por Veríssimo, percebe-se qual sua formação ideológica em torno do Impeachment. No entanto, o conectivo ‘mas’ seguido de ‘há controvérsias’ pode sugerir, um efeito de sentido adversativo. Porém a continuação do texto e sua interpretação como um todo nos conduz a perceber ironia (categoria ligada à dimensão prática discursiva) dirigida a justamente a aqueles que pensam que não foi Golpe. Segundo o site e o escritor, o processo teve todas as características irrefutáveis de Golpe, apesar disso ou mesmo assim, há quem não admita tal ocorrência. A disputa das construções discursivas antagônicas volta a se evidenciar.

O Leigo deve estar se perguntando como é que advogados e economistas que se criaram no mesmo lugar, foram amamentados da mesma maneira e estudaram nas mesmas escolas (fora alguns que passaram por Harvard) chegam a conclusões tão diferentes, todas baseadas nos mesmos números, nos mesmos fatos e na mesma Constituição. (l.16 – 19).

Veríssimo se utiliza de tal questionamento não propondo uma resposta, mas como recurso para reforçar o posicionamento da figura do “leigo, essa simpática figura de retórica que nunca sabe nada de nada” (l-14) diante do processo. O encadeamento do texto traz indagações por meio de comparação de tratamento dispensado por parte do Tribunal de Contas da União entre Dilma e outros presidentes.

Por que o Tribunal de Contas da União acordou do seu sono profundo para examinar as contas da Dilma, depois de ignorar as contas de todos os governos do Brasil desde as de Getúlio Vargas (l. 23-25).

Voltamos a recorrer à dimensão texto e à categoria vocabulário propostas por Fairclough para analisar este trecho. O termo ‘sono profundo’ produz efeito de sentido de ironia ainda mais pela presença do adjetivo qualificando o substantivo. Outros efeitos de sentido são displicência, parcialidade e injustiça. O rigor somente para um dos mandatários e a complacência para todos os demais chefes do Executivo federal ao longo da história, quando ele menciona Juscelino Kubitschek. Novamente a evidência de ironia

se percebe quando ele usa a expressão “pai das empreiteiras”. O termo pai remete a cuidador, criador, daquele que deu origem ao relacionamento entre as empresas de construção civil e o governo federal a partir da construção da Capital Federal Brasília. Veríssimo acusa esquemas de corrupção entre o mandatário máximo da República e empresários desde essa época sem que tenha tido o mesmo rigor de fiscalização.

Outra categoria da dimensão texto proposta por Fairclough e que podemos aplicar neste objeto de análise é a coesão. Ela ocorre em vários pontos do texto, mas se apresenta de forma peculiar para introduzir outra ideia ao processo de destituição: a participação do então vice-presidente Michel Temer no processo.

O pobre do Leigo cada vez entende menos. E está aí o Temer. Jamais, em toda a história do país, se viu uma carreira política tão fulminante. Tudo começou com a sua carta a Dilma queixando-se de ser uma figura decorativa no governo, de não ser convidado para nada e, quando era convidado, ter que entrar pela porta de serviço. Todos nós que escrevíamos cartas para o Papai Noel sabíamos, no fundo, que ele não nos traria a bicicleta ou o Forte Apache pedidos. O Temer deve ter tido a mesma sensação de estar pedindo o impossível, um pouco de importância e de atenção. Nunca poderia imaginar que ganharia de presente, um país inteiro. (1.35-44)

Depois de encerrar a menção a ex-presidentes, Veríssimo volta a inserir no texto o personagem do Leigo que, a partir das propriedades da ambivalência, pode ser interpretado como a sociedade e como a falta de entendimento dele fez emergir o então presidente Michel Temer. Veríssimo sugere que essa falta de conhecimento por parte do Leigo foi um dos elementos que contextualizaram a ascensão de Temer. A presença do então vice-presidente como um dos personagens do artigo se faz presente até o final do texto² a partir de um encadeamento e conexão entre as orações. Ele volta a usar o recurso da ironia ao se referir à carreira política meteórica do então novo presidente.

Retomando à categoria de coesão, ela se dá quando Veríssimo faz uma analogia entre os pedidos por parte das crianças a Papai Noel. Ele encadeia e relaciona esses pedidos (bicicleta e Forte Apaches) aos anseios de Temer (importância e atenção). A evidência de ironia volta a aparecer quando Veríssimo encerra o texto concluindo que Temer obteve mais que os pedidos feitos na carta, mas a Presidência da República.

Prática Discursiva

A escolha editorial do tema e a forma como ele foi trabalhado demonstram elementos da categoria Interdiscursividade. A prática discursiva do jornalismo se constitui do mosaico de outras práticas discursivas das vozes presentes no texto e o

próprio rejunte que articula essas vozes está carregado de Interdiscursividade. Portanto, a escolha do tema e o destaque dado à construção discursiva em torno do termo Golpe corroboram com a linha editorial do site de adotar uma ‘postura crítica’ (grifo nosso) diante da destituição da presidente Dilma Rousseff.

A prática discursiva da mídia consiste no amálgama de outros discursos e a forma como ela é construída passa por um processo de seleção e ordenação. A ocorrência de uma mesma expressão na elaboração do texto-postagem (texto1) revela a carga ideológica da prática social do site Pragmatismo Político. A escolha do artigo de Luís Fernando Veríssimo demonstra também o alinhamento ideológico com o pensamento do escritor. Vale ressaltar que a dimensão da prática discursiva de Fairclough consiste da produção, distribuição e consumo de textos. No caso analisado, a produção foi elaborada tendo o encadeamento de dois textos: um com a postagem resumo e o outro com a reprodução total do artigo do escritor. Distribuição e consumo estão imbricados. Além da audiência do próprio site, essa cadeia textual circulou pelas redes sociais alimentando sua reverberação. Sem contar a circulação do artigo do escritor a partir de seu dispositivo de origem.

Além da expressão metafórica, o texto1 reproduz a indagação diante da atuação dos órgãos de controle contábil em comparação com outros mandatários da República. (l. 5-7). Por que tais elementos como a sequência de metáforas e os questionamentos sobre a atuação do Tribunal de Contas da União foram escolhidos para compor o texto introdutório e outros não? A maneira como se deu essa construção discursiva reforça a forte carga de Interdiscursividade e ideológica presentes na postagem de Pragmatismo Político.

Agora vamos no ater a analisar o texto2, que corresponde à reprodução do artigo do escritor Luis Fernando Veríssimo. As primeiras partes do artigo esboçam a existência de duas construções discursivas distintas em torno de um mesmo processo. Veríssimo recorre à semântica para explicar as divergências. Uma dessas divergências consiste justamente na materialidade do processo. “Afinal, o que o governo Dilma fez foi crime ou não foi crime?” (l. 1-3). Veríssimo recorre ao termo ‘semântica’ para explicar que o processo de Dilma é uma questão de interpretação. A problematização reside justamente nessa falta de acordo na significação do processo. Veríssimo tenta desconstruir a idoneidade do Impeachment quando sugere que o desfecho da votação do Senado, que culminou na destituição de Dilma, já estava preestabelecido. O rito processual já apontava para a ocorrência de uma sentença previamente combinada.

Os argumentos dois lados eram incisivos e coerentes. No fim, a escolha foi entre dois tipos de histrionismos, já que era tudo teatro mesmo – e, no fim, não fez a menor diferença, pois os 61 senadores que imputaram (desculpe) a Dilma e os poucos que estavam a seu favor já tinham a cabeça feita. (l. 9 – 12).

Há ainda neste trecho final, a ocorrência da categoria Intertextualidade Constitutiva quando Veríssimo relata, a partir de um discurso indireto, ou seja, sem reproduzir literalmente o texto de Temer, a carta-queixa do então vice-presidente sobre o tamanho de sua participação no governo de Dilma Rousseff. Além do teor de historicidade, quando focamos no discurso para além do texto, observamos investimento de Interdiscursividade. Trechos da carta de Temer que foram relatados no artigo de Veríssimo e que por sua vez foi reproduzido num texto de Pragmatismo Político. Temos então uma demonstração clara de que textos são produzidos a partir de outros textos e que por sua vez geram outros textos subsequentes.

Prática Social

A construção discursiva que nomina a destituição como sendo Golpe é reforçada quando se relata a participação de Michel Temer no processo, ainda que não como interferente oficial, mas sua participação indireta nas ações que contribuíram no afastamento de Dilma e na sua consequente efetivação como presidente da República. Tal construção discursiva por si só já evidencia a luta entre lados antagônicos, um embate pelo poder. As práticas sociais do site Pragmatismo Político e do escritor Luis Fernando Veríssimo, recortadas neste texto em análise, tentam produzir efeito de resistência e de denúncia. Como se as regras do jogo fossem moldadas para um resultado que beneficiasse determinado lado.

Quando o texto busca fazer uma comparação do tratamento conferido ao governo petista em relação aos antecessores, percebe-se neste campo da historicidade uma relação entre aspectos estruturais e de eventos, sobretudo no investimento ideológico, como propõe Fairclough.

Eventos são meras reproduções de estruturas, privilegiando a perspectiva da reprodução ideológica e não a da transformação, numa tendência de representação das convenções mais claramente delimitadas do que realmente são (Fairclough, 2001, p. 118).

Os questionamentos de Veríssimo reproduzidos em Pragmatismo Político sobre o relacionamento de empreiteiras com presidentes que estavam no poder décadas antes de Dilma Rousseff; a fiscalização, na visão do site e do escritor, benevolente por parte do

Tribunal de Contas da União sugerem práticas sociais desses atores do Estado investidas ideologicamente a partir das estruturas. Um fenômeno estrutural que encontrou na permanência de Dilma Rousseff no poder um obstáculo. Já os votos pré-determinados dos senadores e deputados e o processo de Impeachment propriamente dito estão relacionados ao que Fairclough classifica de eventos. Por tanto, como conclusão podemos apontar que o tratamento e o contexto político-econômico envolvendo a destituição de Dilma são conectados a elementos da estrutura, enquanto o processo em si se trata da materialização de um evento. Talvez resida aí a dialética entre eventos e estrutura tida como Fairclough (2001, p.118) como desafio ao estabelecer em quais propriedades estão presentes a ideologia. Como ele mesmo nos diz e como ficou demonstrado por meio desta prática social em recorte: em “ambas”.

4.2.10 Texto 10 Chomsky: EUA deram um "golpe suave" no Brasil -30/10/2017

O Golpe de 2017 também começou em Washington

Noam Chomsky é um sábio.

Recentemente, Chomsky elogiou o trabalho do chanceler (o melhor deles...) Celso Amorim.

Chomsky acompanha as desventuras do Brasil e, especialmente as dos Estados Unidos, embora prefira o otimismo (moderado) à desesperança, como demonstra nesse livro de entrevistas a C. J. Polychroniou sobre o "*Capitalismo, o Imperio e a Mudança Social*" (Haymarket Books, 2017).

Chomsky observa:

Embora decadente, "os Estados Unidos, do ponto de vista militar, permanecem supremos... Uma (maneira de exercer essa supremacia) é montar uma "coalizão de aliados de boa vontade", quando a opinião pública internacional majoritariamente se opõe ao recurso americano à violência, como foi no Iraque. Outra forma (de os EUA exercerem sua soberania) são "golpes suaves" ("*soft coups*") como acontece nesse momento no Brasil, aplicados em lugar do apoio a Estados neo-nazistas de segurança nacional, como aconteceu em passado não distante."

Noutro ponto, Chomsky se refere ao "golpe suave" que "os militares deram em Honduras, em 2009, e que Obama, praticamente isolado, apoiou"...

Precisa desenhar, amigo navegante?

PHA

4.2.10.1 Análise Texto 10 Chomsky: EUA deram um "golpe suave" no Brasil - 30/10/2017

Texto

A postagem reverbera a construção discursiva que significa a destituição de Dilma Rousseff como sendo um golpe. O termo aparece em cinco ocasiões do texto, seja por meio da palavra golpe ou de expressões derivadas deste vocábulo a exemplo de ‘golpe suave’ e ‘golpistas’. Aqui vale destacar o conceito de lexicalização defendido por Fairclough a respeito da flexibilidade da relação entre palavra e significado ao contrário dos dicionários, que “tendem a apresentar as palavras dominantes e os significados das palavras como únicos” (2001, p.236).

A criação de novas palavras ou expressões é um recurso motivado ideologicamente, culturalmente ou politicamente. No caso sob análise, a locução “golpe suave” não apresenta ineditismo de vocábulo, mas propõe uma interpretação alternativa aos fenômenos e processos políticos de destituição de presidentes sem o uso da força militar.

Outro aspecto da estrutura textual que vale destacar é a maneira como ela está organizada na postagem. O texto apresenta dois blocos de autores diferentes. Antes de

trazer o texto assinado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, o post traz um quadro com um texto-charge atribuído ao chargista que assina como Bessinha. O elemento de coesão que liga este texto ao restante do *post* (itálico nosso) está na menção ao poderio dos Estados Unidos na relação com os demais países e ao fato do linguista e filósofo americano Noam Chomsky incorporar a construção narrativa de golpe com participação dos EUA. O texto—charge tem evidência de sátira.

Há outros elementos de coesão presentes na postagem, a exemplo das primeiras sete linhas do texto de Paulo Henrique Amorim ao descrever com adjetivos o perfil de Noam Chomsky. O encadeamento das frases apresenta um didatismo de ensino fundamental. As orações estão sempre na ordem direta: sujeito, verbo e objeto. Elas estão orientadas pela ordem do discurso do Jornalismo que, entre outros aspectos, é composta pela objetividade, simplicidade, clareza e frases curtas.

Prática Discursiva

A intertextualidade é uma categoria do modelo tridimensional de Fairclough com várias ocorrências no texto em análise. Ela se apresenta de forma manifesta no título quando se utiliza da expressão ‘golpe suave’ cunhada por Chomsky para estabelecer um contrato de leitura com os consumidores do texto. No subtítulo, há interdiscursividade quando associa a existência de um golpe oriundo da capital norte-americana sem, no entanto, mencionar a destituição de Dilma Rousseff ou estabelecer uma ligação direta com qualquer outro episódio político histórico brasileiro.

Outra ocorrência de interdiscursividade se dá quando o texto relaciona a relatada sabedoria de Chomsky ao conhecimento do trabalho do ex-chanceler Celso Amorim à política externa do Brasil e, sobretudo, a observação do intelectual americano sobre a relação Brasil-Estados Unidos. A qualificação e o conhecimento de Chomsky da política externa dos dois países são usados para reforçar a argumentação que corrobora a construção discursiva do Golpe.

Na metade final do texto, há intertextualidade manifesta a partir do relato direto do discurso de Chomsky quando ele explica a nova modalidade de atuação por meio da expressão ‘golpe suave’. Vale lembrar que Fairclough prefere usar o termo interdiscursividade quando o foco da intertextualidade está no discurso e não no texto propriamente. A chamada intertextualidade constitutiva se dá quando se estabelece uma relação com episódios da Segunda Guerra Mundial.

Outra forma de (de os EUA exercerem sua soberania) são “golpes suaves” (“soft coups”) como acontece nesse momento no Brasil, aplicados em lugar do apoio a Estados neo-nazistas de segurança nacional, como aconteceu em passado não distante.”

Outra evidência de interdiscursividade se dá quando o relato direto do discurso de Chomsky volta a explicar a troca de governo em Honduras, com o apoio do então presidente Barack Obama, como sendo outro exemplo de golpe suave aplicado pelos EUA em outro país. Vale destacar também que a interdiscursividade se dá quando toda a postagem se baseia em entrevistas concedidas para fins de publicação em livro. Mais uma evidência de que a mídia opera em rede na construção de sua prática discursiva. São elos entre cadeias intertextuais que forma este tecido. A última frase estabelece uma ligação entre os episódios relatados por meio do discurso de Chomsky com a destituição de Dilma, ainda que não explicitamente.

Precisa desenhar, amigo navegante?

A interdiscursividade se mostra por meio do recurso da ironia. Categoria que aparece na frase-charge quando se menciona a atuação do ex-ministro do governo Michel Temer e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (nomeado pelo próprio Temer), Alexandre Moraes.

Prática Social

A postagem dá vários sinais de motivação ideológica e uma postura crítica ao que considera elementos de Hegemonia dos Estados Unidos na geopolítica internacional na América. O alinhamento ideológico oposto à ordem hegemônica vigente no Brasil se mostra já no texto-charge.

...no Brasil, os golpistas que estão no poder, usam o Alexandre.

As evidências de motivação ideológica se mostram também no primeiro parágrafo do texto de Paulo Henrique Amorim. Uma sequência que relata indiretamente o discurso de Noam Chomsky e a visão do norteamericano sobre o Brasil que está em concordância com o que pensa o jornalista. Os adjetivos “sábio” e “o melhor deles” para qualificar Chomsky e Amorim, respectivamente são a materialização desse alinhamento ideológico. O que é reforçado em seguida a partir do trecho selecionado por Paulo Henrique Amorim do livro de entrevistas para corroborar com sua prática discursiva.

Como efeitos ideológicos, nota-se uma localização discursiva oposta à ordem hegemônica vigente. Fairclough (2001, p. 117) defende que quando ocorre esse contraste, “há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica”. Formação ideológica esta

que se posiciona criticamente diante daquilo que acredita que a destituição de Dilma (embora não mencionada diretamente, embora estabeleça uma conexão com cadeias textuais em torno do afastamento) faça parte de uma manobra dos Estados Unidos para consolidar ou manter sua Hegemonia política, econômica e cultural na América Latina.

Outra forma (de os EUA exercerem sua soberania) são “golpes suaves” (“soft coups”) como acontece nesse momento no Brasil, aplicados em lugar do apoio a Estados neo-nazistas de segurança nacional, como aconteceu em passado não distante.

Fairclough foca sua observação em torno da Hegemonia a partir de um cenário de micro estrutura. “Os protagonistas não são classes ou forças políticas ligadas de forma relativamente direta a classes ou a blocos, mas professores e alunos, a polícia e o público ou mulheres e homens” (2001, p. 124). No entanto, defendemos que a concepção gramsciana de Hegemonia que é de domínio, liderança e influência pode ser aplicada às relações de poder entre países. Em se tratando da maior economia da América Latina e, portanto, uma das maiores do planeta, sendo potencializada pela descoberta das reservas de petróleo do pré-sal, o alinhamento ideológico com vistas a dominação tende a produzir práticas sociais capazes de ocasionar mudanças ou transformações que sejam favoráveis ao ente dominante.

4.2.11 Texto 11 Temer revela meandros do golpe, mas Jornal Nacional só fala em Lula – The Intercept Brasil - João Filho 20 de Abril de 2017

Em setembro do ano passado, The Intercept Brasil publicou uma confissão de Michel Temer durante sua passagem por Nova York. O presidente não eleito revelou que os motivos que levaram ao impeachment não seriam as pedadas fiscais de Dilma, mas o fato de ela ter se recusado a adotar o plano de governo neoliberal dos tucanos, rejeitado nas urnas. Apesar da gravidade, ninguém na imprensa ficou escandalizado. Lembremos a confissão:

E há muitíssimos meses atrás, dez, doze meses, nós lançamos até, eu ainda vice-presidente, lançamos um documento chamado ‘Uma Ponte para o Futuro’ porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado ‘Ponte para o Futuro’. E como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como Presidência da República.

À época, a grande mídia brasileira fingiu que a declaração não existiu. Pior: teve uma jornalista do Estadão insinuando que The Intercept Brasil teria adulterado o vídeo acima. Para ela, Temer seria incapaz de dizer uma bobagem dessas, já que “ele é professor de Direito Constitucional”. Deve ser mesmo muito duro passar meses defendendo a legalidade do impeachment, debochando da “narrativa do golpe”, e depois ver um dos seus principais articuladores confessando, mesmo que indiretamente, que foi golpe, sim, e que as pedadas fiscais foram um mero pretexto legal. Nessa semana, Temer esteve muito à vontade em uma entrevista para seus colegas da Band e deixou escapar uma nova confissão. Dessa vez, o motivo para o impeachment seria outro:

“Em uma ocasião, ele (Eduardo Cunha) foi me procurar dizendo ‘hoje vou arquivar todos os pedidos de impeachment da presidente, porque prometeram-me os três votos do PT no Conselho de Ética’. Eu disse ‘ah, que bom! Muito bom! Porque assim acaba com essa história de que você estava na oposição. (...) naquele dia eu disse a ela (Dilma) ‘presidente, pode ficar tranquila, porque o Eduardo Cunha me disse que vai arquivar todos os processos de impedimento’. Ela ficou muito contente e foi bem tranquila para a reunião. No dia seguinte, eu vejo logo o noticiário dizendo que o presidente do PT e os três membros do partido se insurgiram contra aquela fala e votariam contra (Cunha no Conselho de Ética). Mais tarde, ele me ligou e disse ‘tudo aquilo que eu disse, não vale, vou chamar a imprensa e vou dar início ao processo de impedimento’. Então veja que coisa curiosa! Se o PT tivesse votado nele naquele comitê de ética, seria muito provável que a senhora presidente continuasse.”

Sim, foi isso mesmo o que ele disse. Segundo Temer, quem derrubou Dilma não foi o cometimento de um crime de responsabilidade, mas a recusa dela em não ceder à chantagem de Cunha, cujo único objetivo era se livrar da cassação no Conselho de Ética. A história contada pelo não eleito é, aliás, a confirmação da versão de Dilma

para a sua derrubada. Em sua defesa no processo de impeachment no Senado, a então presidenta disse aos senadores:

“A aceitação de meu pedido de impeachment tratava-se de uma chantagem explícita do senhor Eduardo Cunha, com a qual infelizmente vocês se aliaram. (...) As provas deixam claro que as acusações contra mim dirigidas não passam de pretextos, embasados por frágil retórica

jurídica. Contrariei interesses. Por isso, paguei e pago um elevado preço pessoal pela postura que tive. Arquitetaram minha destituição, independentemente da existência de fatos que pudessem justificá-la perante a nossa Constituição.”

Ou seja, o atual presidente do país, atolado nas mais graves delações da Lava Jato, confessa em rede nacional que a presidenta anterior só foi derrubada por não ceder às chantagens do seu principal aliado político – um criminoso cujo único objetivo era manter o foro privilegiado para evitar a cadeia. Sem nem corar, o usurpador confirma a tese do golpe defendida por Dilma. E isso, meus amigos, não é a grande notícia do país dessa semana! Os jornalistas da Band aceitaram com tranquilidade, e a repercussão nos dias seguintes foi mínima, irrelevante, para não dizer inexistente.

Faltou espaço para esse escândalo, mas não para Lula no telejornal de maior audiência do país. Mais uma vez, o Jornal Nacional fez o seu recorte sapeca ao noticiar as intermináveis delações da Odebrecht. Na terça-feira (11/04), o dia em que a Lista de Fachin foi divulgada, a edição do jornal surpreendeu e me pareceu bastante equilibrada. Mas, no decorrer da semana, o jornal voltou para a sua programação normal. Enquanto Temer enfrenta uma das mais graves acusações da Lava Jato, quem foi apresentado como o grande vilão do país foi, claro, Lula – o único nome da esquerda com capital eleitoral e que lidera as pesquisas de intenções de voto para 2018. O site Poder360 analisou o tempo dedicado pelo Jornal Nacional a cada citado na delação durante a semana da divulgação da lista:

JN: reportagens sobre políticos citados na lista de Fachin (De 3ª feira a 2ª feira)			
político	cargo	partido	Tempo
Luiz Inácio Lula da Silva	ex-presidente	PT	33min32seg
Dilma Rousseff	ex-presidente	PT	18min07seg
Aécio Neves	Senador (MG)	PSDB	16min27seg
José Serra	Senador (SP)	PSDB	9min03seg
Jaques Wagner	ex-ministro	PT	7min57seg
Aldemir Bendine	ex-presidente do BB	PT	7min07seg
Michel Temer e PMDB	Presidente	PMDB	5min28seg
Geraldo Alckmin	governador (SP)	PSDB	4min43seg
José Sarney e Partido da República	ex-presidente	PMDB e PR	4min04seg
* total			4h24min51seg

* inclui reportagens sem foco em 1 político específico. Considera as edições do “Jornal Nacional” de 3ª feira (11.abr.2017) a 2ª feira (17.abr.2017). Elaboração: Poder 360/Drive.

Juntos, Dilma e Lula somaram 51 minutos de exposição, enquanto todos os somados chegaram a 54 minutos. Mesmo sem estar exercendo nenhum mandato há 7 anos, o Jornal Nacional falou mais tempo sobre Lula do que sobre todos os principais tucanos somados que ocupam cargos públicos importantes – dois senadores e o governador do estado mais rico do país. Mesmo com toda essa pesada artilharia, a rejeição de Lula despencou nas últimas semanas e ele lidera isoladamente as pesquisas.

Não se trata de separar bandidos e mocinhos, culpados e inocentes, mas de apontar de qual lado estão os oligopólios de mídia e quais são os escolhidos para apanhar mais no horário nobre. Não que houvesse dúvidas, mas nunca é demais registrar.

Podem confessar mais mil vezes. Cunha e Temer podem vir a público e assumir textualmente que comandaram um golpe parlamentar que nada irá acontecer. O colunismo não irá se indignar, o Jornal Nacional não vai dedicar meia hora para o assunto, o Estadão não vai noticiar na capa. Até porque, assim como foram em 64, todos eles são coautores do golpe de 16. Com bem disse o ex-presidente da Câmara – e atual presidiário – durante a leitura do seu voto a favor do impeachment, “que Deus tenha misericórdia dessa nação”.

4.2.11.1 Análise texto 11 - Temer revela meandros do golpe, mas Jornal Nacional só fala em Lula – The Intercept Brasil - João Filho 20 de Abril de 2017.

Texto

A Análise Crítica do Discurso vai de encontro ao pressuposto teórico de Saussure quando se trata da arbitrariedade do signo. A combinação entre significado e significante, no dizer dos precursores da linguística, seguiria uma lógica não racional ou sem motivação. Para a ACD, a produção de sentidos ou significação das coisas e processos tem sim uma motivação social, isto é, “há razões sociais para combinar significante particular com significado particular” (Fairclough, 2001, p.103). O eixo discursivo contrário ao Impeachment questiona a legitimidade do processo atribuindo a ele o termo ‘golpe’.

Na postagem de Intercept Brasil, a organização textual do título produz efeito de sentido de que o autor da postagem, e por consequência a prática discursiva do site, estão situados no eixo discursivo do golpe. Não há efeito de sentido de embate entre as construções discursivas polarizadas e sim a admissão, por meio do que foi chamado de ‘revelação de detalhes’, que o processo foi golpe. O efeito de sentido de embate se dá quando a argumentação do texto procurar evidenciar a ocorrência de um golpe.

Ao citar o Jornal Nacional, há o efeito de sentido de posicionamento crítico não apenas ao telejornal de maior audiência do país, mas também a toda a mídia empresarial. O título também produz efeito de sentido de que, mesmo sem se dar conta, o já então presidente Michel Temer corrobora com a tese do golpe.

A materialidade do processo é alvo de questionamento do texto já que os motivos que levaram a instauração do processo, segundo a postagem, seria o fato de o governo petista não ter aceitado o direcionamento proposto por outras correntes políticas e não o crime de responsabilidade. A legitimidade da presidência de Michel Temer, apesar de ele fazer parte da chapa presidencial que obteve a maioria dos votos, é colocada à prova quando o texto se refere a ele como presidente “não eleito” (expressão que aparece duas vezes no texto). Outra oração que situa o texto na construção discursiva do Golpe é “o fato de ela ter se recusado a adotar o plano de governo neoliberal dos tucanos, rejeitado nas urnas”. Embora termo “rejeitado” dê conta de que a maioria do eleitorado optou por manter projeto político até então vigente na reeleição de 2014, a palavra enfatiza o efeito de sentido de larga diferença quando o resultado da eleição se mostrou um dos mais equilibrados da história. Produz efeito de sentido de ojeriza, de rechaça. Talvez a oração “não escolhido nas urnas” significasse o contexto da eleição de forma mais adequada, já que parcela do eleitorado quase igual optou pelo candidato Aécio Neves (PSDB).

Textos na Internet podem se apresentar a partir de diferentes suportes, seja por meio da escrita ou fala, ou os dois ao mesmo tempo. É o que ocorre neste texto em questão quando a postagem resgata declarações anteriores do presidente Michel Temer. O trecho é nominado pela postagem como “confissão”. A palavra produz efeito de sentido que o agente praticou algum tipo de crime ou irregularidade e assumiu a prática escusa. Vamos transcrever o conteúdo do vídeo inserido na postagem por entender que as falas do presidente constantes na filmagem também fazem parte do todo deste texto em análise. As declarações são precedidas por uma frase escrita pelo The Intercept sobre as imagens: “Impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou ‘Ponte para o Futuro’, diz Temer”. Logo depois, as falas de Temer.

E há muitíssimos meses atrás, dez, doze meses, nós lançamos até, eu ainda vice-presidente, lançamos um documento chamado ‘Uma Ponte para o Futuro’ porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado ‘Ponte para o Futuro’. E como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como Presidência da República. (The Intercept).

A associação do processo que resultou na chegada de Temer à presidência ao não aceite do governo Dilma das diretrizes do documento Ponte para o Futuro, sem menção a crime de responsabilidade, ou seja, sem o viés legalista, faz o eixo discursivo contrário ao Impeachment sustentar a tese de Golpe. Mas as declarações de Temer sugerem ambivalência. Além do efeito de sentido de confissão indireta de Golpe, o termo “processo” ao qual Temer se refere pode estar ligado não ao processo de Impeachment em si, mas o conjunto de acontecimentos que resultou na troca de comando de Poder. Aqui ele se utiliza do recurso da eufemização para se distanciar do eixo discursivo golpe.

O texto prossegue com outro recorte do que é nominado pelo eixo discursivo do Golpe como “nova confissão”. Desta vez, um trecho de entrevista de Temer a uma emissora de TV na qual ele reproduz diálogo com o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), sobre as condições para a instauração do processo de Impeachment. Na organização textual, o autor da postagem seleciona o termo “colegas” para expressar a relação entre Temer, os jornalistas da TV Bandeirantes e entre a própria emissora. O termo também produz efeito de sentido de paridade e, observando as acusações proferidas ao então presidente e à mídia como um todo, há efeito de sentido também de cumplicidade. Novamente, o termo ‘não eleito’ aparece para (des)qualificar Temer, reforçando a intenção do produtor em destacar a não-legitimidade dele em ocupar o cargo de Presidente.

Na sequência, a postagem traz um trecho da defesa lida pela própria ex-presidente Dilma no Senado durante a sessão que culminou no Impeachment. Como mencionamos, o subgênero postagem admite hibridização, inclusive de suporte material. O recorte do discurso de Dilma foi feito por meio de texto escrito. Nele, Dilma critica a legalidade do processo e diz que o Impeachment foi motivado por ela ter se recusado a uma chantagem de Eduardo Cunha.

A aceitação de meu pedido de Impeachment tratava-se de uma chantagem explícita do senhor Eduardo Cunha [...] As provas deixam claro que as acusações contra mim dirigidas não passam de pretextos, embasados por frágil retórica jurídica.

O texto prossegue com críticas ao tratamento dado pelo restante da imprensa a esses dois acontecimentos. “E isso, meus amigos, não é a grande notícia da semana”. O texto busca produzir efeito de sentido de passividade com a qual os entrevistadores da TV Bandeirantes reagiram às declarações e a baixa intensidade da repercussão nos demais veículos de comunicação. A frase recortada acima apresenta um marcador dialógico com o vocativo “meus amigos”. Na oração anterior (“Sem nem corar, o usurpador confirma a

tese do golpe defendida por Dilma”), o adjetivo “usurpador” revela mais um elemento de alinhamento ao eixo discurso do Golpe, como produz efeito de sentido de acusação, ou seja, é possível afirmar que esse adjetivo carrega um ato de fala inquisitório.

No parágrafo subsequente, o texto faz uma análise da não-repercussão dessas declarações ao compará-la ao destaque dado Jornal Nacional às delações da empreiteira Odebrecht na Operação Lava Jato nas quais o ex-presidente Lula aparece implicado. A categoria vocabulário da dimensão texto nos fornece instrumento para analisar essa sequência de orações. A recorrência na utilização de adjetivos (destacados por nós em itálico) para qualificar a cobertura do Jornal Nacional das delações em detrimento às declarações de Temer reforçam a argumentação do autor na defesa do que ele considera Golpe.

Mais uma vez, o Jornal Nacional fez o seu recorte *sapeca* ao noticiar as *intermináveis* delações da Odebrecht. Na terça-feira (11/04), o dia em que a Lista de Fachin foi divulgada, edição do jornal surpreendeu e me pareceu bastante equilibrada. Mas, no decorrer da semana, o jornal voltou para a sua programação *normal*.

O uso do pronome oblíquo átono “me”, um marcador de primeira pessoa, acentua carga autoral que transborda para toda a superfície do texto alimentado a subjetividade da análise. A cadência de adjetivos com efeitos de sentido acusatórios, a recorrência à primeira pessoa, um jogo estilístico que nos remete às relações entre o produtor o próprio texto. É o que Fairclough categoriza por modalidade. “A modalidade trata da relação entre os produtores e as proposições, do comprometimento ou, inversamente, do distanciamento entre produtores e proposições: seu grau de ‘afinidade’ com elas [...]” (op. cit. 2001, p.130).

Essa afinidade não se dá apenas a partir do uso de determinados modos verbais ou de advérbios. Passa também pelas escolhas de outras palavras, escalonamento dessas nas orações. Ao final do texto, a postagem se utiliza da expressão “golpe parlamentar” para nominar o processo de destituição de Dilma, uma derivação do termo isolado. Ainda no trecho final, a postagem se utiliza de um substantivo para (des) qualificar um dos autores do processo de Impeachment (Eduardo Cunha).

Como bem disse o ex-presidente da Câmara – e atual presidiário – durante a leitura do seu voto a favor do impeachment, “que Deus tenha misericórdia dessa nação”.

Além do uso do substantivo “presidiário”, a informação veio em forma de aposto e entre travessões, ferramentas gramaticais (e até semióticos) para produzir ênfase e reforçar a argumentação da construção discursiva do Golpe.

Prática discursiva

Como dito anteriormente, o texto sob análise está localizado no subgênero postagem que, entre suas características, se mostra aberta a uma hibridização com outros subgêneros do discurso jornalístico a exemplo da reportagem e do artigo de opinião. Neste caso, essa hibridização é o caminho pelo qual percorrem aspectos da intertextualidade e interdiscursividade.

Por questão metodológica, vamos tratar inicialmente da intertextualidade. Em um primeiro momento, o texto se apresenta sob a forma de uma reportagem com título e mosaico de declarações dos protagonistas envolvidos no processo de Impeachment: a ex-presidente Dilma Rousseff e o então vice Michel Temer. A representação direta de trechos dos discursos deles foi usada na introdução ao tema da construção discursiva do Golpe.

Começando pelas declarações de Michel Temer (transcritas acima a partir de um vídeo) sobre a não aceitação, por parte de Dilma, do documento ‘Ponte Para o Futuro’. Depois, o relato de um trecho da entrevista do próprio Temer à TV Bandeirantes, na qual ele conta as motivações de Eduardo Cunha em prosseguir com o processo. Nos dois blocos, duas motivações distintas: o não-aceite da Ponte para o Futuro e o não-acordo com Eduardo Cunha no Conselho de Ética da Câmara. Em ambos, não há ligação com as irregularidades orçamentárias que tipificaram o crime de responsabilidade que culminou na destituição. Na sequência, a postagem relaciona as declarações posteriores de Temer (que já ocupava a presidência) com o que Dilma disse na ocasião da defesa na sessão do Senado. Essa relação se deu por meio do relato direto do discurso de Dilma.

As cadeias intertextuais interligadas por duas declarações de Temer, uma de Dilma, a relação com o tratamento dado pela mídia que agendou o noticiário da semana pelas delações da Operação Lava Jato foi rejuntada e organizada de tal forma a produzir coerência com a “tese” (grifo nosso) do Golpe.

[...] a coerência não é uma propriedade dos textos, mas uma propriedade que os intérpretes impõem aos textos, e diferentes intérpretes (incluindo o (a) produtor (a) do texto) possivelmente geram diferentes leituras coerentes do mesmo texto. Também a coerência não deveria ser entendida em um sentido absoluto, lógico: um texto coerente está ligado suficientemente bem para os propósitos presentes no que concerne aos intérpretes, o que não evita indeterminações e ambivalência. (FAIRCLOUGH, 2001, p.171).

A coerência estabelece uma relação entre o produtor, intérpretes e identidade social do sujeito. O texto é construído com dadas finalidades e carregado de intencionalidade, o que contribui para caracterizar a prática discursiva. Essa intencionalidade passa também por outra categoria da prática discursiva: a ironia. O produtor se utiliza de um enunciado com certo significado, mas com a intenção de dizer, ressaltar ou (re)significar outra coisa. A postagem em análise apresenta várias ocorrências de ironia, quando se utiliza do termo “não-eleito” para Temer; quando diz que ele estava “muito à vontade em uma entrevista para seus colegas da Band”; quando diz que Temer “sem nem corar [...] confirma a tese do golpe defendida por Dilma”; quando chama o tratamento do Jornal Nacional aos fatos da Lava Jato e das declarações de Temer de “sapeco” e nomina o tratamento dado ao ex-presidente Lula como “programação normal”.

A ironia também se faz presente no arremate do texto, com elemento de intertextualidade manifesta do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, “que Deus tenha misericórdia desta nação”. A frase dita durante a sessão na Câmara que autorizou a abertura do Impeachment foi utilizada para rubricar o texto. Outro teor de ironia se dá quando o texto (des)qualifica Cunha chamando-o e “ex-presidente da Câmara e atual presidiário”.

A historicidade permeia a interdiscursividade. A significação do processo de destituição de Dilma Rousseff, principalmente por parte da construção discursiva do Golpe, passa pela conexão com Golpe Militar de 1964. A busca por elementos similares entre os dois episódios norteia a argumentação de quem defende a tese de Golpe em 2016.

Prática Social

Como já mencionado, a análise da prática social no modelo tridimensional proposto por Fairclough se apoia nas categorias de Ideologia e Hegemonia. Análise vai demonstrar que a primeira se sobressai à segunda. Segundo Fairclough, a Ideologia se materializa por meio do discurso, mas não pode ser lida nos textos. Ela é percebida por meio da ‘produção de sentidos’ a partir da interpretação, daí a propriedade de analisar o discurso ideologicamente.

No caso da postagem em análise, a carga ideológica se mostra enfática desde o título até o arremate do texto. A argumentação busca o tempo todo “provar” (grifo nosso) a existência de um golpe. A estrutura linear dos acontecimentos relatados, em detrimento à estrutura tradicional de notícia que seleciona o fato mais relevante para compor o início

do texto, é uma estratégia didática para se alcançar o objetivo de comprovar a existência de um golpe. Como já dito anteriormente, não há um embate entre as construções discursivas polarizadas Golpe x Impeachment e sim uma tentativa de convencer a pertinência da primeira construção.

Uma das interpretações possíveis seria a de decodificar um viés crítico diante da alegada legalidade do Impeachment. Esse desmascaramento do processo a partir das falas de Temer, do que Dilma usou como defesa e o tratamento da mídia podem ser interpretados como luta diante das novas relações de Poder e de dominação, ou seja, pode ser “lida” (grifo nosso) como uma tentativa de mudar as ordens do discurso em torno da prática social da destituição. Vale destacar que as falas de Temer selecionadas, recortadas e relatadas na postagem não são as únicas proferidas por ele em sua prática social/discursiva em torno da destituição, mas a seleção delas se molda à Ideologia que pode ser interpretada a partir do texto. Quando o texto fala do “plano neoliberal dos tucanos, rejeitados nas urnas”, é possível perceber a localização à esquerda do espectro político do produtor do texto.

Outro momento da prática social do produtor do texto que o situa à esquerda se dá quando ele relaciona dois fatos distintos (a destituição de Dilma e as delações que implicam Lula na Lava Jato) na argumentação pró-golpe. Trata-se, portanto, da influência da Ideologia na construção discursiva.

Entendo que as Ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p.117).

Levando em consideração o contexto no qual a postagem foi produzida, a partir das declarações de Temer já efetivado Presidente da República, o andamento da Operação Lava Jato, os argumentos usados por Dilma na ocasião da defesa e o tratamento da mídia, nota-se uma construção direcionada com vistas à comprovação de um golpe. Essa manobra pode ser vista como uma luta, um enfretamento às ordens do discurso que sustentam a Hegemonia vigente. Esse embate discursivo crítico à Hegemonia vigente que se utiliza do argumento da legalidade pode ser percebido ao longo do texto. Segundo Fairclough, conquista a Hegemonia o sujeito capaz de alterar as ordens do discurso a seu favor. Não é o caso da postagem em questão, nem da construção discursiva que a mesma engloba.

4.2.12 Texto 12 - Impeachment de Dilma levou Brasil a Estado de exceção, dizem professores 6 de dezembro de 2017, 13h13 Por Sérgio Rodas

A operação “lava jato” e, principalmente, o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) promoveram uma ruptura com o Estado Democrático de Direito no Brasil. Desde então, o país está imerso em um Estado de exceção. É o que avaliam os professores Geraldo Prado e Rafael Valim e a juíza do Trabalho Elisa Sanvicente.

Os dois últimos participarão, nesta quinta-feira (7/12), do seminário Estado de Exceção, na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), no centro do Rio de Janeiro. O evento, que começará às 10h e terá a participação do jurista italiano Jacopo Paffarini, é organizado pelo grupo de pesquisa Matrizes do Processo Penal Brasileiro.

Para Geraldo Prado, que é professor da UFRJ, o processo de *impeachment* de Dilma foi um marco da guinada rumo a um Estado de exceção.

“Tenho pouca dúvida de que, a partir do momento em que parte da sociedade apoiou a escancarada violação da Constituição, quase que praticamente estabelecendo um pacto de insinceridade constitucional, houve perda de respeito pelas instituições. Em várias esferas da vida econômica, política, jurídica e social instituiu-se uma espécie de valeduto, no âmbito do qual dominou e domina a lei do mais forte.”

De acordo com Prado, o exercício da força no lugar da negociação política, o que inclui decisões judiciais, como a autorização da execução da pena após condenação em segunda instância, comprova a incursão do Brasil em um Estado de exceção.

Já o professor da PUC-SP Rafael Valim diz acreditar que o Estado de exceção seja uma exigência do atual modelo de dominação neoliberal. Nesse contexto, apontou, em artigo para o site *GGN*, que o Direito Penal e o Direito Processual Penal “sofrem um completo desvirtuamento, perdendo sua vocação garantista em prol da mera legitimação das pretensões autoritárias do Estado”. A seu ver, “a persecução penal se torna um jogo de cartas marcadas, com um absoluto desprezo do direito de defesa”.

Para Valim, a operação “lava jato”, com medidas como prisões provisórias abusivas, vazamentos seletivos de informações e grampos ilegais, impulsionou a instituição de um Estado de exceção que viria a se concretizar com a destituição de Dilma Rousseff.

E o “principal e mais perigoso agente da exceção no Brasil é o Poder Judiciário”, afirma o professor da PUC-SP. Isso porque magistrados vêm passando por cima das leis, em vez de defenderem o ordenamento jurídico.

Já a juíza Elisa Sanvicente, também mestranda da UFRJ, ressalta que “a exceção, cada vez mais, se apresenta como paradigma de governo dominante na política contemporânea”. E esse processo ajuda os ricos a concentrarem ainda mais renda, ao passo que as classes baixas perdem dinheiro e direitos.

“No Brasil, assim como nos demais países de capitalismo periférico, a exceção como técnica de governo é mais sensível através de políticas tendentes à recuperação dos níveis de acumulação do capital, ampliação da superexploração da mão de obra e precarização das condições de trabalho”, avalia.

Como exemplo das práticas de exceção, ela cita a fixação de teto para os gastos públicos (Emenda Constitucional 95/2016), a reforma

trabalhista (Lei 13.467/2017 e Medida Provisória 808/2017) e a reforma da Previdência, que ainda está sendo discutida.

Sérgio Rodas é correspondente da revista Consultor Jurídico no Rio de Janeiro.

Revista Consultor Jurídico, 6 de dezembro de 2017, 13h13.

4.2.12.1 Análise do Texto 12 - Impeachment de Dilma levou Brasil a Estado de exceção, dizem professores 6 de dezembro de 2017, 13h13 Por Sérgio Rodas

Texto

A categoria vocabulário fornece elementos de identificação de marcadores ideológicos. Apesar de não se situar na construção discursiva do Golpe, o texto do Conjur mostra claramente a visão de três acadêmicos (sendo um magistrado) a respeito do Impeachment de Dilma Rousseff. Todos se colocaram contrários à destituição relacionando o processo à queda na qualidade da democracia brasileira. Esse posicionamento está resumido na expressão “Estado de exceção” presente na manchete da reportagem. Semanticamente falando, o que os entrevistados e o próprio site quiseram transmitir é que o Impeachment de Dilma Rousseff esteve na contramão da ordem constitucional do Estado Democrático de Direito. O *lead* relata que a Operação Lava Jato também tem contribuição para a diminuição da qualidade da democracia no Brasil.

O posicionamento do primeiro entrevistado, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Geraldo Prado, é explicitado por um enunciado marcado por substantivos acompanhados de adjetivos com valor metafórico: “escancarada violação da Constituição”; “insinceridade constitucional”; “espécie de vale-tudo”; e “lei do mais forte”. As expressões usadas por Geraldo Prado para se opor ao Impeachment foram as selecionadas pelo Conjur para relatar a visão dele sobre as consequências da destituição para a democracia brasileira. Algo semelhante ocorre no relato feito a respeito do segundo entrevistado, o professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Rafael Valim: “jogo de cartas marcadas”; e “absoluto desprezo” para se referir à perseguição penal e ao direito de defesa, respectivamente. Percebe-se aqui que o entrevistado e o Conjur apontam que o fluxo processual teve a lógica invertida na qual a sentença previamente estabelecida moldou o processo.

Ainda na dimensão texto, o modelo tridimensional de Fairclough nos fornece a categoria Ethos que, no caso da reportagem sob análise, convém observar as identidades sociais dos participantes da interação. Interação fruto de apuração do repórter com três fontes distintas, embora alinhadas politicamente e juridicamente. Fairclough coloca a

questão das mensagens não-verbais, a exemplo do comportamento, postura, o que não pode ser observado uma vez que isto não consta no relato da reportagem. No entanto, aquilo que se é possível notar na subjetividade dos entrevistados revela uma porção significativa de sua identidade social. Como já mencionamos, as fontes são várias vezes posicionadas enquanto detentoras de amplo conhecimento técnico-jurídico-científico. Essas informações são detalhadas e aprofundadas progressivamente ao longo da cadeia textual. Em parte, como recurso do gênero jornalístico de não repetir palavras ou informações e, sob o ponto de vista discursivo, funciona como elemento de coesão textual.

É o que avaliam os professores Geraldo Prado e Rafael Valim e a juíza do Trabalho Elisa Sanvicente.

[...]

Já o professor da PUC-SP Rafael Valim [...]

Os excertos acima são precedidos de outras informações que corroboram com suas identidades sociais. O segundo parágrafo ressalta que os dois últimos entrevistados irão participar de um evento acadêmico na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ com participação de um jurista italiano e que o evento é organizado por um grupo de pesquisa. A menção à participação de um jurista estrangeiro no evento e a informação do grupo de pesquisa que está realizando o seminário (que tem como tema Estado de Exceção) transmite credibilidade científica e jurídica à análise do processo de Impeachment feita pelos entrevistados.

A coesão textual foi construída a partir do seguinte encadeamento: Impeachment e Operação Lava Jato como marcos da guinada rumo ao Estado de exceção; a explicação do que é Estado de exceção; o porquê do Estado de exceção enquanto imposição da dominação neoliberal; a dilatação das instituições por meio da desconsideração do direito de defesa; a consolidação deste modelo como sendo predominante na atual política dos países capitalistas em desenvolvimento; retirada de direitos como instrumento para implantar tal política de acumulação de capital. Nota-se que há uma tentativa de explicar o porquê do Impeachment de Dilma se tratar de uma ruptura a partir de uma construção discursiva analítica e estruturada cientificamente, sem evidência de marcadores ideológicos situados à esquerda ou à direita do espectro político.

Prática Discursiva

O texto sob análise neste recorte corresponde ao subgênero da reportagem, ou seja, um texto produzido a partir do encadeamento de declarações dos entrevistados calculadamente editados e selecionados. O título da reportagem sugere uma análise do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff. Aborda consequências para a democracia acarretadas a partir do Impeachment. Apesar da sugestão de ruptura, forjamento da nova ordem política dirigente-dominante, observa-se que o texto não adora o termo “Golpe”, como as construções discursivas alinhadas à ideologia de esquerda o faz. Como em todo texto jornalístico, a intertextualidade manifesta aparece a partir do marcador discursivo presente no verbo ‘dizer’ quando se atribui o Estado de exceção como algo dito pelos sujeitos produtores do discurso que originou o texto da reportagem.

Logo nas primeiras linhas, além do Impeachment, a Operação Lava Jato é apontada como um dos fatores que contribuem para o avanço do Estado de exceção no Brasil. Novamente um marcador textual a partir do verbo ‘avaliar’ delimita a fala dos entrevistados, embora passem a compor a construção discursiva da reportagem e consequentemente dialogue com a formação discursiva do site. No trecho abaixo, verificam-se as duas ocorrências de intertextualidade: constitutiva e manifesta.

Para Geraldo Prado, que é professor da UFRJ, o processo de *impeachment* de Dilma foi um marco da guinada rumo a um Estado de exceção. “Tenho pouca dúvida de que, a partir do momento em que parte da sociedade apoiou a escancarada violação da Constituição, quase que praticamente estabelecendo um pacto de insinceridade constitucional, houve perda de respeito pelas instituições. Em várias esferas da vida econômica, política, jurídica e social instituiu-se uma espécie de vale-tudo, no âmbito do qual dominou e domina a lei do mais forte.” (l 13-22)

Nota-se que, apesar de não recorrer ao termo “Golpe”, o texto faz profundas ressalvas quanto à legalidade do processo, um dos principais argumentos da construção discursiva a favor do Impeachment. Alguns termos produzem um efeito de sentido de que a destituição, apesar de estar prevista constitucionalmente, foi marcada por um movimento que fraudou de alguma forma a democracia e a própria Carta.

De acordo com Prado, o exercício da força no lugar da negociação política, o que inclui decisões judiciais, como a autorização da execução da pena após condenação em segunda instância, comprova a incursão do Brasil em um Estado de exceção. (l. 23-25)

Nesta sequência discursiva, destacamos o termo “força”. Outro argumento utilizado por quem defende a não ocorrência de um golpe é de que não houve o emprego da força policial repressora nas ruas diante de quem se posicionou contrário à destituição.

Mas o efeito de sentido do termo não se restringe ao uso da força física. A imposição da força se dá por meio do que Althusser (1985, p.69) chama de Aparelhos Ideológicos de Estado. No texto em questão, os próprios juristas apontam o Poder Judiciário como parte integrante do pacto que culminou na destituição da presidente Dilma Rousseff. Althusser distingue os Aparelhos Repressivos de Estado dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo) [...] Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou até mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). (ALTHUSSER, 1985, p. 70)

Os apontamentos de Althusser podem ser notados a partir desta sequência discursiva de um dos entrevistados.

E o “principal e mais perigoso agente da exceção no Brasil é o Poder Judiciário”, afirma o professor da PUC-SP. Isso porque magistrados vêm passando por cima das leis, em vez de defenderem o ordenamento jurídico. (1.37-39).

Além da politização do Judiciário, a reportagem aponta outros elementos concretos do que considera Estado de exceção através do relato das declarações da juíza do Trabalho Elisa Sanvicente.

“No Brasil, assim como nos demais países de capitalismo periférico, a exceção como técnica de governo é mais sensível através de políticas tendentes à recuperação dos níveis de acumulação do capital, ampliação da super-exploração da mão de obra e precarização das condições de trabalho”, avalia. Como exemplo das práticas de exceção, ela cita a fixação de teto para os gastos públicos (Emenda Constitucional 95/2016), a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017 e Medida Provisória 808/2017) e a reforma da Previdência, que ainda está sendo discutida. (1 - 38-45).

Nota-se que o debate proposto pelo texto vai além da dicotomia ideológica esquerda x direita predominante nas discussões em torno do afastamento de Dilma Rousseff. Um dos caminhos interpretativos proposto na ambivalência do texto indica que o Impeachment foi um instrumento encontrado pelo modelo neoliberal para impor seu projeto político.

Em se tratando de Interdiscursividade, um proeminente marcador dessa categoria se observa a partir do fragmento retirado do site GGN. A Interdiscursividade se dá quando se recorre a outro veículo de comunicação e também por meio dos critérios (nem sempre aparentes) de seleção de tal fragmento para compor a reportagem. A Intertextualidade manifesta, ou seja, os trechos entre aspas retirados do artigo do GGN também corroboram com essa interdiscursividade.

Vale ressaltar que a sequência do texto apresenta elementos de interdiscursividade quando a última frase vem sem estar entre aspas, expondo o tênue limite entre o que foi reproduzido da entrevistada e o que foi transmitido como sendo algo que ela tenha expressado. Essa “tradução da ideia da entrevistada” (grifo nosso) é uma característica de Interdiscursividade. Essas categorias podem ser percebidas também no trecho final do texto. Há na Interdiscursividade um marcador ideológico que, no caso com a conexão com o site GGN, percebe-se um alinhamento. Vale ressaltar que o tal site tem uma prática discursiva comumente situada às construções adotadas pela esquerda política.

Prática Social

A luta de classes e as relações de dominação que permeiam o embate hegemônico podem ser notadas na reportagem do Conjur. As declarações do professor da UFRJ Geraldo Prado relatadas no 4º parágrafo apontam que a prática social do Impeachment embutia uma disputa de segmentos da sociedade. Tais atores ornaram as manobras daqueles que lutavam para estabelecer uma nova ordem dominante ou promover o retorno da velha ordem dominante sacrificando a Constituição e esgarçando as instituições. Percebe-se a imposição ideológica dos grupos sociais favoráveis ao afastamento. (l.17 a 22)

Como vimos anteriormente na tabela de Thompson sobre os Modos de Operação da Ideologia, o rito legalista constitucional do Impeachment de Dilma teria como elemento de operação a racionalização do processo e sua conseqüente naturalização. A concretização do Impeachment está inerente a acordos com a ordem política emergente do processo, consolidando assim uma nova Hegemonia.

Há ainda outros efeitos ideológicos no texto, quando “o professor da PUC-SP Rafael Valim diz acreditar que o Estado de exceção seja uma exigência do atual modelo de dominação neoliberal” (l.27). Tal prática social ganha um elemento de coesão textual quando a reportagem apresenta as declarações da juíza Elisa Sanvicente corroborando com esta análise do pesquisador da PUC-SP de que a atual fase do capitalismo acentua relações de dominação via Estado de exceção (l.44-47). Por meio do relato de discurso indireto, a reportagem reproduz os atos que concretizam essas dominações.

Como práticas de exceção, ela cita a fixação de teto para os gastos públicos (Emenda Constitucional 95/2016), a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017 e Medida Provisória 808/2017) e a reforma da Previdência, que ainda está sendo discutida. (l. 48-51)

O modelo neoliberal dá sinais de que convive melhor com o Estado que tenha características de exceção. O Direito vem sendo usado para enquadrar os atores sociais e políticos ao paradigma estabelecido por esta forma do capitalismo contemporâneo. Partindo de tal princípio, é possível lançar a hipótese de que a destituição da presidenta Dilma Rousseff foi uma prática social utilizada como construção simbólica legitimadora e que contribuiu na naturalização desse modelo no Brasil.

A Constituição Federal determina que o processo de Impeachment de um Presidente da República seja instaurado na Câmara Federal e julgado no Senado Federal depois de um longo rito de passagens em comissões e plenários. A mesma Carta determina que o Supremo Tribunal Federal seja o guardião da Constituição, observando e julgando a obediência por parte dos demais Poderes. Os juristas entrevistados no texto analisado avaliam que o Poder Judiciário foi conveniente aos interesses políticos que regeram o afastamento de Dilma em detrimento ao que, na visão deles, seria a correta interpretação da Constituição. O trecho abaixo ressalta a naturalização com a qual o Estado de exceção vem ganhando força e como ele vem atuando nas relações de dominação social.

Para Valim, a operação “lava jato”, com medidas como prisões provisórias abusivas, vazamentos seletivos de informações e grampos ilegais, impulsionou a instituição de um Estado de exceção que viria a se concretizar com a destituição de Dilma Rousseff. (l. 33-36)

Como conclusão, a análise discursiva textualmente orientada a partir do recorte desta reportagem aponta que, mesmo não havendo um Golpe de Estado da forma como se convencionou, a partir de rebeliões armadas, conflitos físicos entre grupos sociais e o uso da força policial do Estado para reprimir oposições ou impor a nova ordem dominante, o processo apresenta controvérsias em sua materialidade jurídica. A obediência formal à Constituição no que se refere ao fluxo de trâmite e rito não corresponde à ordeira aplicação da Lei. Os instrumentos legais e constitucionais foram usados para forjar a nova ordem de dominação. Um modo de operação ideológico da racionalização e naturalização e assim consolidar a retomada da implantação do modelo neoliberal, mesmo que por vias do Estado de exceção. O Impeachment de Dilma Rousseff pode ser visto como algo que dilatou as instituições, ocasionando queda na qualidade e na intensidade da democracia brasileira.

4.2.13 Texto 13 - "O que mais custa aceitar é a participação do Judiciário no golpe". Por Miguel Martins - publicado 02/11/2016 00h02, última modificação 02/11/2016 11h54. Revista Carta Capital

O sociólogo português Boaventura Santos faz uma radiografia da crise política brasileira e pede à esquerda nativa para abrir mão das diferenças

Desatados os laços coloniais, a proximidade entre Brasil e Portugal se estende para além das velhas rotas do Atlântico. Nas antigas colônia e metrópole, as trajetórias republicanas são navegadas sob tempestades que carregam ensinamentos para as duas costas do oceano.

A onda neoliberal que atinge hoje o Brasil por meio do governo de Michel Temer chegou como um tsunami em 2011 às terras lusitanas. Passos Coelho, então primeiro-ministro, tentou aprofundar as políticas de ajuste estrutural exigidas pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, mas o ímpeto dos retrocessos perdeu força diante da resistência unificada do campo progressista em Portugal.

Baseado nessa análise, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos espera oportamento semelhante das esquerdas brasileiras para reagir ao que chama de “golpe constitucional-judicial” e a retrocessos defendidos pelo atual governo. Em passagem pelo Brasil para o lançamento do livro “A difícil democracia”, publicado pela editora Boitempo, o sociólogo mostra estar atento aos movimentos do governo Temer. Em entrevista a *CartaCapital*, faz uma radiografia da crise política brasileira, chama o congelamento de investimentos públicos por 20 anos de “escândalo constitucional e político” e releva sua indignação com a seletividade da Justiça. “O que mais custa aceitar é a participação agressiva do sistema judiciário na concretização do golpe.”

CartaCapital: *O senhor analisa no início de “A difícil democracia” o período entre 2011 e 2013, marcados pelos movimentos Occupy nos Estados Unidos, Indignados no sul da Europa, Primavera Árabe na Tunísia e no Egito e os protestos de junho de 2013 no Brasil. Três anos depois, o senhor aponta um desencanto nas esquerdas. A que o senhor atribui esse desencanto?*

Boaventura de Sousa Santos: As situações foram muito diversas, nem todas permitiram uma clara distinção entre esquerda e direita, e em cada uma atuaram fatores específicos que condicionaram os resultados. Temos de distinguir entre os países que tinham uma democracia minimamente credível e os que a não tinham. Nestes últimos, a luta era pela democracia. Só a Tunísia teve algum êxito. Nos outros, a luta era por uma democracia real, ou seja, pela maior distribuição da riqueza e pelo fim da corrupção no sistema político.

Apesar da radicalidade dos discursos, os objetivos, quando existiam, não iam além da renovação do sistema político e do reforço da social democracia. Na Espanha houve alguma renovação política através da emergência de um partido de tipo novo, o Podemos, e de muitas associações políticas autônomas que hoje condicionam a vida política regionalmente. No Brasil, a ambiguidade política dos protestos era inicialmente detectável apenas no twitter. O governo não foi capaz de ler esta ambiguidade e de apoiar as demandas e forças de esquerda.

CC: *A ascensão conservadora explica esse desencanto?*

Muitas das irrupções democráticas dos últimos trinta anos ocorreram em períodos de reforço do neoliberalismo, ou seja, da versão mais antissocial do capitalismo. Foi assim nas transições da ditadura para a democracia dos anos 80 e nos protestos de 2011, depois de a crise financeira de 2008 ter aumentado o poder global do capital financeiro que a tinha provocado e “resolvido” a seu favor. Enquanto a luta pela democracia fortalecia as forças de esquerda, a aceitação da ortodoxia neoliberal favorecia as forças de direita. Com o tempo, a direita, muito imaginativamente, soube controlar a pulsão democrática a seu favor, usando para isso vários estratagemas. No Brasil, por exemplo, seduziu a esquerda durante treze anos para extorquir as maiores vantagens num período de crescimento e de governos progressistas no continente. Quando achou adequado, desferiu-lhe o golpe constitucional-judicial que, se não a deixou morta, a deixou desmaiada.

CC: Na introdução de “A difícil democracia”, o senhor afirma que os países da América Latina e do sul da Europa tendem a ser caracterizados por grande instabilidade política. O Brasil tem confirmado essa tese, com o traumático impeachment de Dilma Rousseff. Qual a sua análise do processo?

BS: Houve interrupção democrática semelhante à que tinha sido ensaiada em Honduras e no Paraguai e, como nas anteriores, levada a cabo com a aprovação ativa dos Estados Unidos. Tratou-se de uma passagem brusca e sem respaldo constitucional de uma democracia de baixa intensidade, já que eram bem conhecidos os limites do sistema político e do sistema eleitoral em refletir a vontade das maiorias, para uma democracia de baixíssima intensidade, com maior distância entre o sistema político e os cidadãos, maior agressividade dos poderes fáticos, menor proteção social das classes mais vulneráveis, menos confiança na intervenção moderadora dos tribunais.

No caso do Brasil, o que mais custa a aceitar é a participação agressiva do sistema judiciário na concretização do golpe, tendo em vista dois fatores que constituíam a grande oportunidade histórica de o sistema judicial se afirmar como um dos pilares mais seguros da democracia brasileira. Por um lado, foi durante os governos PT que o sistema judicial e de investigação criminal recebeu o maior reforço não só financeiro como institucional. Por outro lado, era evidente desde o início que Dilma Rousseff não tinha cometido qualquer crime de responsabilidade que justificasse o impedimento. Estavam criadas as condições para encetar uma luta veemente contra a corrupção sem perturbar a normalidade democrática e, pelo contrário, fortalecendo a democracia. Por que é que esta oportunidade foi tão grosseiramente desperdiçada? O sistema judicial deve uma resposta à sociedade brasileira.

CC: O que acha das primeiras medidas de Temer no poder?

BS: Elas não oferecem qualquer surpresa. São o receituário neoliberal global num contexto de declínio dos preços internacionais das *commodities* e dos recursos naturais: criar novas oportunidades de acumulação de capital através de uma nova onda de privataria, como a que aconteceu no tempo de Fernando Henrique Cardoso, reduzir a despesa pública, sobretudo em políticas sociais, impedir qualquer mudança no sistema fiscal ou nas taxas de juros, aumentar a repressão quando a população acordar da orgia antipetista e começar a ver, aturdida e chocada, o que efetivamente se passou na sua casa, na sua saúde, na educação dos seus filhos.

Devemos notar que a lógica da austeridade já se tinha instalado no segundo mandato de Dilma. Mas há uma diferença qualitativa. Com o governo do PT essa lógica traduzia-se em algumas medidas de emergência e com a crença equivocada de permitirem a curto prazo o regresso à normalidade de uma governação minimamente inclusiva no plano social. Com o governo Temer, tais medidas, um menu imenso, são a nova normalidade.

CC: *Na terça-feira 25, a Câmara aprovou uma emenda à Constituição para congelar os gastos públicos pelos próximos 20 anos, com profundo impacto em áreas como saúde, educação e assistência social. Como o senhor classifica a medida?*

BS: A PEC 241 é um escândalo constitucional e político, produto de um descontrolado fundamentalismo ideológico, desprovido de qualquer eficácia e apenas adotado com dois objetivos de alto poder simbólico. Primeiro, mostrar ao povo pobre e empobrecido a impossibilidade de esperar algo do Estado, como se ninguém pudesse lhe prometer nada para além do que a direita está disposta a dar-lhe. Segundo, sublinhar com uma risada legislativa o desprezo, o revanchismo e a arrogância com que, do alto da sua vitória, contempla a ruína da esquerda. O excesso desta medida, nunca adotada em qualquer país por um período de 20 anos, deve ser visto pela esquerda como um sinal de debilidade.

CC: *Como resistir a esse retrocesso?*

BS: O caso português tem algum interesse neste contexto. Os portugueses foram vítimas entre 2011 e 2015 de um fundamentalismo ideológico do mesmo tipo. O Primeiro Ministro de então, Passos Coelho, chegou a dizer que era preciso ir mais longe nas políticas de ajuste estrutural do que a própria troika austeritária exigia, formada pelo FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia. O maximalismo conservador fez soar nos partidos de esquerda um alerta que não se ouvia há setenta anos: a arrogância da direita ameaçava destruir tudo o que em termos de inclusão social tinha sido democraticamente construído pelo país depois da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974.

O país enfrentava uma situação de fascismo social que mais tarde ou mais cedo poderia levar ao fascismo político. Perante isto era preciso esquecer provisoriamente todas as diferenças ideológicas que pudessem impedir uma aliança das forças de esquerda para pôr termo ao pesadelo reacionário. Assim se construiu uma aliança de governo entre o Partido Socialista, a coligação CDU (comunistas e verdes) e o Bloco de Esquerda. Este exemplo pode ajudar as forças de esquerda no Brasil, que, ao contrário de Portugal, se inclui um forte movimento popular frentista, a esquecer as diferenças e articular-se procurando seguir a sabedoria popular: em momentos como este, que se vão os anéis e fiquem os dedos.

CC: *As áreas que estão mais em risco no Brasil são saúde, educação e assistência e previdência social, que compõem o nosso Estado de bem-estar social previsto na Constituição de 1988. Por que preservar o Estado de bem-estar social tornou-se uma tarefa árdua?*

BS: O Estado de bem-estar consistiu no conjunto de políticas sociais através das quais foi possível compatibilizar a pulsão de concentração da riqueza própria do capitalismo com a pulsão de inclusão social mínima, o contrato social, própria da democracia representativa liberal. Tal compatibilização tornou possível uma série de interações não-mercantis entre cidadãos, entre elas o SUS, a educação pública, as pensões segundo o sistema de repartição inter-geracional. Ela foi

possível através de níveis de tributação muito altos. Depois de 1945, alguns países chegaram a ter taxas altíssimas para os rendimentos mais elevados.

A partir dos anos de 1980, e perante uma crise de acumulação que tinha começado com a primeira crise do petróleo, o neoliberalismo começou a guerra contra o Estado de bem-estar em duas frentes. Por um lado, a guerra contra as políticas sociais e serviços públicos por dizerem respeito a áreas como a saúde e a educação e as pensões onde a privatização criaria novas áreas de investimento altamente rentáveis. Por outro lado, a guerra contra a tributação alta e sobretudo progressiva. Perante a perda de recursos, os Estados tiveram que recorrer à dívida pública eufemisticamente considerada soberana. Os Estados eram soberanos quando cobravam impostos mas não quando recorriam ao crédito internacional. Neste último caso, estavam dependentes do capital financeiro que progressivamente se foi tornando a força dominante do capital global. E assim surgiu o ajuste estrutural e a certidão de óbito do Estado de bem-estar. Ainda há pouco tempo, o presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, um clone da Goldman Sachs, declarou que a social democracia tinha acabado.

CC: *Há como preservar a social democracia?*

Só há futuro para o Estado de bem-estar: quando o futuro do neoliberalismo acabar. Até lá são possíveis atuações parciais, defensivas, nas margens do modelo dominante, mas que significam muito precisamente para os estratos sociais que estão nas margens, as quais não cessam de inchar. Para isso são precisas alianças políticas inovadoras e esclarecidas com vontade de correr os riscos, novas formas de participação popular autônoma, novos militantes e líderes partidários de esquerda presentes em permanência nas ruas e bairros pobres das cidades e nos campos dos camponeses e indígenas devastados pela agroindústria e a mineração socialmente criminosa. Enquanto vigorar o neoliberalismo, é exigida uma vontade revolucionária para conquistar a mais modesta política reformista.

CC: *O senhor defende uma espécie de “divisão do trabalho do inconformismo”, na qual haja uma articulação entre as três estratégias da esquerda: tentar melhorar o que havia, tentar romper com o que havia e tentar não depender do que havia. Mas as esquerdas mostram dificuldade em encontrar pontos em comum para construir uma unidade mais sólida, não?*

BS: Historicamente, as esquerdas dividiram-se em resultado da emergência do mundo soviético. Organizaram-se segundo essa divisão durante mais de setenta anos e ainda não se recompuseram do fim desse mundo. As divisões existentes são em grande medida produto de inércia histórica. Vão ser necessárias ou inevitáveis outras divisões, mas vai ser sobretudo necessária outra forma de afirmar, construir e consolidar divisões, uma forma que permita uma leitura dinâmica do mundo e da sociedade concreta, que saiba ler os sinais de perigo antes de ele ser destrutivo, que não se preocupe com vanguardas e que cuide das retaguardas, que seja tão interpolítica e tão intercultural como é o mundo e a sociedade, que considere que, enquanto durar o capitalismo, nem o colonialismo nem a violência contra as mulheres acabam, apenas se metamorfoseiam.

CC: *No Brasil, é comum a análise de que os governos do PT deixaram de lado a formação política e cultural das classes mais baixas e focaram excessivamente na questão material. Neste momento de crise econômica, os que ascenderam nos últimos anos deram as costas ao*

partido. Por que a população mais pobre parece rejeitar o discurso de esquerda no Brasil?

BS: Essa análise merece uma profunda reflexão, pois tais políticas vão continuar a ser necessárias no futuro, mas vão ter que ser desenhadas de uma maneira totalmente diferente. O PT fez uma extraordinária distribuição de riqueza, paradoxalmente sem a sociedade brasileira ter deixado de ser uma das mais desiguais do mundo. Para evitar o clientelismo estatal, entregou na mão da banca milhões de cidadãos de quem se extorquiu seguros de vida, planos de poupança, consumo a crédito, incluindo as famosas viagens de avião dos antes pés descalços. O enorme esforço de socialização dos brasileiros foi feito promovendo subjetividades individualistas e antissociais. Para isto ajudou muito a teologia da prosperidade e a substituição paulatina da ideia de justiça social pela de sucesso individual. A população brasileira não rejeita o discurso de esquerda. Pelo contrário, aprendeu demasiado bem o discurso que a prática de esquerda lhe foi ditando.

CC: *Nas eleições municipais brasileiras realizadas em 2 de outubro, vimos uma ascensão de nomes conservadores. São Paulo elegeu João Doria, do PSDB, um empresário de discurso privatista, que buscou demonizar a classe política tradicional e vangloriou-se de ser um self-made man, a exemplo do que ocorre com Donald Trump nos Estados Unidos. A votação de Doria em regiões periféricas de São Paulo foi muito acima do esperado. Por que os mais pobres estão seduzidos pelo discurso da meritocracia?*

BS: Na lógica da ideologia neoliberal dominante, a política, enquanto escolha entre opções ideológicas diferentes, tende a desaparecer. Como não há alternativa, os governantes não necessitam do consenso dos cidadãos, basta-lhes a resignação. A democracia de baixíssima intensidade consiste na conversão de diferenças ideológicas em diferenças de qualquer outro tipo que garantam o espetáculo da alternância. Surgem assim novas polarizações que se afirmam como as duas faces do sistema neoliberal: a face do sistema e a face do anti-sistema.

Isto tem duas consequências. A primeira é que, como são duas faces do mesmo sistema, os que se afirmam como anti-sistema são aqueles que mais beneficiam dele. Por isso, os milionários que terão sido eleitos em grandes cidades brasileiras não terão tido dificuldade em apresentar-se como anti-sistema. Isto é, os que não são profissionais da política porque têm tido dinheiro suficiente para mandar nos profissionais da política. A segunda consequência é que, como a política partidária se vai degradando e, com ela, a formação política que ela devia envolver, não são necessárias qualificações específicas para ser dirigente político.

CC: *O culto à celebridade chegou à política?*

A notoriedade pública em qualquer domínio, seja espetáculo, futebol ou cinema, pode ser qualificação suficiente. Não surpreende assim que o presidente da Guatemala, Jimmy Morales, seja um antigo comediante da televisão, que Beppe Grillo, o palhaço italiano, esteja à frente de um partido muito dinâmico (Cinco Stelle), ou que um homem de negócios e de showbusiness como Trump tenha chegado onde chegou.

CC: *Conversamos recentemente com Slavoy Zizek, e ele afirmou que a esquerda precisa redescobrir “a força do Estado”. David Harvey, por sua vez, defende um humanismo revolucionário, em que as diversas tendências de esquerda reorganizem o trabalho de forma associativa para construir uma economia alternativa ao capitalismo. Qual é a sua proposta para o futuro da esquerda?*

BS: A esquerda do futuro deve orientar-se pelo lema *democracia sem fim*. Se a isso não quisermos chamar socialismo, não tenho problemas. Democracia não apenas no sistema político, mas também nas empresas, no espaço público, nas igrejas, nas escolas e universidades, nas famílias, no transporte e nas relações com a natureza. Cada espaço requer uma forma específica de democracia, já que as formas mais conhecidas, a representativa e a participativa, são apenas um pequeno excerto do menu democrático.

Não haverá democracia de alta intensidade enquanto estiverem em vigor as três formas modernas de dominação: capitalismo, colonialismo e patriarcado. As três formas atuam sempre articuladamente. Um dos problemas da esquerda do passado foi, no seu melhor momento, centrar-se na luta contra o capitalismo e considerar secundárias ou negligenciáveis as lutas contra o colonialismo e o patriarcado. Aliás, aceitou acriticamente que o colonialismo tinha acabado com o colonialismo de ocupação territorial estrangeira e não viu que ele continuou até hoje sob outras formas, como racismo, xenofobia, colonialismo territorial interno, expulsão e massacre de indígenas. Congratulou-se com pequenas vitórias no domínio patriarcal sem ter em conta que o capitalismo e o colonialismo não dispensam o patriarcado.

CC: *Capitalismo, colonialismo e patriarcado tem de ser desconstruídos em conjunto?*

A esquerda do passado aceitou que os movimentos sociais se dividissem entre os que lutam contra o capitalismo, os que lutam contra o colonialismo e os que lutam contra o patriarcado. Por isso, as forças da dominação estão mais unidas do que nunca, enquanto as forças que lutam contra elas estão mais divididas do que nunca. Alguém pode se surpreender que, quando Michel Temer chega ao poder ilegitimamente e forma um governo para reforçar a dominação capitalista, desapareçam do seu ministério mulheres e afrodescendentes?

Um dos fatores mais promissores da unidade das esquerdas vai ser a natureza, uma vez que é nela onde mais se condensa a articulação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado. O campo da democracia no trato com a natureza é onde se verão melhor os pontos de contacto entre a luta anti-capitalista, anti-colonialista e anti-patriarcal.

O neoliberalismo não vê o grande objetivo de transformar o trabalho com direitos em trabalho sem direitos separado do objetivo de expulsar os camponeses e indígenas das suas terras ancestrais, de contaminar as águas e pulverizar livremente com insecticida os pulmões dos trabalhadores rurais, de sobre-explorar as mulheres com trabalho não pago e aceitar a violência contra as mulheres como parte da subjetividade empreendedora que promove, uma subjetividade ora exuberante com o êxito macho, ora estressada em busca de inimigos ou de descargas emocionais fáceis.

CC: *E qual deve ser o papel do Estado para a nova esquerda?*

BS: O Estado é hoje um monstro necessário. É um monstro porque reduz toda a diversidade econômica, social e cultural da sociedade a um modelo monocultural, homogêneo de administração. É falsa a alternativa entre querer ou não querer tomar o poder do Estado, ainda que este seja uma fração cada vez menor do poder social. É preciso tomar o poder para o transformar e não esperar que ele se transforme antes que a esquerda o queira ocupar.

Mas, para a esquerda, governar enquanto as sociedades forem capitalistas, colonialistas e patriarcais, será sempre um exercício de

contracorrente. Não se pode governar como a direita governa só que para outros objetivos. Isto significa, entre muitas outras coisas, tolerância zero face à corrupção e reforma constitucional no sentido de criar um quarto órgão de soberania, o controle cidadão por via da participação organizada e autônoma. Significa também que entre dois males se deve recusar sempre o mal menor se ele for apresentado como o único meio de evitar o mal maior. O mal menor tende a ser a versão em miniatura do mal maior.

CC: Alguns consideram que um projeto de Estado não é prioritário.

Tomar ou não o poder do Estado é uma falsa alternativa, o mesmo sucede com a alternativa entre lutas institucionais, legais, no quadro do sistema político-jurídico existente, e extra-institucionais, ou seja, ações diretas eventualmente ilegais mas pacíficas, isto é, eventualmente apenas contra a propriedade, nunca contra a vida ou a integridade física. O esvaziamento progressivo da democracia realmente existente e o conseqüente aumento do caráter repressivo do Estado e da criminalização do protesto social vão obrigar a que muitas das lutas democráticas sejam ilegalizadas e tenham de ocorrer fora do marco institucional.

Já hoje, em vários países da América Latina, bloquear uma estrada para não deixar entrar as máquinas do abate de árvores e da mineração nos territórios indígenas ou afrodescendentes é considerado um ato terrorista. Amanhã, qualquer manifestação de ecologistas urbanos pode ter o mesmo destino. Os camponeses, os indígenas e as populações quilombolas que hoje defendem o campo contra a exploração agressiva e sem controle dos recursos naturais estão a defender os habitantes das cidades de amanhã.

*Uma versão desta entrevista foi publicada originalmente na edição 925 de CartaCapital, com o título “O exemplo português”.

4.2.13.1 Análise do Texto 13 - "O que mais custa aceitar é a participação do Judiciário no golpe". Por Miguel Martins - publicado 02/11/2016 00h02, última modificação 02/11/2016 11h54. Revista Carta Capital

Texto

A seleção da frase que faz parte da manchete do texto da entrevista dá uma mostra considerável da prática discursiva da Revista Carta Capital. Como já dito anteriormente, o título de textos jornalísticos é recortado com a intencionalidade de chamar a atenção dos consumidores do texto. Nota-se que a frase, além de selecionada para ser a vitrine da entrevista, passou por um processo de edição que suprimiu um adjetivo (agressiva) e um substantivo (concretização) da dita originalmente e reproduzida em meados da terceira resposta. Percebe-se um alinhamento tanto da prática da revista quanto do entrevistado no que tange o eixo discursivo do Golpe.

O *lead* (itálico nosso) é permeado por metáforas, numa tentativa didática de apresentar uma análise densa e profunda sobre a crise política brasileira que resultou na troca de governo sem eleição direta. Além de expor as dificuldades das repúblicas do

Brasil e de Portugal, que outrora foram colônia e metrópole, em manter a qualidade e intensidade da democracia diante do avanço (ou tentativa de avançar) do neoliberalismo. Ainda na categoria metáfora, percebe-se a expressão “orgia antipetista” como sendo utilizada para traduzir a euforia, ódio ou simplesmente os sentimentos que alimentaram o ímpeto passional de retirar o Partido dos Trabalhadores do poder sem que a sociedade pudesse antever os reais interesses políticos e econômicos ao longo prazo para além da troca de comando do País.

A categoria vocabulário nos aponta ainda a combinação de palavras que resultou numa nova expressão para significar o processo de destituição de Dilma: “golpe-constitucional-judicial”. A ambivalência permite identificar contradição entre os significados. Como um golpe, uma conspiração ou uma manobra podem ser constitucionais ou judiciais? Os últimos termos sugerem evidência de legalidade ou respeito às regras e ritos democráticos vigentes. No entanto, outra interpretação levando em consideração o contexto na qual a expressão foi construída nos sugere que os termos constitucional e judicial podem ser a ferramenta e o cúmplice do golpe respectivamente, ou seja, a Carta Magna e o Poder Judiciário a serviço do que tal prática discursiva sugere ser um golpe.

Outra categoria da dimensão do texto a partir do modelo proposto por Fairclough é de *Ethos*. Por se tratar da análise de um texto escrito, assentado num dispositivo adequando para tal, não é possível observar a nuance do comportamento, da linguagem não-verbal a qual Fairclough situa na categoria *Ethos*. Portanto, a análise dessa categoria passa pela observação da identidade social do entrevistado. O sociólogo Boaventura Santos é licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Sua pesquisa de doutorado é considerada um marco para a Sociologia do Direito. É um dos fundadores da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e também diretor do Centro de Estudos Sociais (CES) da mesma instituição. O CES é centro de pesquisas avançadas e interdisciplinares nos campos das ciências sociais e humanas. Ele desenvolveu diversas pesquisas em países da América Latina, África e Ásia. Sua trajetória acadêmica centrada na globalização contra hegemônica o fez ser um dos principais entusiastas e defensores do Fórum Social Mundial

Prática Discursiva

Por se tratar de uma entrevista, a incidência da intertextualidade manifesta é mais presente no texto. No entanto, vale ressaltar o foco no interdiscurso que ocorre no *lead*, quando a revista estabelece uma conexão com os momentos históricos que uniram Brasil e Portugal e as dificuldades contemporâneas quando se trata dos desafios em zelar pela república e pelo Estado Democrático de Direito. Outro momento de interdiscursividade se dá já na primeira pergunta, quando esta se estrutura com base nos movimentos *Occupy*, Primavera Árabe e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. A interdiscursividade com rupturas, ou pelo menos queda na intensidade da democracia, em outros países se faz presente na prática discursiva constante nas repostas do entrevistado quando o sociólogo faz uma análise global da nova onda de neoliberalismo no mundo. A interdiscursividade volta a ocorrer quando o sociólogo Boaventura Santos rememora a tentativa neoliberal de austeridade fiscal em Portugal entre os anos de 2011 e 2015 ao relacioná-la “a uma situação de fascismo social que mais tarde ou mais cedo poderia levar ao fascismo político”. O termo fascismo remete ao regime totalitário implantado por Benito Mussolini na Itália cujas bases ideológicas foram exportadas para outros países.

No que se refere à análise propriamente dita da destituição de Dilma Rousseff, os fragmentos do texto que compõem a intertextualidade manifesta dão sinais de evidência de que a prática discursiva do entrevistado está situada no eixo discursivo do golpe, o mesmo encampado pelo espectro político à esquerda. Isso se materializa quando Boaventura Santos se utiliza do termo golpe para nominar o processo. A localização à esquerda do discurso poderia minar a credibilidade diante da argumentação constitucional legalista, mas os contra argumentos históricos, acadêmicos e científicos usados nas repostas e que forma o tecido macrossociológico da análise de Boaventura Santos refutam isso.

Prática Social

A partir da análise sociológica de Boaventura Santos relatada no texto de Carta capital, é possível perceber os efeitos ideológicos e políticos deste amálgama de prática discursiva. Fica evidente a dicotomia entre direita x esquerda, sendo o primeiro campo materializado pelos favoráveis ao avanço do Neoliberalismo, o segundo campo aglutinando as forças progressistas defensoras do Estado de Bem Estar Social. Um fenômeno global que se manifesta em diversos países com suas respectivas peculiaridades. Esta tensão mede a intensidade da democracia. De acordo com o

entrevistado, a democracia passa “pela maior distribuição da riqueza e pelo fim da corrupção no sistema político”. O alinhamento do neoliberalismo ao lado oposto da democracia proposto por Boaventura Santos pode ser percebido quando ele diz que “o neoliberalismo é a versão antissocial do capitalismo”.

No que tange à destituição de Dilma Rousseff, essa dicotomia é exemplificada por meio da interdiscursividade com baixa na intensidade da democracia em outros países como Honduras e Paraguai, que passaram por disrupturas. Boaventura atrela a queda na qualidade da democracia quando o sistema político e eleitoral não consegue refletir ou atender os anseios da maioria da sociedade; quando as classes mais pobres ficam mais desprotegidas; quando o judiciário não consegue moderar os conflitos; e quando os poderes ficam mais agressivos. Este último fator é considerado pelo sociólogo e enfatizado, chancelado pela revista Carta Capital quando se observa o comportamento do judiciário brasileiro diante da destituição. O sociólogo atribui ao judiciário um desperdício histórico de consolidar a democracia visto que, na ótica do jurista lusitano, a presidente Dilma não teria cometido crime de responsabilidade (uma desconstrução dos argumentos legalistas). Um julgamento imparcial teria consolidado uma maior intensidade democrática. Ainda de acordo com o pesquisador, o judiciário brasileiro teria todas as condições de impor normalidade processual uma vez que teria se fortalecido nos governos do PT. A escalada neoliberal diante do Estado Democrático de Direito no Brasil não se restringiu à destituição de Dilma Rousseff. Avançou ainda mais por meio do governo Michel Temer a partir das medidas de austeridade fiscal (congelamento de gastos públicos e reforma trabalhista). O sociólogo Boaventura Santos classifica tais medidas como sendo agressivas demonstrações de força.

O embate por Hegemonia, as disputas ideológicas e as relações de dominação contemporâneas no Brasil foram materializadas por meio das práticas sociais (e discursivas) da destituição de Dilma Rousseff. A austeridade fiscal como forma de dominação pode ser observada em como Boaventura Santos analisa a emenda constitucional dos gastos públicos.

A PEC 241 é um escândalo constitucional e político, produto de um descontrolado fundamentalismo ideológico, desprovido de qualquer eficácia e apenas adotado com dois objetivos de poder simbólico. Primeiro, mostrar ao povão pobre e empobrecido a impossibilidade de esperar algo do Estado, como se ninguém pudesse lhe prometer nada para além do que a direita está disposta a dar-lhe. Segundo, sublinhar com uma risada legislativa o desprezo, o revanchismo e a arrogância com que, do alto da sua vitória, contempla a ruína da esquerda. O excesso desta medida, nunca adotada em qualquer país por um período de 20 anos, deve ser visto pela esquerda como um sinal de debilidade.

Há nas declarações relatadas pela Carta Capital um evidente sinal por consolidar relações de dominação na qual a polarização perpassa o episódio brasileiro. Trata-se de uma disputa global entre Neoliberalismo x Estado Democrático de Direito. O equilíbrio entre os dois se dava por meio do Estado de Bem Estar Social, que se tornou entrave ao capitalismo a partir da crise do sistema iniciada em 2008. O endividamento por meio de má administração ou corrupção tornou o Estado refém da agiotagem do capitalismo rentista o que torna o neoliberalismo e a democracia incompatíveis. O sociólogo elenca as categorias do capitalismo, patriarcado e colonialismo como formas modernas de dominação. É possível estabelecer uma correlação com o episódio do Impeachment. A eleição de Dilma Rousseff situa-se no campo do Estado Democrático de Direito, enquanto a sua destituição e sucessão estão na seara do neoliberalismo.

4.2.14 Texto 14 - Numeriano anuncia curso sobre ‘O golpe de Estado parlamentar de 2016’ Publicado por Jamildo em Notícias às 13:22. Por Roberto Numeriano, em artigo enviado ao Blog de Jamildo.

Uma de minhas vaidades acadêmicas foi ter sido um dos poucos cientistas políticos (se não o primeiro, no Brasil, naquele instante) a denunciar que a tal “condução coercitiva” do ex-presidente Lula (por um ato criminoso do parcial Moro) era o início de um golpe de Estado, em 04 março de 2016.

Recebi críticas de alguns colegas; outros me olharam atravessado.

O artigo intitulava-se “Um golpe a galope (a era do terror)”, e foi publicado no dia 21/03/2016, no Blog de Jamildo.

As duas semanas seguintes ao abuso de autoridade foram de análises e leituras sobre os interesses e os movimentos do Judiciário (STF, PGR, MPF e o indefectível Moro), bem como da mídia oligárquica e o próprio executor do golpe, a Câmara Federal.

O que estava por trás das ações radicais e claramente traiçoeiras daqueles agentes e autoridades públicas?

Concluí que havia um golpe de Estado (de um novo tipo, Parlamentar) pelo fato de os dois principais atores terem sido se tornado alvo dos corruptos e golpistas: a presidente Dilma e o petista Lula.

E cheguei a essa conclusão porque os políticos que se moviam no sentido de rasgar a Constituição Federal sob falsas alegações de um crime cometido pela presidente defendiam uma agenda social, política e econômica oposta àquela escolhida pelos eleitores.

O golpe de Estado é isso: um grupo toma o poder para implantar um programa oposto ao do grupo derrubado.

Simples assim.

Agora, quando dezenas de universidades começam a oferecer cursos para estudar o golpe de Estado de 2016, _ca demonstrado que tínhamos razão na denúncia política e ideológica pioneira.

Já há um consenso acadêmico em Ciência Política sobre a natureza dos eventos de 2016.

Também estou preparando um curso local sobre A Gênese e a Natureza Política e Ideológica do Golpe de Estado de 2016.

Em breve vou anunciar a ementa do mesmo.

Roberto Numeriano é pós-doutor em Ciência Política, professor, jornalista, autor do livro “O que é Golpe de Estado” (Coleção Primeiros Passos, pela Brasiliense) e pré-candidato a deputado estadual, pelo Avante.

4.2.14.1 Análise do Texto 14 - Numeriano anuncia curso sobre ‘O golpe de Estado parlamentar de 2016’ Publicado por Jamildo em Notícias às 13:22. Por Roberto Numeriano, em artigo enviado ao Blog de Jamildo.

Texto

O subgênero postagem do discurso jornalístico apresenta grande número de possibilidades de hibridização com outros gêneros. O texto em análise é uma reprodução total de artigo enviado por outro autor que representa amostra particular de prática discursiva do Blog de Jamildo. Embora não seja instrumento de nossa análise, vale destacar neste caso um aspecto semiótico. Antes do título, a postagem traz uma fotografia

dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Gleise Hoffmann se entreolhando. O conjunto do texto traz posicionamentos a respeito do Impeachment de Dilma (sem que haja uso direto do termo) e da condução coercitiva de Lula no âmbito da Operação Lava Jato. O texto está situado no eixo discursivo do Golpe e apresenta no título a expressão derivada desta construção discursiva.

No aspecto lexical, a expressão ‘golpe de Estado parlamentar de 2016’ apresenta uma contradição. Se a manobra foi oriunda de uma casa legislativa, é possível interpretá-la como sendo legalista, o que se choca com o efeito de sentido do termo golpe. A ambivalência do título nos permite interpretar também que a estratégia, embora legalista, tenha um caráter conspiratório ou de subterfúgio por parte do parlamento que teria atuado para derrubar uma presidente da República. A motivação ideológica dos consumidores do texto é o que vai determinar qual caminho interpretativo seguir. No entanto, tal ambivalência do título pode ser reduzida a partir das argumentações existentes no corpo do texto que tentam ‘denunciar e provar’ (grifo nosso) a ocorrência de um golpe. O texto se desenvolve com auxílio de locuções adverbiais, substantivos e adjetivos escolhidos para qualificar o juiz da 1ª Instância da Operação Lava Jato Sérgio Moro. O produtor do texto acusa o magistrado de “criminoso, parcial e indefectível”, este último adjetivo com evidência de ironia (elemento que caracteriza a prática discursiva).

A postagem também apresenta uma forte carga de coesão. O título está conectado à maioria dos parágrafos. De acordo com o texto, o Golpe não se resume à destituição de Dilma Rousseff, esta foi apenas um de seus episódios. O primeiro deles teria sido a condução coercitiva do ex-presidente Lula, o que é categorizado pelo autor como sendo um “abuso de autoridade”. As conexões com o título do artigo se mostram ainda quando se faz menção a outro artigo publicado anteriormente “Um golpe a galope (a era do terror)” e na linha 10, em que o produtor do texto atribui à Câmara Federal a execução do “golpe”.

A argumentação explicativa em torno do que o autor busca comprovar como sendo golpe começa na linha 13. O verbo concluir na primeira pessoa do presente do indicativo revela a subjetividade do produtor do texto. Na linha 16, uma oração subordinada explicativa detalha o que seria, na visão do produtor do texto, o Golpe Parlamentar.

E cheguei a essa conclusão porque os políticos que se moviam no sentido de rasgar a Constituição Federal sob falsas alegações de um crime cometido pela presidente defendiam uma agenda social, política e econômica oposta àquela escolhida pelos eleitores.

A conjunção explicativa ‘porque’ funciona como conectivo de argumentação entre a manobra e seus autores. Outro elemento de coesão se dá na sequência do texto, quando se conceitua golpe.

O golpe de estado é isso: um grupo toma o poder para implantar um programa oposto ao do grupo derrubado.

No parágrafo seguinte, há um efeito de sentido de comprovação quando o produtor do texto indica que o oferecimento de cursos sobre a destituição por parte de Universidades corrobora seu posicionamento. O final do texto há uma oração com acessórios retóricos, afirmando que há um consenso na Ciência Política sobre a ocorrência de um golpe, que prepara o leitor para o arremate do texto. O elemento final de coesão se dá quando se afirma a existência de cursos nas Universidades e o oferecimento, por parte do produtor do texto, de um curso semelhante.

Pode-se resumir os aspectos da categoria coesão presentes no texto a partir desta sequência: o golpe começa com atos da justiça, se consuma por meio dos parlamentares, e é golpe porque se trata da implantação de um programa de governo oposto ao escolhido nas urnas e isto é comprovado cientificamente por meio de atividades acadêmicas que defendem a existência de golpe.

Outra categoria da dimensão texto que se apresenta na postagem é a de *ethos*. Tal marcador está ligado ao comportamento, à subjetividade do produtor do texto ou dos participantes da interação contida nele. A escrita em primeira pessoa com uso de adjetivos e advérbios revela o quão subjetivo e o quanto revela do ‘eu’ do produtor. Mas ao mesmo tempo em que tal subjetividade pode interferir na credibilidade do que se defende no texto, um outro elemento dessa versão do ‘eu’ do produtor faz um contrabalanço. A busca por um respaldo científico acadêmico que visa dar chancela ao que se defende como golpe. Além de jornalista, o produtor assina o texto como pós-doutor em Ciência Política, como autor de livro que explica o que é Golpe de Estado e como pretendo candidato a deputado estadual.

Prática Discursiva

Na postagem em análise, por se tratar de um artigo, a intertextualidade se mostra mais marcada no discurso do que no texto, propriamente. Não há relato direto ou indireto de discursos como ocorre na reportagem. Seguindo a proposta de Fairclough, o foco da intertextualidade, quando se está no discurso, sugere atribuir o nome da categoria como sendo interdiscursividade. Numa dimensão macro, ela ocorre quando o texto se situa no

eixo discursivo do Golpe. Há também interdiscursividade com a Operação Lava Jato ao se referir à condução coercitiva do ex-presidente Lula. Expressão esta que vem entre aspas, que não funciona como relato de outro discurso e permite interpretar praticamente como sendo um ato de fala no qual se critica a necessidade da mesma.

Outro elemento marcador da Interdiscursividade se dá por meio da historicidade. A argumentação é construída a partir de menções a episódios passados como a condução coercitiva de Lula, a publicação de outro artigo sobre a temática quase dois anos antes e a destituição de Dilma (embora não citada diretamente).

Prática Social

A motivação ideológica é o que justifica argumentação que permeia o texto da postagem. A persistência do autor em se comprovar a existência de um golpe que marcou a virada hegemônica no Brasil com a destituição de Dilma (mesmo o processo já se consumado), vai ao encontro do que Fairclough defende como sendo luta “para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (2001, p. 117). Há no texto a materialização de uma prática social que é o embate com a ordem dominante vigente e que se saiu vencedora (do ponto de vista da eficácia) ao emplacar a destituição de Dilma e a posterior prisão de Lula.

As duas semanas seguintes ao abuso de autoridade foram análises e leituras sobre os interesses e os movimentos do Judiciário (STF, PGR, MPF e o indefectível Moro), bem como da mídia oligárquica e o próprio executor do golpe, a Câmara Federal. A partir das menções aos interesses dos poderes da República e à adesão às práticas sociais de oferecimento de cursos universitários sobre o que se chama de Golpe é possível estabelecer uma conexão das práticas discursivas e sociais do produtor do texto com a criticidade proposta por Fairclough orientada para a mudança social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Eleição Presidencial de 2014 e o Impeachment de 2016 são eventos discursivos políticos imbricados a partir de uma disputa que reordenou as relações de Poder e de dominação no Brasil. A análise discursiva proposta neste trabalho focado no modelo tridimensional de Fairclough entende que os conceitos de Hegemonia e de Ideologia fornecem mais elementos que possam contribuir na identificação das mudanças na ordem do discurso que reconduziram, depois de 13 anos, os antigos grupos sociais de volta ao comando do Poder Executivo Federal por meio da cassação da ex-presidente Dilma Rousseff. A Análise Crítica do Discurso é uma importante ferramenta teórica e metodológica para contribuir no entendimento desta prática social. A prática discursiva em torno dos maiores escândalos de corrupção recentes; da dita maior crise econômica, política e ética de todos os tempos; da Operação Lava Jato que impôs ao Partido dos Trabalhadores o protagonismo dessas crises, embora o PT não seja nenhuma vítima e tenha contribuído para elas.

A punição por meio legal funcionou como aspecto de uma prática social de luta para se reconquistar a Hegemonia. O fato histórico da destituição de Dilma Rousseff polarizou construções discursivas que culminaram na prevalência hegemônica e de dominação do prisma que defendia a troca de comando do Poder. Os grupos sociais dominantes se utilizaram da prática social do Impeachment para romper o pacto que fazia o Poder ser compartilhado com grupos sociais dirigentes. Vale destacar um aspecto que pode ser visto como elemento democrático: o da representatividade. É bem verdade que não só o grupo político, mas também parte da sociedade que o apoiou, consideraram-se representados com o Impeachment. Forjou-se uma situação na qual os grupos que se diziam combatentes da corrupção, bradavam por ética e pela retomada do crescimento econômico haviam vencido, resolvendo tais demandas quando o que realmente esteve em jogo foi a busca pela Hegemonia e dominação de Poder com interesses outros. Se, por um lado, o Impeachment causou a percepção de que a maioria da sociedade foi representada, por outro, a interpretação é completamente oposta. Parcela significativa da sociedade que não conseguiu passar a imagem de maioria se sentiu lesada. Para esta parcela, o resultado das urnas não foi levado em consideração visto que as primeiras manifestações e manobras contra o governo reeleito iniciaram-se logo após a divulgação do resultado do pleito.

A disputa para impor a restauração desta ordem hegemônica representou um alto custo para a democracia brasileira resultando na deslegitimação da paz social no Brasil e em um desgaste institucional dos três poderes da República. As fraquezas expostas do sistema de presidencialismo de coalizão revelaram que o mais alto comando do Executivo Federal pode vir a se tornar refém do Congresso Nacional ao não conseguir estabelecer um relacionamento satisfatório. A sessão na Câmara Federal que autorizou a abertura do processo, a julgar pelos pronunciamentos de vários deputados, é reveladora quanto ao nível de republicanismo dos parlamentares. A “neutralidade” (grifo nosso) do Judiciário restringindo-se apenas ao acompanhamento do protocolo ritualístico sem se pronunciar sobre o mérito do processo o posiciona politicamente e ideologicamente. Sem contar que durante o planejamento, em conversas nada republicanas resgatadas na seção 2.8 do Capítulo 2, a mais alta corte jurídica do país foi levada em consideração “com o Supremo com tudo” (grifo nosso). Portanto, essa deslegitimação da paz social com vistas a retomada ao Poder de uma velha ordem hegemônica dominante aponta que a Lei do Impeachment foi utilizada com propósitos políticos e não necessariamente aplicada como punição a uma irregularidade contábil. Prática adotada por outros dirigentes do Executivo em gestões anteriores e que não receberam a mesma sentença condenatória de crime de responsabilidade. As questões meramente legalistas e ritualísticas não dão conta de esgotar o que realmente foi o Impeachment de Dilma Rousseff. Esta manobra lança a discussão em torno do conceito de *lawfare*, ou seja, o uso da lei e dos aparelhos do Estado como eufemismo para a troca do comando do poder, sem que houvesse um processo eleitoral, motivada política e ideologicamente por determinados grupos sociais. Um fenômeno que vem ocorrendo em outras democracias do mundo ocidental por onde o neoliberalismo tenta se consolidar.

São essas questões que visam responder ao objetivo geral dessa pesquisa ao analisar o quanto a prática social da cassação de Dilma Rousseff representou uma queda na qualidade da democracia brasileira e que tem como consequência uma crise institucional do Estado brasileiro, como apontado em um dos nossos objetivos específicos.

Os critérios adotados na seleção dos textos que fizeram parte do *corpus* (itálico nosso) a partir de um método amparado na pesquisa qualitativa e orientado para a observação semântica das categorias Impeachment e Golpe foi o ponto de partida para a caracterização dessas duas construções polarizadas que nortearam as práticas discursivas em torno do processo de cassação. Esta pesquisa não tem a pretensão de estabelecer um

significado pronto e acabado para esta prática social. Embora apresente elementos populares, legalistas, constitucionais e com respaldo da Justiça, o processo apresenta doses de conspiração, manipulação, usurpação e autoritarismo. Contribuir para uma reflexão em torno dessas nuances é mais importante do que taxar a queda de Dilma Rousseff como Golpe ou Impeachment pura e simplesmente. Já circula no tecido discursivo o termo *Golpeachment*. No entanto, vale ressaltar que mais produtivo que nominar por meio da vala comum do hibridismo, é preciso refletir sobre o fenômeno.

A análise do *corpus* permitiu identificar a categoria *persuasão* (itálico nosso), que é constitutiva da dimensão da comoditização presente no discurso midiático. Não sob o viés de vender uma mercadoria, como nos sugere a publicidade, mas no intuito de fazer o intérprete a se convencer da ideia contida nos textos. A persuasão nesse caso se deu pela repetição e pelo agendamento do tema. Num primeiro instante, persuadindo o consumidor a pensar sobre o tema Impeachment e em seguida, o convencimento de que tal medida poderia representar uma alternativa para a crise a qual o país estava atravessando.

É possível ver neste processo elementos das teorias gramscianas, não no que se refere à promoção do progresso educacional e intelectual das massas, mas de elaborar uma consciência, teoria e prática com vistas à construção de mecanismos de retomada de Poder e exercício de dominação. A direita consciente de que poderia retomar a Hegemonia trabalhou a destituição por meio da naturalização e legitimação de um Impeachment, habilmente desconstruindo a argumentação em torno de um Golpe a partir de sua legalidade, mesmo que a materialidade do processo fosse alvo de controvérsias entre os juristas.

As práticas discursivas e sociais articuladas nos textos da não existência de um golpe apontando o Impeachment legal como solução para as crises do país foram eficazes ao mudar as Ordens do Discurso e assim consolidar a retomada hegemônica. O processo de Impeachment apresenta discursos reproduzidos com vários desses elementos articulatórios e rearticulatórios das Ordens do Discurso. O combate à corrupção que era necessário, pois a mesma era a responsável pelo declínio da economia e consequente piora de vida da sociedade, sobretudo a da classe média. Essa Ordem do Discurso representou um processo de eufemização para viabilizar a Ideologia de direita, pautas ultraconservadoras, a criminalização da esquerda e assim satisfazer aos interesses corporativos do capitalismo.

Estas e outras intencionalidades foram analisadas a partir de conceitos de Hegemonia e Ideologia e como elas reconfiguraram as relações de dominação a partir da troca de Presidentes da República. Portanto, conclui-se que a cassação de Dilma Rousseff foi uma prática social utilizada para a retomada da velha ordem política dominante e que voltou a ser dirigente no Brasil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CRONOLOGIA do processo de impeachment, **Deutsche Welle Brasil**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-cronologia-do-processo-de-impeachment/g-18994855>>. Acesso em: 5 de abr. 2019.

AMORIM, Paulo Henrique. Chomsky: EUA deram um “golpe suave” no Brasil. **Blog Conversa Afiada**, 30 out. 2017. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/mundo/chomsky-eua-deram-golpe-suave-no-brasil>>. Acesso em: 30 out. 2017.

ANTUNES, Pablo. **Temer tira a grande imprensa do vermelho**, Observatório da Imprensa, 13/de out. de 2016, Ed. N° 923. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/temer-tira-grande-imprensa-do-vermelho/>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

ARAÚJO, Matheus Araújo Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. **Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil**. Revista *Katálysis* vol.21 n° 1. Florianópolis jan./abr. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000100125&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BANDEIRA, Olívia; PASTI, André. **Proprietários da mídia: Quem controla a notícia no Brasil?**, Le Monde Diplomatique Brasil, 2018, Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/quem-controla-a-noticia-no-brasil/>> . Acesso em: 16 abr. 2018.

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros no Contexto Brasileiro: questões [meta] teóricas e conceituais**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BUARQUE, Daniel. Alvaro Vargas Llosa: Chamar impeachment de golpe é ofensa a 'vítimas reais', **Portal UOL**, 6 jun. 2016. Disponível em: <<https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2016/06/06/alvaro-vargas-llosa-chamar-impeachment-de-golpe-e-ofensa-a-vitimas-reais/>>. Acesso em: 7 de jun. 2016

CARVALHO, Luiz Maklouf. G-8 do impeachment teve reuniões durante um ano, **O Estado de S. Paulo**, Brasília, abr. 2016. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,g-8-do-impeachment-teve-reunioes-durante-um-ano,10000026435>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

CAMARGO, Marcelo. Após um professor da UnB propor a criação da matéria, outras universidades como USP, Unicamp, UFBA e UFRGS se mobilizaram nessa mesma direção. **Último Segundo IG**, 2018. Disponível em <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2018-03-02/13-universidades-golpe-2016.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CASTILHO, Mara Lúcia. **O discurso de estudantes de licenciatura e negociação de identidades: uma abordagem crítico-discursiva**. 2013. 308 f., il. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Cambridge, UK: Edinburgh University Press, 1999.

COLLOR versus Dilma: entenda as diferenças. **Portal GGN**, 16 abr. 2016. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/entenda/collor-versus-dilma-entenda-as-diferencas/>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

DELGADO, Malu. O contra-ataque de Dilma pós-impeachment, **Deutsche Welle Brasil**, 17 mar. 2017. Disponível em: <<https://m.dw.com/pt-br/o-contra-ataque-de-dilma-p%C3%B3s-impeachment/a-37998991>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

DILMA utilizaria avião para “fazer campanha denunciando o golpe”, diz Temer. **Portal UOL**, São Paulo, 22 jun. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/22/dilma-utilizaria-o-aviao-para-fazer-campanha-denunciando-o-golpe-diz-temer.htm>>. Acesso em: 19 out. 2017.

DOOLEY, Robert A.; LEVINSOHN, Stephen H. **Análise do Discurso: conceitos básicos em linguística**. Tradução: Ruth Julieta da Silva e John White. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

EDITORIAL: a renúncia do presidente. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mai. 2017. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial-renuncia-do-presidente-21365443>>. Acesso em: 26 jul. 2018

EFKEN, Karl Heinz. **A Teoria da Ideologia em Antonio Gramsci**. 123 f. n° de folhas. 2il. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

ELEIÇÕES acabaram com tese do golpe, diz Temer. **Portal UOL**, São Paulo, 6 out. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/10/06/eleicoes-acabaram-com-tese-do-golpe-diz-temer.htm>>. Acesso em: 6 out. 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Fiesp e centenas de entidades publicam anúncio pelo impeachment já!**. *São Paulo, Mar , 2016. Disponível em:* <<https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-centenas-de-entidades-publicam-anuncio-pelo-impeachment-ja/>> . Acesso em: 12 jun. 2019

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 5 ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Tradução: Izabel Magalhães. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

FILHO, João. Temer revela meandros do golpe, mas Jornal Nacional só fala em Lula. **The Intercept Brasil**, 20 abr. 2017. Disponível em:

<<https://theintercept.com/2017/04/20/temer-revela-meandros-do-golpe-mas-jornal-nacional-so-fala-em-lula/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GOÍS, Fábio. Ministério da Educação prepara ação para barrar curso sobre “golpe de 2016” anunciado pela UnB. **Congresso em Foco**, 2018. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/ministerio-da-educacao-prepara-acao-para-barrar-curso-sobre-golpe-de-2016-anunciado-pela-unb/>> Acesso em: 22 fev. 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 9ª ed. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1991.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1980.

GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LE MOS, Alexandre Zaghi. **Verba de mídia do governo federal diminui 24% em 2015, Meio e Mensagem**, 9 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2016/05/09/verba-de-midia-do-governo-federal-diminui-24-em-2015.html>>. Acesso em: 10 de dez. 2016

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Modernidade e modernidade tardia**. In: As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/cq8kr/pdf/luvizotto-9788579830884-05.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. Tradução: Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez: 2005.

MARTÍNEZ, LFP. **A pesquisa qualitativa crítica**. In: Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012, pp. 138- 152. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/bd67t/pdf/martinez-9788539303540-12.pdf>>. Acesso em: 11 de jan. 2019.

MARTINEZ, Paulo Henrique; COLACIOS, Roger Domenech. **Pré-Sal: Petróleo e políticas públicas no Brasil (2007-2016)**. In :Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science. Disponível em: <<http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras>>. Acesso em 15 abr. 2020.

MEDEIROS, Josué. **Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil**. 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/28888/16044>>. Acesso em: 12 jun 2019.

MELLO, Patrícia Campos. Temer faz ação diplomática contra ‘golpe’ em processo de impeachment, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 de abr. de 2016. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761560-temer-faz-acao-diplomatica-contragolpe-em-processo-de-impeachment.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2016

MELO, Iran Ferreira de. Análise crítica do discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, SP, v. 40, n.3, set./dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1257>>. Acesso em: 3 nov.2017.

MÍDIA alternativa recebeu aumento de 33,2% de publicidade federal em 2014, 4 de jul. de 2015. **Portal Imprensa**. Disponível em <<http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/73134/midia+alternativa+recebeu+aumento+de+332+de+publicidade+federal+em+2014>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

MOREIRA, Matheus. **Repasses federais à Folha de S. Paulo crescem 78% em comparação com mesmo período de 2015**. Portal Revista Fórum, 2 de out. de 2016. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/10/02/repasses-federais-a-folha-de-s-paulo-crescem-78-em-comparacao-com-mesmo-periodo-em-2015/>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-choque-de-democracia-marcos-nobre-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/#tab-additional_information>. Acesso em: 22 fev. 2018.

NOTARI, Fernando. “Golpe” é promovido por quem quer parar a Lava Jato, diz governador do MA, **Portal UOL**, São Paulo, 6 abr. 2016. Disponível em : <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/06/golpe-e-promovido-por-quem-quer-parar-a-lava-jato-diz-governador-do-ma.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2016

NUMERIANO, Roberto. Numeriano anuncia curso sobre ‘O Golpe de Estado parlamentar de 2016’. **Blog de Jamildo**, Recife, 5 mar. 2018. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2018/03/05/numeriano-o-golpe-de-estado-parlamentar-de-2016/>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

O BRASIL na imprensa alemã (15/11). **Deutsche Welle Brasil**. 15 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-brasil-na-imprensa-alem%C3%A3-15-11/a-41398440>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

O QUE mais custa aceitar é a participação do judiciário no golpe, **Carta Capital**, 2 nov. de 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-mais-custa-aceitar-e-a-participacao-do-judiciario-no-golpe>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As Relações Bilaterais Brasil Estados Unidos no governo Dilma Rousseff, 2011-2014**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais v.3, n.6, Jul.-Dez. 2014 | p. 11-36. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/53926/33183#page=11>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a crítica: O texto como material de pesquisa)**. Coleção: Linguagem e Sociedade Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jaqueline Fiuza da Silva (Orgs). Outras perspectivas em análise do discurso crítica. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

RODAS, Sérgio. Impeachment de Dilma levou Brasil a Estado de exceção, dizem professores, **Portal Consultor Jurídico**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-06/impeachment-levou-brasil-estado-excecao-dizem-professores>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

SADI, Andréia. **Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma**, GloboNews, Brasília, dez. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO (SINTEPE). **Golpe de 2016 vira tema de cursos de extensão no Recife e Mata Norte de Pernambuco**. Recife, 2018. Disponível em: <<https://www.sintepe.org.br/site/v1/index.php/secretarias/sintepe-educacional/4711-2018-03-28-18-19-09>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. Novos estudos Cebrap. Nº.97 São Paulo Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003> Acesso em: 12 jun. 2019

TEIXEIRA, Daniel Bustamante. **As Jornadas de Junho de 2013 e a crise da democracia**. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580737-as-jornadas-de-junho-de-2013-e-a-crise-da-democracia>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

“TEVE cara de golpe, cheiro de golpe e penteado de golpe”, diz L.F Veríssimo, **Portal Pragmatismo Político**, 6 set. 2016. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/09/teve-cara-de-golpe-cheiro-de-golpe-e-penteado-de-golpe-diz-l-f-verissimo.html>>. Acesso em: 06 set. 2016.

WU, Vinícius. Guia rápido para explicar a seus amigos/as por que o impeachment de Dilma seria um golpe, **Revista Fórum**, 28 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/guia-rapido-para-explicar-a-seus-amigosas-por-que-o-impeachment-de-dilma-seria-um-golpe/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.